

**UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO “PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY”  
UNIGRANRIO**

**Claudia Maria Abreu Campos**

**Depois das grades, os muros: histórias de vida com vivência no cárcere.**

**Rio de Janeiro**

**2021**

**Claudia Maria Abreu Campos**

**Depois das grades, os muros: histórias de vida com vivência no cárcere.**

Dissertação apresentado à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de mestre em Administração.

Área de concentração:

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rejane**

**Rio de Janeiro**

**2021**

**Claudia Maria Abreu Campos**

**Depois das grades, os muros: histórias de vida com vivência no cárcere.**

Dissertação apresentado à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de mestre em Administração.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rejane

**Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021**

**Banca Examinadora**

**Prof. Dr.**

**Prof. Dr.**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Rejane**

## DEDICATÓRIA

À minha avó Julieta da Motta Campos, grande incentivadora de sonhos. Desde pequenina ela pegou em minha mão e nunca mais soltou.

À minha dinda, Maria Ângela do Nascimento Abreu, que tanto ajudou na minha criação e sempre rezou por mim.

Aos meus pais, Márcia Abreu Campos e José Mauro da Mota Campos, por terem me proporcionado uma educação que me permitiu chegar até aqui.

Aos meus irmãos, Flávia Maria Abreu Campos e Pedro Felipe Abreu Campos, eu não seria quem eu sou se não os tivesse como irmãos.

À minha parceira (de tudo) Juliana Bizzo pelos estímulos dados para eu ingressar no mestrado e completar essa jornada. Pelo apoio incondicional em minhas decisões e, por simplesmente estar ao meu lado.

À minha professora, orientadora e amiga Rejane Prevot, que me recebeu de forma amorosa, calorosa e assertiva, apostando e me incentivando, quando eu nem achava que era possível.

Aos meus colegas da Usina da Comunicação, que sempre me deram força e compreenderam minhas ausências, quando necessárias, pela dedicação ao mestrado.

Por fim, dedico esta pesquisa a todas as mulheres, principalmente, as mulheres negras brasileiras, que carregam na pele a dura (e injusta) história desse país.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida a mim durante a concretização deste mestrado.

Agradeço imensamente a todas e todos que doaram seu tempo para conversarem comigo, principalmente às entrevistas, que se expuseram e abriram suas vidas para esta pesquisa. Honestamente, espero que este trabalho colabore para que tenhamos uma sociedade mais justa, onde nenhuma mulher seja condenada pelo seu gênero, raça ou classe social.

Não posso deixar de agradecer a minha professora, orientadora e amiga Rejane Prevot, pela disponibilidade em me ouvir, por me incentivar, por construir comigo esta pesquisa, por mostrar caminhos e apresentar autores, documentários e possibilidades, por me ajudar a resgatar minhas identidades. Cada conversa – pessoalmente ou virtualmente, cada troca de mensagens por WhatsApp e cada aconselhamento, certamente foram transformadores. Esse caminhar com ela me fez uma pessoa melhor.

Agradeço ainda à professora Denise Barros, que foi a primeira professora do PPGA que eu conheci e, também, me influenciou na construção desse trabalho.

Agradeço igualmente aos meus colegas de turma. Em especial, à Ana Lúcia Castelo, uma amiga que o mestrado me deu e que me apoiou demais em todo o percurso. Da mesma forma, agradeço ao querido Renan Gomes, colega do doutorado, pelas dicas e trocas, pelos artigos que produzimos juntos, por me ouvir e apoiar. Com vocês dois ficou mais produtivo e alegre.

Ainda agradeço aos meus amigos do surf, também pesquisadores, Daniele Gabriel e Rodrigo Fortunato, por me incentivarem, em especial, na reta final da dissertação.

Por último, mas não menos importante, reconheço o incentivo da Lucia Santa Cruz. Ex-chefe, amiga e referência profissional para mim. E, também, agradeço ao José Morais, do Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, por ter me facilitado com contatos.

*“Não criem super-heróis, criem revolucionários com nível superior, o sistema não tem força contra a educação.”*

*Preta Ferreira*

## RESUMO

A população feminina encarcerada vem crescendo em ritmo acelerado. Em sua maioria são mulheres negras, jovens, com baixo nível escolar, mães solteiras e sem antecedentes criminais (INFOPEN, 2018). O poder punitivo em vigência no país possui um caráter seletivo tanto do ponto de vista de gênero, quanto de cor de pele, como de classe social. Baseado neste cenário, o trabalho tem como objetivo relatar as histórias de vida dessas mulheres e contribuir para o ingresso delas no mercado de trabalho formal. Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, buscou-se identificar e analisar por meio de uma perspectiva interseccional as interpretações sobre gênero, racismo, divisão sexual do trabalho, seletividade penal e sua ligação com a questão da empregabilidade. A natureza da pesquisa é qualitativa e contará com o método de história de vida na qual o pesquisador escuta através de entrevistas o relato de vida de apenadas e egressas do cárcere. Após análise das histórias de vida e das entrevistas transcrita, concluiu-se que o sistema carcerário brasileiro não é capaz de promover a ressocialização dessas mulheres. A reinserção no mercado de trabalho é dificultada pela falta de oportunidades somadas ao estigma carregado pelas egressas do sistema carcerário, como também das privadas de liberdade. Além disso, a mulher sofre um duplo julgamento (punição penal e a condenação pela sociedade patriarcal e racista) visto que nessa situação há um entendimento que a mulher é criminalizada por ter rompido com seu papel de mulher cuidadora da família.

**Palavras-chave:** Gênero, raça, racismo, divisão sexual do trabalho, encarceramento, seletividade penal, inclusão social e interseccionalidade.

## ABSTRACT

The incarcerated female population has been growing fast in Brazil. Most of them have a low education background, black young women with no criminal record. Moreover, a large part of these women are single mothers. The punitive power in Brazil is selective regarding gender, skin color, and social class. Thus, this work aims to report the life stories of these women and to contribute to reintegration into the formal job market. For that, we sought to identify and analyze, through an intersectional and decolonial perspective, interpretations of gender, racism, sexual division of labor, criminal selectivity and its connection with employability. The nature of the research is qualitative based on the method of life history, in which the researcher listens to the interviews of the life story of prisoners. After analyzing the life stories and the transcribed interviews, it was concluded that the Brazilian prison system is not capable of promoting the resocialization of these women. The reintegration in the job market is hampered by the lack of opportunities, by the stigma carried by the former prisoners, as well as those deprived of their liberty. In addition, these women undergo a double judgement (criminal punishment and condemnation by patriarchal and racist society) since they are criminalized for giving up their role as a family caregiver.

**Keywords:** Gender, race, racism, sexual division of labor, incarceration, criminal selectivity, social inclusion and intersectionality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Taxa de aprisionamento e déficit de vagas por ano.....	15
Figura 2 - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres de 2018.....	16
Figura 3 - Encarceramento feminino anual Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.....	20
Figura 4 - Esquema de captação de mão de obra do programa Replantando Vida.....	57
Figura 5 - Número de apenados beneficiados pelo Programa Replantando Vida, durante os anos de 2011 a 2018, por gênero.....	58

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Total de funcionários das empresas que responderam a todo o questionário.....	18
Tabela 2 - Levantamento de Informações Penitenciárias 2016.....	43
Tabela 3 - Categorias para análise de conteúdo.....	77

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

COVID -19 – Doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2

DIEESE – Departamento intersindical de estatística e estudos

GPTW – Great Place To Work

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INFOPEN – Levantamento nacional de informações penitenciárias

IPEA – Instituto de pesquisa econômica aplicada

ITTC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais; queer, intersexo, assexual,

ONG – Organização não governamental

RH – Recursos Humanos

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1 INTRODUÇÃO.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1 As Questões de Gênero.....	25
2.2 As Questões de Raça.....	28
2.3 A Questão da Interseccionalidade.....	34
2.4 Legislação para mulher egressa.....	38
2.4.1 <i>Atividades laborais e mercado de trabalho</i> .....	40
3 METODOLOGIA: A construção da pesquisa.....	44
3.1 Natureza da pesquisa.....	44
3.1.1 <i>Corpus da pesquisa</i> .....	48
3.1.2 <i>Sujeitos</i> .....	48
3.1.3 <i>Delimitação e seleção dos sujeitos</i> .....	49
3.2 História de vida.....	51
3.2.1 <i>Limitações da pesquisa</i> .....	53
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> .....	54
4.1 Replantando vida.....	54
4.2 Intermediação: Vara de Execução Penal.....	57
5 CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
ANEXOS.....	103
ANEXO I – Entrevista com funcionários da CEDAE.....	103
ANEXO II – Entrevista com Egressa do sistema carcerário – Mulher Bomba.....	114
ANEXO III – Entrevista com Egressa do sistema carcerário – Irmã da Mulher Bomba.....	126
ANEXO IV – Entrevista com Egressa do sistema carcerário – Dinha.....	150
ANEXO V – Entrevista com Egressa do sistema carcerário – Força.....	186
ANEXO VI – Entrevista com Juíza Vara Criminal – Lei.....	195

## APRESENTAÇÃO

Em 2006, fundei a Usina da Comunicação, uma agência de comunicação focada em serviços de assessoria de imprensa e produção de conteúdo. Produção de conteúdo engloba desde a produção de textos para um site corporativo, como a criação de um vídeo institucional. Já a assessoria de imprensa é uma atividade que intermedia os interesses dos clientes que desejam estar inseridos no jornalismo com os interesses das redações dos mais diferentes veículos jornalísticos espalhados pelo país. Com 14 anos de agência, tive a oportunidade de trabalhar com clientes de segmentos, portes e posicionamentos bastante variados. Também pude observar que de uns cinco para cá, o tema da diversidade ganhou espaço nas empresas. Não somente nas instituições atendidas pela a Usina da Comunicação, mas nas organizações empresariais de forma geral, principalmente no eixo Rio-São Paulo. Esse movimento das corporações olharem para a questão de diversidade como política interna foi e é influenciado pelas multinacionais. Sendo sócia de uma agência de pequeno porte – nosso grupo é formado atualmente por 11 profissionais – me via muitíssimo incomodada com o fato de não achar no mercado políticas públicas que incentivassem a diversidade nas micro, pequenas e médias empresas e, ao mesmo tempo, ficava frustrada por muitas vezes ser fornecedora de comunicação para projetos de diversidade das grandes, mas ficar de fora dos treinamentos, dos eventos, das rodas de conversas e das trocas de experiências. Então, decidi que a Usina da Comunicação começaria a realizar eventos com a temática da diversidade e que os eventos da agência iriam unir mercado corporativo, ativistas e acadêmicos. De 2017 para cá, foram realizados mais de oito eventos sobre diversidade. Quando uso o termo diversidade, me refiro aos grupos minorizados “gerenciados” pelas empresas. Nossos eventos abordam questões como empregabilidade e deficientes físicos, diversidade nas organizações, masculinidade tóxica, equidade de gênero nas organizações, propagação de notícias falsas (*fakenews*) e direitos humanos, empregabilidade e sujeitos LGBTQIA+, entre outros. Nos debates, recebemos perfis variados para palestrarem. Instituições como Coca-Cola, Bayer, Equinor, Grupo Cataratas, Petrobras Distribuidora, Unirio, Canal Futura, Unigranrio e 99 já estiveram presentes. ONGs como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Grupo Arco Íris, Instituto Novo Ser e o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio, também participaram dos eventos promovidos pela a agência.

Tais vivências me provocaram inquietudes, necessidade de me debruçar no tema da equidade e construir um arcabouço teórico para tentar compreender as construções das relações

nas organizações que praticam a gestão da diversidade. Assim, cheguei ao mestrado. Inicialmente, o projeto que eu iria desenvolver com a professora Rejane Prevot seria o de analisar como as políticas de diversidade geridas pelas empresas impactam os grupos minorizados selecionadas por elas. Mas, com a instalação da pandemia que estamos atravessando e com os dados que fui tendo acesso através dos veículos jornalísticos e das divulgações científicas, fiquei me perguntando quais as consequências que a COVID-19 provocaria na vida dos grupos já minorizados. Nesse sentido, pensei nas mulheres, em especial, nas mulheres negras, tão marginalizadas no país. Mas, por que nas negras? Além da primeira morte por conta de o vírus no país ter sido justamente a de uma mulher negra e trabalhadora doméstica, frequento o Movimento das Surfistas Negras desde maio de 2019, quando ele foi criado pela jornalista e surfista Erica Padro – jovem mulher negra que tem como objetivo denunciar a invisibilidade das mulheres e meninas negras que surfam ao redor do país. Não sou uma mulher negra, em minha certidão fui registrada como branca, mas, honestamente, acho (tenho minhas inseguranças) que não sou exatamente branca, talvez nas categoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) eu seja parda. Ter o cabelo crespo, em algumas situações, me aproxima das mulheres negras por questões de estética. Sou uma mulher que me considero antirracista e fico me perguntando se realmente tenho atitudes antirracista. Me questiono sobre o espaço da mulher negra no mercado de trabalho. Há garantias para essa mulher? E se essa mulher for uma apenada ou for egressa do sistema penitenciário? Há lugar para ela no mercado de trabalho formal?

De acordo com estudo do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, negros morrem mais do que brancos na pandemia no Brasil: 54,8%, em levantamento com cerca de 30 mil casos, realizado em maio, com base nos dados do Ministério da Saúde. Dados da Prefeitura de São Paulo, do início de maio, que apontam que o risco de morte de negros pelo novo vírus era 62% maior em relação aos brancos me fez pensar na questão da raça e de gênero e nas realidades socioeconômicas (ESTADÃO CONTEÚDO, 2020). Fiquei refletindo e cruzando as informações e, assim, cheguei nas apenadas e egressas do sistema carcerário brasileiro. Como será daqui para a frente, no pós-pandemia, como a falta de oportunidade no mercado de trabalho e a dificuldade ao acesso à educação vão reforçar o racismo e as desigualdades sociais no país? Os grupos minorizados são excluídos e oprimidos independente do momento atravessado. Seja nas abordagens policiais ou nas questões de saúde, as pessoas negras ficam em diversas situações à margem da sociedade. Esse novo cenário me fez propor a professora a Rejane Prevot mudarmos o tema do projeto.

Nesta pesquisa, me permitir não somente ouvir sobre a vida das narradoras, mas me emocionar e me envolver com suas histórias, suas vidas. Cada contato, desde a abordagem e

marcação das entrevistas, as explicações sobre a pesquisa, as dúvidas, as pausas, a vergonha, o choro e as desculpas, tudo foi considerado no processo de ser afetada pelas histórias ouvidas. A pesquisa procurou ouvir mais do que falar, deixar de olhar para as mulheres apenas como dados estatísticos e valorizar suas as vozes. Aqui, levo em conta Favret-Saada (s. d., p. 157) sobre feitiçaria, quando ela reconsiderou a noção de afeto.

Na verdade, eles exigiam de mim que eu experimentasse pessoalmente por minha própria conta – não por aquela da ciência – os efeitos reais dessa rede particular de comunicação humana em que consiste a feitiçaria. Dito de outra forma: eles queriam que aceitasse entrar nisso como parceira e que aí investisse os problemas de minha existência de então. No começo, não parei de oscilar entre esses dois obstáculos: se eu “participasse”, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, o contrário de um trabalho; mas se tentasse “observar”, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para “observar”. No primeiro caso, meu projeto de conhecimento estava ameaçado, no segundo, arruinado.

Ainda considerando Favret-Saada (s. d., p. 158), vale esclarecer que ser afetado não é sinônimo de empatia.

## 1 INTRODUÇÃO

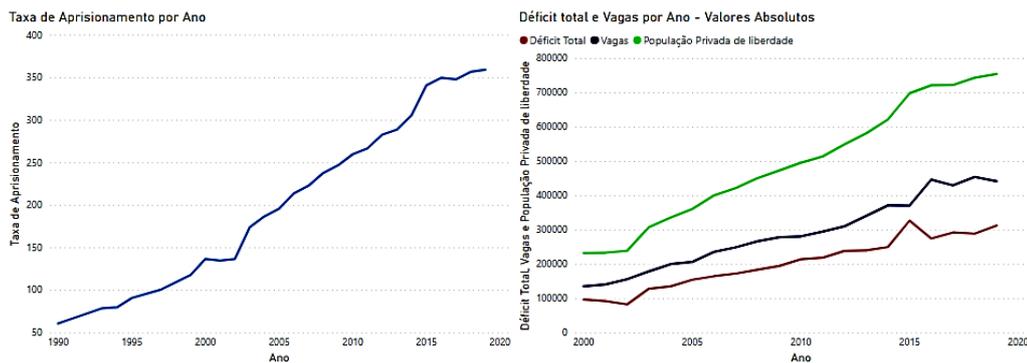
Os altos índices de violência, de criminalidade, de desemprego, de dificuldades financeiras, de desigualdade social no país, somados a política de segurança punitiva e discriminatória, levam ao aumento gradativo e perdurável dos encarcerados no Brasil. Segundo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Governo Federal (2019), são 755.274 mil presos em unidades prisionais e outras carceragens no país.

Se fizermos um recorte de gênero é possível notar o crescimento expressivo do número de mulheres presas no Brasil nos últimos anos.

### Taxa de aprisionamento e déficit de vagas por ano

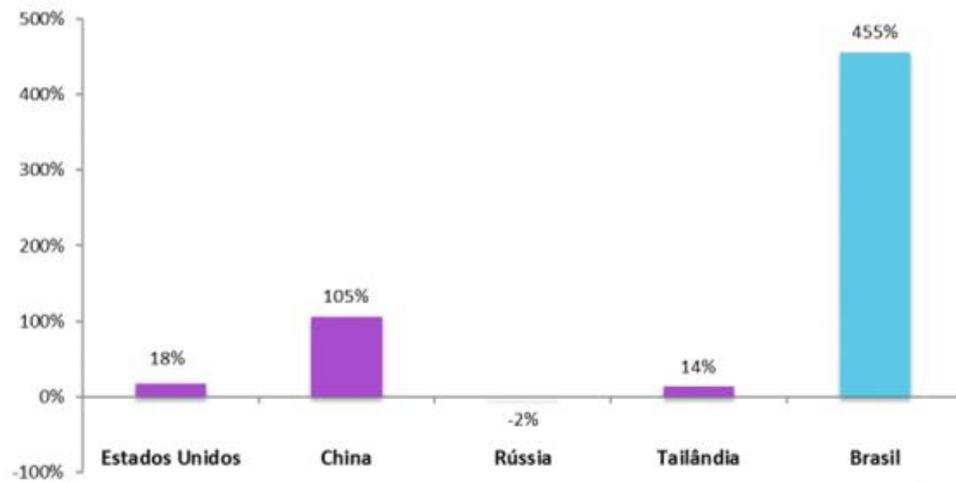
Período de julho a dezembro de 2019

(\*) Déficit total, não separado por regime



**Figura 1.** Taxa de aprisionamento e déficit de vagas por ano. Julho a dez de 2019.  
Fonte: Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Governo Federal.

De acordo com a segunda edição do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres, lançado em 2018, pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública e pelo Departamento Penitenciário Nacional, o Brasil subiu de quinto para quarto lugar no ranking de nações com maior população carcerária feminina em todo o mundo. Conforme o documento, são 42.355 mulheres – dados de junho de 2016, superando a Tailândia (41.119) e ficando atrás somente dos Estados Unidos (211.870), China (107.131) e Rússia (48.478) (INFOPEN MULHERES, 2018). Se observarmos em série histórica a evolução da taxa de aprisionamento nos cinco países que mais encarceram mulheres no mundo, é possível observar que a expansão do encarceramento de mulheres no Brasil não encontra parâmetro de comparabilidade entre o grupo de países, conforme evidencia o gráfico 2.



**Figura 2.** Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, INFOPEN Mulheres de 2018.

Fonte: Adaptado de *World Prison Brief* e *World Female Imprisonment List*, ed. 4, *Institute for Criminal Policy Research*.

Em um período de 16 anos, entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou em 455% no Brasil. No mesmo período, a Rússia diminuiu em 2% o encarceramento deste grupo populacional (INFOPEN MULHERES, 2018). Um olhar míope e frio pode considerar que o número de mulheres presas no Brasil não é tão expressivo, mas o crescimento acelerado dele é o que salta aos olhos e preocupa.

O perfil das encarceradas no Brasil coincide com grupos marginalizados no país, inclusive no mercado de trabalho formal. Apenas 15% das mulheres encarceradas contam com ensino fundamental completo, 45% possuem o ensino fundamental incompleto, 50% delas possuem entre 18 a 29 anos de idade, 62% são negras e/ou pardas, 57% são solteiras, a maior parte delas é mãe e cumpre pena em regime fechado, não possui antecedentes criminais, trabalha em pequenas atividades do varejo do tráfico e do transporte nacional e internacional de drogas e possui dificuldade de acesso ao emprego formal. Conforme o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), uma organização de direitos humanos fundada em 1997, que defende o fim da desigualdade de gênero, a garantia de direitos e o combate ao encarceramento, a mulher brasileira encarcerada passa por um crivo classista, racista e machista (ITTC, 2019).

O sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento de suas engrenagens mais do que perpassados por esta estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas

na hierarquização racial (BORGES, 2018). Além da privação de liberdade, ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades. Tanto o cárcere quanto o pós encarceramento significam a morte social destes indivíduos negros e negras que, dificilmente (por conta do estigma social) terão restituído o seu status, já maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la. Esta é uma das instituições mais fundamentais no processo de genocídio contra a população negra em curso no país. (BORGES, 2018).

Por meio dos efeitos da rotulação, da estigmatização e do poder de punir, incide sobre a mulher uma dupla condenação no que se refere à norma criminal e ao modelo de feminilidade normativo, em que a “transgressão da legalidade que as conduziu à prisão (pode) ser de uma forma ou de outra concomitante com a negação das normas que definem a conduta feminina apropriada” (CUNHA, 1994 apud MARSICANO, p.24).

Se ao entrarem no sistema carcerário as mulheres privadas de liberdade carregam rótulos que as deixam à margem da sociedade, como gênero, baixa escolaridade, cor da pele e serem mães solteiras, quando saem do sistema, a situação de vulnerabilidade fica ainda mais latente, afinal, carregam também, o estigma de serem egressas do sistema carcerário, o que torna a busca por um emprego formal um desafio quase intransponível. Além disso, tais mulheres precisam enfrentar um mercado de trabalho dirigido majoritariamente por homens brancos.

Vale esclarecer que, neste contexto, entende-se como sistema carcerário o conjunto de prisões, cadeias e presídios em todo o território nacional, além das diversas políticas públicas aplicadas nesses ambientes.

Para Gomes (2005), não há como negar todo o peso de uma tradição machista, acumulada ao longo de séculos, pois os planos de incorporação das mulheres foram feitos com a mesma mentalidade que alimentou o mito do progresso, um mito criado em organizações altamente masculinas e de cultura ocidental.

Analisando os dados da pesquisa Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas, do Instituto Ethos, de 2016, é seguro afirmar o perfil do decisores empresariais do país (Tabela 1).

**Tabela 1.** Total de funcionários das empresas que responderam a todo o questionário.

	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Conselho	89	11	100
Quadro Executivo	482	76	558
Gerência	4.585	2.086	6.671
Supervisão	23.553	14.945	38.498
Quadro Funcional	173.228	95.173	268.401
Trainees	1.823	1.352	3.175
Estagiários	2.843	4.077	6.920
Aprendizes	3.413	4.330	7.743
<b>TOTAL</b>	<b>210.016</b>	<b>122.050</b>	<b>332.066</b>

Fonte: Adaptado de Instituto Ethos (2016).

Este é o cenário que as mulheres egressas encontram quando buscam emprego formal. Se para a mulher branca, com nível educação alto e não egressa do sistema carcerário brasileiro já há discriminação de gênero no momento da contratação e nas questões salariais, é possível antever os percalços que as mulheres apenadas e egressas sofrem, afinal elas carregam um somatório de características marginalizadas pela sociedade brasileira, o que inclui o empresariado brasileiro (tabela 1).

Dados da consultoria global *Great Place to Work* (GPTW) apontam que o topo da pirâmide no mercado de trabalho é branco e masculino. Das 2300 empresas pesquisadas pelo GPTW no Brasil, em 2018, fica evidenciado que 55% dos colaboradores são homens, 58% da média liderança é composta por homens, 80% da alta liderança é composta por homens (GPTW, 2018).

Segundo Goffman (1988), o atestado de antecedentes criminais faz com que a condição de homem/mulher em débito com a justiça, na maioria dos casos, seja atribuída pela simbólica representação negativa ao seu portador. Como a sociedade não confia na eficiência do modelo disciplinar e pedagógico das prisões, por não cumprirem o seu papel ressocializador e reeducador, a visão desse documento gera uma tensão, tanto para quem o apresenta como para quem a ele é apresentado, representando assim um documento oficial de estigmatização.

A ausência de um sistema de reciprocidade, minimamente eficaz, se expressa em uma desigualdade associada e produtora de violência. A impossibilidade de acesso da grande maioria das camadas populares a bens e valores largamente publicizados, por meio da mídia e da cultura de massa em geral, acirra a tensão e o ódio sociais. A inadequação de meios legítimos para realizar essas aspirações fortalecem o mundo do crime. Esboroam-se as escalas de valores

tradicionais que, de algum modo, legitimavam certas diferenças e, até certo ponto, a própria desigualdade. Inegavelmente, identificam alguns canais de mobilidade social contemporaneamente, mas estes estão, em princípio, associados a ideologias individualistas, agonísticas com pouco ou nenhum compromisso de reciprocidade e justiça social. Ou seja, a natureza do individualismo na sociedade brasileira vem assumindo características tais que a tornam palco de um capitalismo voraz com dimensão selvagem, relegando a segundo plano as referidas preocupações com equidade e reforma social (VELHO; ALVITO, 2000).

Em um contexto de desprezo, desigualdade e de falta de inclusão social, observamos a situação das mulheres encarceradas no Brasil, e é preciso termos em mente a Lei 11.343, mais conhecida como Lei de Drogas, de 2006.

Conforme publicação do Nexo, jornal digital que faz parte do projeto Credibilidade, unidade brasileira do *Trust Project*, a Lei de Drogas foi criada há 15 anos e foi instituída com a proposta de lidar de maneira distinta com o usuário de droga e o traficante. Para o veículo, na ocasião, foi uma inovação na legislação brasileira. Segundo a Lei, o usuário não pode ser preso em flagrante, como ocorria antes, e sua pena é alternativa: advertência, prestação de serviços à comunidade ou obrigação de cumprir medidas educativas. O objetivo é deslocar essas pessoas do âmbito penal para o âmbito da saúde pública. O usuário também deve assinar um termo circunstanciado, uma espécie de boletim de ocorrência para crimes de menor gravidade, perante um juiz ou, na ausência deste, diante da autoridade policial no local da abordagem. Já o traficante, é punido com pena de prisão de cinco a 15 anos. Importar, exportar e guardar drogas e cultivar matéria-prima para o tráfico acarretam a mesma penalidade. Dispositivos anteriores à Lei de Drogas, como a Constituição e a Lei de Crimes Hediondos, estabelecem que os condenados por tráfico não podem ser beneficiados com a extinção de suas penas (anistia, graça ou indulto). (BARBOSA, 2017).

Em entrevista à Agência Brasil (2018), a socióloga Julita Lemgruber considera que a própria Lei estabelece uma lógica de seletividade penal. Isto porque o Artigo 28 da norma fixa diz que:

Para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente (BRASIL, 2006).

Observando o gráfico abaixo (Figura 3) é possível fazer um paralelo entre a Lei de Drogas e a seletividade penal.



**Figura 3.** Encarceramento feminino anual.

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, INFOPEN Mulheres de 2018.

Para Henrique Apolinário (CONNECTAS, 2018), o crescimento da população carcerária feminina no Brasil está atrelado diretamente à Lei de Drogas, promulgada em 2006. A legislação possui enormes brechas e, além disso, na grande maioria dos casos os magistrados optam pelo encarceramento mesmo quando claramente isso não é necessário, ao invés de aplicar penas alternativas. Ao fazermos um paralelo com o perfil da mulher encarcerada no Brasil é fácil dimensionar o peso da vulnerabilidade social das apenadas egressas ao buscarem inclusão social e, em especial, inclusão no mercado de trabalho.

Os crimes relacionados ao tráfico de drogas representam 2/3 dos casos penais que levam as mulheres a privação da liberdade. O papel da mulher nesse tipo de crime ainda precisa ser compreendido em maior profundidade. A participação da mulher é descrita com frequência como coadjuvante, o que indica que o modelo de desigualdade de gênero presente no mercado laboral formal é também replicado no mercado ilegal. Nele, mulheres exercem as posições menos poderosas e lucrativas, inclusive aquelas em que as colocam em uma posição de maior vulnerabilidade, a exemplo das mulas e outras funções de transporte e distribuição de drogas. O seu encarceramento pouco contribuiu para dismantelar mercados ilegais de drogas ou melhorar a situação de segurança pública. Pode, inclusive, piorá-la, já que razões econômicas figuram entre as motivações para a entrada dessas mulheres no tráfico, e a prisão reduz a possibilidade de que encontrem um emprego ao voltar à liberdade. Adicionalmente, seus filhos podem ficar desamparados ou com redes de proteção familiar afetadas. (TINOCO; GIANINI, 2019).

A presença de movimentos sociais, de campanhas publicitárias, políticas de equidade empresariais, pesquisas das mais diferentes instituições e de matérias jornalísticas voltadas para as questões de gênero e raça apontam a solução da desigualdade como uma necessidade da sociedade brasileira, uma demanda dos mais diversos atores sociais, sejam eles da esfera pública, privada e/ou do terceiro setor. Mas, em qual momento mulheres apenadas e as egressas terão espaço na mídia, nas empresas e na sociedade?

Quando atores sociais assumem que há discriminação na sociedade – não ficando de fora o ambiente do trabalho – seja por conta do gênero e/ou da raça e, entendem que essa discriminação não é legal – juridicamente falando –, mas também não é saudável do ponto de vista da justiça social, tampouco produtiva e lucrativa, tendem a se mobilizar com o objetivo de mudar o cenário. Para além do desejo de uma realidade baseada na equidade, há, possivelmente, outros interesses dos atores, como a questão da reputação positiva (imagem institucional). Porém, esta análise não é motivo de estudo desta pesquisa.

Os obstáculos colocados pelo mercado de trabalho para as mulheres privadas de liberdade e egressas são variados e causadores de uma invisibilidade que as deixam ainda mais à margem da sociedade. As discriminações por conta do gênero, da raça, da falta de qualificação, da defasagem de conhecimento, do estigma social, entre outras, impedem que o trabalho formal, que poderia ser uma forma de inclusão, de mobilidade social e de pertencer à sociedade não se concretize. Conforme Siqueira (2001), o ingresso ao mercado de trabalho pode proporcionar ao egresso a possibilidade de diminuir as angústias causadas pelo aprisionamento e pode exercer influência na valorização e no sentido do trabalho. Nesse sentido, a conquista de um trabalho não deveria ser uma nova sentença para essas mulheres.

Neste contexto, esse estudo possui interesse em responder a seguinte pergunta de pesquisa: **Quais os obstáculos identificados pelas apenadas e egressas para se inserirem no mercado de trabalho?** Para isso, a pesquisa considerou a metodologia de pesquisa história de vida e escutou quatro apenadas que contaram suas histórias – antes do cárcere, durante o cárcere e no regime aberto. No livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* (BOSI, 1995), autora afirma que: “nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto enquanto ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém”. (BOSI, 1995, p. 14). O trabalho se aproxima, então, da epistemologia feminina com a intenção de pluralizar as relações.

Para isso, as mulheres precisam falar de si mesmas em todas as esferas – na arte, no conhecimento, na religião, por exemplo. Assim é que o feminismo pode restituir a cada uma seu lugar legítimo de fala. Por isso, é que todas as

feministas, de um modo ou de outro, quando escrevem, falam de si mesmas. Aprenderam que o feminismo lhes devolve a biografia roubada. Nesse sentido, o feminismo tem como base ético-política a construção de si, que deve dar às mulheres outro lugar, no campo das decisões (TIBURI, 2018, p. 53).

Este estudo tem, então, como proposta ouvir as mulheres privadas de liberdade e, também, analisar iniciativas de inclusão das apenadas e das egressas do cárcere no mercado formal. Inicialmente, a pesquisa se debruçou nas experiências da CEDAE, localizada no Rio de Janeiro (RJ), que conta com o Projeto Replantado Vida, um programa socioambiental cujo objetivo é a ressocialização de apenados através do trabalho em ações ambientais e, ainda, nas práticas da LSPRO, em Ribeirão das Neves, Belo Horizonte (MG). Porém, durante a pesquisa, o profissional que se propôs a conceder entrevista e a fornecer informações foi dispensado da empresa em consequência da pandemia e pediu para não considerarmos suas colocações. Devido ao prazo da pesquisa, não foi possível novo contato na organização.

O trabalho contará com autores que tratam as questões de gênero de uma perspectiva do campo social como Simone de Beauvoir, Joan Scott, Christine Delphy, como também autores com abordagens interseccionais e decoloniais como: Juliana Borges, Djamila Ribeiro, Gandra Kilomba, entre outros.

Conforme já citado, a população feminina encarcerada tem aumentado com grande velocidade a partir do início dos anos 2000. Apesar disso e das leis e regras em vigências, inclusive as focadas nas mulheres, as condições oferecidas para as presas não favorecem a inclusão social delas, tampouco a inclusão no mercado de trabalho formal. Diante do que já foi expresso anteriormente, o objetivo dessa pesquisa é analisar quais as razões ou obstáculos que **levam as apenadas e egressas do sistema carcerário a enfrentarem dificuldades de colocação no mercado de trabalho formal**. A partir desta identificação, pretende-se provocar e encorajar as empresas para que elas considerem a contratação de apenadas e egressas para seus quadros, ampliando desta forma seu escopo de diversidade.

Para que o objetivo geral desta pesquisa seja alcançado, os seguintes objetivos específicos serão necessários:

- a) Levantar dados sobre o perfil das encarceradas;
- b) Observar e ouvir a experiência da CEDAE na contratação de apenados,
- c) Relatar história de vida de mulheres privadas de liberdade, considerando que eles merecem registros;
- d) Coletar dados mediante entrevista com agente público que participe do processo de inclusão dessas mulheres no mercado de trabalho formal;

Esta dissertação visa apresentar as histórias dessas mulheres e, dessa maneira conhecê-las, saber sobre os motivos que as levaram à privação de liberdade, verificar suas realidades frente às questões como trabalho, família e perspectivas de vida e, como as empresas se comportam junto a essas mulheres.

O projeto contará também com a realização de entrevistas junto aos profissionais que trabalham em instituições envolvidas nesse tipo de contratação e, ainda, com empregadores dessa mão de obra.

A maior parte das entrevistas foi realizada por vídeo conferência, visto que no momento que esta dissertação foi produzida havia a presença da pandemia da COVID-19.

A dissertação ainda conta com a preocupação de trazer autoras negras e, também, autores com perspectivas interseccionais e decoloniais. Para evidenciar e analisar como tais iniciativas de contratação de mão de obra ocorrem, e quais os impactos geram nas vidas destas mulheres que tiveram ou possuem a vivência no cárcere, será utilizado suporte teórico focado em raça, gênero, encarceramento feminino, divisão sexual do trabalho e inclusão social.

As pesquisas relativas à inclusão das apenadas e das egressas no mercado de trabalho formal são embrionárias em disciplinas como a administração, em especial, nos estudos organizacionais.

Nessas condições, o confinamento não é nem escola para o emprego nem um método alternativo compulsório de aumentar as fileiras da mão de obra produtiva quando falham os métodos “voluntários” comuns e preferidos para levar à órbita industrial aquelas categorias particularmente rebeldes e relutantes de “homens livres”. Nas atuais circunstâncias, o confinamento é antes uma alternativa ao emprego, uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela considerável da população que não é necessária à produção e para a qual não há trabalho “ao qual se reintegrar” (BAUMANN, 1999).

Assim, punir majoritariamente jovens pobres e negros, por tráfico de drogas e pequenos delitos contra o patrimônio, por exemplo, pode ser uma estratégia política para justificar o fato de eles serem supérfluos no mercado de trabalho contemporâneo. A prisão, nesse caso, passa a ser simplesmente uma técnica lucrativa de confinamento dos economicamente descartáveis. Ainda assim, a função simbólica da punição permanece sendo construir o estigma; ou seja, punir os pobres continua dando a eles a pecha de perigosos e, portanto, carentes de intervenção penal (PASTANA, 2019).

A temática do encarceramento é urgente. Analisar a vida pré e pós-cárcere nos aponta para reproduções sociais discriminatórias que afastam cada vez mais tal população da inclusão

social. Notavelmente, a seletividade penal induz ao aprisionamento massivo de segmentos empobrecidos, pessoas negras, estrangeiras e outras minorias inclusas perversamente na sociedade do consumo (RODRIGUES, 2019). A dinâmica da seletividade penal supracitada possui estreita relação com a violência estrutural socialmente latente; ambas derivam genericamente das desigualdades sociais e retroalimentam-se de tais disparidades. Destarte, cabe-se ressaltar que instrumentos ideológicos atuam enquanto sustentáculo da referida seletividade. Dentre tais, enfatiza-se o desserviço promovido pelas mídias, as quais, em atenção a interesses dominantes, legitimam discursos de ódio à pobreza e de absolvição a crimes praticados pelo seus – pessoas pertencentes a classes favorecidas.

A dissertação ainda apresenta relevância pela intenção de contribuir com as pesquisas que investigam a questão da empregabilidade das apenadas e egressas no mercado de trabalho considerando a abordagem de história de vida, como também para análise e criação de políticas públicas que estimulem a colocação dessas mulheres no mercado de trabalho tendo como base o estudo do projeto da CEDAE.

O estudo deseja empenhar-se para entender como a questão de gênero, de raça, de racismo, da divisão sexual e da desigualdade social pode influenciar na prática do crime, levando a mulher ao encarceramento e, também, analisar a rotina dessas mulheres quando privadas de liberdade. Desnaturalizar o aumento das mulheres presas e, também, estimular que as empresas tenham um olhar não marginal para as egressas reforça a relevância do estudo.

### *Estruturação da dissertação*

O trabalho foi estruturado da seguinte maneira:

- **Introdução**, pergunta da pesquisa, objetivos da pesquisa (geral e específicos), delimitação, relevância e justificativa e, por fim a organização do trabalho.
- Apresentação do **Referencial Teórico** subdivido em: As questões de Gênero, As questões Raciais, A questão da Interseccionalidade e Legislação para a Mulher egressa.
- Descrição da **Metodologia** usada na pesquisa.
- Apresentação do **Corpus da pesquisa**.
- Finalizando com a **Conclusão** do estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A dissertação conta com autores como Grada Kilomba, Juliana Borges, Heleieth Safiotti, Hirata Helena, Dandara Tinoco, Frantz Fanon, Silvio de Almeida, Joan Scott, entre outros considerando conceitos como gênero, raça, divisão sexual do trabalho e inclusão social. Este capítulo inicial apresenta conceitos dos autores elencados que dão base para toda a reflexão sobre o cárcere feminino e a realidade dessas mulheres privadas de liberdade que buscam trabalho e inclusão social. Ao mesmo tempo mostra dados estatísticos que apontam o quanto as análises teóricas explicam a realidade da desigualdade do país.

Seja qual for a definição de diversidade, o fato é que o assunto tem mobilizado a sociedade. Embora tenha alcançado mais repercussão e visibilidade no contexto brasileiro a partir dos anos 2000, o tema está na agenda de pesquisa das universidades norte-americanas pelo menos desde a década de 1970. Mendes (2005 apud SALLES, 2018) revisou a bibliografia em torno do tema e define o ano de 1973 como o início dos estudos sobre diversidade nas organizações, sobretudo a partir de artigos publicados em periódicos norte-americanos da área de Administração de Empresas. (SALES, 2018).

### 2.1 As Questões de Gênero

Mendes afirma que, nenhuma investigação científica nasce, ou deve nascer, sem uma inquietação que lhe anteceda. (2012, p. 12). E, assim surge este trabalho.

Inúmeras pesquisas acadêmicas sobre os mais diversos temas relacionados às mulheres têm sido realizadas. Foi com a publicação do artigo traduzido da historiadora norte-americana Joan Scott, intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1990), que se iniciou a discussão no Brasil acerca da utilização do conceito para especificar o caráter social e cultural das distinções entre os sexos feminino e masculino, numa recusa à naturalização dos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens. A partir de então, grande parte dos estudos acadêmicos sobre a questão feminina passaram a utilizar a categoria gênero no sentido de uma construção social do feminino e do masculino, que dita os comportamentos específicos para cada um dos sexos (MORGANTE, 2015).

Scott (1990) afirma que, a maneira pela qual esta nova história iria, por sua vez, incluir a experiência das mulheres e dela dar conta dependia da medida na qual o gênero podia ser

desenvolvido como uma categoria de análise. Aqui as analogias com a classe e com a raça eram explícitas; de fato as pesquisadoras feministas que tinham uma visão política mais global, invocavam regularmente as três categorias como cruciais para a escrita de uma nova história. O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar, o envolvimento do/da pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos.

No entanto, para entender melhor a relação dos gêneros nesse contexto, é preciso entender o que é gênero. Pode-se afirmar que o termo gênero é um tanto recente. Tal conceito surge em 1970, das ciências sociais e diz respeito à construção social do sexo, sugerindo uma diferenciação do entendimento de gênero da biologia. A qualidade de ser homem e de ser mulher é compreendida, então, como uma condição imposta pela cultura (MELLO, 2010).

Para as Ciências Sociais, a palavra gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas (SAFFIOTI, 2004 apud MAGALHÃES, 2016).

Segundo Simone de Beauvoir, é, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência mediante ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista por meio da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (BEAUVOIR, 1970).

Historicamente, é corriqueira a compreensão de que a mulher precisava ser cuidada e protegida visto que ela é considerada um ser frágil e, por isso a necessidade de ser conduzida e subordinada a outro: o homem. Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família. (SAFFIOTI, 1976).

Chanter (2011) comenta em “Gênero - conceitos-chaves em filosofia” que a masculinidade é entendida como a norma. Ou seja, explicar a condição humana, em geral, é elucidar a posição masculina visto que a mulher, a outra, é não essencial e é relativa ao homem. Nesse

sentido, é válido fazer um paralelo com Loyolla (1998): O gênero – concepção de masculinidade e feminilidade que emerge do processo de significação cultural da diferença entre os sexos – está presente, enquanto ordenador social, em toda cultura humana. Considerando tais autores, é possível perceber que as mulheres ocupam um espaço de subalternação constante e histórica.

Vale, então, traçar um paralelo com a afirmação da cientista social Raewyn Connell, no prefácio da obra *Gênero em termos reais* (2016): O gênero, pode-se dizer, é especificamente uma questão da corporificação social. Tecnicamente, o gênero pode ser definido como a estrutura de práticas reflexivas do corpo por meio das quais corpos sexuais são posicionados na história.

Nessa perspectiva, o gênero seria o modo operatório da relação de poder entre homens e mulheres. É a valorização negativa ou inferior dos atributos do feminino (VILELLA; ARILLA, p.113). Aqui, destaca-se Bastos (2019), quando a autora cita Carvalho (2009), cuja afirmação diz que gênero é uma construção social feita sobre as diferenças sexuais. Não propriamente a diferença, mas a forma como ela era representada ou valorizada, aquilo que se diz ou se pensa sobre a diferença e, ainda, como menciona Butler (2010), quando ela afirma que a representação da figura masculina e da feminina, no entanto, não se restringe absolutamente à condição “do ser macho e do ser fêmea”, mas ultrapassa bastante esses limites biológicos. Trata-se de construções e desconstruções culturais de grande complexidade, modeladas por regras e códigos simbólicos da sociedade. Tais alusões são postas com o intuito de situar este trabalho no campo social. Visto que é nele, no campo social, que ocorrem as construções e relações – muitas vezes não igualitárias.

Voltando a Beauvoir (1970), é preciso ter em mente que o sexo não é algo “dado”, nem “natural”, mas encará-lo como um entendimento, uma compreensão construída do ponto de vista social e cultural.

Nesse sentido, está claro o quanto o gênero é fator taxativo do comportamento nas mais diversas relações existentes da sociedade, sejam em relações pessoais, de trabalho e até legislativa. Assim, como este trabalho mais a frente apresentará o conceito de divisão sexual do trabalho, é válido traçar um elo com Silva (2015), que salienta que o espaço da mulher esteve por muito tempo associado, prioritariamente, aos cuidados com lar, a família e a reprodução. Diferentemente do homem, este que sempre esteve atrelado ao espaço público e ao processo de produção intelectual, econômico e científico, adquirindo assim, desde cedo, privilégio no ambiente escolar.

Bem como é importante ressaltar como esses conceitos de espaço da mulher na sociedade, servem de base para maior cobrança da sociedade em relação as egressas. Ao cometer um

ato criminoso, após o julgamento e com o cumprimento da sentença, as mulheres em sua maioria são abandonadas por seus parceiros, e acabam por se afastar de seus filhos e familiares com a intenção de poupá-los. Comportamento completamente diferente do que ocorre com os homens, que muitas vezes tem o ato criminoso “justificado” pela agressividade masculina. Além disso, em cumprimento de pena, recebem visitas, dificilmente são abandonados por familiares. Essa será mais uma questão de foco deste trabalho em capítulos posteriores.

Portanto, a construção do que é pertencer a cada sexo acontece de acordo com padrões que são previamente estabelecidos socialmente, regras impostas partindo das diferenças biológicas do sexo. Sendo assim, “gênero” pode ser entendido como “sexo” social. O gênero - como um conjunto de ideias e representações sobre o feminino -, cria uma determinada percepção sobre o sexo anatômico. “Assim, ter pênis ou ter vagina (ser menina, homem, mulher ou menino) determina quais serão as informações utilizadas para organizar os sujeitos em uma desigual (e irreal) escala de valores” (AUAD, 2006, p. 21).

Vale ressaltar que a dissertação pretende trazer para o debate a perspectiva interseccional, considerando não somente questões de raça e gênero, mas, também um olhar histórico que colabore com desconstruções que resultam em ações discriminatórias quando pensamos em oportunidades profissionais no mercado de trabalho.

## **2.2 As Questões de Raça**

A opressão sofrida pelos negros é resultado de um processo histórico que se inicia na época das colonizações escravocratas. Os brancos durante as colonizações europeias invadiam terras, transformavam os nativos em escravos e se diziam conquistadores, superiores a quem de fato era dono daquele território. Nesse sentido, sabe-se que a partir do século XVIII, teorias raciais foram surgindo com intuito de justificar a “superioridade” da raça branca dando respaldo para a discriminação (BIRCHAL; PENHA, 2006). Essas teorias buscavam justificar as exclusões, escravizações, explorações, tranquilizando a consciência do opressor e induzido a aceitação do oprimido (BIRCHAL; PENHA, 2006). No Brasil, a colonização violenta e escravocrata também se fez presente e até hoje os negros colhem os amargos frutos desse momento em nossa história.

A inferiorização por raça é resultado de uma cultura de séculos de opressão, que começa com as colonizações escravocratas, passa por teorias de superioridade ariana com o holocausto

e se mantem viva nos dias atuais disfarçadas por posturas de falso moralismo e aceitação (VA-INFAS, 2014). O racismo está enraizado na cultura social que se diz não excludente, mas que constantemente cai em contradição.

A influência da divisão racial e, conseqüentemente, do racismo é evidente nas relações interpessoais, intersociais e de trabalho, desde a antiguidade até os dias atuais (GOMES, 2005). Esse quadro não é diferente no sistema carcerário brasileiro, no qual aproximadamente 70% das apenadas são mulheres negras. Por esse motivo, é necessário que esse trabalho realize um imbricamento para a questão da raça e do racismo.

Para compreender as questões raciais presentes na sociedade, é preciso inicialmente entender o significado e a origem da palavra raça. A priori, a palavra raça, biologicamente falando, foi designada para identificar animais racionais e irracionais com características biológicas semelhantes (BIRCHAL; PENHA, 2006). No entanto, Almeida (2019, p. 15) afirma que,

a palavra raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas.

Além disso, o conceito biológico de raça caiu por terra a partir do momento que foi comprovado que apesar de diferenças nas características físicas visíveis, somos todos fisiológica e geneticamente muito semelhantes. E mais, a questão da identidade racial é definida de acordo com as vivências culturais e históricas, resultante de causas e efeitos provenientes de pequenos círculos familiares que se expandem e se espelham em relações sociopolíticas que podem definir o progresso (ou não) de uma nação (GOMES, 2005).

Ainda existe uma miscelânea em relação aos termos raça e racismo, o que dificulta o entendimento de todo o processo de discriminação que resultou em inferiorização dos negros no Brasil. Segundo Gomes (2005, p. 45)

[...] no Brasil, quando se discute a situação do negro, a raça ainda é o termo mais usado nas conversas cotidianas, na mídia, nas conversas familiares. Por que será? Na realidade, porque raça ainda é o termo que consegue dar dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade.

No entanto, Almeida (2019, p 22) ainda conceitua o racismo “como uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

Todo esse histórico de repressão discriminatória, criou uma cultura de racismo até hoje compartilhada, ainda que mascarada por princípios ditos morais (BIRCHAL; PENHA, 2006). A cultura da existência de superioridade entre raças, mudou o comportamento e as relações entre humanas. Fanon (2008, p.33), alerta que o negro tem duas dimensões. “Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial.”

Recentemente, tem se estabelecido novos conceitos que ajudam a entender como o racismo está inserido na sociedade. Nesse sentido, Almeida (2019) descreve o racismo em três esferas, individual, institucional e estrutural. Assim, sobre a concepção institucional e estrutural:

[...]o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. [...] É possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2019, p. 32).

É interessante, então, ponderar e fazer um paralelo com a representação do judiciário brasileiro nos dias presentes. Segundo o Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros (2018), do Conselho Nacional da Justiça, o nosso Judiciário é formado majoritariamente por homens, brancos, católicos, casados e com filhos. No que diz respeito ao perfil étnico-racial, o documento aponta que a maioria se declara branca (80,3%). Declarantes negros são: 18,1% (16,5% pardos e 1,6% pretos), e 1,6% afirmam ser de origem asiática (amarelo). Apenas 11 magistrados se declararam indígenas.

Ainda afirma Fanon (2008, p. 85):

Defendemos, de uma vez por todas, o seguinte princípio: uma sociedade é racista ou não o é. Enquanto não compreendermos essa evidência, deixaremos de lado muitos problemas. Dizer, por exemplo, que o norte da França é mais racista do que o sul, que o racismo é obra de subalternos, o que, por conseguinte, não compromete de modo algum a elite, que a França é o país menos racista do mundo, é do feitio de homens incapazes de pensar corretamente.

Ocorre que esse perfil sociodemográfico propicia grande imparcialidade em julgamentos e condutas judiciais. Ou seja, todo o contexto histórico criado que coloniza o negro e o

identifica como outro ser, o coloca como um ser inferior, o qual não é digno de empatia ou qualquer consideração, é nascido para servir e sofrer as punições por ser escória da sociedade.

Voltando ao judiciário brasileiro e, ainda, para ilustrar o racismo presente no mesmo, podemos citar um caso recente, o do jovem Rafael Braga, cidadão negro, pobre e morador do subúrbio carioca, do bairro da Penha. Um caso reconhecido de seletividade penal. Rafael foi preso em junho de 2013, após ser abordado por dois policiais nas mediações de onde havia ocorrido uma manifestação, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Foi preso por portar uma garrafa de água sanitária e de desinfetante sob acusação de que usaria esses materiais para confecção de coquetel molotov. Apesar do esquadrão anti-bombas descartar a possibilidade de tal material se tornar explosivo, ainda assim Rafael foi um dos poucos indivíduos presos durante a manifestação – que reuniu aproximadamente 300 mil pessoas - ocorrida na capital. Anos depois, em 2017, Rafael Braga foi novamente preso e condenado em primeira instância a 11 anos e três meses de prisão. Nessa ocasião a prisão foi devido a quantidade mínima de maconha (0,65g) e cocaína (9,3g) que portava juntamente com um rojão. Rafael teve seu pedido de habeas corpus negado por dois magistrados e o terceiro pediu maior prazo para analisar o caso. Em contraste, temos Breno Borges, branco, filho de desembargadora, foi preso com 130 kg de maconha e armas de grande calibre, teve a prisão revogada após apresentação de laudo médico que sugeriu realização de tratamento em clínica psiquiátrica particular. Conclui-se: dois pesos e duas medidas. As condenações variam de acordo com a cor da pele e o poder aquisitivo.<sup>1</sup>

Assim, é interessante citarmos novamente Fanon (2008) quando ele externa a imagem do homem negro como algo ruim e negativo no imaginário da sociedade. Em sua obra ele menciona o encontro de um negro com um jovem branco (FANON, 2008 p. 106-107):

Olhe o preto!... Mamãe, um preto!... Cale a boca menino, ele vai se aborrecer! Não ligue, monsieur, ele não sabe que o senhor é tão civilizado quanto nós... Meu corpo era devolvido desancado, desconjuntado, demolido, todo enlutado, naquele dia branco de inverno. O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio; olhe, um preto! Faz frio, o preto treme, o preto sente frio, um frio que morde os ossos, o menino bonito treme porque pensa que o preto treme de raiva, o menino branco se joga nos braços da mãe: mamãe o preto vai comer!

“Já se tornou nítido que o compromisso da justiça brasileira, assim como dos demais poderes, não é com a totalidade da população brasileira, mas apenas com um setor específico,

---

<sup>1</sup> RAFAEL, P. Caso Rafael Braga escancara seletividade e racismo do judiciário no Brasil. Brasil de Fato [online], 04 ago. 2017. Acesso em: 15 dez21 2020, Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/04/caso-rafael-braga-escancara-seletividade-e-racismo-do-judiciario-no-brasil>.

minoritário e privilegiado.” (SOBRINHO; DORNELLES; PEDRINHA, 2018, p. 26-27). A condenação de Rafael Braga pelo judiciário, baseada em leis antidrogas aprovadas pelo legislativo e iniciada com a detenção e forjamento de provas por parte da Polícia Militar, que é subordinada ao Executivo, está longe de ser um caso isolado, mesmo com todas essas especificidades. Segundo dados do Infopen, dos 724 mil presos no Brasil, cerca de 64% são negros e 80% não possuem ensino básico. Isso mostra nitidamente o recorte racial e de classe que se encontra dentro dos presídios brasileiros, sendo a maioria dos integrantes destes negros e pobres.

A criminalidade é uma tatuagem da sociedade no cidadão negro. Um preconceito que vem de todas as classes sociais e intelectuais que compõe a sociedade. Faltam leis que atuem contra essas posturas. Além disso, muitas vezes os representantes das leis são os atores da ação excludente com esses indivíduos. Um exemplo disso está na declaração de uma juíza no estado do Paraná “Seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça, agia de forma extremamente discreta os delitos e o seu comportamento [...]” (VIANNA; BRODBECK, 2020). Claramente a raça usada como argumento para definir se o indivíduo cometeu ou não um ato criminoso.

Aqui é interessante trazermos o conceito da democracia racial. Guimarães (2001), afirma que uma das primeiras referências do uso da expressão é do final da década de 40, durante o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, por Abdias do Nascimento. Porém, tal termo é comumente imputado ao antropólogo Gilberto Freyre, sociólogo e historiador nascido em Recife, responsável por uma das obras considerada mais representativa sobre a formação da população brasileira: “Casa Grande & Senzala”. Freyre é figura premiada da literatura brasileira, dentre as premiações que recebeu estão o prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, e a Grã – Cruz de Santiago de Compostela. Obteve título de Mestre em Artes pela Universidade de Colúmbia com a dissertação “Vida social no Brasil em meados do século XIX” e concluiu sua formação acadêmica na Europa. O autor foi professor de Sociologia da escola normal, além disso ministrou aulas como professor visitante em Universidades na Europa e Estados Unidos da América (FRAZÃO, 2020).

Sempre muito envolvido com as questões regionais, Gilberto Freyre foi nomeado secretário particular no governo de Estácio Coimbra, ficando encarregado pelo jornal “A província”, Nos anos 1940, após divergências com o interventor Federal em Recife, foi preso pela polícia da ditadura de Getúlio Vargas. Cinco anos depois, foi eleito para a Assembleia Constituinte, participando da elaboração da constituição de 1946, na qual atuou nos setores ligados à ordem social e à cultura e sendo responsável pela fundação Joaquim Nabuco de pesquisas sociais (FRAZÃO, 2020).

Em sua obra mais conhecida “Casa Grande & Senzala” (1933), o autor contraria interesses da época, pois disserta contra a superioridade ariana. Freyre, foca na questão da miscigenação racial ocorrida no período colonial criando uma visão romantizada sobre as relações entre colonizadores e colonizados. Por esse motivo, “Casa Grande & Senzala” foi estigmatizada, mas com o tempo tornou-se importante na luta contra o preconceito racial. Ainda nesta obra, Freyre (1933), destaca que o sucesso das colonizações portuguesas está atrelados a capacidade de adaptação às adversidades climáticas e sua interação com os povos colonizados, ou seja, as relações estabelecidas que deram origem a miscigenação da raça (QUIRINO, 2012; GUIMARÃES, 2001).

É fácil entender o mito da democracia racial, quando observados dados atuais da população brasileira. A vulnerabilidade dos negros no Brasil é constatada pela média de anos de estudos bem menor que dá população branca, pelo acesso apenas ao sistema único de saúde, menor expectativa de vida, menores salários (QUIRINO, 2012).

O processo de abolição no Brasil se deu por uma questão econômica. [...] Os negros eram maioria da população brasileira no final do século XIX e por serem considerados inferiores, as elites brasileiras via esta população com um problema para o progresso do brasileiro (QUIRINO, 2012. p. 271).

E mais, segundo Quirino (2012) no início do século XX, o atraso social do Brasil, era devido a maioria negra da população, assim o desenvolvimento de uma nação estava associado a evolução da raça para padrões Europeus, ou seja, brancos.

Voltando ao Guimarães (2001), na década de 30, quando acontecia de forma inédita a Frente Negra Brasileira, não havia ainda críticas à crença da presença da democracia racial. As mazelas sofridas na ocasião pela população negra eram relacionadas à falta de educação, à desatenção a estas pessoas e, até mesmo, às fragilidades dos negros. É somente em 1945, que esse quadro é modificado, com o nascimento de novos movimentos negros como o Teatro Experimental do Negro.

Para os movimentos negros, entretanto, a abolição não fora completa, pois não representara a integração econômica e social do negro à nova ordem capitalista: tanto para a geração dos 30 (a Frente Negra Brasileira), quanto para a geração dos 50 (o TEN), seria necessária uma segunda Abolição (GUIMARÃES, 2001, p. 06).

Porém, o mito de que há uma democracia racial no país permanece presente. Quirino (2012) afirma que tal conceito foi bastante competente para criação de uma hierarquia entre brancos e negros. Esse sentimento da supremacia da raça branca frente a raça negra foi tão fortemente impregnado e bem construído no imaginário do povo brasileiro que, no censo de 1980 no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram identificadas 136 cores na população do país. Outro ponto trazido pela autora é a questão da meritocracia. Se vivemos em

uma democracia, acredita-se que há oportunidades de forma justa para todos. Portanto, se a população negra ocupa patamares mais baixos frente à população branca no que diz respeito às conquistas socioeconômicas, a responsabilidade é dessa própria população.

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu.

Queremos dizer, com isto, que houve uma reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo, no contexto da sociedade do capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminadores que se sucedem na biografia de cada negro. (MOURA, 2019, p. 34)

O cenário exposto acima, explica pelo menos em parte, a maioria negra entre a população carcerária no Brasil. Assim, o viés inconsciente leva a seguinte interpretação pela população em geral: o negro cometeu um crime, irá cometer, está pagando pelo crime e em breve irá cometer outro crime. Logo, a reinserção na sociedade da população egressa é dificultada, muitas vezes repelida pela sociedade. Somado a isso, o sistema carcerário não possui, na prática, uma política de reeducação e reinserção que corrobore com esse processo.

### **2.3 A Questão da Interseccionalidade**

Na apresentação da obra *Feminismos e Interseccionalidade: Mulheres Negras, Protagonistas de Suas Histórias*, Viviane Gonçalves Freitas (organizadora) afirma que determinadas características se apresentam indissociáveis e, exatamente por isso, são incontornáveis para a compreensão de como a restrição de acessos, de um lado, e os privilégios, de outro, são significativos na orientação das relações de poder. A interseccionalidade de gênero, raça e classe aborda, assim, as mulheres negras em especial.

Já Akotirene (2018) lembra que, segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (2018).

Akotirene<sup>2</sup>, durante o Programa Ideia Livre, da TV Itamaré, traça um paralelo objetivo e relevante entre gênero e raça e costura as ideias citadas anteriormente. A autora afirma que o racismo institucional aparece nas normas do sistema prisional, na dificuldade que a mulher tem à visita íntima, na assistência religiosa que, apesar de estar prevista Lei de Execução Penal, segundo a autora, o Estado incentiva que, apenas os neopentecostais prestem a assistência religiosa para as pessoas que estão em privação de liberdade. Ainda segundo Akotirene, no caso do candomblé, religião de matriz africana, o religioso é tratado como criminoso, chegando a ser submetido à uma revista íntima para visitar o presídio, enquanto padres e pastores não passam por tais expedientes que denotam segregação racial, estigmatização e enfraquecimento de laços entre as pessoas negras que estão do lado de fora da prisão e pessoas que estão cumprindo pena.

Já o corpo da mulher negra parece ser invisível há séculos. Em 1851, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron, Sojourner Truth, de improviso proferiu um discurso marcante:

Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (PORTAL GELEDÉS, 2014).

Hirata (2014) afirma que a interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas e, portanto, como um instrumento de luta política. Segundo a socióloga, é nesse sentido que Collins (2014) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um "projeto de conhecimento" e uma arma política. A autora diz respeito às "condições sociais de produção de conhecimentos" e à questão da justiça social (2014).

Já Kilomba (2012) mostra que há situações diferentes para a mulher conforme a sua cor de pele. A autora afirma que as mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam sua própria realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde “raça” não tem lugar (KILOMBA, 2012). Nós ocupamos um lugar muito crítico, em teoria. É por causa dessa falta ideológica, argumenta Mirza (1997 *apud* KILOMBA, 2012) que as mulheres negras

---

<sup>2</sup> Entrevista para o programa Ideia Livre. TV Itamaré. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kAV7tTyPBSA>>. Acesso em: 05 nov 2020.

habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da “raça” e do gênero, o chamado “terceiro espaço”. “Nós habitamos um tipo de vácuo de apagamento e contradição sustentado pela polarização do mundo em um lado negro e de outro lado, de mulheres.” (MIRZA, 1997 apud KILOMBA, 2012). Este é, é claro, um dilema teórico sério, em que os conceitos de “raça” e gênero se fundem estreitamente em um só. Tais narrativas separativas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos (KILOMBA, 2012).

A nota técnica “Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014” (IPEA, 2016), aponta um incremento significativo do grau de cobertura previdenciária, subproduto da formalização da ocupação no último decênio. No conjunto, as mulheres se aproximaram dos homens em termos de contribuição, sobretudo puxada pelas mulheres brancas (70%). Porém, 44,2% das mulheres negras são não contribuintes da previdência social, seguidas de perto pelos homens negros (43,7%). Estes números são indícios consistentes da baixa qualidade das ocupações geradas no mundo do trabalho, apontando para um grave problema que o desemprego pode representar para a população desprotegida. O material ainda revela que a melhoria das condições de inserção no mundo do trabalho nos últimos anos não alterou, portanto, a estrutura da divisão racial e sexual do trabalho, motivo pelo qual uma conjuntura econômica desfavorável tende a ser ainda mais regressiva, sobretudo para as mulheres negras, inseridas majoritariamente em relações instáveis e desprotegidas de trabalho (IPEA, 2016). Ainda segundo a nota técnica, o percentual de trabalhadores inseridos em formas precárias de ocupação apresenta a mesma estrutura hierárquica que os estudos clássicos sobre estratificação social com base na renda apresentam: a mulher negra é a base do sistema remuneratório, sujeito preferencial das piores ocupações, convergência da tríplice opressão de gênero, raça e classe. Nada menos que 39,1% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguida pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (27,0%) e homens brancos (20,6%) (IPEA, 2016).

Para realizar um entrelace entre a questão de gênero, racial, de subalternidade, características presentes no perfil das mulheres encarceradas no Brasil, é preciso considerar que o Estado no Brasil é o que formula, corrobora e aplica um discurso e políticas de que negros são indivíduos para se nutrir medo e, portanto, repressão (BORGES, 2018). A sociedade, imbuída de medo por este discurso e pano de fundo ideológico, corrobora e incentiva a violência, a tortura, as prisões e o genocídio. Se, por um lado, para a instituição do colonialismo foi utilizada uma filosofia religiosa para a super exploração de corpos negros, por outro, é o estereótipo formulado no pós-abolição que seguirá perpetuando uma lógica de exclusão e, conseqüente,

extermínio da população negra brasileira. Este poder sobre corpos negros é exercido em diversas esferas. Seja na total ausência de políticas cidadãs e de direitos, como falta de saneamento básico, saúde integral, empregos dignos; seja pelo caráter simbólico de representação do negro na sociedade como violento, lascivo e agressivo alimentando medo e desconfiança e culminando em mortes simbólicas, pela aculturação, assimilação e epistemicídio, até as mortes físicas, que se estabelecem pela violência, torturas, encarceramento e mortes. O debate sobre Justiça Criminal no Brasil não pode jamais prescindir da questão racial como elemento pilar, inclusive para a instalação desta instituição no país. (BORGES, 2018).

Considerando a realidade da mulher encarcerada no Brasil e a divisão sexual do trabalho presente na sociedade contemporânea e, ainda, levando em conta a existência da Lei de Nº 7.210/84, intitulada Lei de Execução Penal, que carrega em seu texto garantias ao condenado e ao internado para integração social, individualização da execução penal, assistência material, assistência à saúde, assistência jurídica, assistência educacional, assistência social, assistência religiosa e assistência ao egresso, na prática, quando libertas, as egressas do sistema carcerário – que constituem o *corpus* da pesquisa – voltam ao convívio social e vão em busca de colocação no mercado de trabalho formal – o que representaria liberdade financeira e status social – elas sofrem por má (ou falta de) formação educacional/profissional, não contam com políticas públicas que viabilizem a inserção delas no mercado de trabalho formal e, também, enfrentam a discriminação da sociedade, sendo colocadas ainda mais à margem da sociedade.

Lemgruber comenta em entrevista dada ao Jornal O Globo On-line (2019)

que a mulher presa, a mulher criminosa é vista como alguém que transgrediu a lei em dois níveis. Ela transgrediu a lei penal, que é aquela que todos devem cumprir numa sociedade, mas ela rompe também com a ordem da família. Não é esperado que uma mulher cometa um crime. É esperado que a mulher seja uma mãe dedicada e carinhosa. E essa mulher vai ser olhada e vai ser tratada com muito mais rigor. Então, durante todos esses anos eu tive conhecimento e, claro, que houve uma época em que vivi isso muito de perto, que as mulheres que eram abandonadas pelos companheiros. Quando os companheiros não eram da vida do crime, então, esses companheiros às vezes diziam para os filhos que as mães tinham morrido. Eu vi muitos casos desses. (O GLOBO, 2019).

Conforme Saffioti (1984 apud MAGALHÃES, 2016) aponta, não se trata, portanto, de uma luta entre os sexos. Ao contrário, trata-se de mostrar aos homens e às mulheres, à família enquanto unidade de consumo, a exploração de que ambos são objetos a partir da divisão da sociedade em classes sociais da sociedade capitalista, através das relações de dominação-subordinação entre as diferentes categorias de sexo. Em última instância, a opressão da mulher, serve à exploração de homens e mulheres.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções com maior valor social agregado (políticos, religiosos, militares etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizacionais: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher). (HIRATA et al., 2009).

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dos grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no nosso caso o trabalho, se exprimem por meio da divisão social sexual do trabalho entre os sexos, chamada concisamente, divisão sexual do trabalho (HIRATA, et al., 2009).

#### **2.4 Legislação para a mulher egressa**

Teoricamente, a mulher egressa conta com a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), que não é especificamente uma política sobre trabalho, mas trata do tema. A Política estabelece diretrizes, metas e ações para qualificar a assistência às mulheres em privação de liberdade e egressas e promover a adaptação das políticas penitenciárias às especificidades desse público.

A PNAMPE orienta os governos estaduais na elaboração de ações para: i) atenção à gestação e à maternidade na prisão; ii) assistência material; iii) acesso à saúde, à educação e ao trabalho; iv) assistência jurídica; v) atendimento psicológico; e vi) capacitação permanente de profissionais do sistema prisional feminino.

O Estado que deveria ser o garantidor da inclusão social não cumpre o seu papel, nem antes e nem posteriormente a vivência do cárcere.

A Lei nº 7.210 (BRASIL, 1984) parece não existir para essas mulheres, tampouco as Regras de Bangkok são praticadas. Não são criadas condições por parte do poder público que estimule a inclusão social para as egressas. Também não vemos empresas privadas criando

políticas de contratação para essas mulheres, apesar de ser já presente no mercado corporativo políticas de recursos humanos (RH) voltadas para as questões da equidade.

Parece não haver preocupação da sociedade com o crescente e veloz número de mulheres presas no país. É curioso e contraditório observar que o Brasil se envolveu nas negociações para a elaboração das Regras de Bangkok e para a sua aprovação na Assembleia Geral das Nações Unidas, mas internamente pouco é feito para que as diretrizes das tais regras sejam levadas em conta. As políticas públicas são incipientes. O envolvimento da sociedade com o tema é baixo e os esforços das organizações não governamentais (ONGs) muitas vezes frustrados pela falta de apoio da esfera pública, como também da privada.

As Regras de Bangkok são um documento adotado em 2010 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) cujo texto apresenta as regras da Organização para o tratamento de mulheres detentas e para a aplicação de medidas não privativas de liberdade a mulheres infratoras. São direitos reconhecidos pela (ONU) às presidiárias, considerando que as mulheres possuem necessidades particulares. Ainda segundo a ONU, um dos pontos centrais das Regras de Bangkok é a redução do encarceramento feminino provisório e sua consequente substituição por soluções judiciais que favorecem a utilização de mecanismos penais alternativos (2016).

Voltando ao tema egressas do sistema carcerário brasileiro e a inclusão delas no mercado de trabalho formal, é preciso ter em mente que o problema começa ainda atrás das grades. Levantamento de Informações Penitenciárias INFOPEN (2016), aponta que 45% das mulheres presas no Brasil em junho de 2016 não haviam sido ainda julgadas e condenadas. A primeira edição do INFOPEN Mulheres, que trazia dados referentes a junho de 2014, apontava que 30,1% das mulheres encarceradas não tinham condenação. Se esses dados forem cruzados com os dados que dizem respeito às mulheres que trabalham e são remuneradas quando privadas de liberdade, é possível dimensionar o grau de dificuldade para a inclusão delas no mercado de trabalho quando o direito de ir e vir é recebido.

A Lei de Execução Penal, garante que o trabalho do condenado tenha caráter educativo e produtivo. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade. Já para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento. O Art. 32 da Lei, coloca que na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado. Já o trabalho externo será aceito para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da administração direta ou indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas

contra a fuga e em favor da disciplina. A prestação de trabalho externo, que dependerá da autorização da direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.

#### **2.4.1 Atividades laborais e mercado de trabalho**

Ao fazermos um recorte de gênero, considerando os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Governo Federal (2018), verificamos que em todo o Brasil, apenas 24% da população prisional feminina está envolvida em atividades laborais, internas e externas aos estabelecimentos penais. Os estados do Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Sergipe destacam-se pelo percentual de mulheres trabalhando, superior ao patamar de 40% da população prisional feminina no estado. Entre as mulheres que trabalham, 87% delas encontram-se em atividades internas ao estabelecimento. As atividades internas compreendem tanto às vagas de trabalho obtidas por meio de parcerias com empresas, ONG's, poder público e outros parceiros, quanto às atividades de apoio à administração do próprio estabelecimento penal, desde que realizadas dentro do ambiente da unidade (INFOPEN, 2018).

Ainda é preciso observar os tipos de atividades que as mulheres encarceradas realizam. De acordo com as respostas dos 12 estados que enviaram informações sobre esses afazeres, cozinha e costura aparecem com maior frequência entre as áreas de atuação (Tabela 2).

Embora mais de 20 tipos de atuação tenham sido informados, elas se concentram em poucas áreas, como alimentação, indústria têxtil, serviços gerais e artesanato. Poucas fogem de ofícios historicamente associados ao universo feminino. Entre as exceções, estão construção civil (MS) e componentes eletrônicos (PR). As atividades "tradicionais" costumam ser mencionadas por gestores públicos como as que mais absorvem mulheres também após a saída da prisão. De acordo com estudo global sobre prisões, de maneira geral, há menos oportunidades de inserção para mulheres privadas de liberdade e as que existem tendem a ser menos variadas que as oferecidas para homens. A pesquisa menciona casos em que a oferta de capacitação profissional e preparação para o emprego acaba reforçando estereótipos, quando as habilidades ensinadas a elas se limitam a reproduzir o trabalho doméstico, como cozinhar e costurar. Esse padrão pode restringir esse público a empregos mal remunerados e, conseqüentemente, reduzir sua capacidade de conquistar independência financeira. (TINOCO: GIANNINI, 2019).

Tais distinções de gênero, por exemplo, são percebidas desde o descritivo das vagas ofertadas no mercado de trabalho, como nas entrevistas, na hierarquização e separação dos cargos. Madalozzo (2016), autora da publicação *Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina “vieses inconscientes”* questiona: De 2001 a 2010, a presença de mulheres em cargos executivos evoluiu de 6% para 14%. Apesar do crescimento, o nível de participação de mulheres nesses cargos continua muito baixo. Em níveis de gerência, o percentual de mulheres permaneceu estável durante o período, pouco acima de 20%. “Como temos uma entrada tão forte de mulheres no sistema educacional, principalmente no ensino superior e não conseguimos mover essa curva? O que a gente está fazendo de errado?”. A pesquisadora destacou cinco tipos de vieses inconscientes – de afinidade, de percepção, de confirmação, de efeito de halo/auréola e de efeitos de grupos – e chama atenção para o fato deles possuírem grande impacto para influenciar decisões no ambiente de trabalho como na vida pessoal.

**Tabela 2.** Levantamento de Informações Penitenciárias 2016.

UF	Mulheres trabalhando no sistema prisional	
	N	%
AC	82	28%
AL	89	23%
AM	273	15%
AP	43	40%
BA	116	24%
CE	217	18%
DF	242	36%
ES	263	24%
GO	143	18%
MA	93	29%
MG	848	26%
MS	599	41%
MT	91	13%
PA	196	26%
PB	98	16%
PE	318	19%
PI	NI	NI
PR	614	23%
RJ	NI	NI
RN	0	0%
RO	252	35%
RR	4	2%
RS	820	42%
SC	241	16%
SE	146	65%
SP	3.567	24%
TO	22	11%
<b>Brasil</b>	<b>9.377</b>	<b>24%</b>

Fonte: INFOPEN, 2016.

Ainda na publicação, Madalozzo (2016) afirma que o viés de afinidade é a tendência de avaliar melhor aqueles que se parecem conosco. A partir de um cenário no qual as empresas tendem a ser lideradas por homens brancos, e de uma faixa etária restrita, as entrevistas de recrutamento podem ser realizadas por avaliadores com um perfil similar a esse.

Já na questão de raça, característica tão presente no perfil das encarceradas no Brasil, pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2002) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) mostram uma realidade mais precária enfrentada pelos negros no mercado de trabalho, em comparação com a enfrentada pelos não-negros, quando se consideram dados como as taxas de desemprego, a presença nos diferentes postos de trabalho e os valores dos rendimentos, entre outros.

É curioso, pois de forma geral, nos documentos produzidos pelas organizações que possuem Código de Ética e/ou de Compliance há regras e sugestões de condutas que, teoricamente, garantem um ambiente livre de assédio e discriminação, seja por motivo de gênero, raça, reli-

gião, orientação sexual, deficiência, idade etc. Nesse sentido, o tema da equidade e, principalmente, as políticas de diversidade elaboradas pelas organizações representam um posicionamento frente às necessidades contemporâneas da sociedade e um dos recortes contemplados em tais políticas é o alcance da equidade de gênero no ambiente do trabalho. Mas, é raro encontrarmos no mercado empresas que contam com políticas de contratação para egressas do sistema carcerário.

Por outro lado, a ausência de políticas públicas efetivas reforça o caminho árduo para as egressas conquistarem um trabalho formal. Miraglia, (2010 apud BRANDÃO; FARIAS, 2013) defende que o trabalho é o meio de garantir ao homem acesso a recursos para usufruir de uma vida digna. Assim, o trabalho torna-se o meio de valorar sua condição humana, ou até mesmo resgatar a cidadania, na medida em que possibilita a sua integração na sociedade, o recebimento de remuneração, permitindo-lhe realizar a aquisição de bens, implicando na melhoria de vida da população como um todo.

À medida que o trabalho muda o jeito de ser, de pensar e de agir de cada ser humano e de cada cultura, torna-se condição de humanização e instrumento da liberdade, porque é pelo trabalho que o homem viabiliza a realização de seus projetos (desejos) no mundo, ao mesmo tempo em que se torna propriamente humano. (ARANHA, 1997 apud BARBOSA, s.d., p. 36)

As políticas públicas, pela sua natureza, precisam ser desenhadas e executadas para assistirem as necessidades da população, o que incluem as minorias, os vulneráveis. Sem as políticas públicas, as egressas terão uma segunda condenação: a falta de oportunidade de um trabalho formal. Essa ausência tira da egressa a chance da dignidade, da autoestima e da inclusão.

### 3 METODOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo apresentar o direcionamento da metodologia aplicada nesta pesquisa, de abordagem qualitativa. Foram incluídos os caminhos para realização dos procedimentos metodológicos, definição, tipo de abordagem, a natureza do estudo, os procedimentos iniciais para a coleta de dados, o *corpus*, a seleção dos sujeitos, as categorias de análise e o método de análise utilizado.

#### 3.1 Natureza da pesquisa

Decidir qual metodologia utilizar em uma pesquisa é um processo complexo que abrange dois fatores. O primeiro é ter em mente o que se deseja descobrir, isto é, qual o problema do trabalho. O segundo é analisar qual a melhor abordagem para descrever e resolver o que é almejado. Tal abordagem pode ser classificada como quantitativa ou qualitativa. A pesquisa quantitativa envolve a utilização de métodos e técnicas estatísticas ou levantamentos a respeito de determinado tema ou questionamento, garantindo a objetividade e permitindo a generalização. Contudo, apesar das estatísticas serem bastante úteis em determinadas ocasiões, podem esconder processos sociais fundamentais para entender comportamentos nas situações cotidianas. Para se atingir esse último objetivo utiliza-se a pesquisa qualitativa. Esta abordagem garante ao pesquisador maior flexibilidade para adequar as teorias aos fenômenos estudados, ajuda a criar descrições mais fundamentais bem como permite estudar contextos locais com características próprias (SILVERMAN, 2009 apud MARTINS, 2012.; VIEIRA; ZOUAIN, 2006 apud MARTINS, 2012).

Portanto, este trabalho utilizou metodologia qualitativa, pois há um interesse em interpretar a realidade social das apenadas do sistema carcerário brasileiro. Um objetivo importante do pesquisador qualitativo é que ele se torna capaz de ver "através dos olhos daqueles que estão sendo pesquisados" (BRYMAN, 1988 apud BAUER; GASKELL, 2002).

“Em ciências humanas, o pesquisador é mais que um observador objetivo: é um ator aí envolvido” (LAVILLE, 1999, p. 34).

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, focada em conceitos apresentados no referencial teórico, visando criar um arcabouço que permitiu a

interpretação do *corpus* dessa pesquisa, como também responder aos objetivos propostos. A pesquisa possui uma pergunta abrangente visando oferecer liberdade para que o tema tratado não seja analisado por uma visão míope e acanhada.

Além do suporte teórico, foram coletados dados através de entrevistas. Conforme Lopes (2015), o trabalho compreende história de vida como uma possibilidade de elo entre o sujeito e o corpo social, ou seja, colocar o sujeito dentro de uma contextualização histórica.

Para atingir o objetivo da pesquisa, foram realizadas (e gravadas) histórias de vidas de quatro mulheres privadas de liberdade. Todas as entrevistas tiveram autorização para gravação de forma oral. Os encontros ocorreram de forma voluntária, tendo sido acordada a preservação das identidades das entrevistadas e considerando as narrativas individuais de cada mulher ouvida. Conforme Thiollent (1982), em geral, história de vida é obtida através de uma ou mais entrevistas denominadas entrevistas prolongadas, com relação de forma contínua entre pesquisador e pesquisado: “o entrevistador se mantém em uma ‘situação flutuante’ que permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural, sem questionamento forçado” (THIOLLENT, 1982, p. 86).

A pesquisa levou em conta a abordagem de história de vida, com roteiros abertos, transcritas e com o objetivo de conhecer tais mulheres para, em seguida, ser feita a análise de conteúdo.

A primeira entrevistada fez o contato inicial com a pesquisadora de forma espontânea através do aplicativo WhatsApp no final do mês de outubro de 2020. Inicialmente, houve a intenção da conversa acontecer pessoalmente. Uma data chegou a ser marcada, mas foi adiada por desencontro de agendas e receio da pandemia. No dia 21 de novembro de 2020, ocorreu a primeira conversa por videoconferência, que durou aproximadamente uma hora. Posteriormente, em dezembro de 2020, entrevistada e pesquisadora trocaram mensagens, para aprofundamentos de algumas questões. A entrevistada propôs uma nova conversa, mas a entrevistada preferiu trocar mensagens de áudio, que aconteceram em 20 de dezembro de 2020. A segunda entrevistada, irmã da primeira, aguardava o contato da pesquisadora. A primeira abordagem foi feita por WhatsApp, no dia 06 de janeiro de 2021. Ela já aguardava o contato, pois sua irmã já tinha realizado a intermediação. A entrevista aconteceu dias depois, em 23 de janeiro. A entrevistada não aceitou ligar a câmera e a conversa durou pouco mais de uma hora. A terceira entrevistada, recebeu o primeiro contato da pesquisadora no final de novembro de 2020. Ela também já esperava a aproximação, pois houve a indicação. Algumas marcações para realização da conversa foram feitas, mas a entrevistada teve problema com a internet, depois desencontro de agendas e, a entrevista somente aconteceu no dia 23 de janeiro de 2021. O diálogo durou

praticamente uma hora. Já a quarta entrevistada, teve o agendamento da conversa por intermediação da assessoria de imprensa da editora a qual ela publicara uma obra. Como antes da entrevista a pesquisadora realizou pesquisa biográfica – livro, reportagens, podcast – a conversa foi mais curta, o que não quer dizer forma alguma menos profunda. Mais tarde, o trabalho detalhará sobre os encontros.

Em resenha, Susin (2014), descreve o uso de roteiros abertos e suas possibilidades como: a investigação do novo e do desconhecido, da apreensão do sentido subjetivamente visado e a reconstrução do sentido latente, das descrições microscopicamente detalhadas do agir e/ou dos *milieu* sociais, da reconstrução da complexidade das estruturas de ação a partir do caso particular e da verificação de hipóteses e de teorias a partir do caso particular.

Scott (1992, p.66), faz uma reflexão importante ao pensarmos sobre a metodologia usada nesta pesquisa visto que há diversos estudos que tratam da mesma temática – e, em diversas disciplinas, porém são raros os trabalhos que usam a história oral como metodologia. Ouvir, como fonte primária, essas mulheres foi fator motivador para a realização da pesquisa, que considera a interseccionalidade um ponto relevante, para o entendimento da vida delas, mulheres oprimidas e colocadas à margem da sociedade por questões de gênero, raça, nível educacional e financeiro e estigmatizadas pela experiência no cárcere. Tais mulheres não devem ser vistas como estatísticas e, sim como sujeitos que possuem trajetórias e demandas, que não podem seguir silenciadas.

Muitos daqueles que escrevem a história das mulheres consideram-se envolvidos em um esforço altamente político, para desafiar a autoridade dominante na profissão e na universidade e para mudar o modo como a história é escrita. E grande parte da atual história das mulheres, mesmo quando opera com conceitos de gênero, está voltada para as preocupações contemporâneas da política feminista (entre eles, nos Estados Unidos-Atualmente, o bem-estar, o cuidado dos filhos e o direito ao aborto). Na verdade, há uma razão importante para se argumentar que os desenvolvimentos na história das mulheres estão fortemente relacionados "à força crescente e à legitimidade do feminismo como um movimento político", como também para insistir que está aumentando a distância entre o trabalho acadêmico e o político. Mas tomar-se a história das mulheres simplesmente como um reflexo do crescimento da política feminista externa à academia, também é falho. Mais do que postular uma simples correlação, precisamos pensar sobre este campo como um estudo dinâmico na política da produção acadêmica. (SCOTT, 1992, p. 66)

Para Matos (2017, p 17), o esquecimento é uma das piores formas de oprimir. Segundo Farr (1982), a entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados largamente utilizada

nas ciências sociais empíricas. O autor afirma que “ela é essencialmente uma técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista sobre fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista e, portanto, metodologia amplamente empregada.

Voltando a Matos:

O esquecimento, sobretudo o coletivo, pode se transformar numa “arte” política, capaz de legitimar determinadas formas de poder. E neste caso aqui, do poder patriarcal. E como sabemos, cada um/a de nós, quais são as consequências do apagamento sistemático da nossa memória histórica!? Não nos “lembrar” das agruras na ditadura brasileira, apenas para ficar nesse exemplo, está nos custando hoje muito caro, não é mesmo? (...) Convocar o “trabalho” da memória significa não só mobilizar os apagões históricos de vidas femininas inteiras frequentemente silenciadas, isto é, “o que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras”, mas, sobretudo, sinaliza um esforço muito importante e necessário (MATOS, 2017, p. 20).

Colomby afirma que as estratégias de análise são as mais variadas e que a mais empregada é a análise de conteúdo (13), em seguida, a mais usada é análise do discurso (12), depois análise interpretativa (6), e análise narrativa aplicada em apenas um (1) artigo

Conforme Bogdan e Biklen (2010), uma entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. Compreende-se análise de conteúdo um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2009, p. 44).

Ainda segundo Bardin (2011, p.15), a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Inclusive, Bardin (2016) afirma que a análise de conteúdo deveria ser aplicada a qualquer tipo de comunicação independente do seu alicerce e conta com duas funções: 1) heurística, visando enriquecer a exploração e 2) administração da prova, uma análise de conteúdo “para servir de prova”

Além das histórias com as mulheres privadas de liberdade, a pesquisa também abarca mais três entrevistas com os outros atores, profissionais da CEDAE e da Vara de Execuções Penais do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro (VEP), estes também deram entrevistas através de consentimento voluntário. Todas as conversas foram autorizadas pelos entrevistados. As sete entrevistas foram transcritas para manter a autenticidade das histórias. Vale ressaltar que

transcrever é reproduzir o texto oral. Para Evangelista (2001), entregar ao leitor as histórias de vida é alastrar o debate sobre as questões que podem ser extraídas das narrativas ouvidas. Criar, então, um documento para dar amplitudes a essas vozes é fundamental. E a transcrição é considerada uma forma de construção narrativa que permite a produção de um texto que agrega este objetivo, bem como os elementos que influenciam sua constituição.

### 3.1.1 *Corpus da Pesquisa*

O conceito de *corpus* tem sido definido por polifônicos posicionamentos, destacando-se semelhanças e diferenças nas indicações dos autores. Como elemento comum, o *corpus* é apontado como uma coleção de materiais (SINCLAIR, 1991, AARTS, 1991, BARTHES, 2006, BERBER SARDINHA, 2004).

Neste trabalho, o *corpus* da pesquisa foi constituído com apenas um foco temático e realizado através das transcrições das entrevistas feitas com mulheres privadas de liberdade visando verificar as questões – diretamente e indiretamente ligadas – à empregabilidade no mercado formal e, ainda, possíveis tensões ligadas às questões de gênero e raça. Outra definição de *corpus* é "uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar" (BARTHES, 1996, p. 44).

“Para uma transcrição ser considerada boa, ela precisa ser um apontamento extremamente detalhada, não devendo sofrer sínteses, limpezas ou correções. A transcrição deve registrar a fala literalmente, com todas as características possíveis da fala” (BARTHES, 1996, p. 251).

### 3.1.2 *Sujeitos*

Os sujeitos que interessam nessa pesquisa são:

- 1) mulheres privadas de liberdade, independente do regime de cumprimento da pena, que tenham tido ou estejam trabalhando dentro ou fora do cárcere no Estado do Rio de Janeiro;
- 2) profissionais da empresa CEDAE envolvidos diretamente na contratação e supervisão dessa mão de obra, das mulheres apenadas;

3) juiz da Vara de Execuções Penais (VEP), do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

Não interessa para esse estudo os apenados ou ex-presos (homens), pois o recorte de gênero norteia o trabalho.

Tanto os profissionais da CEDAE, quanto da VEP, foram selecionados como sujeitos para essa pesquisa devido a relevância que eles possuem no processo de uma possível contratação de apenadas para trabalho prisional formal. A CEDAE foi eleita por ser uma das raras empresas no Rio de Janeiro que emprega essa mão-de-obra. Atualmente, a Companhia emprega 500 apenados, entre homens e mulheres. Já a VEP foi selecionada por ser o agente público do Estado que libera (ou não) as mulheres apenadas para realização trabalho prisional extra muro (semiaberto, aberto ou em prisão albergue domiciliar).

### ***3.1.3 Delimitação e seleção dos sujeitos***

Foram entrevistados sete sujeitos, divididos em dois grupos. O primeiro grupo é composto por apenadas privadas de liberdade no estado do Rio de Janeiro e no estado de São Paulo, todas na faixa etária de 35 a 40 anos e cumprindo regimes diferentes. Das quatro entrevistadas, duas trabalham no Programa Replantando Vida, da CEDAE, uma trabalha em instituição pública de um município do Sul do Rio de Janeiro, sua cidade natal e, outra, que é autora, produtora, cantora e ativista – está com vida a profissional limitada, pois boa parte das suas performances foi prejudicada não somente pela pandemia, mas também pelas restrições de horário do regime que cumpre.

Já o segundo grupo é composto por profissionais envolvidos nos processos de contratação das apenadas. Foram entrevistados dois funcionários ligados diretamente ao Projeto Replantando Vida, sendo um o criador do projeto. Também foi entrevistada uma juíza da Vara de Execução Penal, representando o poder público, que libera a presa para trabalhar fora dos muros.

Pelo grau de dificuldade para chegar em tais mulheres, a pesquisa usou a técnica metodológica *snowball*, também chamada *snowball sampling* (BIERNACKI e WALDORF, 1981). Tal técnica é conhecida no Brasil como “amostragem em Bola de Neve”, ou “Bola de Neve” ou, ainda, como “cadeia de informantes” (PENROD, et al. 2003).

Devido à pandemia, no primeiro grupo – apenadas – as entrevistas foram realizadas quase que em sua totalidade por vídeo conferência, exceto uma que não se sentiu confortável

em expor sua imagem. Com os profissionais da CEDAE, os diálogos aconteceram pessoalmente, na Estação de Tratamento de Água do Guandu, na sala do criador do Programa. Já o diálogo com a juíza da VEP, aconteceu por plataforma digital. As entrevistas duraram aproximadamente uma hora, cada, e todas foram transcritas, formando, então o *corpus* deste trabalho.

Todos os entrevistados, oralmente, autorizaram a gravação das entrevistas. Eles foram informados sobre o tema do estudo e tinham a liberdade para interromperem as conversas na hora que desejassem, mas tal interrupção não aconteceu em nenhuma conversa.

Considerando que a presente pesquisa tem como objetivo relatar a inserção da população feminina egressa do sistema carcerário no mercado de trabalho formal, torna-se importante descrever projetos que apoiem essa política.

Foi definido o projeto Replantando Vida, da CEDAE como experiência a ser observada. A Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) foi criada em 01/08/1975 e nasceu da fusão da Empresa de Águas do Estado da Guanabara (CEDAG), da Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e da Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (SANERJ). A organização opera e mantém a captação, o tratamento, a adução, a distribuição das redes de águas, como também, o transporte, o tratamento e o destino final dos esgotos gerados dos municípios conveniados do Estado do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que a CEDAE conta com previsão de processo licitatório para concessões de serviços para abril de 2021.

O projeto Replantando Vida é um programa socioambiental criado pela CEDAE, idealizado pelo funcionário Alcione Duarte, cujo objetivo é a ressocialização de apenados do sistema prisional do estado do Rio de Janeiro através da oportunidade de trabalho, inclusão social e geração de renda. O projeto conta com aproximadamente 500 vagas para apenados nos regimes aberto, semiaberto e prisão albergue domiciliar, está presente em 22 municípios do estado e já beneficiou mais 3.000 apenados e possui a capacidade de produção de 1,8 milhões de muda por ano, de 150 espécies diferentes da Mata Atlântica (CEDAE, 2017). O programa ainda tem uma outra frente de atuação que trabalha com a população em geral, focando nas crianças e nos adolescentes, fomentando a educação ambiental. Os apenados realizam o cultivo e manutenção de plantas, produção de mudas, reflorestamento, confecção de uniformes da Companhia, entre outras ações. A ideia do projeto surgiu com a intenção de reduzir os danos causados ao meio ambiente.

O Programa conta com parceira da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), administradora das unidades prisionais estaduais; da Fundação Santa Cabrini (FSC), responsável por gerir a força de trabalho prisional no estado e, ainda da Vara de Execução Penal (VEP), que é tutora legal das pessoas que se encontram cumprindo pena.

Trata-se de uma parceria entre a Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos visando à qualificação profissional e a ocupação de vagas de trabalho voltadas para o meio ambiente, por apenados dos regimes fechado, semiaberto e aberto, além daqueles que se encontram sob liberdade condicional (TJ-RJ, 2012).

Por sua iniciativa socioambiental, o projeto Replantando Vida, tem recebido grande reconhecimento e diversas premiações, inclusive o Selo Resgata, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

### **3.2 História de Vida**

Como o objetivo dessa pesquisa é entender as dificuldades de colocação no mercado de trabalho das apenadas e egressas do sistema carcerário, suas causas e a relação com outros diversos fatores presentes na vida dessas mulheres, ouvir o relato de vida de algumas dessas apenadas, enriquecerá a discussão aqui proposta. Além disso, a história de vida irá proporcionar informações mais detalhadas que ajudarão a compreender todo o contexto relacionado. Essa metodologia de pesquisa, na área das ciências sociais, tem sido usada amplamente. A história de vida de um indivíduo ajuda a entender como o indivíduo se relaciona dentro dos seus grupos sociais (ATKINSON, 2001).

De acordo com Teixeira (2020, p. 107 apud MAGESTE; LOPES, 2007),

Este método demonstra uma capacidade latente para a investigação social, pois possibilita compreender a dimensão subjetiva dos agentes sociais, permitindo que suas biografias retomem um determinado período histórico, o qual pode revelar valores de sua sociedade que tenham potencial para influenciar na vida organizacional.

Essa abordagem relaciona-se com a experiência subjetiva, levando em conta as vivências sociais e as teias de relações humanas. Sobre os fenômenos humanos e sociais, entender e interpretar os conteúdos é muito mais interessante do que simplesmente descrevê-los (TIZONI-REIS, 2010). Ao optar por esse tipo de abordagem, considera-se uma diversidade de valores, atitudes, motivos e aspirações, aprofundando-se nas relações e fenômenos envolvidos (MINAYO, 2001).

#### **3.2.1 Limitações da Pesquisa**

Inicialmente, havia a intenção de realizar as entrevistas de forma presencial com as apenadas, mas a pandemia inviabilizou visitas nos presídios.

Para chegar nessas mulheres, a primeira tentativa, em maio de 2020, foi abordar Karine Vieira, egressa do cárcere e fundadora da ONG Responsa. A organização foi criada com o objetivo de inserir, manter e melhorar o processo de contratação de pessoas egressas do sistema prisional. Karine, na ocasião, apesar de aceitar conversar por telefone, não se interessou em conceder entrevista, tampouco quis colaborar dando referências de mulheres. Ela alegou que as mulheres estão cansadas de serem objeto de estudo e fonte de entrevistas e nunca serem beneficiadas.

Foi procurada ainda a ONG AfroReggae, sem sucesso. Só foi possível chegar às entrevistadas usando o método *snowball*, usado quando há o objetivo de se ter entrada em sujeitos que em regra são sub-representados ou até mesmo invisibilizados (FERNANDES; CARVALHO, 2000).

A primeira entrevista aconteceu por indicação de um amigo da pesquisadora, também pesquisador, que forneceu o contato de uma conhecida dele que tinha a indicação de uma mulher privada de liberdade. Essa pessoa intermediou o contato.

A segunda entrevistada foi indicação da primeira, elas são irmãs e foram presas juntas. A ponte feita pela primeira entrevistada ajudou muito o trabalho. A terceira conversa aconteceu, pois, uma ex-assistente social da Fundação Cabrini colocou a pesquisadora em contato com uma apenada. A pesquisadora chegou até a assistente social por intermédio de um profissional do Museu Penitenciário. A quarta entrevista se deu com uma apenada que é uma figura pública. Só foi possível chegar até ela através da assessoria de imprensa.

Foi interessante perceber que, apesar de ser difícil chegar nessas mulheres, elas pouco questionam o objetivo do trabalho e, à exceção de uma, todas se mostravam, de alguma forma envergonhadas e até mesmo com um certo receio de falarem sobre seus crimes.

O trabalho também abordou a Secretaria de Estado de Administração Prisional de Minas Gerais, em maio de 2020, por ser reconhecida na mídia como uma Secretaria que possui parcerias com empresas públicas e privadas visando empregar os presos do estado de MG. Houve um primeiro retorno positivo por parte da assessoria de imprensa da Secretaria, mas quando o pedido foi encaminhado para o setor responsável o mesmo ficou estagnado e não aconteceu.

Na VEP, foram necessárias dezenas de trocas de mensagem por correio eletrônico, entre os dias 16 de novembro a 03 de dezembro de 2020, para que a entrevista com a juíza indicada pela instituição fosse marcada.

Inicialmente, em novembro de 2020, para acessar a CEDAE, o trabalho abordou a assessoria de imprensa da organização, que respondeu positivamente, mas sugerindo que a entrevista com o idealizador Replantando Vida fosse feita por e-mail. A pesquisadora insistiu para que ocorresse pessoalmente, mas a assessoria colocou obstáculos. A pesquisadora, então, lançou mão de contatos profissionais para chegar ao criador do Programa. O primeiro contato com ele foi por WhatsApp. A recepção foi considerada ótima. Rapidamente o encontro pessoal foi agendado e a companhia chegou a oferecer carro com motorista para pegar a entrevistada.

Durante a visita na CEDAE, a pesquisadora conheceu o Presidente da Fundação Santa Cabrini, que tinha ido lá para monitorar o Programa. Houve troca de cartões e, ele ficou de conceder entrevista. Foram diversas tentativas para o agendamento da conversa, por correio eletrônico, ligações e trocas via WhatsApp. O Presidente cancelou, adiou e, posteriormente parou de responder, não sendo, então, realizada a entrevista.

Também houve aproximação com a empresa LSPRO, em Minas Gerais, pois a organização realizou uma parceria com a Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP), visando a contratação de internos do sistema prisional da região. Um profissional do setor de recursos humanos chegou a dialogar com a pesquisadora, mas ao longo do trabalho, ele foi demitido da organização e ele pediu para a pesquisa não usar a conversa.

## 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO *CORPUS*

### 4.1 *Replantando Vida*

A pesquisa apresenta inicialmente o *Replantando Vida* para que o leitor tenha a oportunidade de conhecer preliminarmente uma iniciativa que contrata essa mão de obra visto que o trabalho tem o olhar voltado para a questão da empregabilidade das apenadas.

O trabalho contou com a participação de dois profissionais envolvidos com Programa. Um deles, o idealizador. Conforme citado anteriormente, o encontro foi pessoal.

Atualmente, o sistema carcerário juntamente com o judiciário, não consegue estabelecer políticas eficazes e que atendam a demanda no processo de reinclusão de apenados na sociedade. Esta reinserção é totalmente dependente de ações de empresas privadas e atuação de ONGs. Este cenário, dificulta muito a recolocação no mercado de trabalho da população egressa do sistema carcerário, levando com que esses indivíduos acabem retornando ao crime (BORGES, 2018).

No entanto, algumas iniciativas privadas têm recebido grande destaque pelo sucesso em programas de reinserção de apenados no mercado de trabalho. Dentre elas, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) tornou-se referência. A CEDAE criou um programa denominado *Replantando Vida*, no qual trabalhadores apenados exercem diversas funções dentro da instituição. Segundo o relatório CEDAE (2011-2018),

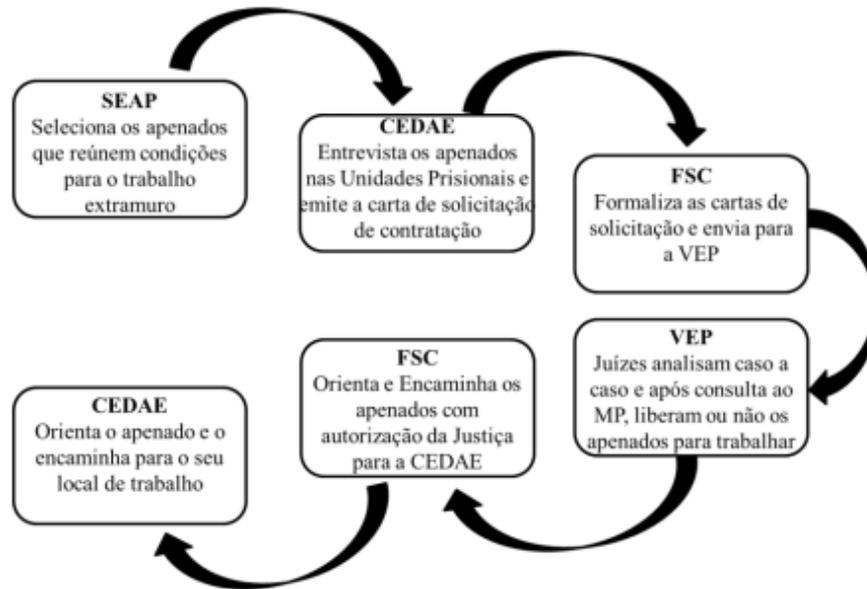
O Programa *Replantando Vida* é desenvolvido pela CEDAE através da Assessoria de Programas Especiais – APE-DP, e tem como objetivo contribuir para a ressocialização de apenados do sistema prisional estadual, através da oportunidade de trabalho, capacitação e inclusão social. O Programa é um dos mais premiados do Brasil, e vem trazendo reconhecimento nacional e internacional para a CEDAE, colocando-a entre as empresas com maior responsabilidade socioambiental do País. A CEDAE é a empresa que há mais tempo trabalha com a mão de obra prisional no estado, e a que mais oferece oportunidade de trabalho, disponibilizando 500 vagas para pessoas que estão cumprindo pena nos regimes semiaberto, aberto, prisão albergue domiciliar e liberdade condicional (CEDAE, 2019, p. 2).

A ideia do programa *Replantando Vida* surgiu frente a uma realidade de déficit de mão de obra para determinadas funções no quadro da empresa. De acordo com um dos responsáveis pelo programa de reinserção,

Eu fui colocado em uma função de direção e havia uma deficiência muito grande de mão de obra para atender às demandas que diariamente chegam para a CEDAE. Conserto de tubulação com vazamento, obstrução de rede de esgoto, intervenção de obra para melhoria do abastecimento. Então, tinha muita demanda e pouca mão de obra. Não havia naquele momento nada que apontasse para um concurso público ou para a contratação de uma empresa que suprisse isso. (INFORMAÇÃO VERBAL -Entrevista ANEXO I)

Ainda de acordo com os responsáveis pelo programa da CEDAE, em entrevista, a aceitação da inclusão de apenados no quadro de funcionário da empresa não foi fácil e sofreu resistência inicialmente. Foram necessárias três tentativas para que a implementação fosse aceita. Havia o receio em relação à sociedade e muito preconceito quanto ao perfil dos apenados. Contudo, desde sua implantação em 2001, o Replantando Vida vem ocupando um espaço cada vez maior na CEDAE, estando presente em 22 municípios do estado do Rio de Janeiro e 108 setores administrativos e operacionais da empresa (CEDAE, 2019).

A Companhia possui uma equipe que frequenta as unidades prisionais visando captar mão de obra para o Programa. Os profissionais realizam entrevistas com os apenados, homens e mulheres, já selecionados pelo serviço social da unidade e validados pela direção. Os apenados que são aprovados nessa etapa, recebem uma carta de solicitação de contratação que é encaminhada para a Fundação Santa Cabrini. A instituição formaliza os procedimentos e, em seguida, pleiteia a liberação junto a VEP. Os juízes da vara, tendo acesso aos processos de cada apenado e, também, dispondo de consulta junto ao Ministério Público, liberam ou não o apenado para sair da unidade prisional para trabalhar. O apenado liberado, recebe instruções da FSC e é direcionado à CEDAE. Os apenados que fazem parte do Replantando Vida recebem um salário-mínimo nacional, auxílio para transporte e para alimentação. Há ainda remissão da pena, prevista em lei, para cada três dias de trabalho é suprimido um.



**Figura 4.** Esquema de captação de mão de obra do programa Replantando Vida

Fonte: Relatório CEDAE 2011-2018 (CEDAE, 2019).

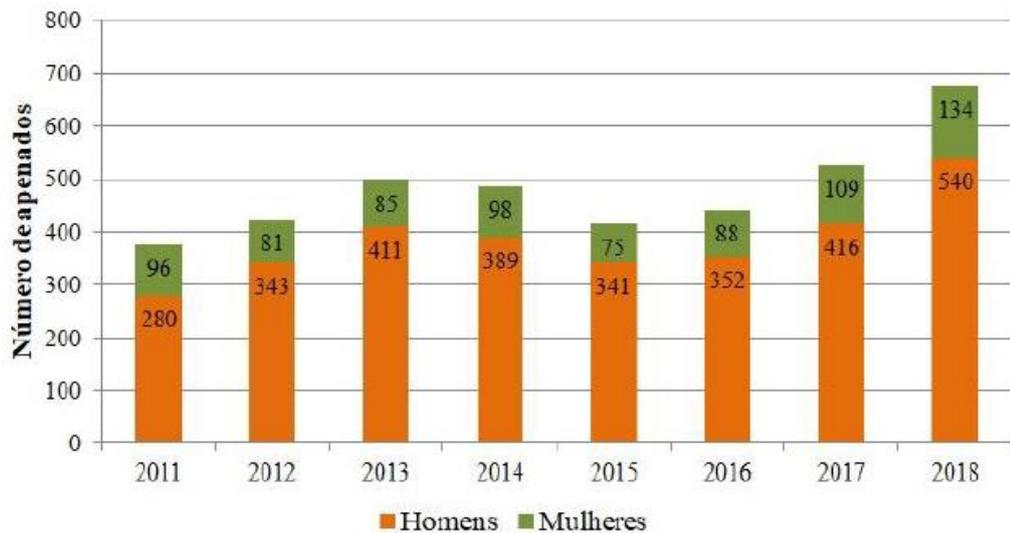
Após serem selecionados, os apenados são encaminhados (de acordo com o perfil e habilidades) em algumas das seguintes funções:

[...]Auxílio nas tarefas relacionadas ao tratamento de água e esgotos, serviços gerais nos setores administrativos e operacionais, assim como confecção de uniformes da Companhia, eles também participam da coleta de sementes, produção de mudas florestais e de plantios para proteção e recuperação de mananciais hídricos (CEDAE, 2019, p. 2).

O salário recebido é administrado pela FSC, que desconta percentuais referentes ao custo da própria fundação e a uma reserva que será aplicada e devolvida ao apenado quando ele tiver a regressão do regime ou cumprir toda sua pena, para que ele possa conseguir sobreviver até que consiga uma colocação no mercado de trabalho (INFORMAÇÃO VERBAL, ANEXO D).

O programa Replantando Vida tem crescido bastante nesses 20 anos de existência. É uma parceria de sucesso, muito bem aceita pela população de apenados, pelos funcionários e diretores da CEDAE e, também, pela população em geral. No entanto, a demanda ainda é muito maior que a oferta e o sistema segue deixando uma lacuna quando o apenado termina de pagar sua pena. Apesar da experiência do período de trabalho contar para o currículo do egresso, sua ressocialização é complicada e carregada de estigmas.

Entre os anos de 2011 e 2018, foram 2.217 apenados que trabalharam no Programa. Todos são adultos, com idade predominante entre 26 e 40 anos, o nível escolar é baixo, a maioria dos apenados é solteira e, em média, ficam no Programa por 12 meses. Os homens são mais contratados a mulheres.



**Figura 5** Número de apenados beneficiados pelo Programa Replantando Vida, durante os anos de 2011 a 2018, por gênero.

Fonte: INFOPEN

[...] Hoje, em nosso quadro temos 75% de homens e 25% de mulheres. Proporcionalmente ao desenho prisional aqui do Rio que é de 3.4% de mulheres e 96.6 de homens. Temos dificuldade de conseguir mulheres, sabia? O número de mulheres cumprindo pena é pequeno mesmo. São 1700 pessoas. Você vai nas que estão no regime semiaberto, PAD ou condicional, você já reduz isso muito. Muitas já estão trabalhando. A gente tem até uma demanda maior do que a gente consegue atender de mulheres. (INFORMAÇÃO VERBAL -Entrevista ANEXO 1)

#### 4.2 Intermediação: Vara de Execução Penal

Durante a construção do corpus de pesquisa foi realizada uma entrevista com um representante da Vara de Execução Penal com o intuito de apresentar um outro ator – além da CE-DAE - envolvido na questão da empregabilidade das mulheres privadas de liberdade, considerando que o trabalho é um caminho para a socialização. Foi realizado, então, entrevista com

uma juíza da VEP. Sua identidade será mantida em sigilo, assim como as demais. A entrevistada será denominada como Lei devido ao cargo que ocupa.

Lei ofereceu um panorama geral sobre as dificuldades das pessoas presas ou egressas do cárcere em relação à conquista de um trabalho formal e, também, explicou que o papel da vara é basicamente o de intermediar e autorizar os benefícios. Ela explica que, a Lei de Execução Penal (LEP) prevê que o apenado pode ser inserido em três regimes em relação à condenação: o regime fechado, considerado o mais gravoso, o semiaberto, que é o intermediário e, o aberto, quando o apenado vai ser inserido na sociedade com maior liberdade. A entrevistada relata que:

“[...] No regime fechado o trabalho é só interno, ou seja, só se poder trabalhar dentro das unidades penitenciárias, e o trabalho é bem limitado como faxina, né? Como auxiliar dentro da unidade. As vagas são poucas, são super disputadas e, acaba que a escolha é do diretor da unidade, não tem nenhum critério mais objetivo para a escolha de quem vai trabalhar, e aí. E, aí, o artigo é o 36 da LEP, prevê que ele possa também trabalhar em obras públicas, com regime fechado. Tá, então, seria uma autorização da gente, né? Uma vez preenchido os requisitos, o executivo solicitaria e, a gente autorizaria o trabalho em obras públicas. Mas, é raríssimo quase não se vê, tá? [...]”. (INFORMAÇÃO VERBAL, ANEXO 6)

A juíza ainda comentou, que o país vive em um momento no qual os cidadãos sem histórico de passagem pelo sistema carcerário já encontram alguma dificuldade para conseguir um emprego e que esse quadro se agravou com a pandemia da COVID-19. Para a entrevistada, quando o indivíduo que procura colocação no mercado de trabalho é um (a) egresso (a), tudo fica mais difícil. Segundo a Juíza, “[...] Realmente, de fato, eles ficam estigmatizados e é extremamente difícil, se é difícil a inserção já para as pessoas que não são, né, egressas, imagina para o egresso?.” (INFORMAÇÃO VERBAL, ANEXO 6).

Em relação aos processos envolvidos na reinserção e oportunidades de trabalho para os indivíduos do sistema carcerário, a juíza deixa claro que a VEP é responsável apenas pela intermediação, é o órgão responsável pela conferência dos pré-requisitos estabelecidos em lei e faz a autorização dos benefícios. Então, de acordo com a progressão da pena, o tempo cumprido de pena – mínimo de 1/6 da pena - e o comportamento do preso, ele vai tendo acesso a mais benefícios.

Ainda de acordo com a juíza, o Poder Executivo é o responsável pelas parcerias e é quem poderia ampliar o uso de mão de obra carcerária em obras públicas. Para Lei, o Poder

Executivo deveria ter criado colônias industriais agrícolas para ofertar trabalho e aprendizado de um ofício para os presos. Na visão da Lei, essa não é uma realidade do sistema. Existe apenas uma unidade na cidade Magé, com poucas vagas e na qual os presos são selecionados com bastante rigor, pois lá os presos possuem maior liberdade. Foi, devido à ausência dessas colônias que se criou o trabalho extramuros. Mais uma vez, a VEP é a responsável por fiscalizar as condições do trabalho extramuros.<sup>3</sup> Assim,

[...] tem um setor de fiscalização da VEP, e esse setor fiscaliza a proposta, vai no local é, vê se a proposta de fato existe, vê se tem câmera, se tem ponto, quem vai fiscalizar e, aí, a gente autoriza o trabalho extramuros. Eles saem da unidade todo dia para trabalhar naquele horário pré-estabelecido pelo empregador e, a gente dá um lapso de duas horas antes e duas horas depois para ele poder voltar à unidade, sair e voltar, né: Para ele não chegar atrasado. E aí, né, tem um órgão do executivo que é uma Fundação que foi criada justamente para intermediar o trabalho com os setores públicos. (INFORMAÇÃO VERBAL, ANEXO 6).

O papel do poder executivo, no Estado do Rio de Janeiro, é feito por meio de uma parceria com a Fundação Santa Cabrini. Por intermédio da Fundação, são feitas parcerias e os presos que possuem os requisitos para preencher as vagas são selecionados. A Fundação também responsável por toda administração e pagamento dos detentos. Apesar dos benefícios financeiros para as empresas, são poucas as que aderem a essa parceria. O medo ainda é um fator que impede que mais parcerias aconteçam. Existe uma dificuldade muito grande em conscientizar. Segundo a juíza,

[...] tem toda uma conscientização com essas pessoas que estão sendo empregadas que trabalha na Santa Cabrini que explica, que conversa, que conscientiza da importância, da (pausa), como é que eu vou te dizer, da oportunidade que eles estão tendo de trabalhar ali, então, que eles não podem frustrar os empregadores, é, como já são triados a chance de dar errado é bem menor né? E, por outro lado, para os empregadores é muito bom porque tem essas questão toda financeiras, de não precisar estar na CLT, isso também tá na lei, tá na LEP, que ele não precisa ser celetista. (INFORMAÇÃO VERBAL, ANEXO VI).

Outra decisão da VEP nessa mesma linha, foi tomada por um juiz da vara ao liberar os presos em regime semiaberto para o benefício de prisão albergue domiciliar. De acordo com o juiz,

---

<sup>3</sup> TJDF. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/execucoes-penais/vep/informacoes/trabalho-do-presos>>. Acesso em: 17 jun 2020.

A medida permite evitar ingresso e saída diária da unidade prisional, diminuindo o fluxo de pessoas no sistema prisional, bem como não põe em risco a segurança pública, já que se trata de presos que já possuíam a saída diária para fins de trabalho. (G1 RIO, 2020).<sup>4</sup>

Em relação ao trabalho realizado pelos apenados durante o cumprimento da pena, de acordo com a Juíza entrevistada, existe uma discrepância de gênero em relação ao trabalho extramuros. O percentual de homens trabalhando é muito maior do que o percentual de mulheres, isso considerando proporcionalmente. Ao ser perguntada sobre a relevância do trabalho para essa população, Lei comenta:

“não tem jeito, as pessoas só se ressocializam através do trabalho ou do estudo. Essa é o grande desafio. Eu estou na VEP há 11 anos e, desde que estou lá, é, quanto mais passa o tempo mais eu vejo isso, não tem outra solução, só tem ressocialização através de emprego e estudo. Então, é a questão é, conscientizar a sociedade, a importância dessas pessoas terem este emprego, terem o estudo enquanto elas estão lá dentro, já que o estigma quando sai é muito grande. Se elas já saírem com o currículo de que trabalharam e de que estudaram facilita bastante”.

### **4.3 As vozes: Mulher Bomba, irmã da Mulher Bomba, Dinha e Força**

Nesta parte da pesquisa, a mais relevante, serão apresentadas as histórias de vida das entrevistadas. As conversas contaram com roteiro aberto. Todas elas foram iniciadas confirmando as entrevistadas estavam cientes do motivo do diálogo e se consentiam com a realização do diálogo. As perguntas levaram em conta o referencial teórico, dados oficiais, informações colhidas no levantamento sobre o Replantado Vida, entre outros, como forma de suporte para as conversas. O motivo da prisão, questões financeiras, a presença masculina no motivo da perda da liberdade, o sentimento do cárcere ser um lugar desumano, a falta de vaga para trabalhar durante o cumprimento da pena, família, entre outros temas foram abordados nas conversas.

Das quatro entrevistadas, três foram presas por crimes relacionados ao tráfico de drogas. É uma peculiaridade a ser levada em conta visto que tais crimes representam 2/3 dos casos penais que levam as mulheres à privação da liberdade. O envolvimento/função delas também

---

<sup>4</sup> G1RIO. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/18/coronavirus-vep-autoriza-que-presos-que-exercem-atividades-extramuros-nao-retornem-a-prisao-por-30-dias.ghtml>>. Acesso em: 24 mai 2020.

deve ser considerado. Dessas três mulheres, nenhuma tinha um papel relevante no negócio. Ao contrário, desempenhavam funções auxiliares no tráfico.

A raça, o perfil financeiro, o nível educacional e, o fato de não contarem com antecedentes criminais, são aspectos que também merecem atenção. Das quatro, uma se considera negra, duas pardas e uma branca. Todas as entrevistadas possuem baixo poder econômico. Apenas uma possuía nível universitário quando presa e nenhuma das quatro tinha histórico no crime. É interessante, então, perceber que a seletividade penal deve ser compreendida considerando a interseccionalidade visto que em seus julgamentos são marcados por questões de raça, sociais, econômicas. Santos (2017), reforça que o sistema penal cria e reproduz a exclusão social, a discriminação e as desigualdades.

O controle social, direcionado à manutenção dos padrões de acumulação capitalista e de lucratividade, sedimentam estratégias tácitas de controle da pobreza, dentre as quais ressalta-se o mecanismo germinal de criminalização de minorias e de espraiamento da seletividade penal. Rodrigues (2019).

No início da entrevista foi relatado às entrevistadas dados raciais sobre as mulheres presas. Tais dados apontam que mais da metade das mulheres presas são negras e/ou pardas e questionou-se a percepção delas acerca destes dados. As quatro entendem que a sociedade é racista. As unidades prisionais brasileiras estão lotadas de mulheres negras e pardas, a justiça criminal utiliza um processo de marginalização social marcado pela raça. Flauzina (2017) afirma que, em um sistema com vocação para incriminar de qualquer maneira, o terror racial negocia a liberdade restritivamente. A autora, então, relembra Abdias do Nascimento quando afirma que se cumpre pena fundamental pelo “delito de ser negro”.

Outro aspecto sensível é a questão da desumanidade durante o cárcere. As quatro entrevistadas externaram tal sentimento. Superlotação, tratamento hostil, falta de assistência para a saúde, educação e trabalho, dificuldade de acesso da família à unidade prisional, falta de lazer, alimentação precária, entre outros argumentos justificam essa emoção por parte das mulheres.

Segundo Monteiro e Cardoso (2011), quando se toma como análise o campo da formulação das políticas penitenciárias propriamente ditas, é certo que, não obstante sua precariedade, elas se voltam apenas para propostas de expansão física do sistema. Além disso, contemplam unicamente os homens, não alcançando a medida mais primária que se refere à dotação de vagas e à construção de estabelecimentos carcerários femininos.

## Primeira entrevistada

**Mulher Bomba** é o apelido da primeira entrevistada. Tal apelido ela recebeu das guardas quando estava encarcerada. Ela trabalhou internamente como zeladora e era considerada muito dura, por isso o apelido. Apesar de afirmar ser uma pessoa reservada – mesmo antes do cárcere – e de poucos amigos, foi extremamente amável e aberta ao diálogo ao longo da entrevista. A conversa, como já citado, ocorreu em plataforma digital. A entrevistada parecia bastante à vontade em seu quarto e deitada na cama, apoiada em travesseiros. A pesquisa optou em ficar em um ambiente neutro para evitar qualquer tipo de interferência.

Mulher Bomba tem 41 anos. Está no regime de prisão albergue domiciliar (PAD). Ela afirma ser de uma família de classe média baixa, mas considerada por ela estruturada. Foi criada com amor e carinho. O pai, quando ela criança, trabalhou na Companhia Siderúrgica Nacional. Parte da vida, estudou em colégio particular, mas depois precisou ir para a escola pública. Nasceu em Barra do Piraí (RJ). Se considera uma mulher parda.

Mulher bomba é mãe: tem dois filhos, um menino (expressão usada por ela) de 24 anos e uma menina de 10 anos. Engravidou e logo se casou, na época, tinha 17 anos. Diz ter tido uma vida normal. Tem duas irmãs. Mulher bomba é a do meio.

Ela sempre trabalhou. Até o momento da prisão teve “uma vida simples e honesta”. Por dez anos, foi funcionária de um escritório contábil. Sempre “correu atrás”. Foi presa, segunda ela, por ajudar sua irmã, que passava por problemas financeiros e se envolveu com o tráfico. A entrevistada emprestou sua casa para a irmã e “rodou” junto. Na ação policial, foram cinco mulheres presas. Ela, a irmã e mais três. A entrevistada afirma não ter entrado para o tráfico. Conta que emprestou a casa para a irmã que estava fazendo um “favor” – fazia endola<sup>5</sup> para uma pessoa envolvida com tráfico. No passado, a irmã já tinha feito parte do tráfico, entrou por problemas financeiros. Em um primeiro momento, quando a irmã pediu a casa emprestada, Mulher Bomba negou. Mas, acabou cedendo por problemas familiares que estavam atravessando.

Mulher bomba recebeu uma sentença de nove anos e quatro meses no regime fechado. Recorreu, ficou dois anos no fechado e, em seguida, foi para o semiaberto. Passou por três presídios: José Joaquim Ferreira de Souza, Casa de Custódia que, hoje, ela acha ter se transfor-

---

<sup>5</sup> Endolar é um termo usado pelo tráfico e significa o ato de embrulhar a droga para venda.

mado em um presídio de homem e o Bangu VII, o Presídio Nelson Hungria. Lá ficam os sentenciados, conforme ela explicou. No José Ferreira ficou seis meses. Sua irmã também ficou por lá, assim como as outras presas. Colocou tornozeleira eletrônica no dia 25 de setembro de 2018, dia do aniversário de sua filha.

Lá é tudo muito desumano como eu "tô" te falando. Lá não socializa ninguém. Ali, para você para você se ressocializar, você tem que ter foco, família ou alguma coisa assim, pois se você não é envolvida, você pira o cabeção ali dentro. Tem muita gente boa, mas tem muita gente virada. Tem mulheres que não querem ressocializar. Querem voltar para aquela vida. Eu fiquei lá presa, como nós pegamos 9 e 4, colocamos para recorrer e caiu para oito no semia-berto. [...] Eu procurei remissão porque a gente não queria ficar naquele ambiente que não socializa ninguém.

Tem coisas que você... Você come comida estragada mesmo. Eu não comia, né? Meu pai ia me visitar. A gente tinha visita. A gente não passou por muitas das privações que muita gente passa ali dentro. Você passa por muita humilhação. Tem gente que passa até mais do que eu passei. Você fica "meia" perdida ali, naquele meio e sem saber o que fazer. Então, para sair dali, para ressocializar é muito difícil porque ninguém dá emprego pra preso, ninguém (voz firme) dá emprego para quem tem ficha, quem está suja, ninguém. Eles sempre te olham atravessado. (INFORMAÇÃO VERBAL, ANEXO II).

Mulher Bomba, quando chegou no presídio, ficou sabendo de maneira rasa sobre os itens que a família teria de levar para ela. Colchão com a finura de um dedo e rasgado, camisa rasgada e toalhas sujas foram as peças recebidas por ela que relata:

“Às vezes, o tratamento no início é desumano. Assim, eles são grossos. Eu sei é o trabalho deles, que não tem que ter vínculo de amizade com ninguém porque eles fazem o trabalho deles e a gente tá ali para ressocializar, mas, às vezes, a água tá escorrendo do banheiro, tem um vazamento e você tem que dormir naquela água porque isso acontece demais”. (INFORMAÇÃO VERBAL, ANEXO II).

Mulher Bomba ri quando escuta a expressão lazer para quem está preso. Para ela, lazer se resume a banho de sol. Inicialmente, ela nem saía para tal banho. Por pouco mais de um ano teve depressão, por isso não saía. Chegou a ficar branca de ver as “veias”. Quando começou a trabalhar internamente, começou a ficar “um pouquinho de bem com a vida”. Ela conta que lá dentro tudo é muito difícil.

Ainda em relato, a egressa mencionou que a maioria das apenadas entra para o mundo do crime por conta do marido, namorado ou o filho. E complementa,

Olha, as mulheres que rodam por marido. Não são todas que ficam abandonadas. Quando a família tem condições aqui fora elas vão. Mas, se a família não tiver condições eles não vão lá porque sai caro, entendeu? A visita é cara. Às vezes, as pessoas não são do mesmo estado. Tem gente que vem presa lá do Espírito Santo. Mas, só porque rodou aqui não consegue nem fazer a transferência para outro estado.

Aí, a mãe ou aquela família fica passando a humilhação de vir para cá. Às vezes, nem se tem dinheiro para vir. Muitos que ficam abandonados é porque não tem condições de bancar. É caro. Eu já conheci pessoas do Espírito Santo, de São Paulo. De vários estados. Às vezes, nem é porque a família não quer ir. É porque a família não tem condições. Aquelas que tem condições vem. Não vem direto, mas vem. Tem aquelas que tem condição e vem direto. Mas, tem muitas pessoas ali que não tem não tem condições nenhuma de ir lá bancar mesmo sendo do Rio. Transporte, você levar uma coisa para a presa ou preso. Fora que eles ainda reviram o pouco que a família leva. Os guardas vão lá fuçar a comida lá, estragam as coisas das presas, entendeu? É difícil. Às vezes a família nem quer abandonar, mas não tem condições de manter a pessoa que está em cárcere. (INFORMAÇÃO VERBAL -Entrevista ANEXO II)

Mulher Bomba começou a trabalhar com 12 anos. Dava aula particular para as crianças do colégio. Com o dinheiro que juntava, ajudava em casa. Ela se considera uma mulher independente. Durante o cárcere, sempre correu atrás de trabalho. Hoje, faz faculdade de contabilidade à distância e se considera um exemplo para o filho. Ela comenta: “Oh, Claudia, tudo é muito difícil para gente, mas também não é impossível quando você quer mudar, entendeu? É tudo com muito preconceito, tudo é desumano, mas quando você persevera você consegue”.

Para a entrevistada, tráfico só “dá cadeia e morte”. Segundo ela, já foi época que dava dinheiro. Mulher Bomba foi criada na igreja católica. Já teve momento de procurar o espiritismo. Nunca perdeu a fé em Deus. Quando foi presa se revoltou contra Deus. Não entendia o motivo de estar lá. A revolta passou com o apoio do pai, da mãe e da família. Faz o terço, estudos bíblicos on-line. Também estuda o espiritismo.

Sua filha ficou com o pai quando ela foi presa. Eles tinham uma questão de traição não resolvida e ele não quis que a menina ficasse com a família da Mulher Bomba. Inicialmente, ela não recebeu visita do filho. Na ocasião, ele estava no Exército e ela não o queria por lá. Em dado momento, ela cedeu por insistência dele, que passou a ir visitá-la. No Dia das Mães, os filhos podem entrar sem carteirinha. Foi a única vez que a filha foi visitar Mulher Bomba. Para ela, nenhuma mãe quer o filho em um ambiente como aquele, mas admite que ajuda muito velos. Ela se dá muito bem com o filho. É uma mãe que brinca e conversa muito com os eles. Durante a conversa, ela se emociona e chora ao comentar que tem uma cartinha guardada escrita

pelo filho da época que ela estava presa. “Eu até choro. Garota, "to" até chorando aqui. Quando eu lembro dele chegando lá. Que ele falava: mãe, não importa que se ‘tá’ aí, a gente tem orgulho de você, você tem orgulho da gente. Pô, isso ajuda muito”.

A mãe dela morreu depois que ela tinha saído do cárcere, exatos nove meses depois. Mulher Bomba conta que elas tinham problemas.

Durante o cárcere, ela pensou em se matar mais de uma vez. Havia uma revolta enorme com a “burrice” feita. Pensar nos filhos foi o sentimento que preservou sua vida. Durante o cárcere, brigou muito com a irmã. Hoje, se dão bem. É uma pessoa de poucos amigos, mas ajudou a alguns a conseguirem trabalhar na CEDAE e são gratos a ela.

Mulher Bomba se sente constrangida por usar tornozeleira. Não vai à praia com a filha, por isso. E, só usa calça larguinha para evitar que as pessoas percebam o equipamento.

## **Segunda entrevistada**

**Irmã da Mulher Bomba** é um apelido dado pela pesquisadora. A entrevistada não tinha e nem quis dar nenhum apelido. A conversa com ela não fluiu tanto quanto com a sua irmã. A pesquisadora sentiu certa resistência e menos disposição para o diálogo. Ela não autorizou gravação com uso de vídeo. A qualidade do som era boa. Inicialmente, quando estavam se cumprimento, o filho da entrevista interrompeu a conversa. Ela pareceu bastante amorosa com o filho.

Tem 37 anos, nasceu em Barra do Piraí (RJ) e diz ter tido uma vida tranquila. Tem um filho. Atualmente, faz faculdade à distância de pedagogia. Na ocasião da prisão, ele tinha três anos de idade. Está no regime de prisão albergue domiciliar (PAD). No passado, se envolveu com um homem que era do tráfico e, assim entrou para o negócio, mas não foi presa por conta desse homem. A Irmã da Mulher Bomba chegou a fazer alguns trabalhos como venda de drogas para o ex-namorado, mas nunca teve problemas com a justiça enquanto estava com ele.

Quando foi presa, afirma não estar trabalhando no tráfico, não tinha um vínculo. Estava fazendo um favor – remunerado – para uma pessoa e acabou sendo presa. Na ocasião, ela não vivia do tráfico, inclusive trabalhava, era servidora pública de uma instituição em sua cidade natal, era assistente de creche. Estava de férias. Foi fazer o favor por dinheiro. Segundo ela, o favor deu errado. Foi presa em 2016 e tinha 32 anos. A entrevistada comenta que estava fazendo uma “endola” de droga e a polícia invadiu a casa de sua irmã. Ela também informa que a polícia recebeu uma denúncia e, assim chegou até ao local.

A irmã da Mulher Bomba, passou um dia na delegacia e foi transferida para Bangu VIII, ficou por lá durante seis meses. Foi transferida para Bangu VII, foram quase dois anos. Depois, ficou por umas duas semanas no Talavera Bruce e do Talavera Bruce foi embora.

Ela prefere não comentar sobre o emprego atual, pois conseguiu se manter como servidora. Durante o cárcere, trabalhou no setor da reciclagem e, ainda, fez serviços de cantina. Os trabalhos aconteceram no Bangu VII. Em Bangu VIII, optou por estudar, se dedicou ao ensino médio. Para ela, o ensino prisional é de péssima qualidade. Sobre trabalho, ela considera que as vagas oferecidas no cárcere são em baixa quantidade, mas faz um contraponto dizendo que tem muita apenada que também não quer trabalhar.

A primeira cela que ficou, em Bangu VII, tinha capacidade para três mulheres, mas foram acomodadas até 15 apenadas. Antes dela começar a trabalhar, trocava de cela com frequência. Chegou a ficar em uma superlotada, com aproximadamente 54 presas.

Atualmente, ela usa tornozeleira eletrônica e afirma que não acha o equipamento “legal” e defende a ideia de que quem quer cometer outro delito o fará com ou sem a tornozeleira. Ela comenta:

[...] É para constranger a gente com esse negócio enorme que a gente carrega na perna. Eu, por exemplo, não saio de casa de bermuda. Eu tenho um filho pequeno e porque quem errou foi eu, mas a gente sabe que a sociedade aponta seu filho por um erro seu, então, eu prefiro não ficar expondo, não gosto de sair de casa de bermuda, não frequento uma academia, não frequento lugar nenhum por causa disso, porque assim, se eu frequentar um lugar expondo a minha tornozeleira, para amanhã a mãe do coleguinha dele, olhar e falar olha lá a mãe dele tá com tornozeleira eletrônica, a mãe dele é uma bandida, a mãe dele foi presa, tipo assim, a gente tenta, igual a gente quer realmente, que o presídio não tenha ressocialização, porque aquilo lá, não ressocializa ninguém, a verdade é essa, mas você quer uma vida melhor pra você, você quer voltar a ter dignidade, a ter seu respeito, você não quer que seu filho não passe por isso, por nenhum constrangimento porque você errou, porque quem errou foi eu, não foi meu filho [...] (INFORMAÇÃO VERBAL - ANEXO III)

A Irmã da Mulher Bomba relata que das mulheres que conheceu no cárcere, a maioria estava presa por envolvimento com o tráfico e, que tais mulheres entraram para o tráfico por conta de alguma figura masculina.

Quando perguntada sobre visitação, ela comenta que as apenadas recebem menos visitas. Principalmente, dos namorados ou maridos e diz:

[...] Eu acho que assim, porque na verdade a mulher é um ser mais frágil, então, tipo assim, ela demonstra muito mais amor, então, quando acontece com o marido dela a preocupação dela é muito grande, eu já vejo assim por tudo que eu passei que assim, o homem não liga entendeu: ah tá presa e pronto. Eu acho que pro homem é muito mais fácil, isso daí varia de homem pra homem, situação pra situação, mas eu acho que os homens não se prendem aquilo entendeu, porque assim eu tenho uma cabeça que homem é tudo safado. Tipo, eles vão achar uma mulher na rua e pra ele é só mais uma entendeu? (INFORMAÇÃO VERBAL -ANEXO III)

Ela detalha:

[...] O que que acontece do jeito como ela tá lá, eles tão vivendo a vida deles aqui fora, quando elas ganham a liberdade, a maioria deles volta a procurar as mulheres, entendeu? Eu acho que é uma questão de não querer ter o trabalho, ou não saber lidar com aquilo, fica mais fácil esperar ela ser solta, eu não sei se entendeu, mas, eu acho que 98% dos homens abandonam, eu acho que é mais ou menos isso aí [...] (INFORMAÇÃO VERBAL - ANEXO III)

O filho da Irmã da Mulher Bomba só a visitou uma vez na cadeia por opção dela e da família. Ficou mais de um ano sem vê-lo. Para ela, não havia necessidade de o filho passar horas na fila para entrar em presídio, tampouco conviver com a realidade que o local apresenta. Ela comenta:

[...] Foi o que eu te falei: não era minha realidade foi um fato que aconteceu infelizmente, o despecho não foi legal, mas, eu não fui criada nesse meio e não queria meu filho convivendo com essa realidade, entendeu? Eu acho que não tem necessidade de ele estar na porta de presídio toda semana pra ver a mãe dele, entendeu? Então, eu optei por ele viver longe entendeu, eu só vi meu filho depois de um ano e quatro meses, pois a minha saudade apertou demais e foi o dia que tava tendo festa do dia das mães no presídio, né? Então, é quando os filhos entram sem precisar fazer carteirinha, sem estas coisas todas, só com a liberação da direção, foi quando meu filho foi, depois de 1 ano, fiquei mais um ano e quatro meses mais ou menos sem ver ele e ganhei minha liberdade [...] (INFORMAÇÃO VERBAL -ANEXO III)

Quando chegou ao presídio, ganhou quatro absorventes, metade de um sabonete, uma pasta de dente e um rolo de papel higiênico. Também recebeu um chinelo arrebitado e quando foi pedir à guarda para trocar o item, recebeu o que ela considerou um fora: “você ‘tá’ maluca? Olha para onde você está”. A entrevistada precisou rasgar uma roupa para remendar o chinelo e fazer uso do calçado.

[...] Eu acho que isso aí só cria mais revolta e as guardas te tratando com ignorância quando você vai pedir um remédio não tem e saem debochando da sua cara são “n” situações que acontecem lá, entendeu? Como é que você vai dizer que o presídio ressocializa alguém, não, ele não ressocializa ninguém, o que vai te ajudar é sua estrutura familiar e o seu querer, não, eu não quero mais isso para minha vida, entendeu? Porque a situação é uma comida que chega azeda que eles não têm nenhum cuidado e que a gente sabe que a verba é repassada, entendeu? (INFORMAÇÃO VERBAL - ANEXO III)

Para a Irmã da Mulher Bomba a justiça é injusta e não ressocializa ninguém, só serve para condenar e nunca para ajudar. Ela não acredita que a justiça é racista, mas que a sociedade é. Sobre o julgamento da sociedade frente às apenadas ela gostaria que as pessoas fossem menos egoístas. Para ela, os chefes e os donos de empresas deveriam dar oportunidade de emprego, sim, para elas e comenta: “Tem muitas outras que não passaram pela prisão e que se entrarem numa empresa vão roubar o amigo do trabalho, entendeu? Não é só quem passou no sistema penitenciário que ‘tá’ cometendo crime aqui fora, muitas pessoas que até hoje não foram presas e são criminosas”.

A entrevistada pondera o fato de que muitas presas puderam compreender durante o cárcere que, “aquilo” não vale a pena, mesmo as que passaram pelo tráfico. Nesse sentido, ela acredita em um comprometimento grande dessas mulheres quando conseguem trabalho, pois é, para ela, uma oportunidade de vida.

[...] Ela não deixou de ser um ser humano, ela simplesmente cometeu um erro e foi julgada por aquilo e tem muitos que cometem o erro e não são julgados, entendeu? Então, eu acho que não custa dar uma oportunidade porque quem quer mudar vai mudar, entendeu? Vai agarrar a oportunidade com unhas e dentes e de repente se houvessem mais chances, estas pessoas estariam assim, teriam menos reincidência, menos reincidência porque teve a oportunidade de mudar. Porque não adianta só você julgar, entendeu? Você não sabe a história daquela pessoa [...]. (INFORMAÇÃO VERBAL - ANEXO III)

### **Terceira entrevistada**

**Dinha** é o nome fictício da terceira entrevistada. Foi dado pela pesquisadora. Foi colocado no diminutivo, pois pareceu ser uma pessoa frágil e muito carinhosa.

Dinha tem 38 anos. Se considera uma mulher branca. Tem um filho, quando ela foi presa ele tinha cinco anos e viu a mãe ser levada pelos policiais. Ela tem vergonha de contar

esse detalhe do filho ter presenciado tudo. Durante a entrevista, quando esse episódio surgiu ela ficou extremamente constrangida. O pai dela teve de vir ao Rio de Janeiro para buscar a criança. Aliás, duas crianças, o sobrinho, filho do irmão, também estava junto. Até hoje não voltou a ver o filho pessoalmente, nem os pais. A questão financeira pesa. O contato com os familiares se dava por carta, demoradas e sem privacidade. Toda carta é revistada. Hoje, fora dos muros fala com eles por canais digitais.

Dinha foi presa por tráfico de drogas e associação no Rio de Janeiro, mas afirma ser inocente. Hoje, está em condicional. Nascida e moradora de Foz do Iguaçu, (PR), conheceu um rapaz. Até o sexto mês de namoro não tinha conhecimento que seu namorado era traficante de drogas. Segundo seu relato durante entrevista,

[...] na verdade eu me envolvi com um homem e ele era traficante e, eu fui saber um pouco depois né. [...] que ele era traficante já tava envolvida, então, tipo assim, não medi as consequências e não, não percebi né, o tamanho da dimensão do problema que eu tava me enfiando, mas já tava, a gente ficou junto um ano e eu já tava apaixonada e aquela coisa de né. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO III)

Abandonou o emprego a pedido do namorado, que não via necessidade de ela trabalhar. Na ocasião, Dinha tinha carteira assinada, trabalhava em uma panificadora como atendente. Estudou até o segundo ano do ensino médio. Dinha comenta que o dinheiro é uma coisa “que faz a cabeça”. Foi criada pelos pais. O irmão era trabalhador. Segundo ela, o único problema é que ele bebia um pouco. Moravam juntos quando ela começou a namorar. Ela carrega culpa pode ter “carregado o irmão para ser preso”. Demorou um ano e alguns meses para sua sentença sair. Foram 18 anos de condenação.

Móveis novos e muitos presentes seduziram a entrevistada. Hoje, ela reconhece isso. Com uns seis meses de namoro, Dinha foi convidada por ele para visitar o Rio de Janeiro (RJ). Aceitou na hora. Era um sonho, segundo ela: “quem não quer conhecer o Rio de Janeiro?”. O namorado não há envolvia nas questões do tráfico. A entrevistada, desde que soube do seu trabalho, pedia para ele largar o tráfico. Não era a resposta.

Final de 2010 marca a vida de Dinha. Na data, o namorado tinha uma encomenda de drogas a ser entregue no Rio de Janeiro. Eles pegaram a estrada em dois carros. Dinha convidou o irmão para conhecer a cidade. Tinha a garantia que não seria envolvida em nada.

Em determinado ponto, os dois carros pararam em um posto de gasolina em Três Rios. Ele trocou de carro. O que ela estava, foi conduzido para a casa de uma moça. Lá, ela encontraria a tal moça e depois que o namorado fizesse seu serviço, voltaria para pegá-la.

Um café. Foi o tempo da Polícia Federal chegar com o marido da tal moça. Dinha ficou perdida. Ouviu um policial falando com alguém em um rádio que “já estou com a esposa dele”. O namorado dela e o motorista já estavam presos quando a entrevistada e o irmão chegaram no posto da Polícia Rodoviária.

Praça Mauá, bairro da cidade do Rio de Janeiro, foi a segunda parada. O delegado afirmou a ela que se houvesse colaboração ela seria aliviada. “Eu não ia falar, né? Ele falava coisas que tipo assim, que eu não sabia exatamente, eu não sabia, e ele queria que eu confirmasse que eu sabia, eu sei que, que tinha a droga pra entregar, mas não sabia aonde, não sei o quê, que tipo assim, ele queria que eu confirmasse tudo que ele ‘tava’ me falando e eu falei não senhor, não sei, não sei de nada, não sei, né? Até porque sei lá, não sei como é que é, né? Que funciona essas coisas, eu não tinha envolvimento assim a fundo ‘pra’ declarar coisas que eu não sabia de verdade”

O dia passou. Já era madrugada quando ouviu um policial perguntar ao delegado o que fazia com ela e com seu irmão já que não tinha voz de prisão. Foi quando ela ouviu: “dá voz de prisão para eles. Ela não quis colaborar”.

O irmão de Dinha não sabia exatamente do envolvimento do cunhado com o tráfico. O irmão foi para Água Santa. Ela foi para Bangu VII. Enquanto a sentença não saía, a única opção era estudar. Começou a trabalhar assim que foi sentenciada. Para ela não foi tão difícil conseguir trabalho, pois uma amiga que fez lá dentro a indicou para um teste de costura. A vivência em costurar na máquina da mãe garantiu o emprego de Dinha. Até o hoje, o sustento da entrevistada vem da costura. Hoje, trabalha na CEDAE, via parceria com a Fundação Santa Cabrini, fazendo uniformes. Como não sabe onde irá trabalhar depois que estiver livre, juntou dinheiro e já comprou duas máquinas, nas horas vagas, ela costura para fazer uma renda extra.

Foram nove anos e 22 dias em regime fechado. Passou pelo semi-aberto por uns meses, para ela foram os piores tempos de sua vida. “Não tem o que fazer. Quando se sai da cela, é para ‘passear’ no corredor”. Durantes esses meses, ela emagreceu muito, não dormia direito. No local, tinha muita droga, muitas brigas. Zumbi é como ela se define durantes esse período. Sobre os seus direitos, diz ter aprendido com as colegas: “Ninguém explica nada”.

Hoje, ainda responde ao processo na condicional. Quando saiu da unidade prisional, no semiaberto, tinha o suporte da casa da melhor amiga, amizade feita no cárcere, uma mulher estrangeira cuja família ajudava financeiramente, mas que não estava próxima fisicamente,

como a da Dinha, devido à distância geográfica. Ela acredita que a solidão os aproximou. Tomava banho, comia e se arrumava para trabalhar por lá, mas dormia na cadeia. Foi alugar uma casa quando “ganhou a pulseira” (tornozeleira). Mora perto do trabalho para facilitar a vida.

A entrevistada lembra que apenas quando estava presa há uns dias que caiu em si do que havia feito com sua vida por causa de um parceiro. Ela comenta que casos semelhantes ao seu são a maioria no sistema carcerário.

uma garota até que assim que eu entrei o caso dela era muito parecido com o meu, a única coisa, era que ela teve, ela tinha um namorado e tava brigada com o namorado, o namorado falou pra ela: - “Ah, vamos fazer as pazes, eu vou te levar pro Rio de Janeiro (risos), pra você conhecer o Rio de Janeiro”. [...] Aí, ela veio pro Rio de Janeiro com ele, quando ela chegou exatamente no mesmo lugar onde eu fui presa, em Três Rios, eles foram parados na polícia rodoviária e a polícia pegou o carro dele e o carro dele tava forrado de cocaína, e ela, ainda não sabia, ela não sabia de nada. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO III)

#### **Quarta entrevistada**

**Força** é o nome fictício dado a quarta entrevistada por ser uma característica presente em sua existência segundo a percepção da pesquisadora. Antes da apresentação dessa história é relevante colocar que, inicialmente, a entrevistadora se sentiu intimidada pela entrevistada. O diário da entrevistada, rico em detalhes, visceral e forte, foi usado como uma das fontes para o diálogo, assim como informações da mídia. Para a pesquisadora, foi um desafio transpor a força da entrevistada, que em alguns momentos pareceu estar na defensiva. Esse sentimento da pesquisadora não conta de forma alguma com nenhum juízo de valor, ao contrário, há cumplicidade e respeito por saber que a entrevista se sente escravizada em plano século XXI e, talvez por isso, tamanho cuidado durante o diálogo.

A pesquisadora chegou até ela através da assessoria de imprensa da editora Boitempo, que lançou a sua obra “Minha Carne – diário de uma prisão”, em dezembro de 2020. Quando solicitada a entrevista com a autora, o livro ainda não tinha chegado às livrarias. A editora enviou a obra via e-mail, em arquivo PDF. Ter tempo para fazer a releitura foi fundamental para o trabalho, pois a leitura é extremamente rica de informações e densa. Dois dias antes da conversa, o livro chegou, via Correios, e a pesquisadora pode reler o conteúdo, dessa vez, no papel e em mãos.

O diálogo com Força aconteceu em uma plataforma de vídeo digital e o áudio foi gravado, estava com uma qualidade ruim, mas não chegou a prejudicar a conversa. Ela estava em um ambiente residencial, o cômodo parecia ser a sala. A pesquisadora estava em casa também, em um quarto que usa como escritório, foi selecionado ambiente bastante neutro. A conversa foi iniciada com uma certa tensão. A entrevistada chegou avisando que tinha outros compromissos. Não parecia estar muito paciente e interessada na conversa.

Força tem 36 anos. É negra e nordestina. A entrevistada tem atuação na militância do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e, também, em outras causas ligadas à injustiça social. É atriz, cantora, produtora e, com a vivência do cárcere, tornou-se escritora. Acredita em Deus, mas não na figura de um homem branco imposto pela a maior parte da sociedade. Respeita as mais diversas religiões. Tem irmãs, é a terceira de oito filhos. Quando criança, percebeu que sua mãe, baiana, lia escondida de seu pai. Sua mãe é fundadora do Movimento Sem Teto do Centro de São Paulo (MSTC-SP).

A entrevistada aprendeu a ler com cinco anos e afirma ter ligação forte com a escrita e com a leitura. Força começou a trabalhar com 12 anos. Chegou em São Paulo em 1999, na ocasião, tinha 15 anos, e foi morar na Ocupação 9 de julho. Sua mãe foi para São Paulo fugida do pai por ter medo de morrer devido à violência que sofria do marido. A mãe de Força saiu de Salvador sem os filhos, depois de cinco anos voltou para pegá-los, ao longo da vida ela teve vínculos empregatícios formais e autônomos, para complementar a renda.

Sua mãe é líder do Movimento dos Sem Teto do Centro de São Paulo (MSTC) e uma das maiores lideranças na área de moradia no Brasil. Conquistou grande visibilidade quando ocupou o antigo Hotel Cambridge, atualmente, regularizado pela prefeitura. A vivência virou um longa-metragem: “Era o Hotel Cambridge”, em 2016. (2016). Na ocasião, ela – mãe de Força – se aproximou de figuras como os cantores Maria Gadú, Ana Cañas e Caetano Veloso, por consequência, seus filhos, inclusive a entrevistada também.

Força é formada em publicidade e propaganda. Precisou trabalhar em dois empregos – pela manhã era secretária em um escritório de advocacia e de noite atendente de pizzaria – para conseguir se formar. Iniciou sua liderança no movimento social por necessidade.

Foi presa no dia 24 de junho de 2019, sem mandado de prisão e sem provas. Outras cinco pessoas tiveram a prisão temporária autorizada, não foram achadas. A mãe de Força era um desses sujeitos, ficou foragida e só no dia 04 de outubro de 2019 recebeu o habeas corpus para responder em liberdade à acusação. Por conta disso, não pode frequentar as ocupações, assim como Força e seu irmão, também preso pela mesma denúncia.

Ela foi presa com mais três lideranças políticas, inclusive um irmão, também líder do MSTC, em um desdobramento da investigação sobre o desabamento do Wilton Paes de Almeida, prédio ocupado pelo Movimento de Luta Social por Moradia (MLSM), no largo do Paissandu, do qual ela não fazia e não faz parte.

Os advogados de Força só tiveram acesso ao seu processo quase um mês depois do momento da prisão. Foram 108 dias encarcerada e com a carreira interrompida. Posteriormente, ficou em regime domiciliar por três meses – sem poder sair nos finais de semana, nem feriados. Durante a semana, ela pode sair das 6h às 18h. Ficou sem trabalhar durante esses três meses. Em dezembro de 2019, seus advogados conseguiram revogar a medida cautelar. Força responde ao processo em liberdade. Seu julgamento ainda deve demorar uns três anos. Ela foi acusada de extorsão e associação criminosa, de maneira suposta, por obrigar moradores a pagarem taxas nas ocupações na cidade de São Paulo. Nenhuma prova foi apresentada ao longo do processo. Segundo Força, sua prisão se deu sem ela ter cometido crime algum e se considera uma presa política.

A investigação se deu por conta de uma carta anônima enviada ao Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) e, em seguida, o Ministério Público a denunciou com mais 18 pessoas de outros movimentos sociais por moradia. Segundo a polícia, ela só iria prestar um depoimento e seria libertada, mas foram 108 dias presa. Força não acredita na justiça brasileira.

Inicialmente, ela foi levada ao Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), o delegado pediu prisão preventiva de cinco dias. Posteriormente, foi para a 89ª DP, no Morumbi. Ficou em uma cela especial, para quem tem nível superior. Voltou ao Deic, lá, o banheiro era um buraco no chão. Segundo ela, o lugar não tinha condições humanas, era imundo e teve de dormir no chão. Força relata que foram três dias sem água, sem ver a luz do dia, sem comer e sem banho.

A prisão temporária de Força foi estendida e, então, ela foi encaminhada, em 01.07.2019, ao Centro de Detenção Provisória de Franco da Rocha, m lugar distante dos familiares. No dia 10.07.2019, ela foi para a Penitenciária Feminina de Santana, na zona norte da cidade. A entrevistada relata em seu livro que tinha noção do apoio das pessoas, tanto de sujeitos comuns, que ela nem conhecia, como figuras públicas de grande relevância no país. Ela teve o privilégio de contar o tempo todo com apoio jurídico. Força concedeu dezenas de entrevistas para veículos de grande circulação e de nicho. Escreveu uma carta ao Papa Francisco no dia 14.07.2019, e teve retorno quase um ano depois com escritos que desejavam prosperidade e copiosas bênçãos de Deus. Também escreveu uma carta ao ex-Presidente Lula, o tom era de

desabafo, esperança e desejo de encontrá-lo ao lado do povo lutando para garantir os direitos da população.

Em seu diário, a entrevistada relata sobre a falta de qualidade da comida servida, do abandono das famílias das presas, da falta de acesso aos itens de higiene, à educação e ao trabalho, da massa de mulheres negras presente no cárcere, do tratamento diferente dado às presas com nível superior, dos abusos que acontecem nos dias de visitação. Ela conta que, no dia 27.07.2019, uma de suas irmãs, que tinha visita autorizada, não pode entrar, pois estava com os cabelos trançados, sendo que o penteado já tinha sido declarado e aprovado na solicitação da visita. Ela também aponta em seu diário o fato da maioria das mulheres que ela conheceu no cárcere estar presa, pois homens “destruíram a vida dessas mulheres” (palavras dela). Outro ponto interessante que ela relata é sobre as guardas, considerada por ela como presas também, pois abandonam suas famílias, folgam apenas uma vez por semana, não podem usar celular, são revistadas na entrada e na saída como as presas e comem da mesma comida das encarceradas.

Acabar com a própria vida foi uma emoção sentida por ela. Faltou coragem e, ao mesmo tempo, o elo com a mãe e a fé a seguraram. A entrevistada ainda expõe sobre o abandono que as mulheres presas sofrem e, também, sobre o racismo.

O nome é Momento do Presidiário, e o que me deixa pasma é que, durante todos os dias que passei ouvindo esse programa, não houve recado de um homem ‘pra’ uma presidiária. É impressionante como nós, mulheres, não recebemos as mesmas atitudes cuidadosas por parte dos homens; para cada dez mulheres casadas, presas, somente um esposo vai até o fim com ela. (FERREIRA, 2020, p. 116).

Ela continua:

O Brasil é o terceiro país com o maior número de mulheres encarceradas; dessas, a maioria é de mulheres negras – ou seja, negro aqui vai para o tronco. As cadeias são herança da escravidão, assim como os piores empregos. E ainda tem gente que acha que cota é esmola, que cota é reparação. (FERREIRA, 2020, p. 102).

Um trecho da entrevista que chama a atenção é:

[...] a necropolítica tem tudo a ver com a empregabilidade e com a prisão, a gente vive num país que ainda é racista e que estão construindo prisões para pessoas pretas, então, essa história de que pessoas pretas tem o último emprego, tem o pior emprego, não é de agora, é desde a época da falsa libertação da escravidão, que continua. A gente

ainda vive num período escravocrata, a gente ainda vive na escravidão, a escravidão ela ainda existe quando uma parcela da população tem seus direitos constitucionais negados pela sua cor de sua pele [...] (INFORMAÇÃO VERBAL -ANEXO IV)

A entrevistada afirma ter renascido no dia 10.10.2019, quando recebeu o alvará de soltura. Voltar à normalidade parece ser algo difícil para ela, que se sente escravizada, marcada a ferro quente, traumatizada. A entrevistada recebeu visitas ilustres como a da Angela Davis 10 dias após a sua “liberdade” (colocado entre aspas, pois ela não se sente uma pessoa liberta), um encontro de mulheres negras violentadas pelo patriarcado. Ela segue se sentido presa “Eles continuam me vigiando, eu continuo presa”. (FERREIRA, 2020, p. 212).

### 4.3 As análises

O trabalho teve um caráter exploratório para estudar e entender os obstáculos encontrados pelas mulheres que tiveram a vivência do cárcere no momento da busca por um trabalho formal. Inicialmente, a pesquisa realizou uma revisão da literatura de gênero, raça e encarceramento feminino por uma perspectiva interseccional. Em seguida, foram realizadas entrevistas para que o trabalho pudesse apresentar as histórias de vida de modo dar voz as mulheres escutadas.

Conforme citado anteriormente, o método de análise do corpus da pesquisa usado é o de análise de conteúdo. Este recurso tende ir além do entendimento inicial frente a significados preliminares de uma determinada comunicação, elucidando possíveis incertezas e enriquecendo a leitura (BARDIN, 2016, p. 34).

Esta metodologia direciona o pesquisador a classificar e a categorizar todo e qualquer tipo de conteúdo. Ou seja, simplifica particulares percebidas em mensagens-chave. O trabalho, a partir de alguns termos idênticos ou muito próximos usados pelas mulheres entrevistadas com frequência foram identificados.

A análise de conteúdo fornece meios precisos para descrever o conteúdo de qualquer tipo de comunicação: jornais, programas de rádio, filmes, conversações quotidianas, associações livres, verbalizadas, etc. As operações da análise de conteúdo consistem em classificar os sinais que ocorrem em uma comunicação segundo um conjunto de categorias apropriadas. (JANIS, 1982, p. 53).

O trabalho confrontou o referencial teórico, com os dados publicados sobre o encarceramento feminino no Brasil e as entrevistas – as histórias de vida – das mulheres privadas de liberdade, considerando a técnica de triangulação que tem como objetivo revelar e confrontar os dados levantadas em fontes diversas (CRESWELL, 2007).

Conforme BARDIN (2016, p 125), a análise do conteúdo é organizada em fases distintas: pré-análise, o momento da exploração do material e a fase do tratamento dos resultados, compreensão e interpretação dos dados.

A pesquisa, então, organizou as seguintes categorias, a priori: divisão sexual do trabalho, empregabilidade/trabalho, estigma, gênero, justiça. Durante as entrevistas, surgiu uma categoria emergente: dignidade humana/desumanidade

**Tabela 3.** Categorias para análise de conteúdo.

<b>Categorias a priori</b>		
<b>Categoria</b>	<b>Definição constitutiva</b>	<b>Definição operacional</b>
Divisão sexual do trabalho	É a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções com maior valor social agregado (políticos, religiosos, militares etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizacionais: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher). (HIRATA, 2009).	Tipo de trabalho, de oportunidade e/ ou condição dadas às mulheres e aos homens, que são diferenciadas conforme o sexo/gênero, gerando desigualdades.
Empregabilidade/Trabalho	Está relacionada à capacidade de conseguir um emprego e de se manter empregado. A aplicação da empregabilidade está relacionada ao desenvolvimento de habilidades profissionais. (EAD PUC – GOIAS, s. d.)	Trabalho, oportunidade no mercado de trabalho, oportunidade, entre outros.
Estigma	A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo. (GOFFMAN 2008 p. 11)	Adjetivo com sentido negativo e próximo ao uso de termos como preconceito, excluído, inferior, entre outros.
Gênero	A palavra gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas (SAFFIOTI, 2004 apud MAGALHÃES, 2016).	Sexo masculino, namorado, companheiro.

Racismo	Forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam”. (ALMEIDA, 2019 p.22)	Negro, raça e pobre.
Justiça	Em sentido jurídico, por exemplo, a justiça consiste em tratar a todos de acordo com a lei, em garantir os direitos civis e seguir de forma coerente e	Lei, profissionais do sistema judiciário
<b>Categoria emergente</b>		
Dignidade humana/Desumanidade	Qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem à pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além, de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. Wolfgang Sarlet (2002, p. 62)	Tratamento não humano, tratamento rude, tratamento agressivo, falta de respeito, ambiente hostil

**Tabela 3. Categorias para análise de conteúdo (Continuação)**

**Fonte:** Elaboração própria.

Apesar da pesquisa contar com um roteiro aberto para a realização das entrevistas, elaborar as categorias a priori beneficiou a organização das conversas, como também facilitou comparar os dados coletados.

### **Categorias a priori**

Nesta parte, o trabalho busca analisar o corpus da pesquisa frente às categorias a priori (tabela 3). A intenção do trabalho ao considerar a categoria estigma é verificar quais consequências que ela gera para a mulher privada de liberdade.

### **Categoria Divisão sexual do trabalho**

Durante as conversas, em alguns momentos, a questão da divisão sexual do trabalho surge. Não de maneira direta, mas através de alguns trechos dos relatos é possível perceber tal divisão e submissão feminina. Quando a pesquisadora perguntou para a Dinha sobre estudos e trabalho antes de ser presa, ela comentou:

Faltou o último ano ‘pra’ eu terminar (ela falava do ensino médio), e quando eu conheci ele eu trabalhava de carteira assinada e tudo. Eu trabalhava numa panificadora de atendente, inclusive até eu saí de lá, **pois ele que pediu ‘pra mim’ sair, ‘não sei o quê’, aí, ele falou que eu não precisava trabalhar, para cuidar da casa, aquela coisa, né?** [...].(INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO IV, GRIFOS NOSSOS).

Maruane e Hirata (2003) apontam que a divisão do trabalho entre homens e mulheres é sobretudo o atributo dado ao homem para o trabalho produtivo, portanto, a liberação do trabalho doméstico, que fica a cargo das mulheres. Ainda considerando as autoras, nas sociedades salariais as mulheres desejam entrar e se manter no mercado de trabalho. É interessante fazer uma análise fala da Dinha, pois quando ela comenta da carteira de trabalho, inclusive, observando sua expressão facial, parece haver orgulho da sua condição, mas diante do pedido do namorado ela renuncia ao trabalho.

Já na conversa com os representantes da CEDAE, quando a pesquisa levanta a questão da absorção da mão de obra feminina pelo Replantando Vida, eles afirmam que:

Hoje, é 75% de homens e 25% de mulheres. Proporcionalmente ao desenho prisional aqui do Rio que é de 3.4% de mulheres e 96.6% de homens. **Temos dificuldade de conseguir mulheres, sabia?** O número de mulheres cumprindo pena é pequeno mesmo. 1700 pessoas. Você vai nas que estão no regime semiaberto, PAD ou condicional, você já reduz isso muito. Muitas já estão trabalhando. A gente tem até uma demanda maior do que a gente consegue atender de mulheres. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO I, GRIFOS NOSSOS).

A pesquisa cruza esse trecho a outro, também narrado pelos representantes da CEDAE:

**Assim, quadro geral é a baixa escolaridade. Muito baixo. O abandono escolar é muito grande.** Param na quinta, na sexta série. Ensino médio completo a gente tem uma demanda grande, pessoas que precisam fazer um serviço mais elaborado e muitas vezes a gente não consegue atender de imediato pela falta de pessoas com esse perfil, de segundo grau completo, né? (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO I, GRIFOS NOSSOS).

Mais uma vez, fica evidente que, o abandono do Estado, tanto antes do cárcere, como durante, reforça a exclusão da mulher do mercado de trabalho formal. Sem capacitação, a redução da empregabilidade aumenta.

Outra passagem relevante para a pesquisa se dá quando a entrevistadora pergunta para a Mulher Bomba sobre as áreas dos cursos que são oferecidos durante o encarceramento e ela responde:

**Cabelereiro, para mulher é cabelereiro, design de sobrancelhas, eles colocam um monte de curso lá, mas nunca chegam.** Todos os cursos que estão, até na época que eu estava lá (pausa). Tava para chegar de pedreiro, mas não chegou, mas que esse tempo todo que eu tive lá eu vi cabeleireiro, design de sobrancelha e (pausa para pensar). É. Só esses dois. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO II, GRIFOS NOSSOS).

Tal fala vai ao encontro da afirmação de Saffioti (2001): não é complexo perceber que homens e mulheres não desempenham profissões iguais no Brasil, apesar de tal fenômeno não ser exclusivo do país. A autora prossegue e coloca que a hegemonia masculina atravessa todas as classes sociais, inclusive na discriminação racial, o que vai ao encontro do perfil das mulheres encarceradas.

### **Categoria Empregabilidade/Trabalho**

Quando a entrevistadora conversou com Dinha sobre a questão da empregabilidade, especificamente sobre planos futuros, ela afirmou que: “Então, eu já ‘to’ fazendo bicozinho, né? Eu comprei já duas máquinas, uma Overlock, e uma reta, que ela é essencial, né?”. O trecho mostra a insegurança, o receito dela não conseguir um emprego formal.

Ao ser conversar com a Irmã da Mulher Bomba, a pesquisadora questionou se entre as mulheres que ela fez amizade no cárcere havia a preocupação de se conquistar um trabalho. Se tal conversa acontecia entre elas:

É, assim, tudo depende de como que você vivia antes de você chegar lá, né? (...) Eu pensava todos os dias, como que eu vou sair daqui? O que eu vou fazer da minha vida, porque igual eu te falei, eu não me via em tráfico, e era uma coisa assim, que eu não queria mais pra minha vida, eu pensava, será senhor, pedia muitas vezes para recuperar o meu emprego porque eu sei que é difícil. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO III).

Observar o perfil, as identidades e as similaridades dessas mulheres encarceradas, em especial as entrevistadas, deixa claro para o trabalho que é impossível compreender os obstáculos para a conquista de uma vaga no mercado de trabalho sem cruzar e problematizar tais características como a passagem pelo cárcere, o gênero, a raça, a classe social, entre outras. A fala da Força ilustra perfeitamente a interpretação da pesquisa: “A gente vive num país que ainda é racista e que ‘estão’ construindo prisões para pessoas pretas, então, essa história de que pessoas pretas tem o último emprego, tem o pior emprego, não é de agora. É desde a época da falsa libertação da escravidão, que continua. A gente ainda vive num período escravocrata, a gente ainda vive na escravidão, a escravidão ela ainda existe quando uma parcela da população tem seus direitos constitucionais negados pela sua cor de sua pele (...). O fato é isso: que tira o dinheiro de educação para investir em presídios e quem é que vai parar na prisão? É o povo preto e isso não sou eu que ‘to’ inventando, né?”

### **Categoria Estigma**

Apesar de não ter sido perguntado diretamente sobre estigma, as narrativas das entrevistadas se relacionam com o conceito do estigma quando elas, por exemplo, expressam seus sentimentos por usarem tornozeleira eletrônica, um equipamento que no entendimento da pesquisa, mas do que monitorar as entrevistadas, as estigmatizam expondo suas condições frente à justiça e à sociedade:

Mulher Bomba comenta: “Aí o governo põe essa tornozeleira enorme no pé da pessoa para poder **passar constrangimento**, mas eu ainda ando com ela porque é melhor ‘tá’ solta do que passar naquele inferno. É muito difícil passar por isso. **É muito preconceito**”. (GRIFOS NOSSOS).

Em outro trecho da conversa, quando perguntado diretamente sobre o uso do equipamento, ela afirma:

Tem gente que olha ‘pro’ pé da gente e faz cara de nojo. ‘Ihhh’ é preso. Tem gente que tem **preconceito**, sim, mas tem gente que não está nem aí, fala assim: todo mundo erra. (...) **Eu não gosto muito, eu sempre ando com uma calça larguinha, mais folgada lá embaixo ‘pros’ outros não ficam olhando**, não. Mas, dá para levar de boa. Minha filha que nem esquentada. Ela

fala: mãe vamos ‘pra’ praia? Eu, não. Eu vou de tornozeleira ‘pros’ outros ficar me olhando e vendo que você é filha de presa? Eu não. Eu falo isso para ela”. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO II, GRIFOS NOSSOS).

A Irmã da Mulher Bomba também expressa o significado negativo que a tornozeleira representa em sua vida quando é questionada sobre o uso do item:

Eu não acho isso legal, eu acho desnecessário porque quem tem que (pausa). Se você vier ‘pra’ rua e tiver que cometer outro delito, você vai cometer porque a tornozeleira não impede ninguém de fazer isso (...). Acho assim ah!, é ah! **É para constranger a gente com esse negócio enorme que a gente carrega na perna**, eu, por exemplo, não saio de casa de bermuda, porque eu acho que ninguém, tá querendo encrenca com ninguém, ainda mais eu, porque eu tenho um filho pequeno e porque quem errou foi eu, mas a gente sabe que a sociedade aponta seu filho por um erro seu, então eu prefiro não ficar expondo, não gosto de sair de casa de bermuda, não frequento uma academia, não frequento lugar nenhum por causa disso, porque assim, se eu frequentar um lugar expondo a minha tornozeleira, para amanhã a mãe do coleguinha dele, olhar e falar a lá, **a mãe dele tá com tornozeleira eletrônica, a mãe dele é uma bandida, a mãe dele foi presa**, tipo assim, a gente tenta. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO III, GRIFOS NOSSOS).

Neste trabalho podemos interpretar, então, o equipamento como um símbolo estigmatizante, que coloca essas mulheres em um lugar não respeitável. Nesse sentido, Goffmann (2008, p.15) afirma: acreditamos que alguém como um estigma não é completamente humano. Fazendo uma triangulação entre os dados do universo carcerário feminino – apresentado em capítulos anteriores deste trabalho – as histórias de vida e o referencial teórico vale considerar novamente Goffmann (2008): “fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida”.

Em outro fragmento de uma das histórias, com Dinha, é perceptível notar o quanto o estigma é um estorvo para que essas mulheres possam socializar, inclusive, no momento de buscar emprego. Nesse caso, o documento de nada consta criminal é o carimbo da exclusão. A entrevistada ao ser perguntada sobre mercado de trabalho e nada consta criminal expressa seu medo:

Ah pede, pede, pede sim. **Tenho medo com certeza**. Pedem e eu já vi gente que é tipo assim, **foi mandado embora justamente por isso**, quando chegou não falou, né, que tinha passagem alguma coisa assim e **foi mandado embora porque descobriram**. (...) Por isso, que eu já falo quando eu for procurar emprego alguma coisa, eu já vou falar tudo, olha só (risos) passei pelo sistema e

né: Já acabei, né? Paguei tudo que eu devia e ‘to’ aí ‘pra’ trabalhar. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO IV, GRIFOS NOSSOS).

Em outra fala, de Força, também é apontada a questão do estigma e o quanto a demanda para romper com esses rótulos pejorativos é necessária:

Eu acho que **quebrar este paradigma de estereotipar a prisão, isso que você tá fazendo é quebrar este paradigma, né?** Até porque quem vai ler é um doutor, até porque é quem avalia o mestre, então, essa informação ‘pra’ chegar no mestre tem que partir de quem já viveu, então, eu acho que isso que você ‘tá’ fazendo já é um grande passo **eu queria que outras pessoas também fizessem isso e espero que façam (...)** É, mas é assim mesmo. É uma desconstrução lenta, né? A gente ‘tá’ vendo. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO V, GRIFOS NOSSOS).

Em um trecho da entrevista da Lei, a questão do estigma aparece claramente:

**Pela Fundação Santa Cabrini há esta dificuldade de conseguir parceiros pelo estigma mesmo, pelo preconceito entendeu?** Então, teria que ter muitos mais parceiros tanto da iniciativa privada, mas principalmente eu acho, do poder público, principalmente das empresas públicas, né?. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO IV, GRIFOS NOSSOS).

### **Categoria Gênero**

Ao trazer a categoria gênero para a conversa, ora de forma direta ou indireta, as entrevistadas apontaram solidão, abandono, mais discriminação, o peso/responsabilidade da maternidade, entre outros. O tráfico de drogas e crimes com ele relacionados, corresponde a 2/3 do encarceramento feminino. Nesse sentido, a pesquisadora perguntou de forma direta, mas com abordagens diferentes, para as entrevistadas sobre uma possível ligação da prisão delas – das mulheres - com namorados e maridos.

Dinha relata:

Na verdade eu me **envolvi com um homem e ele era traficante**. E eu só fui saber um pouco depois, né? Que ele era traficante já ‘tava’ envolvida, então, tipo assim, não medi as consequências e, não, não percebi, né? O tamanho da dimensão do problema que eu ‘tava’ me enfiando, mas já ‘tava’, a gente ficou

junto um ano e eu já ‘tava’ apaixonada e aquela coisa de né? (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO IV, GRIFOS NOSSOS).

Na narrativa de Força, também é apontada essa discussão:

Com certeza, isso ‘tá’ no livro, né? Eu falo sobre isso, que **as mulheres estão nas prisões por causa dos homens**, por causa do machismo e, **principalmente, pelo tráfico de drogas**, a mulher para você ter noção, a mulher ela nunca teve relação nenhuma com o presídio, mas ela conhece um ‘cara’ a partir de outro, a partir de fulano e, aí, passa a visitar esse cara e aí já começa a levar as drogas, e aí tipo, é sobre isso né? É o homem. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO V, GRIFOS NOSSOS).

Há uma informação, exposta pela Força, que não aparece nos dados publicado pelo governo. Que é a questão de uma parcela das mulheres encarceradas acabarem cometendo crimes, inclusive, matando, para se defenderem de violências sexuais, ameaças, entre outros.

**Quantos pedidos de socorro aquelas mulheres já não fizeram? Quantas Marias da Penha, quantos boletins de ocorrência essas mulheres não fizeram ‘pra’ chegar no extremo de ter que matar o homem para não morrer?** Qual a lei do Brasil que protege a mulher? Essa lei funciona? O feminicídio no Brasil diminuiu, vem diminuindo? As mulheres têm sua proteção garantida conforme Constituição? Não tem, não tem, se tivesse não existiria a Maria da Penha, se tivesse as mulheres não seriam cortadas, né, por tirarem uma foto de biquíni e postar na rede social, se tivesse, uma criança de 10 anos não ia ser estuprada por um tio, então, a gente não tem lei que protege estas mulheres, então, as mulheres estão se defendendo. **A única forma delas se defenderem contra seus agressores é matar seu opressor, ou ela faz isso, ou ela morre**, tem diversas histórias aí que eu estou contando do motivo da mulher que matou o ‘cara’, né? A gente precisa também se colocar no lugar das pessoas, procurar entender, ninguém nasceu assassino. **Por que que aquela mulher se tornou uma presidiária?** Existe uma história por trás daquela mulher. Então, a gente precisa dar lugar de escuta para saber qual é o lugar daquela mulher e como ela foi parar atrás das grades, então, o livro ele tem esse propósito também de mostrar porque que estas mulheres estão sendo presas. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO V, GRIFOS NOSSOS).

A ligação da presença masculina com o motivo das prisões femininas também é evidenciada na explanação da Mulher Bomba:

**A maioria das mulheres que eu conheci são presas por homem.** Agora, tem uma parte aí que não, que são envolvidas mesmo e que faz parte mesmo e batem no peito que fazem parte, mas a maioria que cai lá, **a maioria que a gente vê é porque foi namorado ou mesmo o filho.** Tem muitas histórias

que o ‘cara’ ‘tá’ preso, que estava envolvido, aí a mãe caiu lá porque foi levar droga pra ele. Outros rodam na escuta, pois são namoradas, mulheres, tem marido preso e ‘tava’ no telefone com alguma conversa que foi pega. Você vê muitas histórias assim. A maioria é assim.

Saffioti (1976) pondera que a mulher foi vista ao longo da história como um ser que carecia de cuidados e proteção por ser vista como um ser fraco. Sendo assim, a subordinação e orientação masculina se fazia necessária. Tal crença está presente no relato das entrevistadas seja quando a mulher serve ao homem com sua mão de obra e se expõe, por exemplo.

A Irmã da Mulher Bomba expressa:

“Eu acho que assim: porque na verdade **a mulher é um ser mais frágil**, então, tipo assim, ela demonstra muito mais amor, então, quando acontece com o marido dela a preocupação dela é muito grande, eu já vejo por tudo que eu passei que assim, o homem não liga entendeu, ah! tá presa, eu acho que pro homem é muito mais fácil, não é dizer é que isso daí varia de homem pra homem, situação pra situação, mas eu acho que os homens não se prendem aquilo entendeu, porque assim eu tenho uma (inaudível) que homem é tudo safado. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO III, GRIFOS NOSSOS).

Os trechos apresentados na categoria gênero apontam que as mulheres são colocadas em situações de submissão de formas diversas. A sociedade patriarcal autoriza o controle do homem em relação à mulher. As entrevistadas, exceto Força, percebem em algumas situações tal subordinação, mas, ao mesmo tempo, normalizam a situação.

### **Categoria Justiça**

Ao tratar de encarceramento feminino, o trabalho evidencia a necessidade de se discutir a categoria de justiça. Borges (2018) reforça que o sistema da justiça criminal é pouco debatido, inclusive os ativistas, entre aqueles que lutam por igualdade e justiça.

A pesquisa apresenta trechos como o da entrevistada Irmã da Mulher Bomba que indicam um sentimento punitivo para além do cárcere: “Porque eu acho que a justiça existe para condenar, mas não existe a justiça pra ajudar entendeu, pra recuperar”.

A seguir, o fragmento exposto por Força traz outro olhar sobre a justiça:

“A gente tá aí vivendo uma pandemia e as mulheres ainda estão obrigadas a ficar em casa com seus opressores, com seus homens e **não tem como defender estas mulheres porque a justiça no país só age quando a mulher é assassinada**, então, o número de homens assassinados pelas mulheres vai aumentar, mas é por legítima defesa. Porque as mulheres já tão é, de saco cheio. Não tem mais quem para pedir ajuda, não tem mais ‘pra’ onde correr, então, os números são crescentes infelizmente”. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO V, GRIFOS NOSSOS).

Na narrativa da Força é possível fazer um entrelace em à justiça e a questão de seletividade penal visto que os apelos da mulher por proteção não são ouvidos, as levando a cometer crimes para preservarem suas vidas. Logo, o trabalho confirma que as demandas femininas frente à justiça não são consideradas.

Ainda considerando justiça pela ótica da seletividade penal, a pesquisa extrai uma parte da falar da Mulher Bomba ao ouvir a expressão que a justiça é branca, ela ri e afirma:

[...] Hoje, o negro toma a bala perdida de um polícia, mas não é perdida. Mas, a bala foi certa. Eles nem procuram saber quem é a pessoa e porque está naquele lugar. Se está certa ou errada. A pessoa se está parada toma um tiro. Não quer nem saber se o negro tem estudo, nem nada. Quer criticar e julgar. (INFORMAÇÃO VERBAL -ANEXO II)

Essa passagem é interessante, pois estimula uma reflexão sobre em qual momento a justiça atua com seletividade. Entende-se a partir da pesquisa que isso ocorre em diversas etapas: 1) desde o momento da abordagem, quando uma população é mais visada que outras pelos policiais 2) no entendimento do que é crime e o grau de sua gravidade. O estudo relembra que o tráfico (ou a associação ao tráfico) é o crime que mais encarcera as mulheres, 3) os motivos que levam essas mulheres a se envolverem ou serem envolvidas em tais crimes – ressaltando que a questão financeira muitas vezes aparece nas narrativas como motivo para entrada no crime, 4) o julgamento e 5) a condenação.

### **Categoria Racismo**

Quando a pesquisadora colocou a categoria racismo nas conversas – considerando as expressões raça, negro e pobre – ficou evidente tal comportamento é recorrente

Mulher Bomba explica que:

Lá no presídio se você é mais clarinha você tem vantagens, se você é mais pretinha você tem mais desvantagens. Eu acho isso um absurdo. Mas, isso é o Brasil. Na cadeia tem discriminação. Eles olham assim: a pessoa é negra e tem um aspecto mais pobre já olha falando que não presta. Não são todos. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO II).

Outro trecho em que o racismo é posto é no momento que a entrevistadora dialoga com a Força sobre perspectivas de mudança:

[...] eu acho que a seletividade penal não se quebra, né? Primeiro a gente tem que fazer aí uma reforma política, até mesmo no judiciário, né? A gente tem que fazer aí uma reforma em tudo porque o (a lei do) racismo existe no Brasil há 32 anos, e a gente não vê um abençoado que comete crime de racismo ser preso, mas a gente vê pessoas pretas indo pra cadeia a cada três minutos, então, eu acho que a lei, ela tem que parar de ser seletiva [...]. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO V, GRIFOS NOSSOS).

Tais narrativas são exemplos do que Almeida (2019, p. 49) preconiza:

[...] o imaginário em torno do negro criminoso representado nas novelas e nos meios de comunicação não poderia se sustentar sem um sistema de justiça seletivo, sem a criminalização da pobreza e sem a chamada ‘guerra às drogas’, que, na realidade, é uma guerra contra os pobres e, particularmente, contra as populações negras.

Ele vai além e afirma que não é uma amplificação afirmar que o sistema da justiça é uma prática que cria e reproduz a raça de forma hábil e com abundantes significados. Tornando as relações a discriminação racial aceitável e diária.

### **Categoria emergente: Dignidade humana/Desumanidade**

Ao longo da pesquisa, o termo desumanidade/desumano surgiu com muita força. O conceito mais próximo encontrado foi dignidade humana. Em alguns momentos as perguntas tratavam diretamente sobre a categoria visto que ela surgia ao longo das narrativas.

Quando a entrevistadora conversava com a Mulher Bomba sobre os locais onde ela ficou presa, a questão da desumanidade surgiu:

A gente recebeu a sentença. E lá é tudo muito desumano como eu ‘tô’ te falando. Lá não socializa ninguém. Ali, para você se ressocializar, você tem que ter foco, família ou alguma coisa assim”. Ainda dialogando com a Mulher Bomba, dessa vez, sendo perguntado de forma direta sobre a questão da desumanidade, ela relata: “É desumano porque você chega num presídio. Quando você vai presa eles mais ou menos falam o que a sua família tem que levar. Aí você chega lá é um colchão com a finura de um dedo, colchões rasgados, você recebe camisas rasgadas, toalhas sujas. Às vezes, nem tem lençol. Te dão a metade de um cobertor. Tem a super lotação. Você é jogado num chão lá. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO II).

O sentimento da Mulher Bomba é muito próximo ao relatado por Força em seu diário:

Ninguém merecia passar por aquilo. O banheiro era um buraco no chão, a descarga era do lado de fora, nem dava alcançar. Aquele lugar não tinha condições humanas, era sub-humano, uma imundice, um mau cheiro inescrutável”. Há outro fragmento no diário de Força que a pesquisa ressalta: “Acho que eles pensam assim: ‘Quem tá preso não tem direito nem de comer com dignidade, não pode reclamar de nada. (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO II).

Há um trecho na fala da Irmã da Mulher Bomba que, apesar da entrevistada não usar o termo desumanidade, fica evidente no seu relato, como tal tratamento é uma realidade para essa população:

Eu acho que isso aí só cria mais revolta e as guardas te tratando com ignorância quando você vai pedir um remédio e não tem, saem debochando da sua cara. São “N” situações que acontecem lá entendeu? (...) Porque a situação é uma comida que chega azeda que eles não têm nenhum cuidado que a gente sabe que a verba é repassada, entendeu? (INFORMAÇÃO VERBAL – ANEXO III).

Borges (2018) coloca que na década de 90 começa um movimento de reforma de separação das punições femininas, das masculinas, mas que a igualdade prisional resultou em uma similitude de repressão.

As mulheres têm necessidades diferenciadas e este uso de respeito a um tratamento igual intensifica o contexto de violência que estas mulheres passam no contínuo desrespeito aos direitos humanos nas unidades prisionais. Um exemplo é a falta de absorventes, fazendo com que várias tenham que recorrer a

expedientes alternativos e insalubres, como o uso de miolo de pão em seus ciclos menstruais. Outro exemplo é do uso de papel higiênico, quando é sabido que mulheres utilizam mais o sanitário para urinar do que homens, obrigando-as a situações aviltantes de utilização de pedaços de jornais velhos e sujos para sua higiene íntima. (BORGES, 2018, p. 144).

## 5 CONCLUSÃO

Para ajudar o leitor, farei um breve resumo da jornada que o trabalho seguiu até chegar aqui. Vale ressaltar que considero este espaço apropriado para expressar minhas considerações e afetamentos. Na Introdução, a pesquisa revelou que este estudo teve como objetivo geral analisar as razões e os obstáculos que levam as mulheres que passaram e passam pela privação de liberdade a enfrentarem dificuldades na conquista de uma oportunidade de trabalho formal. A pergunta da pesquisa trouxe o seguinte questionamento: “Quais os obstáculos identificados pelas apenadas e egressas para se inserirem no mercado de trabalho?”. Nesta parte, apresentei dados que merecem estar no radar do leitor, pois nos deparamos com o Brasil ocupando o quarto lugar no ranking mundial de maior população carcerária feminina, com aproximadamente 43 mil mulheres privadas de liberdade. Outra informação que apresentei, foi a aceleração desse encarceramento, de 2000 a 2016, houve um salto de 455%.

O perfil das encarceradas também mereceu atenção. Analisando tal representação, esbarra-se em um modelo racial composto por negras e pardas de 62%, com baixo grau de escolaridade, somente 15% das mulheres encarceradas contam com ensino fundamental completo, 62% estão privadas de liberdade por tráfico de drogas, mas 45% ainda não sofreram condenação. Torna-se impossível desconsiderar o padrão encontrado, pois ele vai ao encontro de questões sociais.

A literatura aponta como o estigma, no caso das entrevistadas o estigma de serem mulheres presas ou ex-presas, contribui para que elas tenham imensas dificuldades na conquista do trabalho. Ela – a mulher – é julgada duplamente, pela violação da lei, do ponto de vista penal, e pela sociedade patriarcal e racista, visto que nessa situação há um entendimento que a mulher que foi condenada por um crime rompeu com seu papel de mulher cuidadora da família. Há ainda a crença que a mulher negra não tem valor. Estigmatizadas, nas unidades prisionais, essas mulheres são abandonadas novamente, tanto pelo Estado, que não pensa nas demandas delas, como por parentes e sociedade, que as abandonam.

Não somente as conversas realizadas por este trabalho, mas também os dados divulgados pelas instituições públicas e pelo terceiro setor, mostram que boa parte das encarceradas e egressas afirmam que questões financeiras – leia-se falta de oportunidades no mercado – as jogam para o crime visando sustento para às suas famílias. Nesse ponto, percebo outros estigmas como opressão e exclusão por gênero. O tráfico, crime tão recorrente no universo feminino, deve ser olhado não somente como última possibilidade de conquista de renda, mas também

pela questão da hierarquização das funções. As mulheres, em geral, ocupam funções de maior exposição para um possível flagrante, de maior risco, inclusive, no que tange a saúde física visto que em diversas situações elas precisam “comer” a droga para realizarem o tráfico. Elas ocupam funções subalternas e de maior exposição, aumentando as chances de flagrante, portanto, de prisão. Concluo que a Lei de Drogas carrega em seu texto a seletividade penal, que reforça a vulnerabilidade dessas mulheres e as carimba como mão de obra descartável, sem valor e não credível.

Dentro das unidades prisionais, apesar da legislação garantir educação e trabalho, a realidade é de desassistência e de falta de oportunidades para que essas mulheres possam se preparar para o alcance da empregabilidade quando em liberdade, por consequência, mais uma vez há um reforço da exclusão.

Mesmo não sendo foco do trabalho, as guardas apareceram nas conversas e tal recorte é passível de uma pesquisa futura. Essas mulheres que, apesar de estarem em outra condição das encarceradas, afinal, são guardas concursadas, também sofrem pela questão de gênero e outras características que as colocam em situação de vulnerabilidade. Elas muitas vezes optam por esse trabalho por falta de oportunidade, são mulheres de classe média baixa e arrimo de família. Como as presas, se distanciam de suas famílias devido aos locais onde estão as unidades prisionais, que são distantes, coabitam em um ambiente hostil e desumano, como é dito pelas mulheres entrevistadas.

Este trabalho também sugere pesquisas futuras sobre a responsabilidades das empresas nesse universo. Fala-se muito em políticas de diversidade – termo frequentemente usado pelas empresas –, em contratação de grupos minorizados e em inclusão social, mas é raro encontramos empresas que contratam presas e ex-presas, mesmo com incentivos fiscais, por exemplo. Parece haver, então, uma repetição de um comportamento discriminatório travestido de preocupações sociais como uma proposição moderna. O que é diversidade para as empresas que levantam tal bandeira? De quais grupos minorizados elas estão de referindo? Há um gerenciamento, no sentido de escolha, de qual grupo será eleito para ser contratado? Essas mulheres entrevistadas, que representam aproximadamente 43 mil mulheres brasileiras, ocupam algum lugar para essas empresas? Entendo que este trabalho provoca reflexões e novos olhares para essas mulheres, inclusive como mão de obra formal no mercado. Quando uma empresa solicita um nada consta criminal, ela está condenando novamente aquela mulher e a jogando novamente

à margem da sociedade. É curioso que as empresas ditas diversas lancem mão de usar seleção às cegas, mas ao mesmo tempo checam o nada consta criminal.<sup>6</sup>

Outro ponto relevante na conclusão do trabalho é que o sistema carcerário foi concebido por homens e para homens, excluindo até hoje necessidades das mulheres.

Um dado que surgiu no decorrer da pesquisa é o fato das mulheres estarem privadas de liberdade por serem acusadas/condenadas por matarem homens como possível resposta à violência doméstica e sexual, ameaças, entre outras situações do tipo. Curioso é o fato de tal informação pouco aparecer nos dados públicos quando se aborda o encarceramento feminino. Tais dados são fortemente criticados por pesquisadores de variadas disciplinas por serem rasos, antigos e pouco interpretados.

Responder à pergunta desse trabalho só foi possível ao fazer uma ligação entre pensamentos decoloniais e interseccionais e as histórias de vida dessas mulheres. Decolonial, pois ao considerar esses autores fica claro a necessidade de problematizarmos a continuidade das premissas da colonização que sofremos, da necessidade dessas mulheres lutarem de forma contínua para serem simplesmente vistas e respeitadas. Romper com padrões impostos pela colonização torna-se necessário para quem tais mulheres ganhem campo e possam conquistar habilidades para alcançarem empregabilidade, para serem incluídas na sociedade. Nós, pesquisadores, precisamos compor ideias e embaralhar teorias para desconstruirmos a crença e a normalização da soberania da elite, gerida e representada pelo homem branco, que discrimina e pratica e estimula o machismo e o racismo diariamente.

Voltando para as conversas, observei que o encarceramento e todo o estigma que ele representa na vida delas, das entrevistadas, é o resultado de preconceitos depositados desde o momento do nascimento dessas mulheres, como o seu gênero, a sua cor de pele e o seu perfil socioeconômico, que são reforçados ao longo da vida até o momento da pseudolibertação que recebem. Sim, falsa liberdade, pois a sociedade segue com pensamentos marginais, descrentes, exploratórios e excludentes quando olha para essa mulher que teve vivência no cárcere. O olhar interseccional, observar como essas características estigmatizam essas mulheres é necessário, para entendermos a seletividade penal, que acontece antes mesmo do julgamento, pois soma-se a ela, às avaliações diárias por parte dos indivíduos e empresas que excluem essas mulheres

---

<sup>6</sup> Seleção às cegas é o modelo de contratação onde informações do candidato são suprimidas como gênero, endereço, características físicas com o objetivo de minimizar possíveis discriminações.

mesmo sem conhecerem suas histórias particulares. O que justifica tal exclusão em um momento que as empresas discutem tanto a questão da diversidade? Elas não fazem parte do “modelo ideal” branco, colonizador e superior? Inserir tais mulheres no mercado de formal é transcender com o padrão até então impresso.

Todo o levantamento – teórico, dados públicos e entrevistas – feito para essa pesquisa me faz compreender que, além do sistema prisional ser feito para e por homens, ele pune com maior rigor as mulheres, há uma intolerância e um abandono social não somente no momento que elas atravessam as grades, mas anterior a ele, quando são invisibilizadas pela a sociedade.

A justiça, que deveria garantir os direitos dessas mulheres, funciona como um espelho da sociedade que discrimina, violenta corpos, subalterniza e tolhe mulheres, principalmente, e sobretudo, as mulheres negras. Corpos femininos são usados e castigados pelo homem de ponta a ponta. Desde o momento que elas são colocadas em funções de maior exposição e/ou são violentadas pelos seus pares, até o momento que apresentam seus currículos e são excluídas não por incapacidade técnica, mas por possuírem “ficha suja”. Mas, somente o recorte de gênero não justifica tudo, por isso, é fundamental trazer para a reflexão nos estudos organizacionais a questão da interseccionalidade e as teorias decoloniais.

Desconstruir a justiça e, ainda, as empresas se faz necessário. Se por um lado, a justiça precisa deixar de ser punitiva, racista, patriarcal, violenta, ou seja, seletiva, as empresas também precisam assumir de fato seu papel de ator social e incluir essas mulheres em seus quadros, ou seus posicionamentos a favor dos grupos minorizados serão apenas narrativas estratégicas a favor das suas reputações.

Dar voz a essas mulheres foi essencial. Apesar de ter sido, de certa forma, difícil acessá-las, depois do contato, ficou evidenciado como elas querem ser ouvidas. A independência financeira, que pode ser conquistada através do trabalho, é uma necessidade que fica evidenciada ao ouvi-las.

Problemas financeiros, subalternidade de gênero, maternidade solo, falta de expectativa, culpa e vergonha, descrença na justiça, marginalização, são algumas das realidades que afetam essas mulheres e aparecem em seus relatos, o que aponta que tanto o poder público, como a iniciativa privada – e aqui estou falando das organizações – não dão conta dessas mulheres, não as consideram como uma mão de obra possível, não as enxergam como sujeitos dignos de respeito, de investimentos, de convivência e de futuro.

O encarceramento em massa feminino indica que a sociedade segue excludente. Por outro lado, considerando os relatos obtidos através das entrevistas, fica evidente que ações públicas e privadas são urgentes para que se desacelere o encarceramento dessas mulheres.

Através das histórias de vida foi possível perceber o quanto o julgamento do crime estigmatiza essas mulheres, simbolizadas, por exemplo, nas tornozeleiras usadas por elas. Tal sentença faz com que essas mulheres escondam suas histórias, seja através de uso de roupas largas, que não evidenciem o equivo ou busquem empresas que não peçam nada consta criminal ou ainda tracem caminhos não formais, que as deixam mais uma vez desprotegidas.

Finalizo reafirmando que trazer essas vivências individuais foi uma tentativa de analisar, compreender e, sobretudo, sugerir um novo olhar para essas mulheres, em especial, por parte das empresas, possíveis empregadores.

Não sou uma mulher negra, nunca fui encarcerada, meu nível escolar é alto, tenho condição social e econômica privilegiada, não sou mãe, mas sou uma mulher anti-racista. Esta pesquisa não esgota de forma alguma os olhares sobre a questão da empregabilidade das mulheres privadas de liberdade, mas é uma contribuição para a transformação da realidade social, do combate ao racismo não somente por pessoas negras e do incentivo do olhar decolonial nos estudos organizacionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural: Feminismos plurais**. 1ª ed. São Paulo: Jandaíra, 2019.

AMORIM, M. A. **Mulheres dos Campos de Minas Gerais: trajetórias de vida, de luta e de trabalho com terra**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2017.

APOLINÁRIO, H. Brasil é o 4º país com mais mulheres presas no mundo. Disponível em: <[https://www.conectas.org/noticias/brasil-e-o-4o-pais-com-mais-mulheres-presas-no-mundo?gclid=Cj0KCQjwnv71BRCOARIsAlkxW9EyEjhmCat6RPwk60z4g3ZfgTqOtR-JquBsNPCFiNtct5zNEONAAemMaAtpmEALw\\_wcB](https://www.conectas.org/noticias/brasil-e-o-4o-pais-com-mais-mulheres-presas-no-mundo?gclid=Cj0KCQjwnv71BRCOARIsAlkxW9EyEjhmCat6RPwk60z4g3ZfgTqOtR-JquBsNPCFiNtct5zNEONAAemMaAtpmEALw_wcB)>. Acesso em: 16 mai 2020.

ATKINSON, R. The life story interview. In: **Handbook of Interview Research: context & methods**. Thousands Oaks, CA: SAGE Publications Inc., p. 120–140, 2001.

AUAD, D. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. Contexto, 2006.

BARBOSA, R. O que é a Lei de Política de Drogas do Brasil. **Nexo Jornal**. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/explicado/2017/01/14/Lei-de-Drogas-a-distincao-entre-uso-e-traficante-o-impacto-nas-prisoes-e-o-debate-no-paids#section-3>>. Acesso em: 11 jun 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Rego, L. de A.; Pinheiro, A. Lisboa: Edições 70, 2006.

BASTOS, L. **Relações de gênero e trabalho doméstico: uma pesquisa com estudantes da EJA**, 1. ed., Appris, 2019, p. 27.

BAUER M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMANN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 119-120.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1970, 4ª edição. p. 57.

BORGES, J. **O que é: o encarceramento em massa?** 1 ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018. 144p.

BOSI, E. **Memória e Sociedade:** lembranças de velhos. 10<sup>a</sup> ed.: Companhia das letras, 1995.

BRANDÃO, J. M. F.; FARIAS, A. C. A., **Inclusão Social de Ex-Detentos no Mercado de Trabalho: Reflexões acerca do Projeto Esperança Viva.** Disponível em: < <http://www.an-pad.org.br/admin/pdf/EnGPR212.pdf>>. Acesso em: 16 mai 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/levantamento-perfil-sociodemografico.pdf>>. Acesso em: 13 mai 2020.

BRASIL. Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)>. Acesso em: 10 mai 2020.

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de junho de 1984 que dispõe sobre a execução penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)>. Acesso em: 10 mai 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública: Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, INFOPEN.** Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública: Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, INFOPEN – Mulheres.** Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública: Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, INFOPEN.** Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional – RESGATA.** Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública: Departamento Penitenciário Nacional. **Mulheres e Diversidade.** Brasília, 2014. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/mulheres-e-diversidades/mulheres-e-diversidades>>. Acesso em 16 mai 2020.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 210 de 16 janeiro de 2014. Estabelece Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, v.12, n.1, p.75, 17 jan 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 288 p.

CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência e Política**, v. 7, n. 1, p. 173-189, 2016.

CEDAE. Relatório socioambiental programa replantando vida 2011-2018. Disponível em: <<https://www.cedae.com.br/programareplantandovida>>. Acesso em: 30 abr 2020.

CHANTER, T. **Gênero - conceitos-chaves em filosofia**, Artmed, 2011 p. 18.

CHRISTIAN, L.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução: Monteiro, H.; Settineri, F. — Porto Alegre: Artmed; 1999.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DORNELLES, J. R. W.; DUBOC, R. P. **Seletividade do sistema penal: Caso Rafael Braga**. 1ª ed. Revan, 2018.

EADPUC GOIAS. O que é empregabilidade? Disponível em: <<https://ead.pucgoias.edu.br/blog/o-que-e-empregabilidade>>. Acesso em: 20 jun 2020.

ESTADÃO CONTEÚDO. **Risco de morte de negros por covid-19 é 62% maior, diz prefeitura de SP**. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/risco-de-morte-de-negros-por-covid-19-e-62-maior-diz-prefeitura-de-sp/>> acesso em: 12 jun 2020.

EVANGELISTA, M. B. Entre a expressão e a intenção: possibilidades de construção narrativa através da transcrição em história oral. In: Simpósio Nacional de História. 26., 2011.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 106-107.

FAVRET-SAADA, J. Ser Afetado. Tradução: Siqueira, P. Disponível em: <<file:///C:/Users/claud/Desktop/50263-Texto%20do%20artigo-62159-1-10-20130121.pdf>>. Acesso em: 01 jun 2020.

FERNANDES, J. L.; CARVALHO, M. Por onde anda o que se oculta: o acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de drogas através do método do snowball. **Revista Toxicológico dependências**, v. 6, n. 3, 2000.

FLAUZINA, A. L. P. Apresentação. In: ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Tradução Pedro Davoglio. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

FERREIRA, P. **Minha carne**: Diário de uma prisão. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRAZÃO, D. **Gilberto Freyre, Sociólogo e ensaísta brasileiro**: bibliografia de Gilberto Freyre. Ebiografia. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/gilberto\\_freyre/#:~:text=Gilberto%20Freyre%20\(1900%2D1987\),a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20sociedade%20brasileira](https://www.ebiografia.com/gilberto_freyre/#:~:text=Gilberto%20Freyre%20(1900%2D1987),a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20sociedade%20brasileira)>. Acesso em: 13 jan 2021.

GUIMARÃES, A. S. A. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2001, n. 61, p. 147-162, 2001.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GOMES, A. F. O outro no trabalho: mulher e gestão. **Revista de Gestão USP**. v. 12, n. 3, p. 1-9, 2005.

*GREAT PLACE TO WORK*. **Ranking de melhores empresas**. Disponível em: <<https://gptw.com.br/ranking/melhores-empresas/>>. Acesso em: 10 mai 2020.

GROSSI, P. K. **Gênero, sexualidade e sistemas de justiça e de segurança pública**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA (Brasil). **O que o índice de escolaridade das mulheres encarceradas revela sobre o acesso à educação na prisão?** Disponível em: < <http://ittc.org.br/indice-de-escolaridade/>>. Acesso em: 10 mai 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Mulheres e trabalho: breve análise do período de 2004-2014.** Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/nota\\_tecnica/160309\\_nt\\_24\\_mulher\\_trabalho\\_marco\\_2016.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf)>. Acesso em: 07 jun 2020.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HIRATA, H. *et al.*, **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 67.

JANIS, I. L. O problema da validação da análise de conteúdo. In: LASSWELL, H; KAPLAN, A. **A linguagem da política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. 1ª ed. São Paulo: Zahar, 1997.

KILOMBA, G. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/w3ZbQh>>. Acesso em: 06.06.2020.

LOPES, F. T. **Entre o prazer e o sofrimento: histórias de vida, droga e trabalho**. 2015. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

LOYOLLA, M. A. Sexo e sexualidade na antropologia. In: A sexualidade nas ciências sociais. Eduerj, 1998, p.17.

LUBIANA, D. Liberdade atrás das grades: pedagogia social, política pública e cultura de paz. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2016.

MADALOZZO, R. *et al.* **Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina vieses inconscientes**. Disponível em: < <https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/servicos/assets/consultoria-negocios/2016/vieses-inconscientes-16.pdf>>. Acesso em: 07 jun 2020.

MAGALHÃES, D. M. L. **Desigualdades de Gênero no Contexto Organizacional**. 2016. Monografia (Especialização em Gênero e Diversidade na escola) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MARSICANO, A. C. O. **Controle social e pena como continuum no processo de dominação das mulheres**. In: Gênero, feminismos e sistema de justiça: discussões interseccionais de gênero, raça e classe, 2018, Rio de Janeiro. Resumo do Seminário Gênero, feminismos e sistema de justiça. Rio de Janeiro: 16 mar 2018 p. 568.

MARTINS, H. Leis de drogas tem impulsionado o encarceramento no Brasil: Aumenta o número de mulheres presas por tráfico. Agência Brasil – EBC. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/lei-de-drogas-tem-impulsionado-encarceramento-no-brasil>>. Acesso em: 10 mai 2020.

MARTINS, C. M. F.L. O Discurso e a Prática da Ação Social das Empresas: uma análise do Polo Petroquímico do Município de Duque de Caxias sob a ótica de Pierre Bourdieu. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy, Rio de Janeiro, 2012.

MENDES, S. S. (RE)PENSANDO A CRIMINOLOGIA: REFLEXÕES SOBRE UM NOVO PARADIGMA DESDE A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA. 20120. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2012.

MELLO, E. J. Estudos de gênero no âmbito das ciências sociais: material de apoio para o professor de sociologia do Ensino Médio. FFLCH/USP, v. 1, 2010.

MINAYO, M. C. S.(org.) Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORGANTE, M. M. **“Se você não for minha, não será de mais ninguém”**: a violência de gênero denunciada na DEAM/VITÓRIA-ES (2002 A 2010). 2015. Dissertação (Mestrado em História social das relações políticas) – Centro de ciências humanas e naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

MOURA, C. Sociologia do negro brasileiro. 2ª ed. Perspectiva S/A, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Brasil). **Conselho Nacional de Justiça publica versão em português de regras da ONU sobre detenção de mulheres**. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/conselho-nacional-de-justica-publica-versao-em-portugues-de-re-gras-da-onu-sobre-detencao-de-mulheres/>>. Acesso em: 07 jun 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS. **População negra no mercado de trabalho**. Disponível em: <[https://www.oei.es/historico/divulgacioncientifica/reportajes\\_114.htm](https://www.oei.es/historico/divulgacioncientifica/reportajes_114.htm)> acesso em 07 jun 2020.

PASTANA, D. R. **Política e punição na América Latina - Uma análise comparativa acerca da consolidação do estado punitivo no Brasil e na Argentina**. Revan, 2019. p. 58.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serv. Soc. Rev.**, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.

PONTES, F. Não é esperado que uma mulher cometa um crime: é esperado que seja uma mãe dedicada e carinhos. **Jornal O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/celina/julita-lemgruber-nao-esperado-que-uma-mulher-cometa-um-crime-esperado-que-ela-seja-uma-mae-dedicada-carinhosa-23967667>>. Acesso em: 16 mai. 2020

PORTAL GELEDÉS. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>, 2014>. Acesso em: 26 set 2020.

QUIRINO, K. T. M. Mito da democracia racial: a relação entre imaginário e a aceitação das cotas raciais como política pública no Brasil, a partir da análise de posts no site da UOL. **Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, v. 7, n. 2, 2014.

RODRIGUES, V. I. **Entre as grades invisíveis**. Revan, 2019. p. 147.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Ed. Vozes, 1076, p33.

SALES, R. G. **Políticas de respeito à diversidade sexual no ambiente de trabalho**: análise das percepções sobre o papel da comunicação em organizações participantes do Fórum de Empresas e Direitos LGBT. 2018. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SARLET, I. W.. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SILVA, D. L. Educação escolar, gênero e mulher: uma história de desigualdade entre o espaço público e o privado. In: DIAS, A. F.; CRUZ, M. H. S. (Org.). Educação e Igualdade de gênero. Jundiaí: Paco, 2015. p. 349-366.

SILVA, T. D. L.; SILVA, E. M. Mas o que é mesmo Corpus? – Alguns Apontamentos sobre a Construção de Corpo de Pesquisa nos Estudos em Administração. In: Encontro AN-PAD. 37. Rio de Janeiro, 2013.

SIQUEIRA, J. R. O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo Cortez v. 22, n. 67, p. 53-75, 2001.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, v. 15, n. 2, jul./dez. 1990, traduzido da versão em francês. (original em inglês) daquele publicado em Educação & Realidade, v.15, n. 2, jul./dez. 1990, traduzido da versão em francês.

SCOTT, J. W. História das mulheres. In. BURKE, Peter (org) **A escrita da História**: Novas perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992.

SUSIN, P. Pesquisa social interpretativa: Uma introdução. Civitas, v. 14, n. 2, p. 383-386, 2014.

TEIXEIRA, R. **Os Eleitos entre os Eleitos**: Trajetórias de Carreiras na Medicina. PUC-RJ, 2020.

TIBURI, M. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

TILLMANN, A. L. C.; DUARTE, G. D. SABERES E RELAÇÕES DE PODER DO SUJEITO DOCENTE NO PAPEL DE GESTOR. Seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação. 4. 2017.

TINOCO, D.; GIANNINI R. A. Trabalho e liberdade: porque emprego e renda para mulheres podem interromper ciclos de violência. **Instituto Igarapé**. v. 42, p. 1-34, 2019.

TIZONI-REIS, M. F. C. Metodologia da pesquisa. 2 ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

THIOLLENT, M.J.M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis, 1982.

VAINFAS, R. As mil faces do racismo. **Revista Tempo**. v.20, 2014.

VELHO, G.; ALVITO, M. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 20.

VILELA, W. V.; ARILHA, M. Sexualidade, Gênero e direitos sexuais e reprodutivos. In: BERQUÓ, E. **Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 95-150.

## ANEXOS

**ANEXO I** – Entrevista realizada com funcionários da CEDAE, Alcione Duarte e Allan Abreu, responsáveis pelo programa Replantando Vida.

**Pesquisadora: Como surgiu o programa?**

**Alcione:** Eu fui colocado em uma função de direção e havia uma deficiência muito grande de mão de obra para atender às demandas que diariamente chegam para a CEDAE. Conserto de tubulação com vazamento, obstrução de rede de esgoto, intervenção de obra para melhoria do abastecimento. Então, tinha muita demanda e pouca mão de obra. Não havia naquele momento nada que apontasse para um concurso público ou para a contratação de uma empresa que suprisse isso. Tinha um cara chamado João Luiz Tinoco, que era secretário de justiça e que a vida acabou me aproximando dele. Eu o conheci, e conversando com ele sobre esse problema que eu estava enfrentando na CEDAE, ele me fez a sugestão de utilizar a mão de obra prisional. No início eu achei ele um cara meio doido. Eu tinha minhas dúvidas se eles iam trabalhar com aquela bola no pé, se tinha que ter escolta, carro, camburão para pegar e para levar para o presídio, mas ele foi esclarecendo que não era daquela forma. Que saíam do presídio como sai de uma casa qualquer para o trabalho, e voltariam para o presídio como qualquer trabalhador volta para casa. A única questão que diferenciava eles do trabalhador comum é o fato que a casa deles era o presídio. A mão de obra profissional é do semiaberto. Eu resisti muito.

**Pesquisadora: Isso foi em que ano?**

**Alcione:** 2001. E, aí, eu conversando com os meus colegas aqui na CEDAE e fiquei resistente, mas por duas vezes apresentei em reunião de diretoria e nessas duas vezes tive é (pausa) um não rotundo deles. Todos os diretores votaram contra. Se eu apresentasse pela terceira vez e fosse derrotado, eu teria que ficar um ano calado. E, por uma ironia do destino o governador da época veio aqui a região e conversando comigo queria saber novidades da CEDAE e eu, contei disso para ele.

**Pesquisadora: Quem era o governador na época?**

**Alcione:** Garotinho. Ele me perguntou se eu queria isso mesmo. Eu falei que não só queria, como precisava. Aí, ele falou para eu apresentar novamente. Eu apresentei e pra minha surpresa todo mundo foi a favor, foram favoráveis. E começamos o programa. Eu com muito medo e,

praticamente o tempo todo acompanhando aquela mão de obra. Para a minha surpresa eu senti uma produtividade muito boa.

**Pesquisadora: Quando eles chegaram aqui, eles tinham alguma capacitação para os tais reparos, para as atividades que você citou?**

**Alcione:** Não. O serviço que eles faziam era muito simples. O básico do básico da construção civil, que era fazer buraco. Uma marreta, uma picareta, uma enxada, uma pá e faz um buraco aqui. O funcionário da Cedae com experiência vinha ligando e fazendo a tubulação, as interligações.

**Pesquisadora: Os presos já conheciam essas ferramentas?**

**Alcione:** Não. Eles aprenderam no dia a dia. Alguns tinham conhecimento desse ferramental, aqueles que vinham dessas áreas periféricas da cidade, pessoal que era da roça etc etc. E aí foi dando tudo dando certo. Surpreendia a produção deles. Inclusive, falávamos para eles: vai devagar, não precisa de tanta pressa. Eu acho que o prazer deles de sair da cadeia, de dentro do presídio para vir aqui, era o que dava energia e eles. Foi muito bom, mas eu tinha uma preocupação também com a opinião pública. Ao longo desses anos todos, se fala de desemprego e desemprego. Ora de forma mais contundente, ora de forma mais tranquila, mas sempre se fala em desemprego. E eu imaginava que o povo ia entender que esses tinham cometido crimes e estavam tirando oportunidade quem não tinha cometido. E aí, o que aconteceu? Teve um acidente, veio um no jornal de São Paulo fazer uma matéria sobre o que a CEDAE. E o fato da Folha de São Paulo ter ido lá na rua provocou a curiosidade de uma pessoa que me perguntou e, eu falei, eu pedi para ele não divulgar, pois se tratava de preso trabalhando e que eu era preocupado com as reações, mas ele divulgou. O jornal de São Paulo divulgou lá e essa pessoa divulgou aqui no Rio. E quando os vizinhos souberam, eu fiquei surpreso com as reações. Muitos começaram a dar café, levar bolo, dar sanduíche. E alguns que diziam isso mesmo, assim se recupera uma pessoa, esse é o caminho. Tem que botar para trabalhar. Trabalho é bom para tudo. Pessoal dizia: cabeça vazia oficina do diabo. Ficar parado sem fazer nada é ruim. Tem que trabalhar mesmo. E os mais conservadores diziam esses caras não têm que ficar no hotel, não, tem que colocar "esses filhos disso e filhos daquilo" para trabalhar mesmo. E, eu? Opa. Então, todo mundo concorda que eles têm que trabalhar. Trabalho é a máxima nessa história do cumprimento da pena, tanto para um quanto para outro. Foi assim que nasceu, cresceu e vem crescendo. Eles foram ocupando os espaços das obras e começaram a ajudar na manutenção das redes, da manutenção começaram a trabalhar nas estações de tratamento de água e

esgoto e foram para as oficinas, foram trabalhar na mecânica, na limpeza e numa crescente a coisa foi. Começamos com 60. Hoje, chegamos a 1000 vagas.

**Pesquisadora: Nessa crescente, vocês falaram que eles aprenderam no dia a dia. Mas, nessa crescente, até porque foi ficando mais sofisticado o trabalho, eles passaram a receber capacitação?**

**Alcione:** O que acontece é o seguinte. Hoje, a gente tem nesse caminho uma área que foi assim um presente para gente pode atuar. Era uma coisa fechada, só podia uma área do estado, que era antigamente o IEF, só eles podiam tratar dessa questão ambiental. Nesse período, foi feita uma aliança entre a CEDAE e o antigo Instituto Estadual de Floresta para que nós começássemos a reflorestar às margens de rios. Foi uma experiência muito boa. E ficou ali naquele período "meia" contida aqui na estação do Guadú, mas a semente tinha sido plantada. Mais para frente, houve uma reestruturação, criaram o INEA, mudou o governo e de 2007 para cá, a gente teve carta branca para pisar no acelerador nessa área. E aí a gente deu um grande passo que foi o convênio entre a Cedae e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que tem expertise nessa matéria, de engenharia área florestal. E a surpresa foi tão boa e tão grande que o Instituto de Ciências Sociais da universidade se interessou pelo programa e decidiu apoiar articulando um curso de agentes de reflorestamento de 1000 horas de aula e dentro desse processo, a CEDAE fez alguns concursos e eu fiquei feliz, pois depois de uma conversa muito esclarecedora pro presidente da época, que era o Wagner Victor, a gente conseguiu ter dentro dos quadros da CEDAE profissionais da área da Engenharia Florestal. Hoje, nós temos hoje quatro engenheiros florestais. São funcionários da CEDAE e alegria nossa que são mestres e doutores. Aí eles passaram a fazer essa qualificação da mão de obra. Tem uma outra área que é aquela área mais comum de manutenção de redes das esgoto, manutenção de redes de água e obras, essa, a transferência de conhecimento se dá no dia a dia, pelos profissionais da CEDAE que estão há décadas trabalhando, por aqueles apenados que já vieram estão trabalhando. Então, a transferência de conhecimento sobre esse ofício cresceu aqui na área da hidráulica, ela é mais natural aqui dentro. Temos umas conversas com a Fundação Santa Cabrini, que ela tem uma estrutura ali no Rio Comprido, que é um passo que queremos dar, que é conservação dos prédios, a limpeza desses prédios basicamente é feitos por apenados. Então, ali tem uma estrutura que é uma escola e estamos querendo fazer curso de hotelaria, alguma coisa que possa dar mais qualidade à essa área. E é isso. Temos projetos para essas casas aqui (ele aponta as casas), vamos transformar uma casa dessa daqui em um centro de beneficiamento de semente, que aí vamos ter todo o

processo do reflorestamento basicamente na mão, à disposição e a outra casa vai ser uma escolinha, o básico. Pra quando eles chegarem, entenderem o que é a CEDAE. A chegada deles é sempre por aqui, na área da região metropolitana. Na área do interior, não. Na área do interior a gente tem equipes que fazem esses trabalhos e o interior tem uma demanda um pouco menor que da região metropolitana. É isso. O programa começou timidamente, de forma modesta, com uma rejeição muito grande, todos achavam que ia ser uma tragédia, que setores da CEDAE seriam transformados em boca de fumo, que ia ter assaltos. Nada disso aconteceu e isso dá uma felicidade. Hoje, quando a gente vai desligar alguém, viu, alguém porque acabou a pena (ihhhh) é quase uma comoção nacional. "Tem que ficar aqui". Mas, como? A lei diz que essas pessoas podem ficar aqui subordinados a Lei de Execução Penal fazendo o quê? Fazendo esse tipo de relação trabalhista que não paga férias, que não paga 13º, que não recolhe Fundo de Garantia, ainda não permite a contribuição previdenciária, não existe férias. Enfim, é uma relação totalmente diferente com quem não tem a cidadania plena, não pode ser tratado dessa forma. A lei nos permite tratar os apenados dessa forma.

**Pesquisadora: Quando surgiu o programa, a CEDAE já tinha algum outro programa ligado a outros grupos minorizados, por exemplo?**

**Alcione:** Só os de deficiente físico. Por conta de legislação e depois vieram os menores.

**Pesquisadora: Para vocês, qual a maior dificuldade com o programa? Você falou em rejeição no início da conversa.**

**Alcione:** Hoje, não muito. O que ajudou muito, por incrível que pareça, foi que alguns funcionários da CEDAE, como outras muitas famílias, têm pessoas com problemas com pessoas, estão lá no sistema carcerário. Elas chegavam de forma muito tímida pedindo pelos seus. Não queriam que os outros soubessem. Eles eram entrevistados. Está apto? Poxa, vem trabalhar aqui conosco. Acho que passaram a divulgar a importância desse formato. Hoje, existe ainda algum sentimento de rejeição? Existe. A sociedade tem uma ala conservadora, um pedaço reacionário, né? Mas, é pequeno. O que a agente diz é o seguinte: não existe pena de morte, não existe pena perpétua, eles vão voltar melhores ou piores? A gente pode tentar melhorar.

**Pesquisadora: O programa sempre foi 100% financiado pela CEDAE ou conta com algum apoio?**

**Alcione:** 100% CEDAE em relação à custo. Por que existe o programa? Pois, existe recurso destinados à essa ideia. E o benefício disso? Isso é indescritível, não tem como não entender

que o benefício é muito grande. Benefício econômico. Custa um terço que custaria um trabalhador do mercado de trabalho. Eles não têm direito a nada. Não tem direito a nada, não temos que contribuir com mais nada a não ser o piso nacional de salário, que é o menor salário que um trabalhador recebe no Brasil, dez reais para ele comer por dia, que é difícil você comer com dez reais no bolso, o reembolso pelo deslocamento. Isso computamos como crédito para eles. É isso que repassamos para a Fundação Santa Cabrini para que ela possa fazer o pagamento. Quando esse dinheiro chega à Fundação Santa Cabrini, ela aplica os descontos. Quais são? Uma contribuição que eles fazem a própria Fundação e é uma coisa chamada pecúlio, que é uma reserva que é criada ao longo do tempo que ele contribuiu para quando ele tiver a liberdade ou a progressão do regime ele possa ter condições de se movimentar para buscar inserção no mercado de trabalho.

**Pesquisadora: Hoje, vocês possuem uma triangulação: CEDAE, Fundação Cabrini e a Vara de Execuções Penal.**

**Alcione:** A Vara é uma grande parceira. Porque as nossas solicitações, principalmente de quem depende da opinião deles, das decisões dele para a cela seja aberta para que eles venham trabalhar, ela é assim muito atuante nos interesses do programa de ressocialização. A velocidade, o respeito que eles têm pelo trabalho que a gente desenvolve aqui, enfim, os juízes do Rio de Janeiro, dessa área, são extremamente simpáticos ao que a gente faz aqui. Quando existe esse respeito, essa simpatia, a relação é sempre muito boa. A Fundação Santa Cabrini é a estrutura do Estado que tem por objetivo administrar a mão de obra prisional. E a gente faz através dela desde o início, quando começamos, e vamos manter assim. Quanto mais a gente tenha aqui apenados aqui trabalhando, mais fortalecemos essa lógica. E ela usa o nosso trabalho como credencial para a propaganda vamos dizer assim.

**Pesquisadora: Como o apenado chega aqui?**

**Allan:** Tem vários caminhos na verdade. Depende do regime que ele se encontra. Por exemplo, quem está no fechado ou no semiaberto, tem equipe da CEDAE que vai ao presídio fazer entrevista. Agora, quem já está no PAD ou em condicional, eles fazem um cadastro e nós convocamos para entrevista aqui mesmo. Isso na região metropolitana. No interior, temos as equipes que percorrem o interior tanto prospectando essas pessoas, como também fazendo as entrevistas no interior. Seria muito difícil para eles virem aqui.

A seleção é nossa. Depois que começamos a fazer a seleção não abrimos mão dessa fase. É muito importante para nós, pois ali já começamos a ver a pessoa que a gente quer, a pessoa que

estamos trazendo. É interessante, pois no caso da CEDAE é feito isso. Porque quando o preso vai procurar a Fundação, na maioria das vezes é a ela que seleciona. Como já tínhamos experiência, fomos melhorando ao longo do tempo esse processo e entendemos que fazermos parte da seleção era importante. Tudo é feito aqui.

**Alcione:** Tem uma coisa legal que o Allan passou e eu queria detalhar. No sistema fechado, a gente contrata fazendo uma entrevista informando à Fundação. E aí ali resolveu o problema. No sistema semiaberto, a gente solicita a liberação dele da tranca, do cárcere, para que ele possa trabalhar. Dependemos da Vara. Quando ele está de PAD, que na maioria das vezes é a tornozeleira eletrônica, a gente tem uma relação muito simples com a Fundação também. Só que como a CEDAE trabalha 24 horas por dia, 365 dias por ano, e eles têm que respeitar os horários e os dias da tornozeleira. E, o final de semana que ele precisa trabalhar? E no dia que tem um prolongamento natural de jornada? E quando ele trabalha a noite? Aí a gente também depende da Vara, informando a ela desse tipo de atividade que aquela apenas está desenvolvendo para que haja um ajuste no controle dele pela tornozeleira eletrônica. Liberdade condicional é muito simples e direto com a Fundação. Agora, estamos começando a trabalhar com egressos, que também será muito simples.

**Pesquisadora:** O que você chama de egresso?

**Alcione:** É o seguinte: acabou a cadeia. Ele recebeu o alvará de soltura durante um ano. A lei o considera como egresso. Nesse período de um ano é uma discussão que se manteve no Programa com as características de quem está cumprindo pena, pois a gente não pode pagar Fundo de Garantia, não pode assinar carteira. Só podemos fazer isso para concursado, mas há esse entendimento que está se construindo que ele possa ficar ainda mais um ano dentro da ótica da Lei de Execução Penal e para nós interessa. É um período ainda mais importante dele ficar, pois é quando a porta da rua está verdadeiramente, da sociedade, está se abrindo. Não é só abrir a porta e falar "vai embora". A sociedade tem que entender que ele está voltando melhor para que as oportunidades sejam dadas a eles também.

**Pesquisadora:** Como é que vocês descrevem o perfil dessa mão de obra?

**Alcione:** É uma transição. É transição. Tem vários matizes.

**Allan:** uma das coisas que mais marcam, pois quando você vai no presídio fazer uma entrevista, você tem uma pessoa, mas o comportamento é totalmente diferente de quando ela vem trabalhar aqui. O desenvolvimento dela ao longo do tempo é muito diferente. Lá é um ambiente prisional.

Quando chega aqui fora ele vai se soltando, se desenvolvendo sua personalidade. Assim, é bem impressionante você vê como uma pessoa se desenvolve como pessoa, como profissional. Tem gente que nunca tinha tido uma experiência formal de trabalho. Então, aqui é transição, é se adequar ao ambiente, às hierarquias, para que ele possa se adequar e não é nem retornar ao mercado de trabalho é entrar no mercado de trabalho.

**Alcione:** Tem uma coisa muito legal nessa história, nessa transição. É que eles saem do buraco, do gueto, da imagem que não merecem confiança da sociedade para um mundo onde o objetivo é servir. A Cedae presta um serviço para à população que garante vida e quando ele chega aqui e tem esse rótulo no seu peito ele passa de uma situação para outra. Ele está trabalhando em uma empresa que é importante para a vida das pessoas. Ele está plantando árvore na beira do rio para proteger o rio, poxa, ele está trabalhando na estação de tratamento de água, poxa, ele está consertando vazamento na rua, poxa, ele está desentupindo de esgoto, sabe? Então, ele passa a ter um trabalho que é a imagem de alguém que atende a sociedade. Não sei. É uma mágica. Quando eles chegam eu brinco "agora, está tirando onda em casa. Para quem não prestava, para quem o cunhado dizia que era vagabundo, que não tinha jeito, agora, sua mãe está com o peito estufado dizendo 'meu filho tá na CEDAE', A mulher numa alegria, as crianças também. E eles falam: 'é isso mesmo'. O nome CEDAE ajuda muito. Se essas prestadoras de serviços como a Light, a CEG e outras, a Prefeitura, a Comlurb, se pudessem absorver esse tipo de mão de obra... Em um governo passado teve uma experiência que não foi levada a frente, mas foi pioneira. No governo Brizolla, o Detran passou por um momento turbulento, não deu muito certo, mas vai voltar, tenho certeza. Se essas prestadoras de serviços, se a estrutura pública pudesse absorver teriam dois ganhos. Primeiro um ganho social. Recuperar essas pessoas não tem preço. E outro ganho é econômico, o custo é bem menor. Vamos ver. A CEDAE quer mostrar que é viável, que é possível. Vamos ver.

**Pesquisadora: Como é a absorção dessa mão de obra em relação a gênero?**

**Allan:** Hoje, 75% de homens e 25% de mulheres. Proporcionalmente ao desenho prisional aqui do Rio que é de 3.4% de mulheres e 96.6 de homens. Temos dificuldade de conseguir mulheres, sabia? O número de mulheres cumprindo pena é pequeno mesmo. 1700 pessoas. Você vai nas que estão no regime semiaberto, PAD ou condicional, você já reduz isso muito. Muitas já estão trabalhando. A gente tem até uma demanda maior do que a gente consegue atender de mulheres.

**Pesquisadora: Vocês percebem alguma diferença de qualquer ordem por conta do gênero?**

**Allan:** Tem vários funcionários da CEDAE que estão se casando com apenas elas. Grau de aceitação aqui chega nesse nível. Para elas, para as mulheres, para vocês, eu sempre acho que é se integrar ao coletivo, a uma situação. O homem, como se diz, o homem tem mais resistência, mais difícil. A mulher lembra quem? Lembra a mãe, não tem jeito. Se é natural. Sempre é uma figura vista com mais candura, mais respeito, mais carinho. Elas chegam muito bem, trabalhando muito bem, quando vão embora, vão triste. Os problemas com ela não existem basicamente. Mas, os homens são poucos com mais problemas também. Temos é incompatibilidade. Você dá uma pá e ele não aguenta.

**Pesquisadora: Eu perguntei sobre essa questão de gênero, pois a mulher tem essa imagem de ser a cuidadora, de fragilidade etc. Quando ela comete um crime parece que a sociedade cobra mais dela. O que vocês acham?**

**Alcione:** Tem um dado interesse que levantamos aqui que é sobre o contato para emergência, coisas assim. A mãe é o contato principal, 30%, tanto para homens, como para mulheres. A mãe é a figura sagrada e central no próprio sistema prisional. São as mães que estão na fila de visita. O pai, tanto para homem, quanto para mulher, aparece lá embaixo, né? Quando colocamos o cônjuge, que pode ser namorada, marido, esposa, enfim, para homem é lá em cima, e para mulher lá embaixo. É uma das coisas que nos chamou a atenção. Elas são abandonadas. Nossa que diferença. A mulher quando ela vai presa, a família, o próprio marido/namorado abandona. Ao contrário não acontece. Nós levamos esses dados para eles e conversamos. E é isso mesmo. E maioria dos crimes delas é em relação ao tráfico de drogas, ou associação ao tráfico e muitos estão relacionados ao marido, ao namorado e, mesmo assim, elas são abandonadas nesse sistema. Filho é a mesma coisa. A tal da ligação que a gente fala da mãe. Quando ela dá o contato do filho para a mulher é muito maior, coisa de 10 a 15%. Para homem é muito pouco. Essa ligação da mãe com o filho e da falta de ligação do pai com o filho. São dados interessantes que mostram um pouco dessa situação. Tem um raio-x do sistema prisional do Rio de Janeiro sobre visita e é a mesma coisa do que a agente fala dos contatos. As mães visitando mais, o pai menos. Para a mulher o filho visitando, para o pai nem tanto. Aqui tem de tudo. Tem homossexual. O universo carcerário de uma certa forma. Teve uma visita nossa ao presídio que o cara nos perguntou: vocês se interessam por homossexual. Eu falei, eu quero

peças trabalhando. Então, qualquer um pode trabalhar com a gente. Não faço nenhum tipo de diferenciação, não.

**Allan:** Como a CEDAE é muito grande, muitos setores, muitas atividades, acaba tendo espaço para todo mundo, para tentar pegar o potencial de cada. Se você for pegar as mulheres, tem uma demanda muito grande para serviços gerais, atendente, auxiliar de escritório, você vai ter uma demanda maior, né? Não só dos setores demandando esse tipo, das mulheres para fazer esses tipos serviços, mas também das mulheres buscando a costura. Por exemplo, as mulheres chegam aqui e querem trabalhar na costura. Você tem muitas atividades. Você pode buscar o potencial de cada um. De repente, não se adaptou. Como já teve mulher que chegou e falou ‘eu não quero trabalhar com costura, quero trabalhar na obra’. Então, colocamos na obra. Tentamos pegar o potencial de cada pessoa e aproveitar. Verificar experiência anterior.

**Pesquisadora: Elas chegam com um perfil de formação diferente dos homens?**

**Alcione:** Assim, o quadro geral é a baixa escolaridade. Muito baixo. O abandono escolar é muito grande. Param na quinta, na sexta série. Ensino médio completo a gente tem uma demanda grande, pessoas que precisam fazer um serviço mais elaborado e muitas vezes a gente não consegue atender de imediato pela falta de pessoas com esse perfil, de segundo grau completo, né?

A nossa cliente aqui, vamos chamar assim, as pessoas que nos procuram são muito pouco alfabetizadas, nível educacional muito pouco, são pardos e negros. É isso. O que falam do presídio, que é lugar disso disso e disso que me dá asco de falar, é o que a gente vê. É uma realidade. É triste dizer, mas é verdade.

**Pesquisadora: Qual o papel do Programa?**

**Alcione:** Replantar vida. Principalmente a humana. Por isso, esse bordão. Vida no singular tem uma proporção maior que vidas no plural. A gente está trabalhando com vida. Toda e qualquer uma vida. Não tem outro objetivo sem ser esse. Valorizar vida.

**Pesquisadora: Em algum momento vocês já foram procurados pela iniciativa privada para trocar experiência?**

**Alcione:** Já. Falta coragem. Interesse econômico eles têm (risos), mas há um medo (risos). Não tem que ter medo. O sentimento de gratidão dessas pessoas pelo fato de você estender a mão é mais forte do que qualquer coisa. Aqui, por exemplo, tem um cara que matou três. Não deu

certo. Não trabalhou como imaginávamos. Então, eu falo: ‘acabou. A fila é grande’. Tem gente querendo ter oportunidade e faço isso com a maior naturalidade. Porque quando a gente faz um jogo limpo. ‘Estou chamando para trabalhar. Não estou tirando da cadeia um bandido. Estou chamando um trabalhar, se for bom tem vida longa. Até quanto eu puder ter você produzindo. Agora, se você for ruim, tem muita gente querendo o seu lugar’. Tem duas coisas que me dão felicidade nesse programa. Um quando contrato, quando mando a cartinha para ‘você’ entrar na folha. E outro momento, quando te ‘mando’ embora. Se ‘te mando embora é porque acabou a pena ou porque você é ruim. Quando você é ruim e sai vou dar oportunidade para outra pessoa que pode ser bom trabalhador’.

**Pesquisadora: Vocês têm alguma parceria, algum projeto para que eles sejam contratos por fornecedores, por exemplo?**

**Alcione:** Temos isso com as empresas que prestam serviço para a CEDAE. Sempre conversamos com um, ou com outro. Mandamos um, dá certo, pedem mais indicação. Não conseguimos para todo mundo. É um esforço individual, não é institucional. Temos vontade de fazer isso dentro do Estado. Por exemplo, no Detran, fizemos. Agora, está no sentido contrário. Todos os que o Detran não aproveitou, estamos aproveitando aqui. A Secretaria de Educação também tem uma mão de obra. Passou por aqui é bom, até para criar um sentimento bom desse programa, mandamos os bons para lá. Vão como apenados. Para quem está com a liberdade de volta, só para a iniciativa privada, mas aí não é institucional. Não existe ainda essa questão. Ainda estamos trabalhando no universo carcerário. Quantos possuem o direito para sair para trabalhar e não saem? Quantos saem do cárcere, mas estão tutelados, estão com uma tornozeleira, tem que se apresentar ao juiz de três em três? Você vai em uma empresa e fala da sua situação, fala que já pagou pelo crime, na esmagadora maioria das vezes ele é automaticamente excluído. A mácula do passado reprova ela. Você está entendendo? Então, uma pessoa para conseguir espaço no mercado de trabalho é difícil, se tiver algum problema fica mais difícil ainda.

**Pesquisadora: Eles demonstram essa preocupação? Vocês conversam sobre isso?**

**Allan:** Quando vai chegando ao final da pena eles ficam bem apreensivos. Por mais que a nossa intenção, não é que seja um ponto final da carreira, aqui é transição. Eles vão ficando apreensivos. Está difícil para todo mundo. Eles ficam preocupados, sim. No passado, tinha gente que até escondia o final da pena. Agora, não, pois desenvolvemos um processo que já temos essa

informação. Pelo menos, é apontada como prevista do final da pena. É a segurança deles. Agora a gente sabe, está previsto ali. Naquela data e aí? Consultamos a justiça.

**Alcione:** É interessante essa questão. Ao longo, desde quando ele é contrato, tem a conversa sobre o pecúlio, ele é descontado. Vai ficando lá. A partir do momento que acabar a pena ele deve resgatar esse dinheiro. Eles não iam resgatar o dinheiro, pois estariam assumindo que a pena acabou. Eles preferiam não acessar o dinheiro para ter o emprego. Teve um que chegou para mim e falou: ‘Alcione, minha pena vai acabar. Passei 29 anos trancado, tem mais um ano’. Ninguém fica preso mais que 30 anos. Aí, ele chegou para mim desesperado perguntando ‘O que eu vou fazer? Eu acho que eu vou tomar um flagrante de uma droga, de uma maconha. Eu falei: ‘Você tá maluco cara (risos), vai voltar um tempo para o fechado’. Por coincidência, o Jornal do Brasil, na época, o cara me ligou querendo algo interessante. Eu contei o caso dele. Era organizador da Falange Vermelha. ‘Ele está em pânico’. O jornalista veio aqui, deu meia página. Foi o classificado dele. Graças a Deus ele arrumou um emprego rapidinho. Não tive notícia ruim dele, não. Esse programa já vai para 20 anos, né?

**Pesquisadora: Duas décadas de Programa. O que vocês almejam para frente?**

**Alcione:** Que dure eternamente ou que acabe quando não tiver mais crime. É um sonho. Você andar em paz, sem a sensação de que algo de ruim vai acontecer com você. Você está sempre atento esperando o pior, isso não é bom. Legal é estar de bem com a vida, passar pelas pessoas, cumprimentar. Não se sentir ameaçado. Mas, eu acho que não estarei vivo para viver. Eu sonho em uma sociedade muito bem transada, muito humana, respeitando a natureza.

## **ANEXO II - Entrevista com egressa do Sistema Carcerário aqui denominada Mulher Bomba**

**Pesquisadora: Eu gostaria de saber um pouquinho da sua vida: onde você nasceu, da sua trajetória e depois falamos da sua vida no cárcere. Pode ser?**

**Mulher Bomba:** Meu nome é Mulher Bomba (não falou o sobrenome), sou de Barra do Piraí. Eu tenho 41 anos, sou mãe de dois filhos. Um menino de vinte e quatro anos e uma menina de dez. Sou de uma família de classe média baixa, né? Fui criada com todo amor e carinho. Meu pai, quando eu era criança, trabalhava na CSN, tivemos uma vida normal. Estudei sempre colégio particular e depois fui para o colégio do Estado. Com 17 eu me casei. Tive meu primeiro filho. Eu engravidei com 17 anos. Tive meu primeiro filho, o Yago. E tivemos uma vida normal. Somos três irmãs, a Aline, a Irmã da Mulher Bomba (tirei o nome dela para preservar a identidade) e eu. Eu sou a do meio. Essas coisas da vida. Todo mundo se casou. E por ironia do destino a minha irmã se envolveu com isso e eu fui ajudar a ela. Eu sempre trabalhei. Trabalhei por dez anos em escritório de contabilidade. Eu trabalhei fora, pois sempre fui de correr atrás e ela também. Por problemas financeiros ela se envolveu e eu fui ajudar ela. Emprestei minha casa para ela na época e rodamos. Foi todo mundo preso. Lá é desumano. Você passa lá, que eles falam que as pessoas estão fazendo coisa errada aqui fora. Aí você cai lá dentro, que tem um muro bonito que fala em ressocializar para o mundo conquistar. Mas, lá não socializa ninguém.

**Pesquisadora: Você ficou presa aonde?**

**Mulher Bomba:** Eu passei por três presídios. Pelo José Joaquim Ferreira de Souza. Depois fiquei na Casa de Custódia que hoje eu acho que já não é mais. Hoje, é presídio de homem também, pois pegou umas mudanças. Depois eu fui para o Bangu VII, que é o Nelson Hungria, que é onde que ficam os sentenciados. José Ferreira fiquei seis meses. Eu e minha irmã. Todo mundo que rodou. Rodou cinco cabeça, tudo mulher. Depois fomos transferidas, eu e minha irmã, para o Nelson Hungria. As meninas foram na frente. A gente foi as últimas a ir. A gente recebeu a sentença. E lá é tudo muito desumano como eu "tô" te falando. Lá não socializa ninguém. Ali para você se ressocializar, você tem que ter foco, família ou alguma coisa assim, pois se você não é envolvida, você pira o cabeção ali dentro. Tem muita gente boa, mas tem muita gente virada. Tem mulheres que não querem ressocializar. Querem voltar para aquela vida. Eu fiquei lá presa, como nós pegamos 9 e 4, colocamos para recorrer e caiu para oito anos no semiaberto. Minha irmã ficou dois anos e quatro meses. Saiu na minha frente. Eu fiquei dois

anos e oito. Eu procurei remissão porque a gente não queria ficar naquele ambiente que não socializa ninguém. Tem coisas que você... Você come comida estragada mesmo. Eu não comia, né? Meu pai ia me visitar. A gente tinha visita. A gente não passou por muitas das privações que muita gente passa ali dentro. Você passa por muita humilhação. Tem gente que passa até mais do que eu passei. Você fica "meia" perdida ali, naquele meio e sem saber o que fazer. Então, para sair dali, para ressocializar é muito difícil porque ninguém dá emprego pra preso, ninguém (voz firme) dá emprego para quem ficha que está suja, ninguém. Eles sempre te olham atravessado. Mas, eu particularmente não tive muita dificuldade com essa parte porque eu fui, fiquei dois e quatro no fechado. Como minha cadeia era semiaberta eu fui transferida pro semi-aberto e no semiaberto você tem umas opções que você pode estudar, você tem VPL (visita periódica ao lar). Eu "tava" para vencer o tática, a tornozeleira. Eu tinha pedido o extra muro, que é o trabalho que você trabalha fora. E entra para dentro. E a CEDAE, que hoje o governo quer privatizar, que quer acabar com a CEDAE é a única empresa que dá essa oportunidade de trabalho para os presos, tanto homens como mulheres, entendeu? É a única empresa que coloca todo mundo para trabalhar. Aí, quando eu venci a PAD, eu já tava com o extra-muro vencido também. Aí quando eu saí, eu saí no dia 25 de setembro de 2018, dia do aniversário da minha filha, que eu fui pra colocar a tornozeleira, já fui resolver esse negócio de serviço, eles mandaram eu ir no Guandú e o meu serviço já estava garantido porque eu já tinha feito esse pedido na cadeia. Mas, muitas mulheres saem e não conseguem serviço porque empresa nenhuma dá essas oportunidades, é muito difícil. Quando elas querem, querem sair e não vai lá na Santa Cabrini pedi por esse serviço é muito difícil. Muitas voltam para o tráfico porque querem, mas muitas voltam porque não tem oportunidade de emprego. É muito difícil. É discriminação. Aí o governo põe essa tornozeleira enorme no pé da pessoa para poder passar constrangimento, mas eu ainda ando com ela porque é melhor "tá" solta do que passar naquele inferno. É mais ou isso. É muito difícil passar por isso. É muito preconceito. A única empresa que dá condições de você trabalhar é na CEDAE.

**Pesquisadora: Você entrou por conta do tráfico. Você não tinha um histórico no crime, nem a sua irmã. Quando a gente levanta dados do governo, de segurança pública, o que é apontado é que boa parte das mulheres que são presas é por conta do tráfico. Os dados ainda mostram que boa parte dessas mulheres estão presas por conta de marido, namorado e filho. O você acha dessa informação?**

**Mulher Bomba:** A maioria são. Agora, tem uma parte aí que não, que são envolvidas mesmo e que faz parte mesmo e batem no peito que fazem parte, mas a maioria que cai lá, a maioria

que a gente vê é porque foi namorado ou mesmo o filho. Tem muitas histórias que o cara tá preso, que estava envolvido, aí a mãe caiu lá porque foi levar droga pra ele. Outros rodam na escuta, pois são namoradas, mulheres, tem marido preso e tava no telefone com alguma conversa que foi pega. Você vê muitas histórias assim. A maioria é assim. Concordo com esses dados. A maioria é assim.

**Pesquisadora:** Tem outro dado que me chama a atenção é que quando o homem é preso ele continua recebendo a visita da família. E quando a mulher é presa essa visitação é diferente. Do que você viu, o que você acha sobre as visitas? Tem diferença do homem e da mulher?

**Mulher Bomba:** Olha, as mulheres que rodam por marido. Não são todas que ficam abandonadas. Quando a família condições aqui fora elas vão. Mas, se a família não tiver condições eles não vão lá porque sai caro, entendeu? A visita é cara. Às vezes as pessoas que vêm aqui pro do Rio não são do mesmo estado. Tem gente que vem presa lá do Espírito Santo. Mas, só porque rodou aqui que não consegue nem fazer a transferência para outro estado. Aí a mãe ou aquela família fica passando a humilhação de vir para cá. Às vezes, nem se tem dinheiro para vir. Muitos que ficam abandonados é porque não tem condições de bancar. É caro. Eu já conheci pessoas do Espírito Santo, de São Paulo. De vários estados. Às vezes, nem é porque a família não quer ir. É porque a família não tem condições. Aquelas que tem condições vem. Não vem direto, mas vem. Tem aquelas que tem condição e vem direto. Mas, tem muitas pessoas ali que não tem não tem condições nenhuma de ir lá bancar. Mesmo sendo do Rio. Pra sair de uma periferia pra ir pra lá é caro. Transporte, você levar uma coisa para a presa ou preso. Fora que eles ainda reviram o pouco que a família leva. Os guardam vão lá, fuçar a comida lá, estragam as coisas das presas, entendeu? É difícil. Às vezes, a família nem quer abandonar, mas não tem condições de manter a pessoa que tá em cárcere.

**Pesquisadora:** Lá no início da nossa conversa você usou muito a expressão que é desumano estar no cárcere. Você pode falar mais sobre esse sentimento?

**Mulher Bomba:** É desumano porque você chega num presídio. Quando você vai presa eles mais ou menos falam o que a sua família tem que levar. Aí você chega lá é um colchão com a finura de um dedo, colchões rasgados, você recebe camisas rasgadas, toalhas sujas. Às vezes, nem tem lençol. Te dão a metade de um cobertor. Tem a superlotação. Você é jogado num chão lá. Você tem que se virar. Tem os vazamentos lá. As coleguinhas que te ajuda. Se você não

tiver nada, você passa por provação, mas sempre um que te ajuda. Sempre tem um com o coração bom. É (longa respiração). Às vezes, o tratamento no início é desumano. Assim, eles são grossos. Eu sei que são o trabalho deles, que não tem que ter vínculo de amizade com ninguém porque eles fazem o trabalho deles e a gente tá ali para ressocializar, mas, às vezes a água tá escorrendo do banheiro, tem um vazamento e você tem que dormir naquela água porque isso acontece demais. Não no Nelson Hungria porque a diretora de lá era cuidadosa. Fazia cela brilhante.

**Pesquisadora: O que é cela brilhante?**

**Mulher Bomba:** Cela brilhante é, todo final de ano. Agora, eu não sei se está assim mais porque já tem dois anos que estou na rua. Os dois anos que fiquei lá, cela brilhante é que no final do ano, de outubro a dezembro as celas competem. A cela mais bonita ganha. A família leva as coisas para dentro do presídio. O presídio fornece as tintas com as doações que eles conseguem lá. Aí você pinta a cela. Você decora um tema na parede, um tema bíblico. Ali, você faz um teatro e canta o louvor e aquela cela disputa com as outras qual ficou mais bonita pra um banheiro. Aí reforma o banheiro e mantêm a sala limpa. Então, era um dos presídios mais organizados que tinham no Brasil porque ele servia de... Como a gente fala? Esqueci como se fala. Quando é exemplo.

**Pesquisadora: Presídio modelo?**

**Mulher Bomba:** Isso. Modelo. Vai até para fora. Se você procurar na internet a Record já fez reportagem lá. Ou na Band. Se você jogar cela brilhante aparece lá.

**Pesquisadora: Mas, você estava contando da competição.**

**Mulher Bomba:** Eu participei muito desses negócios de banheiro porque eu trabalhava na zeladoria e ajudei muito. "Sentei" piso. Já pintei e desenhei. Era uma cadeia organizada. Lá não tem coisa. Mas, se você for olhar nas outras são bem sem condições. As pessoas dormem no chão. Cadeia que compõe 16 pessoas, tinha até 30. Um dormindo em cima do outro. Assim, no chão. Quem era mais humano. Eu cansei de dividir cama. Lá falamos comarca. Dividi com outras presas. Para as coleguinhas não pegar friagem. Lá é muito frio.

**Pesquisadora: Algum curso, estudo, trabalho, lazer, quais atividades você viu e teve acesso?**

**Mulher Bomba:** Lazer você quer dizer é banho de sol, né? (risos). Não tem lazer nenhum. A maioria das presas nem sai porque não tem nada. Quem gosta de jogar um futebol ainda sai.

Quem ainda quer curtir um sol ainda vai para lá. É o único lugar que você consegue ver o sol. No início eu nem ia. Depois passei a sair.

**Pesquisadora: Qual o motivo de você não ir tomar banho de sol?**

**Mulher Bomba:** Eu fiquei um ano meio com depressão. Não gostava de sair, não gostava de me misturar porque até hoje sou assim. Eu sou de poucas amizades, então, eu não ficava muito ali com as meninas. Mas eu passei a sair e tomar sol. Fui mais por causa do sol. Fiquei branca de você ver minhas "veia". Você via. Era para renovar um pouco. Tava trabalhando aí comecei a ficar um pouquinho de bem com a vida. Eu comecei com os banhos de sol. Na verdade, eu não estava de bem com a vida. Tava com o humor de revoltada. E não é nada bom. É uma coisa mesmo para quem gosta mesmo de jogar bola lá, quer ir lá descontrair um pouquinho e conversar porque às vezes é junto com a cela diferente. A mistura com pessoas diferentes, mas em matéria de cursos é muito difícil. Tem cursos, mas é difícil você ser classificado.

**Pesquisadora:** Quais são as áreas dos cursos?

**Mulher Bomba:** Cabelereiro, para mulher é cabelereiro, design de sobrancelhas, eles colocam um monte de curso lá, mas nunca chegam. Todos os cursos que estão, até na época que eu estava lá, tava para chegar de pedreiro, mas não chegou, mas que esse tempo todo que eu tive lá eu vi cabeleireiro, design de sobrancelha e (pausa para pensar). É. Só esses dois.

**Pesquisadora: Você falou que tem uma classificação.**

**Mulher Bomba:** É. Você passa por uma classificação e a diretora escolhe é quem vai. Se o preso tem bom comportamento, não pode nunca ter ido no isolamento que é tomar parte quando se faz alguma coisa errada. E, também é difícil porque as vagas são poucas. Manicure também já chegou a ter lá dentro. Eu não consegui porque eu trabalhava. Quem trabalha não tem preferência para fazer curso.

**Pesquisadora: Você trabalhou como o que?**

**Mulher Bomba:** Eu trabalhei lá dentro mesmo. Onde tem muitos cursos é no semiaberto. Você já vai e volta. Então, isso tem mais coisas, mas também não é muito fácil. Não tem oportunidade, não tem condições. No semiaberto tem muita gente que quer sair da cadeia, quer fazer justamente pra sair da cadeia, né? Mas, tem muita gente também que sai e não volta e acho que é também por isso que eles também não dão muito oportunidades. Às vezes eles dão oportunidade para pessoa, deixa fazer o curso e eles fogem. Tem essa também.

**Pesquisadora: Quando você estava no fechado você não fez cursos?**

**Mulher Bomba:** Não. Eu estava na remissão. Eu trabalhava. O curso também reme a sua pena. Quando eu fui para a CEDAE eu já estava na rua. Eu já tinha vencido na PAD também. Saí de PAD sem saber que eu tinha vencido extramuro e aí saí direto para CEDAE. Tem muita gente que sai e fica batendo cabeça. Ninguém dá oportunidade. Quando recorre na Santa Cabrini eles mandam para CEDAE. Até tinham feito uma parceria com o Detran que não "tava" dando muito certo e em outro lugar que também não deu muito certo, mas a CEDAE é a única que mantém os presos trabalhando.

**Pesquisadora: Como é que você ficou sabendo do programa?**

**Mulher Bomba:** Dentro do presídio eles falam. Eles apresentam o extramuro pra gente. Já tem muitos anos. Eu fiquei sabendo lá. Aqui fora ninguém conhece esse programa. Quando eu falo que eu fui presa e saí trabalhando, ninguém sabe.

**Pesquisadora: O programa tem um critério de classificação?**

**Mulher Bomba:** A CEDAE que faz. A Dona Rose com a equipe dela lá. O seu Alcione disponibiliza lá. Vai com a equipe do Guandu. Aí vai lá e faz uma seleção. Essa seleção pede critério de estudo e você não pode ter parte, não pode ter assinado nenhuma sentença dentro da cadeia. Mas, a maioria que não tem parte consegue o serviço do extramuro. Sai seis horas da manhã em ponto e volta até às nove. Eles falam dez horas, mas tem que estar dentro da cadeia antes um poquinho. Eu nunca peguei essa parte porque eu já saí de PAD. Que é o que eu estou em casa hoje. Eu posso sair seis horas da manhã, mas voltar oito horas da noite. Eu tenho dois anos de CEDAE. Eu lá entrei como limpeza e hoje eu trabalho na coordenação de núcleos, dentro do escritório.

**Pesquisadora: O que trabalho significa para você?**

**Mulher Bomba:** (pausa) O que significa o trabalho para mim? Eu não vivo sem trabalhar. Eu comecei a trabalhar desde criança. Dava aula particular dos 12 aos 17 para ajudar as crianças no colégio e fazer meu dinheirinho, pra ajudar a comprar as coisas. Eu não vivo. Eu não consigo viver sem trabalhar. Eu sou uma pessoa muito independente. Então, tem que tá fazendo alguma coisa para me sustentar, pra comprar minhas coisas. Não gosto de depender de ninguém. Para mim trabalho é tudo. Tanto que quando eu estava presa lá eu ia trabalhar. Não consigo ficar parada. Mas, também lá dentro daquele lugar lá tem muita mulher que não quer nada com nada. Que não quer nada com nada. Tanto que hoje eu trabalho, eu "to" fazendo minha faculdade. Eu

tiro assim, sou um exemplo para o meu filho que hoje tem 24 anos. Ele trabalha, tá com a família dele lá e eu tenho que dar exemplo para a minha filha que tem dez. Minha irmã também trabalha. Tá fazendo a faculdade dela. Tudo é muito difícil pra gente, "oh", Claudia, mas também não é impossível quando você quer mudar, entendeu? É tudo com muito preconceito, tudo é desumano, mas quando você persevera você consegue. Eu sei que tem muita mulher também que não quer. Entra na parte das mulheres que são envolvidas mesmo porque querem dinheiro fácil. Hoje, em dia pelo que a gente vê aí, nem dá tanto dinheiro. Só dá cadeia e morte. Tinha que haver uma conscientização das empresas para poder ajudar, mas também uma conscientização do povo entendeu? O povo tem que dar uma olhada e falar "não quero essa vida". Tem muita gente que ainda não pensa assim. Dinheiro fácil hoje em dia... Eu nunca quis dinheiro fácil e nem quero porque isso não leva a lugar nenhum. É mais fácil você ganhar um pouquinho. Pouco com Deus é muito e muito sem Deus não é nada. É mais fácil perseverar e trabalhar, arrumar uma faxina, fazer alguma coisa do que entrar nesse mundo de novo porque não tem volta.

**Pesquisadora: Você falou em Deus e, quando falou da cela brilhante, comentou de temas bíblicos. Qual sua relação com a religião?**

**Mulher Bomba:** Eu fui criada na igreja católica, meu pai é católico fervoroso. Aí, em uma parte da minha vida fui para o espiritismo, mas também nunca perdi minha fé em Deus porque eu acho que Deus é o mesmo Deus pra todo mundo. O negócio é você ter fé. Eu não tinha tempo para Deus. Fazia minhas orações, mas não lia a Bíblia. Quando eu caí lá dentro eu não vou mentir, não. Eu fiquei revoltada com Deus. Ficava perguntando por que eu estava lá. Porque ele queria me castigar me botado presa. Com o passar do tempo a revolta foi passando por causa do meu pai, da minha mãe, da minha família. Foco da minha família e a revolta... eu fui vendo as coisas. Meu pai falava que tínhamos que tirar como se a gente estivesse em uma missão. Como se a gente estivessem ali para ajudar as pessoas. Aí que fui eu olhar que Deus não tinha me castigado. Que era eu que tinha errado. Aí eu comecei a pedir perdão a Deus, comecei a ler a Bíblia. Eu falava ela tinha sido escrita por homens, porque que eu ia ler a Bíblia, né? Aí eu comecei a ler a Bíblia e me encaixar na Bíblia. Deus existe e ele não quer o mal da gente, que muitas vezes tem muitas mulheres que pensava igual a eu: "to aqui porque Deus colocou. Deus colocou, não. Você errou. Você deixou Deus de lado. Quando Deus lá dentro, você começa a ver um caminho. A seguir um caminho, você pode seguir um caminho diferente. Basta você perseverar. Esse castigo é você mesmo que se põe. Pra você ver a realidade. Você errou? Para você ficar no mesmo erro. Mas, tem pessoas que não pensam assim. Não sei se estou falando

besteira. Mas, esse é meu pensamento. Quando você cai num lugar ali, um lugar ruim pra você. Eu não estava vendo isso no início. Você tem que tirar as melhores coisas, as melhores coisas possíveis para você sair uma nova pessoa.

**Pesquisadora: Hoje, você é católica? Espírita?**

**Mulher Bomba:** Eu continuo no espiritismo, mas vou na Igreja Católica. Eu faço meus terços, faço meu estudo bíblico, tenho, faço on-line estudo bíblico. Também faço estudo espírita também. Assim, eu sou espírita, mas muito voltada para dentro de Deus.

**Pesquisadora: Dentro da cadeia a religião é presente?**

**Mulher Bomba:** Tem muitas igrejas evangélicas para fazer os cultos, tem a Igreja Católica, tem o espiritismo da umbanda, tem Allan Kardec também. E as presas escolhem onde vão. Mas, a maioria vai no evangélico. Se entregam a Jesus, se batizam e depois sai de lá esquece tudo o que fez lá dentro. O evangélico é o mais forte. Até na cadeia feminina e masculina. A maioria das igrejas que vão lá, os pastores já foram presos. Acho que a pessoa fica ali focada naquilo que é evangélico. Acho que é porque eles são mais carismáticos. Eles falam muitas coisas bonitas para você. Mas eu não consegui seguir eles, não. Achava a coisa muito forçada. Até hoje tem igreja aí, não "to" criticando, mas eu acho que é muito forçado para certas coisas. A católica já é na dela. Chama para ir, mas não fica se metendo na sua vida. Forçando. Quando você olha lá trás eles estão tudo errado também. Por isso, não me identifico com os evangélicos.

**Pesquisadora: Você falou dos seus filhos. Quando você estava presa, eles iam te ver?**

**Mulher Bomba:** O meu filho era do Exército na época que eu fui presa. Estava estudando até com pensamento de seguir carreira. Chegou a fazer prova para cadete não passou só porque ele não fez a redação na época. Quando eu fui presa ele estava lá ainda. Eu não queria que largasse o Exército por causa de mim. Achava que ele não tinha que destruir o sonho dele pelo erro que eu cometi. A minha filha ficou com um pai, mas queria que ficasse com minha família. Eu tinha um problema com ele por causa desse negócio de traição. Aí eu falei com ele que ia deixar para minha família, mas ele acabou levando para a família dele. Quando meu filho começou a me visitar porque ele falou me mandou recado "fala para minha mãe que entre o exército e ela eu vou vê-la porque se eu tiver que virar um gari eu vou virar um gari feliz porque eu quero ver a minha mãe. Aí, eu deixei ele ir. Aí, quando a minha filha, já foi mais difícil porque o pai dela ficou cheio de gracinha não queria deixar ela ir. Inventou um monte de coisa, mas, o meu pai, como eu te falei, tem muita fé em Deus, ele me perguntou se eu tinha fé. Falei que tinha. Ele

falou para eu ter fé que ele ia trazer minha filha. No Dia das Mães eles abrem lá e não tem que ter, que fazer carteirinhas. No Dia das Mães e no Dia das Crianças é assim. Aí, ela foi ela foi visitar. Ela foi. E isso me ajudou muito também na minha revolta. A revolta foi embora. Eu vi que ela tava bem. Lá é horrível. Mãe nenhuma quer filho lá. Mas, ajuda muito quando o filho vai lá.

**Pesquisadora: Como é sua relação, hoje, com eles?**

**Mulher Bomba:** Nós somos muito amigos. Eu tenho a cartinha deles quando eles escreveram (pausa). Eu até choro. Garota, "to" até chorando aqui. Quando eu lembro dele chegando lá. Que ele falava: mãe, não importa que se "tá" aí, a gente tem orgulho de você, você tem orgulho da gente. Pô, isso ajuda muito. Até hoje. Somos muito amigos. Ele é casado, mora na casa deles, mas somos muito amigos. Conversamos tudo. Falamos de tudo, desde pequeno. Se você perguntar se cadê Yago, eu sabia onde ele tava, que horas ia chegar, sabia de tudo porque sempre conversamos muito da vida dele. Nunca escondemos nada. Com ela também. Estamos no mesmo ritmo. Ela esconde umas coisas, mas de criança, só tem 10 anos, mas nos damos muito bem, muito bem mesmo. Sou uma mãe que brinca com o filho, conversa. Ela mora comigo porque quando eu fui transferida para o semiaberto ele devolveu ela. Ela ficou quatro meses morando aqui com a minha mãe e com meu pai. E quando eu saí ela tá comigo até hoje. Nós somos muito amigos. Muito mesmo. Assim, em relação à família, não só filho sabe. Pai também. Só não sou mais da minha mãe porque ela faleceu quando vez nove meses aqui na rua. Temos nossos problemas. Tem momento de família que saio brigando com todo mundo. Mas, é muito gratificante ter meus filhos.

**Pesquisadora: Você está fazendo faculdade de que?**

**Mulher Bomba:** Faço a contabilidade. Tem muita matemática

**Pesquisadora: Você falou muito em revolta. A revolta era exatamente com o que?**

**Mulher Bomba:** A minha revolta era comigo mesmo. Por eu sempre muito agarrada com família. Eu cuidava muito da minha mãe e do meu pai. Eu quando eu trabalhava fora passava sempre aqui. Eu tinha que tomar a benção deles. Era comigo mesmo. De ter sido presa e largado meus filhos. Eu larguei minha filha com cinco anos. Meu filho com 19. A revolta era comigo mesmo. Achar que eu tinha feito a pior merda da minha vida. Eu queria morrer. Pensei várias vezes em me matar lá dentro. Mas, aí vinha uma voz lá dentro e falava, até minha irmã falava, pensa nos seus filhos, não pensa em você, não. Pensa neles. A revolta era com a burrice que eu

tinha feito. Foi uma burrice, mas depois que eu entendi também que esse tipo de aprendizado você fica melhor, eu fiquei melhor.

**Pesquisadora: Foi por grana que você entrou no tráfico?**

**Mulher Bomba:** Eu não entrei no tráfico. Eu só emprestei a minha casa para a minha irmã.

**Pesquisadora: Mas, você sabia?**

**Mulher Bomba:** Eu sabia. Ela estava precisando de grana para fazer um quarto. No dia que ela pediu eu falei que não, mas eu acabei cedendo por várias outras coisas, por vários problemas familiares que a gente tava passando. Ela queria fazer um quarto rápido. Só que não ficou nem uma semana. Se ficou uma semana foi muito. Porque ela entrou e foi presa. Fomos presas.

**Pesquisadora: Como é a relação com ela hoje?**

**Mulher Bomba:** A gente brigava mais na cadeia. Hoje, em dia a gente tira de boa. Acho que tiramos todos os ensinamentos de lição. A gente vive bem. Na cadeia a gente brigava mais por causa da minha revolta. Que eu achava que eu tinha estragado a minha vida. Porque quando você cai lá você acha que nunca vai sair de lá mais. Você recebe uma sentença de nove e quatro anos fechado. Você pira. Você pensa que não sai nunca mais. Aí depois você vai vendo que não. Que tem benefícios, uma série de coisas que vai te ajudar a sair dali "num" tempo menor que esse que você pegou. Lá eu era revoltada. Aqui não. Aqui a gente se dá muito bem, a gente mora junto na casa do meu pai porque a casa que eu morava a minha irmã mais velha, que me ajudou tanto foi lá, precisava de uma casa porque pagava aluguel, aí foi morar na minha casa. Eu não tiro ela de lá, não. Ela mora na minha casa hoje, eu já moro com meu pai e com a minha irmã, minha filha, o filho dela, o X, que é um amor de criança. A gente se dá super bem. É assim a superação, a gente tem que superar. Às vezes você passa por tantas provações na vida, mas tem que tirar as coisas boas. Aprender a perdoar. Não só as pessoas, mas se perdoar. Porque se você também não se perdoar não adianta nada. Acho que foi aí que eu comecei a melhorar.

**Pesquisadora: Você fez amizade por lá?**

**Mulher Bomba:** Fiz. Tenho amigos até hoje. Como te falei, sou pessoa de poucos amigos. Mas, tenho amigos que conseguiram um serviço na CEDAE e me agradecem, falam para os encarregados de lá que eu sou uma pessoa boníssima, que tem ajudei muito e eu nem sabia. Porque minha irmã mesmo fala que eu sou antissocial, meu pai também fala que às vezes sou "meia" ignorante, que "do" patadas nos outros. Elas falam lá que eu ajudei muito, mas eu acho que ajude muito com palavras (voz emocionada). Como se fala? Assim, para levantar a estima,

né? Eu fiquei em contato com elas até hoje. Não são todas porque tem gente que fica perto de você por interesse. Mas, se tira boas pessoas do bem dali também.

**Pesquisadora: Não sendo CEDAE, tem outro caminho para conseguir emprego formal?**

**Mulher Bomba:** É difícil. Fica difícil. Mas, tem gente que consegue. Das meninas que foram presas comigo, tem uma que trabalha nesse negócio de anotar a placa do carro. Minha irmã não foi exonerada da prefeitura daqui. As pessoas falam muito mal da prefeitura, mas não foi. Lugar que não pede aquele nada consta ainda consegue, mas o problema maior é, às vezes, a torçozeleira, que também atrapalha um pouco porque quem olha e fala: é preso não vou dar oportunidade para preso.

**Pesquisadora:** As pessoas que não trabalham em formal como o seu, como elas se viram?

**Mulher Bomba:** Tem gente que vai fazer bico em bar, tem gente que vai fazer faxina. Tem meninas que voltam para o tráfico, pois não consegue nada. Aí, vai da pessoa ver a melhor forma de ganhar dinheiro. Eu vou te falar a verdade, se eu não tivesse a CEDAE, eu ia até fazer faxina, porque para o tráfico não iria. Tráfico de jeito maneira, menina. Só leva para cadeia e morte. Tem que ter um serviço honesto para ter dignidade. As crianças de hoje em dia se envolvendo no tráfico por causa de dinheiro fácil. Apesar que agora nem dá dinheiro assim, não. O pessoal fala agora que o Governo tinha que dar mais oportunidade. Mas, o Governo tinha mesmo era que reestruturar as famílias. Não sei te explicar o que tinha que acontecer. Só sei que eu não iria por tráfico de jeito nenhum. Ia inventar de vender alguma coisa. Bala, salgadinho, sei lá. Mas, tráfico não ia, não.

**Pesquisadora: Os dados do Governo mostram que mais da metade das mulheres presas são negras, com baixa escolaridade, são mães solteiras e muitas que sustentam as famílias. É isso? Qual sua percepção?**

**Mulher Bomba:** É isso aí mesmo. São poucas que tem bastante estudo. Não que não tenha. Até tem, mas são poucas. As envolvidas no tráfico a maioria são solteiras, são as que bancam as famílias e, geralmente, são as que têm menos oportunidade.

**Pesquisadora: O que acha que falta para as empresas fazerem como a CEDAE, para contratarem presos e ex-presos?**

**Mulher Bomba:** Eu não sei dizer ao certo. Acho que pode ser medo também. Lá, quando a gente chega na CEDAE é normal, é como se você nem tivesse passado pelo sistema, mas, tem algumas pessoas que chegam e perguntam se já tem outro preso, se você conhece aquela pessoa,

se sabe por que a pessoa rodou. Falam que tem que ficar de olho aberto naquele local. Algumas pessoas ficam com medo aí depois vai lidando com gente e vê que não é nada daquilo. Mas, eu acho que é mais medo mesmo porque é igual a CEDAE passa, às vezes, por alguns problemas. Não com mulher, com mulher nunca ouvi falar. Mas, com homem já. Entre eles. Não lá na empresa, mas entre eles. Brigam ou querem se matar lá dentro. Já vi casos assim. Já ouvi caso também que eles saem, fazem merda, dizem que estão trabalhando. Acho que é por causa disso, porque tem pessoas também que continuam, estão ali tirando a vez do outro.

**Pesquisadora: Você concorda ou discorda das pessoas que falam que a justiça no país é branca?**

**Mulher Bomba:** Eu concordo. (risos). Isso. (pausa). Eu concordo. Hoje, o negro toma a bala perdida de um polícia, mas não é perdida. Mas, a bala foi certa. Eles nem procuram saber quem é a pessoa e porque está naquele lugar. Se está certa ou errada. A pessoa nem está fazendo nada, tá parada com alguma coisa e toma um tiro. Não quer nem saber se o negro tem estudo, nem nada. Quer criticar e julgar. É verdade mesmo. É cheio de preconceito. Lá no presídio se você é mais clarinha você tem vantagens, se você é mais pretinha você mais desvantagens. Eu acho isso um absurdo. Mas, isso é o Brasil. Na cadeia tem discriminação. Eles olham assim: a pessoa é negra e tem um aspecto mais pobre já olha falando que não presta. Não são todos. Tem guardas que trabalham sem discriminação. Eu trabalhei com dois que nossa senhora, eram anjos. Mas, tem uns já falam que falam "não valem nada". Nem sabiam nada da pessoa, nem sabiam por que a pessoa tinha rodado.

**Pesquisadora: Você está com a tornozela. Você sente discriminação pela sociedade?**

**Mulher Bomba:** Tem gente que olha pro pé da gente e faz cara de nojo. "Ihhh" preso. Tem gente que tem preconceito, sim, mas tem gente que não está nem aí, fala assim: todo mundo erra. Tem gente que levanta até a sua moral. Eu nem gosto muito... eu sempre ando com uma calça larguinha, mais folgada lá embaixo pros outros não ficarem olhando, não. Mas, dá para levar de boa. Minha filha que nem esquenta. Ela fala: mãe vamos pra praia? Eu não, eu vou de tornozela pros outros ficar me olhando e vendo que você é filha de presa. Eu não. Eu falo isso para ela.

**ANEXO III - Entrevista com egressa do sistema carcerário - Irmã da Mulher Bomba**

**Pesquisadora:** Tudo bem, você tá podendo falar agora?

**Irmã da Mulher Bomba:** Tô sim, pode falar.

**Pesquisadora:** Eu não sei se sua irmã te explicou. Ela chegou a explicar o trabalho o que era, não?

**Irmã da Mulher Bomba:** (Inaudível), Isso.

**Pesquisadora:** É o seguinte, eu estou fazendo mestrado e o meu tema é falar sobre a questão do emprego para as mulheres que já passaram pelo sistema carcerário.

**Irmã da Mulher Bomba:** É, Claudia? Teu nome é Claudia.

**Pesquisadora:** Isso, Claudia

**Irmã da Mulher Bomba:** Um minutinho, deixa eu (inaudível) com meu filho aqui e já falo com você.

(pausa)

**Irmã da Mulher Bomba:** Pode falar.

**Pesquisadora:** Oi, então, e aí eu estou estudando a questão da mulher que já foi em algum momento encarcerada, né, como é que ela fica diante da questão do trabalho. Esse é o tema. Eu cheguei até o pessoal da CEDAE, é uma das poucas empresas que tem programa sobre, né?

**Irmã da Mulher Bomba:** É.

**Pesquisadora:** E aí eu queria ouvir as mulheres que são as principais vozes do trabalho. Eu preciso gravar esta conversa, pois a universidade pede para gente provar que teve autorização da pessoa.

**Irmã da Mulher Bomba:** Huhum!

**Pesquisadora:** Seu nome não aparece. A gente pode criar um apelido para não expor ninguém, né? Então, se você topa eu ia te pedir pra falar teu nome só pra eu ter a autorização, o apelido que você gostaria que eu usasse e que você autoriza que essa conversa seja gravada.

**Irmã da Mulher Bomba:** Não, eu autorizo, meu nome é, você quer o quê o nome todo? Meu nome é X e eu autorizo sim, a gravação.

**Pesquisadora:** Vamos lá: eu vou te fazer algumas perguntas e aí você vai me dizendo como é que está o seu tempo, tá? Eu queria que você me contasse onde que você nasceu, como é que é a sua trajetória de vida e depois a gente fala da vivência mesmo lá na prisão.

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu nasci em Barra do Piraí, tenho 37 anos, e eu sempre tive uma vida tranquila e eu conheci uma pessoa envolvida no tráfico, me envolvi com ele e não fui presa por nada de errado dele, entendeu? Mas eu conheci através dele.

**Pesquisadora:** Tá, você foi presa em qual situação? Como é que você entrou pro tráfico em si, foi por conta dele, mas como é que foi a entrada?

**Irmã da Mulher Bomba:** Por questão financeira. Quando eu fui presa eu não trabalhava no tráfico entendeu? Foi assim, eu não tinha vínculo nenhum com o tráfico eu fui fazer um favor pra um traficante e fui presa.

**Pesquisadora:** Entendi.

**Irmã da Mulher Bomba:** Entendeu, mas eu não trabalhava, eu não tinha função do tráfico eu não vivia de tráfico, eu tinha meu emprego quando eu fui presa eu tava de férias e fui fazer um favor e deu errado.

**Pesquisadora:** Mas você trabalhava onde?

**Irmã da Mulher Bomba:** Trabalhava na prefeitura.

**Pesquisadora:** Em Barra do Piraí mesmo?

**Irmã da Mulher Bomba:** Isso, de assistente de creche.

**Pesquisadora:** Você falou que conheceu o tráfico por conta desse relacionamento que você teve, mas em algum momento ele te pediu ‘pra’ você se envolver, você fez alguma coisa, alguma função pra ele?

**Irmã da Mulher Bomba:** Não, não. E, assim, mesmo esse favor, é o que eu tô te falando esse favor nem foi pra ele entendeu?

**Pesquisadora:** Entendi.

**Irmã da Mulher Bomba:** Foi pra uma outra pessoa e assim eu conheci através dele, mas eu já não fazia com ele na época, a gente até chegou a fazer alguma coisa, vendia uma droga ou outra, mas eu não tinha mais isso, entendeu?

**Pesquisadora:** Entendi.

**Irmã da Mulher Bomba:** Não tinha esse vínculo, não tinha mais nada, eu fui fazer um favor pra uma outra pessoa e isso deu errado.

**Pesquisadora:** Quando você fez o favor ‘pra’ essa outra pessoa, essa outra pessoa também era do gênero masculino?

**Irmã da Mulher Bomba:** Era.

**Pesquisadora:** Você tinha algum relacionamento?

**Irmã da Mulher Bomba:** Não tinha relacionamento nenhum com ele não.

**Pesquisadora:** Você tinha quantos anos na época, hoje você tem 37, você falou agora.

**Irmã da Mulher Bomba:** Isso.

**Pesquisadora:** Na época você tinha quantos anos?

**Irmã da Mulher Bomba:** 2015.

**Pesquisadora:** Você foi presa em que ano?

**Irmã da Mulher Bomba:** 2016.

**Pesquisadora:** Tá, depois eu faço as contas aqui não tem problema (risos).

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu tava com 32.

**Pesquisadora:** 32, e aí no momento você falou que estava de férias, você foi fazer um serviço pra esse conhecido. Como é que se deu a prisão em si?

**Irmã da Mulher Bomba:** A gente tava numa casa fazendo uma “endola” de droga e a polícia chegou entendeu?

**Pesquisadora:** Entendi.

**Irmã da Mulher Bomba:** Através de denúncias que os policiais falaram na época, que foram denúncias.

**Pesquisadora:** Quando a gente vai estudar mais a parte teórica da questão do cárcere, né? É muito mostrado pelos especialistas que quando a mulher é presa está muito “linkado” a questão do marido, namorado, filho sempre tem uma figura masculina envolvida, sempre não, mas muitas vezes. É uma percentagem alta, você concorda com estas estatísticas. Não só do seu caso, mas no que você percebeu enquanto você estava presa?

**Irmã da Mulher Bomba:** A maioria é por envolvimento sim. Por alguma figura masculina mesmo. A grande maioria e tem a ver com o tráfico também.

**Pesquisadora:** Um outro dado que para mim foi até novo é que muitas mulheres são presas, pois acabada matando por ser violentada, abusada emocionalmente, fisicamente, enfim, homem que ameaça tirar o filho, elas acabam num rompante de estresse mesmo partindo para a violência. Você se deparou com esses casos, você conheceu mulheres também que tinham esse perfil por esse motivo estavam presas?

**Irmã da Mulher Bomba:** De serem violentas por ameaça? Eu (pausa) acho que não vi nenhum caso assim não, assim de pessoas que eu tenha convivido, cometido algum ato por causa de violência não.

**Pesquisadora:** Tem outro dado também que chama a atenção é que quando a mulher é presa ela, tem pouco visitaçao do namorado, do homem...

**Irmã da Mulher Bomba:** Ah! É verdade.

**Pesquisadora:** Do homem é ao contrário, o homem preso, ele continua recebendo visitação da família qual é a tua opinião?

**Irmã da Mulher Bomba:** Isso aí. Eu concordo com isso daí.

**Pesquisadora:** Você acha que isso acontece por quê?

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu acho que assim: porque na verdade a mulher é um ser mais frágil, então, tipo assim, ela demonstra muito mais amor, então, quando acontece com o marido dela a preocupação dela é muito grande, eu já vejo por tudo que eu passei que assim, o homem não liga, entendeu? Ah! tá presa, eu acho que pro homem é muito mais fácil, não é dizer é que isso daí. Varia de homem pra homem, situação pra situação, mas eu acho que os homens não se prendem, entendeu? Assim eu tenho uma opinião que homem é tudo safado.

**Pesquisadora:** Huhum! (risos)

**Irmã da Mulher Bomba:** Tipo, eles vão achar uma mulher na rua e pra ele é só mais uma entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Porque o que que acontece do jeito como ela tá lá? Eles tão vivendo a vida deles aqui fora, quando elas ganham a liberdade, a maioria deles volta a procurar as mulheres, entendeu? Eu acho que é uma questão de não querer ter o trabalho, ou não saber lidar com aquilo, fica mais fácil esperar ela ser solta, eu não sei, entendeu? Mas, eu acho que 98% dos homens abandonam, eu acho que é mais ou menos isso aí.

**Pesquisadora:** Você tem filho, né? Já era mãe quando você foi presa?

**Irmã da Mulher Bomba:** Já, meu filho tinha três anos

**Pesquisadora:** O teu filho chegou a te visitar na cadeia?

**Irmã da Mulher Bomba:** Uma vez só.

**Pesquisadora:** Uma opção sua ele só ir uma vez?

**Irmã da Mulher Bomba:** Uma opção minha e da minha família.

**Pesquisadora:** O que te levou a querer que ele ficasse longe nesse momento?

**Irmã da Mulher Bomba:** Porque eu acho que lá não é um lugar para criança, entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu acho que assim, são coisas que podem ser evitadas não tem necessidade do seu filho estar passando uma hora numa fila pra poder entrar num presídio, tá convivendo com esta realidade, entendeu? Foi o que eu te falei: não era minha realidade, foi um fato que aconteceu, infelizmente, o desfecho não foi legal mas, eu não fui criada nesse meio e não queria meu filho convivendo com essa realidade, entendeu, eu acho que não tem necessidade de ele estar na porta de presídio toda semana pra ver a mãe dele, entendeu então, eu optei por ele viver longe entendeu, eu só vi meu filho depois de um ano e quatro meses porque a minha saudade apertou demais e foi o dia que tava tendo festa do dia das mães no presídio né, então, é quando os filhos entram sem precisar fazer carteirinha, sem estas coisas todas, só com a liberação da direção, foi quando meu filho foi, aí depois de um ano, fiquei mais um ano e Quatro meses mais ou menos sem ver ele e ganhei minha liberdade.

**Pesquisadora:** Hoje, você está com liberdade definitiva ou ainda tá cumprindo pena?

**Irmã da Mulher Bomba:** Não, eu 'to' de (PAT), usando a tornozeleira eletrônica.

**Pesquisadora:** Como é que é, você foi presa e você foi direto, como é que foi teu, desculpa voltar nesse ponto. Você foi presa numa delegacia primeiro, você foi para um presídio, você chegou a mudar de local?

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu cheguei a passar uma noite numa delegacia e fui transferida para o Bangu VIII, né?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** (Inaudível...) tarde e fui pro presídio no sábado à tarde (inaudível) passei por Barra do Pirá por volta de meio dia ou uma hora e saí de lá umas cinco da tarde.

**Pesquisadora:** E aí você ficou em Bangu VIII direto até o momento de ter a alteração para semiaberto?

**Irmã da Mulher Bomba:** Não, eu fiquei no Bangu VIII durante seis meses, aí fui transferida para Bangu VII, aí fiquei no Bangu VII por um ano porque assim, tem que fazer as contas dos

meses né, então vou colocar um ano, quase dois anos vamos dizer de lá eu passei 12 dias no Talavera Bruce e do Talavera Bruce eu vim embora.

**Pesquisadora:** Tá, hoje você tá trabalhando?

**Irmã da Mulher Bomba:** Estou.

**Pesquisadora:** Você conseguiu voltar para prefeitura não?

**Irmã da Mulher Bomba:** Tipo assim, eu não quero falar sobre isso, porque como é que eu vou te dizer: o processo administrativo não permite, entendeu? Mas não quero entrar nesses detalhes, não.

**Pesquisadora:** Tá, tudo bem, só voltando a essa questão de estudo e trabalho, legalmente quando a mulher é presa...

**Irmã da Mulher Bomba:** Huhum!

**Pesquisadora:** O homem tem direito a estudo a trabalhar na prisão e tudo mais isso, na lei, como é que isso se dá na vivência ali na realidade?

**Irmã da Mulher Bomba:** É, são vagas muito limitadas, não atende todo mundo, mas também não existe interesse dos presos em trabalhar é muito grande também.

**Pesquisadora:** Você chegou a conversar com alguém, você chegou a trabalhar lá dentro?

**Irmã da Mulher Bomba:** Trabalhei.

**Pesquisadora:** Trabalhou de quê?

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu trabalhei de no setor da reciclagem e trabalhei fazendo serviços de cantina.

**Pesquisadora:** Isso no Bangu VII ou VIII, ou nos dois lugares?

**Irmã da Mulher Bomba:** No VII. No VIII não trabalhava em nada. Lá eu estudei, ensino fundamental.

**Pesquisadora:** Em relação à vaga e emprego, você acha que tem alguma diferença ali por conta do gênero mais chance de estudo não tem?

**Irmã da Mulher Bomba<sup>2</sup>:** Eu acho que isso assim, diante da quantidade de mulheres presas e de homens presos, eu acho que é proporcional. Pode também não ter mais vaga entendeu.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Mas, os homens têm mais vaga porque é uma quantidade muito maior de homem preso, entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Masm assim, não sei te dizer quantas vagas são oferecidas por sexo entendeu?

**Pesquisadora:** Aham!

**Pesquisadora:** Em relação as vagas de emprego, a função, né? Você falou que foi da cantina e da reciclagem, as mulheres têm as mesmas oportunidades dos homens, tipo as mesmas tarefas se elas quiserem buscar vaga, ou elas são diferentes?

**Irmã da Mulher Bomba:** Você diz lá dentro?

**Pesquisadora:** É, lá dentro.

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu não sei, porque eu não sei como funciona o presídio masculino e eu não sei nem como que está funcionando isso hoje no presídio feminino.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Porque quando eu saí de lá, já tinha diminuído a quantidade de vagas pra trabalho, então, eu não sei te dizer como que tá sendo isso hoje, entendeu?

**Pesquisadora:** Entendi, e você sabe o motivo por ter diminuído?

**Irmã da Mulher Bomba:** Olha, aí agora você me pegou porque assim, na verdade quando eu comecei a trabalhar lá, eles falavam que você receberia uma parte do pecúlio lá dentro que não é chamado de salário é chamado de pecúlio e o restante você receberia na rua, que ficaria guardado para quando você receber esse valor que ficou guardado pra gente receber quando a gente sair, a gente nunca recebeu, e eu não sei, qual é a questão do (pausa. Pareceu confusa), eu não lembro direito, porque que eles cortaram, não sei se foi por causa disso mesmo o preço, de estar

trabalhando e estar sendo considerado trabalho escravo, eu não lembro muito bem o que aconteceu, não, mas foi alguma questão judicial que eles estavam revendo isso se ia poder continuar se não ia poder continuar, como que ia continuar assim porque eu acho que eles queriam, acho que é isso mesmo, eles queriam parar de pagar e os preços trabalharem só pra cumprir pena entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu não lembro bem isso aí não, igual eu te falei: diminuiu a quantidade de vagas, então, quando eu saí eu não estava trabalhando e logo eu saí, eu não lembro bem o desfecho do porquê que estava diminuindo.

**Pesquisadora:** Huhum, você falou que você acabou não recebendo este seu pecúlio é isso?

**Irmã da Mulher Bomba:** Não.

**Pesquisadora:** Você não tem nem chance de correr atrás dessa grana, você nem tentou, você deixou pra lá, como é que ficou isso na sua cabeça?

**Irmã da Mulher Bomba:** Porque assim, é, toda vez que quem presta o serviço é a Santa Cabrini, né?

**Pesquisadora:** Sim, sim.

**Irmã da Mulher Bomba:** Então, assim quando a gente vai lá eles dizem que o governo não repassou esse valor, então, não tem nem previsão, isso aí já caiu no esquecimento, eu moro em Barra do Piraí, eu não tenho disponibilidade de ficar indo pro Rio de Janeiro, para poder ver o que que tá acontecendo, o que faz, questão de advogado, eu até procurei me informar na minha cidade, mas, como isso, quase não acontece aqui, os advogados não fizeram nada. Assim, teriam que estudar o caso e nenhum deles me deu uma resposta concreta, aí acabou que assim, já tem dois anos e pouco que eu to na rua e eu também, não procurei ver direito isso, entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum, entendi, você hoje falou que tá usando tornozeleira eletrônica né?

**Irmã da Mulher Bomba:** Isso.

**Pesquisadora:** Tudo bem usar, como é que? Pesa pra você?

**Irmã da Mulher Bomba:** Assim, ninguém gosta né.

**Pesquisadora:** Sim, imagino.

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu, não acho isso legal, eu acho desnecessário porque quem tem que, se você vier pra rua e tiver que cometer outro delito você vai cometer porque a tornozeleira não impede ninguém de fazer isso.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Ih, a dificuldade pra você resolver um problema se torna grande porque igual em Barra do Piraí não tem central de monitoramento. Amais próxima é Volta Redonda, então, a gente tem que ficar se deslocando pra lá e qualquer coisa que aconteça com a tornozeleira e, além, da tornozeleira eu tenho que comparecer no fórum de dois em dois meses pra poder tá assinando, eu acho que muitos casos, a tornozeleira não te proíbe de nada, entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Você vai respeitar se for da sua consciência respeitar, porque se tiver que cometer as infrações corre o risco do juiz te prender essas coisas todas, mas, não acho assim. ah, é para constranger a gente com esse negócio enorme que a gente carrega na perna, eu por exemplo, não saio de casa de bermuda, porque eu acho que ninguém, tá querendo encenar com ninguém, ainda mais eu, porque eu tenho um filho pequeno e porque quem errou foi eu. Mas, a gente sabe que a sociedade aponta seu filho por um erro seu, então, eu prefiro não ficar expondo, não gosto de sair de casa de bermuda, não frequento uma academia, não frequento lugar nenhum por causa disso, porque assim, se eu frequentar um lugar expondo a minha tornozeleira, para amanhã a mãe do coleguinha dele, olhar e falar: olha lá, a mãe dele tá com tornozeleira eletrônica, a mãe dele é uma bandida, a mãe dele foi presa, tipo assim, a gente tenta. O presídio não tem ressocialização, porque aquilo lá, não ressocializa ninguém, a verdade é essa, mas você quer uma vida melhor pra você, você quer voltar a ter dignidade, a ter seu respeito, você não quer que seu filho não passe por isso, nenhum constrangimento porque você errou, porque quem errou foi eu, não foi meu filho.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** E eu acho que a tornozeleira meio que tira isso da gente, porque, se eu levo meu filho numa piscina, num clube, eu vou pra piscina de calça, não? Então, vou ter

que ir de bermuda, aí pra quê, que eu vou levar meu filho pra.... E depois um coleguinha ficar fazendo uma piadinha, sua mãe foi presa, sua mãe veste uma tornozeleira eletrônica, entendeu?

**Pesquisadora:** Você se priva desses momentos com ele, por exemplo, como é que você dribla isso?

**Irmã da Mulher Bomba:** Sim, muitas das vezes, sim, entendeu por que eu volto te falar eu não gosto de levar ele numa piscina entendeu.

**Pesquisadora:** Sim.

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu prefiro levar ele no mar entendeu.

**Pesquisadora:** Sim, ele tá com cinco aninhos né, que você falou?

**Irmã da Mulher Bomba:** Não, agora ele tá com oito.

**Pesquisadora:** Ah tá, ele sabe que você foi presa?

**Irmã da Mulher Bomba:** Sabe, mas não sabe o motivo.

**Pesquisadora:** Entendi, mas ele te pergunta, ele fica curioso?

**Irmã da Mulher Bomba:** Ele já me perguntou.

**Pesquisadora:** E você foge do assunto, como é que você faz?

**Irmã da Mulher Bomba:** Não, eu falei com ele que eu fiz uma coisa muito feia e que quando a gente tá errado a gente tem que pagar pelo que a gente fez.

**Pesquisadora:** Aham!

**Irmã da Mulher Bomba:** Que eu cumpri um castigo de uma coisa errada que eu fiz, mas que quando ele tiver maiorzinho eu vou explicar pra ele tudo direitinho, que agora eu não sei se ele (inaudível).

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Ele se deu por satisfeito e falou que um dia depois a gente conversa.

**Pesquisadora:** Você também estava falando agora que a cadeia lá, que o presídio não ressocializa ninguém, né?

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu acho.

**Pesquisadora:** Eu conversei com outras mulheres que também passaram por situações similares é muito corriqueiro assim, vocês falam muito em lugar que não ressocializa e também que é desumano. Quando você fala isso, você podia falar um pouco mais porque que você acha que não ressocializa?

**Irmã da Mulher Bomba:** Porque assim, você cometeu seu crime, você tá preso, você já foi privado da sua liberdade, você sabe muito bem o que a justiça te cobrou pelo seu erro, eu acho que não tem necessidade da forma que muitas presas são tratadas, eu não posso falar que eu fui agredida, que eu fui humilhada por guarda, ah, não já estaria até te mentindo porque teve uma cena que veio aqui na minha cabeça, o que que acontece quando fui presa, eu cheguei no presídio e as roupas que eles dão pra gente são roupas usadas, rasgadas, sujas, fedidas, entendeu? Sem condições nenhuma. Você tá preso, mas você não é um bicho, a gente é humano. Não é mendigo pra usar resto de outras pessoas, entendeu, da forma como eles entregam pra gente.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** É, eu cheguei no presídio, eu ganhei quatro absorventes, metade de um sabonete, uma pasta de dente e um rolo de papel higiênico, isso é higiene para uma mulher? Aí, me deram um chinelo arreventado que quando eu fui pedir a uma guarda pra trocar meu chinelo, ela perguntou se eu tava maluca e que era pra eu olhar onde que eu estava e tipo assim, eu tive que rasgar uma roupa pra poder remendar o chinelo pra poder usar, isso é dignidade onde? Aonde que um lugar desse vai te ressocializar?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu acho que isso aí só cria mais revolta e as guardas te tratando com ignorância quando você vai pedir um remédio não tem e saem debochando da sua cara. São “n” situações que acontecem lá, entendeu? Como é que você vai dizer que o presídio ressocializa alguém, não, ele não ressocializa ninguém, o que vai te ajudar é sua estrutura familiar e o seu querer, não, eu não quero mais isso para minha vida entendeu? Porque a situação é uma comida que chega azeda que eles não têm nenhum cuidado que a gente sabe que a verba é repassada, entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum! huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** E eu acho que a partir, não só guardas, mas, como qualquer outra profissão que você se designa a cumprir você tem que cumprir e fazer seu papel, não é chegar lá de cara feia e espantando o preso, porque o preso não cometeu crime nenhum contra você, ele cometeu crime contra a sociedade, mas, você optou por trabalhar com eles, então, porque não respeitar, são direitos humanos, não é da forma que faz, eu já vi presa, é guarda esfrecando comida na casa de presa, a presa tava errada? Até tava, não podia levar comida pra dentro da cela, tudo bem tentou levar, mas a forma como elas agem eu acho desnecessário, entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** As guardas acharem que elas são detentoras de poder, elas não são juízas, elas não são policiais, elas têm apenas a obrigação de manter a ordem nos presídios, não fazer o que elas fazem com as presas, entendeu?

**Pesquisadora:** Sim, você falou da família, você falou que tem que querer, né? E, também a estrutura familiar, o que a família pesa nessa hora?

**Irmã da Mulher Bomba:** Em tudo, eu acho que em tudo porque assim, eu não posso falar por outras, porque o meu problema na verdade quando eu fui fazer esse favor foi por dinheiro porque eu tava tendo problema, né? Entre aspas assim, com a minha mãe.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Imaturidade, mas assim, eu sempre tive uma família estruturada, igual eu te falei antes, nunca ninguém de casa teve envolvimento com drogas.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** E o erro assim, foi eu, mas eu acho uma estrutura familiar pesa muito, errei (inaudível) porque eu acho que você também tem que entender as condições dessa família entendeu, mas você, a partir do momento que você valoriza a sua família, valoriza os seus filhos, você vai ver que você, por causa de um crime ir pra um lugar desses não é legal, você manter uma distância, você ficar com seu sofrimento, o sofrimento é muito grande, porque quem sai do vínculo familiar é você.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** A sua família continua ali, mas você sabe que você desestruturou, você sabe que você causou um sofrimento em muitas pessoas, sabe que você fez muitas pessoas perderem um sonho, entendeu, você sabe que você pode ter uma doença e as pessoas de antes estar longe, então, eu acho assim, que família é tudo no sentido da recuperação de uma pessoa.

**Pesquisadora:** Durante a sua vivência você, entre vocês, naturalmente, eu não sei se dá pra falar que vocês fazem amizade, eu não sei se vocês estabelecem algum vínculo real, ou se fica ali porque vocês estão passando por aqueles momentos juntas, mas assim, vocês têm um convívio, né? Vocês conversam sobre preocupações assim, quando sair daqui e aí, por exemplo, a CEDAE, quando você tá apenada, você por exemplo, pode trabalhar na CEDAE e depois né, você tava falando por exemplo, do estigma da tornozeleira, seu caso, eu sei que você não pode falar muito aí por conta do seu processo administrativo, se fala só então a sua percepção tá. Enquanto vocês estão lá, vocês se preocupam assim, quando eu sair daqui onde é que eu vou trabalhar, é eu volto pro meu, porque tem trabalho talvez mais formal, tem essa preocupação, vocês conversam sobre isso, pensavam sobre isso?

**Irmã da Mulher Bomba:** É, assim, tudo depende de como que você vivia antes de você chegar lá né, porque assim, porque igual eu, pensava todos os dias, como que eu vou sair daqui, o que eu vou fazer da minha vida, porque igual eu te falei, eu não me via em tráfico, e era uma coisa assim, que eu não queria mais pra minha vida, eu pensava, será senhor, pedia muitas vezes para recuperar o meu emprego porque eu sei que é difícil, não é todos os lugares, aqui em Barra é cidade pequena, então, assim tem muito preconceito, entendeu, nem tanto com ex-presidiário, porque tem firmas que não pedem nada consta, mas tem pessoas que a questão é a tornozeleira, a partir do momento que você está com tornozeleira, te olham de outro jeito, entendeu, eu não sei como que essa questão de conviver com pessoas preconceituosas, eu por exemplo, aonde eu trabalho não tenho nenhum tipo de problema com isso, mas também, porque eu trabalho onde pessoas que me conhecem desde pequena, que conhecem a criação que eu tive, assim é mais fácil, mas eu sei que como ex-presidiária aqui em Barra do Piraí, não é tão fácil conseguir emprego também não.

**Pesquisadora:** Huhum. O que que você acha que as empresas, é por exemplo, eu estou tentando descobrir empresas que já tem sei lá, quase um ano que eu estto tentando descobrir empresas que tenham programas por exemplo, como o da CEDAE, é muito difícil, quase não se acha, né?! O que você acha que falta para as empresas olharem para quem vem egresso do cárcere ou quem tá no aberto, enfim, porque é uma mão de obra, né?

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu acho assim, eu penso assim, não é dizer que ah! quem pratica o 157, quem pratica o 155 não merece uma oportunidade, eles também merecem, só acho que eles assim também precisam provar, eu acho que com o convívio entre outras pessoas pra esses tipos de pessoas seria até um pouco mais difícil.

**Pesquisadora:** Aham!

**Irmã da Mulher Bomba:** Mas eu acho que as empresas precisam entender que nem todo mundo que comete um crime, comete tráfico, muitas pessoas praticam o tráfico e se envolvem com o tráfico, muitas delas é por falta de oportunidade de emprego, não é porque ela tem uma índole capaz de fazer mal a alguém, você entendeu? Mas, às vezes ela faz por questão de sobrevivência. É, eu acho complicado também é porque, como assim, como você vai analisar pessoa por pessoa?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Mas, se você não der uma oportunidade você nunca vai saber se aquela pessoa realmente quer mudar entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Então, eu acho que o que falta é um pouco mais de humanidade, a tal da ressocialização que todo mundo prega mas não existe, é você realmente estar numa parceria e você querer ter o compromisso de uma pessoa, de uma família porque as vezes aquela família ali tá faltando uma oportunidade de emprego, pra aquela pessoa ali só está faltando uma oportunidade de emprego, se todo mundo só apedrejasse, igual estes dias atrás eu tava vendo um comentário, acho que foi uma interna não sei como que saiu esta fofoca rolando no face, do pessoal falando ah, graças a Deus muito pai de família não consegue nem colocar isso dentro de casa é, vagabundo tem que passar fome, vagabundo tem que morrer, só que nos presídios não tem só vagabundo, entendeu, é eu, como é que vou te explicar, sim, uma vez eu escutei uma pergunta que um professor fez: -“você teria coragem de matar?” todos os alunos abaixaram o livro e levantaram o dedo, o professor respondeu que todo mundo ali era mentiroso, por que ali todo mundo teria coragem de matar, desde que visse, alguém muito querido seu em perigo.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Então assim, nem todo mundo que vai preso comete um crime porque tem péssima conduta ou porque é de má índole, muitas das vezes as circunstâncias levam aquela pessoa a cometer aquele crime, então, assim, não cabe a todo mundo julgar, quem julga é a justiça.

**Pesquisadora:** Você acha que a justiça brasileira ela julga direito ou que ela é injusta?

**Irmã da Mulher Bomba:** Injusta.

**Pesquisadora:** Injusta?

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu acho ela injusta, sim.

**Pesquisadora:** Por quê?

**Irmã da Mulher Bomba:** Principalmente nesta parte de tráfico, entendeu, eu acho ela muito injusta.

**Pesquisadora:** Mas em que sentido assim?

**Irmã da Mulher Bomba:** É como é que eu vou te explicar, peraí, deixa eu ver as palavras certas, ah, porque assim a casos e casos entendeu, quando você vê pessoas de baixa injusta, porque eu não vou nem dizer no meu caso e nem nos casos que eu presenciei muito lá não, vou te dizer mais pelo que a mídia mostra, você vê as vezes uma pessoa que rouba uma lata de leite condensado sendo condenada e você vê lá em Brasília todo mundo roubando dinheiro do povo e não acontece nada.

**Pesquisadora:** Ah, então, vou aproveitar tua fala, por exemplo, tem alguns dados, eu to levantando muitos dados, muito dado mesmo Ministério da Justiça, enfim de órgão público né?

**Irmã da Mulher Bomba:** Huhum!

**Pesquisadora:** De outros pesquisadores que mostra que 68% das mulheres presas hoje, são negras, não sei se você é branca, parda, negra, como é que você se vê?

**Irmã da Mulher Bomba:** parda

**Pesquisadora:** São negras e pardas aí, eles colocam no mesmo grupo. Você acha que a justiça é racista também?

**Irmã da Mulher Bomba:** Não, eu não acho a justiça racista, eu acho a sociedade racista.

**Pesquisadora:** Tá.

**Irmã da Mulher Bomba:** E você me perguntou sobre a questão lá do vínculo se é verdade, assim eu tenho contato com poucas, mas tenho, mas assim, tem pessoas que eu não tenho contato físico, mas eu mantenho contato por telefone com pessoas assim, que a gente não se vê por falta de oportunidade.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Por que o laço de amizade mesmo foi firmado entendeu, porque a gente passou o sofrimento junto uma apoiando a outra e você vê se a gente mantém o contato hoje é porque realmente, pode existir amizade dentro de um presídio sim, entendeu, você não vai fazer amizade com 50 mulheres que você sai dividindo cela, mas que se cria um laço de amizade, cria-se sim.

**Pesquisadora:** Tua cela tinha 50 mulheres mais ou menos?

**Irmã da Mulher Bomba:** Não a primeira cela que eu fiquei tinha capacidade para três mulheres e ficavam entre treze, quatorze e quinze na mesma cela.

**Pesquisadora:** Isso no VIII?

**Irmã da Mulher Bomba:** A segunda cadeia no Bangu VII, antes de eu começar a trabalhar e trocar de cela ficava em torno de é eu acho que era uma capacidade em torno de 52 presas, 52, ou 54 alguma coisa assim

**Pesquisadora:** E ficava ou tinha superlotação também?

**Irmã da Mulher Bomba:** Não essa não tinha superlotação não.

**Pesquisadora:** Você trocou de cela porque você começou a trabalhar, não, foi coincidência?

**Irmã da Mulher Bomba:** Isso, aí depois eu saí dessa cela de 54 presas porque eu comecei a trabalhar.

**Pesquisadora:** Todo mundo que começa a trabalhar troca de cela?

**Irmã da Mulher Bomba:** A cela de quem trabalha é separado.

**Pesquisadora:** Ela é melhor de estrutura ou menos pior, enfim?

**Irmã da Mulher Bomba:** Olha ela era uma cela menor, tipo assim, igual a outra mas era uma cela menor, tipo assim, menos pessoas, você consegue manter uma organização maior, mas é a mesma coisa da outra cela, só era uma cela separada pras presas que trabalhavam.

**Pesquisadora:** Eles separam por quê?

**Irmã da Mulher Bomba:** Eles falam que por questão de segurança né, porque as presas que trabalham transitam na cadeia, então, tem acesso a certos pontos da cadeia, então, assim pode acontecer de pegar uma coisa de levar para cela maior.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Sabe, entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Ficar tirando de uma cela maior pra levar pra uma outra cela maior, pode ficar fazendo estes contatos de presos, entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Então estas presas que trabalham ficam separadas.

**Pesquisadora:** Entendi, Rejane, tem alguma questão, ah! Deixa eu te fazer mais uma outra pergunta, na sociedade geral, para todo mundo, a gente vê que tem muita rixa entre mulher, né? Agente é meio que criada dessa forma, mulher tem inveja de outra mulher.

**Irmã da Mulher Bomba:** Huhum!

**Pesquisadora:** Se o marido ou o namorado trai a gente não xinga o homem, a gente tende a xingar a mulher de piranha, enfim, né?!

**Irmã da Mulher Bomba:** É, huhum!

**Pesquisadora:** Eu não sei se você conhece este termo que eu aprendi tem pouco tempo “sororidade”, falam que a mulher tem menos empatia com outra mulher.

**Irmã da Mulher Bomba:** Huhum!

**Pesquisadora:** Os homens se acobertam muito mais assim, né?

**Irmã da Mulher Bomba:** Huhum!

**Pesquisadora:** Eles se protegem mais e dizem que fazemos o contrário: que a mulher tem mais dificuldade de se relacionar com outra mulher. Você acha isso, caso sim, você acha que isso também acontece dentro da cadeia?

**Irmã da Mulher Bomba:** Sim, lá você vê muito igual eu te falei é, você quer saber o que se uma mulher apoia mais a outra lá dentro?

**Pesquisadora:** É.

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu não vejo muita diferença do que acontece aqui fora não.

**Pesquisadora:** Mas aqui fora, você acha que a gente se apoia ou não?

**Irmã da Mulher Bomba:** Então, era isso que eu ia te explicar, eu não vejo muita diferença do que acontece lá dentro, aqui fora, é você criou um vínculo de amizade com certas pessoas, então, aquele grupo ali você vai apoiar agora, uma outra pessoa acho que mais distante, depende, dependendo assim, se você vai ser contra ela lá dentro, é como se fosse aqui fora entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum, huhum, entendi.

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu acho assim, vamos fazer um exemplo, os casos de sapatão.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** A menina que tem um caso com um sapatão lá dentro, se esse sapatão trair essa mulher é mais ou menos a mesma coisa aqui fora, é você vai olhar com a mesma, bem, eu pelo menos olhava da mesma forma, mas quem procurou quem, entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** O sapatão tá errado? Sei lá, eu não via esta diferença igual eu te falei, as pessoas mais próximas a gente apoia, mas é igual aqui fora, você constrói, lá a gente dizia uma família né, as pessoas que a gente conviveu muito tempo mesmo até anos juntas é uma família pra gente, então, estas pessoas a gente vai guardar ter o mesmo cuidado a mesma

proteção como se a gente tivesse aqui fora. Eu pelo menos vivi a minha cadeia assim, entendeu tirei aquela coisa que eu tenho que continuar aqui, que eu tenho que cumprir meu tempo aqui e que seja da melhor forma, então, da mesma forma que eu ajo na rua, eu não sou de muitos amigos, eu vivo mais no meu canto, era a forma que eu vivia lá, entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Mas eu vejo dessa forma, depende muito do seu ponto de vista porque é, eu me acho uma pessoa tranquila, aliás você vai, não sei se você vai ter oportunidade de entrevistar outras pessoas, uma pessoa assim que é mais criada em favela que é mais criada em ponta na rua, que tem uma criação bem diferente vai te responder de outra forma, entendeu?

**Pesquisadora:** Sim, sim.

**Irmã da Mulher Bomba:** Porque para eu poder olhar, e falar assim igual eu já fui traída, mas eu nunca arrumei barraco com mulher, porque eu não tenho compromisso com mulher, meu compromisso é com ele, então, quem não me respeitou foi ele, errado é ele, entendeu, mas você vai conversar com mulheres que vão falar não, mas a fulana não tinha que ter ficado porque fulana é uma “piranha”, porque fulana é isso.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Fulana é aquilo e se a mulher nem me conhece e a mulher acredita na história dele, então, ela é tão vítima quanto eu.

**Pesquisadora:** Sim.

**Irmã da Mulher Bomba:** Então, assim, isso também depende de pessoa pra pessoa, entendeu?

**Pesquisadora:** Entendi. Nessa ligação da vivência de estar presa, tem a questão de emprego e estudo, você tem mais alguma coisa que você acha importante comentar que eu não perguntei que eu não falei?

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu acho que, que assim, até mesmo porque, seu nome é Pesquisadora, né?

**Pesquisadora:** Isso.

**Irmã da Mulher Bomba:** Até mesmo porque Pesquisadora, eu também, não julgo só a questão do emprego foi igual eu te falei eu acho que as pessoas deviam ser menos egoístas e julgar menos as outras, os chefes, os donos de empresas, deveriam sim dar, oportunidade. Ah, não enquadrrou, porque, a pessoa passou pelo sistema penitenciário, mas tem muitas outras que não passaram que se entrarem numa empresa vão roubar o amigo do trabalho, entendeu? Não só quem passou no sistema penitenciário que tá cometendo crime aqui fora, muitas pessoas que até hoje não foram presas e são criminosas.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** E tem muitas pessoas que foram presas e viram que aquilo não vale a pena, é igual a uma pessoa que até mesmo foi envolvida com tráfico ela não quer mais aquilo pra ela, ela vai entrar numa empresa, ela vai se dedicar porque ela não quer mais aquilo, ela vai agarrar a oportunidade com unhas e dentes. Agora, aquele que não quer se ressocializar, quer esta vida mesmo, ou ele nem vai procurar o emprego, muitos deles nem procuram, ou na primeira oportunidade eles vão entregar a vaga, ou o patrão não vai saber avaliar se ele quer ou não trabalhar.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** É a mesma forma ele não deixou de ser um ser humano, ele simplesmente cometeu um erro e foi julgado por aquilo e que muitos cometem o erro e não são julgados, entendeu? Então, eu acho que não custa dar uma oportunidade porque quem quer mudar vai mudar, entendeu, vai agarrar a oportunidade com unhas e dentes e de repente se houvessem mais chances, estas pessoas estariam assim, teriam menos reincidência, menos reincidência porque teve a oportunidade de mudar porque não adianta só você julgar, entendeu, você não sabe a história daquela pessoa.

**Pesquisadora:** Huhum, sim.

**Irmã da Mulher Bomba:** Agora, quanto vaga de estudo eu acho que, eu volto a te falar quem quer mudar, quem quer fazer a diferença vai fazer, porque eu voltei a estudar entendeu, aqui fora, eu faço faculdade é,

**Pesquisadora:** Você faz faculdade de quê?

**Irmã da Mulher Bomba:** Eu faço de Pedagogia.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Então, assim se você quer uma coisa melhor pra você, você vai buscar, as escolas, isso eu não vejo, ah, tem que fazer diferente, eu já vejo como um interesse do ex presidiário você tem que procurar o que você quer, entendeu? Se você quiser estudar você vai conseguir estudar, eu estudo, minha irmã estuda, várias pessoas aí você vê estudando, é, eu estudo pelo CEDERJ, né.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** E assim não faz distinção, não pergunta, não procura saber de você, então, assim quem quer vai correr atrás pra fazer diferença entendeu?

**Pesquisadora:** Agora lá, enquanto você está lá dentro mesmo que você queira, você acha que é difícil conseguir, lá dentro estudar, trabalhar?

**Irmã da Mulher Bomba:** Pesquisadora, trabalhar é mais difícil porque a quantidade de vagas na época já era limitada, como eu te falei eu não sei como que tá hoje.

**Pesquisadora:** Huhum.

**Irmã da Mulher Bomba:** Estudar, as vagas também são limitadas, mas você vê muitas presas que não queriam estudar, elas simplesmente se inscreviam para poder ir para a escola, entendeu? Não por querer estudar até mesmo porque escola de presídio, ninguém ensina nada assim, coisa, é mas também não é

**Pesquisadora:** Você diz que não ensina nada porque a qualidade é ruim?

**Irmã da Mulher Bomba:** É, não é, eu não vejo uma boa qualidade de ensino, mas assim, é, a, vamo dizer a oferta não é tão grande assim de vagas também.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Irmã da Mulher Bomba:** Entendeu, é, são 500 presas, vamos supor que as 500 presas quisessem estudar, não teria como, entendeu?

**Pesquisadora:** Entendi, entendi.

**Irmã da Mulher Bomba:** Entendeu.

**Pesquisadora:** Não pega todo mundo né, a oportunidade nunca é pra todo mundo.

**Irmã da Mulher Bomba:** Não, não.

**Pesquisadora:** Só mais uma pergunta é você falou que teve esse contato com o tráfico por conta do seu primeiro namorado, marido, enfim, ele é o pai do teu filho?

**Irmã da Mulher Bomba:** É.

**Pesquisadora:** Vocês têm contato hoje em dia, não?

**Irmã da Mulher Bomba:** Mais ou menos.

**Pesquisadora:** Tá, beleza eu acho que são só essas questões. Agora, que acabamos de conversar eu coloco isso no computador, né? Queria saber qual apelido que eu coloco para você. A gente põe para ser confidencial, né? Quer que eu coloque algum nome, algum apelido?

**Irmã da Mulher Bomba:** Aí eu não tenho uma cabeça muito boa pra isso

**Pesquisadora:** (risos)

**Irmã da Mulher Bomba:** (risos)

**Pesquisadora:** Não quer chutar nenhum?

**Irmã da Mulher Bomba:** Ah, pode ser qualquer um.

**Pesquisadora:** Eu deixo as pessoas falarem, pois o apelido é delas não é meu (risos) eu deixo a pessoa falar.

**Irmã da Mulher Bomba:** Tipo assim, eu não tenho apelido assim coisa, entendeu, meu nome sempre foi curto eu nunca tive nenhum apelido assim, por isso que eu to, ah eu sei lá.

**Pesquisadora:** Ah, não tem problema, eu coloco alguma coisa, ou sem apelido e um apelido, enfim, não tem problema, eu só não coloco mesmo o nome porque a gente nem pode.

**Irmã da Mulher Bomba:** Entendi.

**Pesquisadora:** Na hora que eu for escrever se eu tiver alguma dúvida, alguma coisa aí eu posso te chamar no WhatsApp?

**Irmã da Mulher Bomba:** Pode, pode sim.

**Pesquisadora:** Eu te agradeço pelo seu tempo e pela chance de poder tocar no assunto para ver se a gente consegue colaborar de alguma forma para ter essa mudança na sociedade, né?

**Irmã da Mulher Bomba:** É.

**Pesquisadora:** Como você falou todo mundo tem o direito da justiça e oportunidade.

**Irmã da Mulher Bomba:** De verdade.

**Pesquisadora:** Tá, obrigada.

**Irmã da Mulher Bomba:** Porque eu acho que existe a justiça para condenar, mas não existe a justiça pra ajudar entendeu, pra recuperar.

**Pesquisadora:** É, tem razão, sim, espero que. (sou interrompida)

**Irmã da Mulher Bomba:** Entendeu?

**Pesquisadora:** Espero que colabore de alguma forma, nem que seja uma formiguinha nessa luta.

**Irmã da Mulher Bomba:** Tá bom, então.

**Pesquisadora:** Tá brigada pelo seu tempo, um abraço e bom final de semana.

**Irmã da Mulher Bomba:** Por nada, igualmente.

**Pesquisadora:** Tchau, tchau.

**Irmã da Mulher Bomba:** Tchau.

**ANEXO IV - Entrevista com Egressa do sistema carcerário Dinha**

**Pesquisadora:** Eu vou pedir para você falar o seu nome e dizer que você autoriza a gravação.

**Dinha:** Huhum!

**Pesquisadora:** Eu estou estudando especificamente a questão do emprego das mulheres que já passaram, que foram privadas de liberdade.

**Dinha:** Tá ok!

**Pesquisadora:** Então, se você puder falar teu nome e se você quiser dar um apelido para você, porque lá no trabalho a gente não põe o nome das pessoas, né? É para ficar confidencial.

**Dinha:** Aham!

**Pesquisadora:** Para não expor.

**Dinha:** Tá! Tá bom.

**Pesquisadora:** Pode falar?

**Dinha:** Tá, é, meu nome é XXXX e eu autorizo a gravação.

**Pesquisadora:** Tá.

**Dinha:** Pode me chamar de XXXX

**Pesquisadora:** Então, vamos lá.

**Dinha:** Isso

**Pesquisadora:** Me conta um pouquinho, se tiver alguma pergunta que eu faça que você não queira responder você fica à vontade, tá?

**Dinha:** Tá ok.

**Pesquisadora:** Enfim, você foi presa por qual motivo?

**Dinha:** É ... tráfico de drogas e associação.

**Pesquisadora:** Tá, você já praticava o tráfico, você considera que a sua prisão foi justa ou injusta?

**Dinha:** Não, na verdade eu me envolvi com um homem e ele era traficante é, eu fui saber um pouco depois, né?

**Pesquisadora:** Hahã!

**Dinha:** Que ele era traficante já tava envolvida, então, tipo assim, não medi as consequências e não, não percebi né, o tamanho da dimensão do problema que eu tava me enfiando, mas já tava, a gente ficou junto um ano e eu já tava apaixonada e aquela coisa de né.

**Pesquisadora:** Hahã!

**Dinha:** Aí ele.

**Pesquisadora:** Aí você começou a trabalhar com ele?

**Dinha:** Não, aí o que aconteceu, a gente ficou junto um tempo e depois de cinco, sete meses que a gente tava junto, ele perguntou se eu queria conhecer o Rio de Janeiro.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Aí, tipo assim, ele nunca me envolveu em nada do que ele fazia.

**Pesquisadora:** Vocês moravam, você morava, mas você chegou a morar com ele, não?

**Dinha:** Chegamos a morar juntos mas tipo assim.

**Pesquisadora:** E vocês moravam aonde?

**Dinha:** Lá no Paraná, eu sou do Paraná.

**Pesquisadora:** Ah! Tá..

**Dinha:** Estado do Paraná, Foz do Iguaçu.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Aí tipo assim, ele sempre falou para mim que nunca ia me envolver em nada do que ele fazia e tal e tipo assim, eu até falava pra ele parar com isso, porque minha família também não

aceitava mas, é, mas ele sempre falou não, você me conheceu assim tem que me aceitar assim, tipo né, aquelas coisas de...

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** E, como eu gostava muito dele eu, igual eu falei, não medi as consequências.

Pesquisadora 1: Huhum!

**Dinha:** Não levava em consideração o problema que eu tava me enfiando né?

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Aí, um certo tempo ele falou pra mim se eu queria conhecer o Rio de Janeiro e tal que ele conhecia aqui já, e ele tinha uns amigos dele aqui se eu quisesse conhecer o Rio de Janeiro, ele me traria pra cá né.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Aí eu falei, claro que eu quero, quem não quer conhecer né, o Rio de Janeiro e tal, aí eu vim, aí, isso foi no final de 2010, no começo de 2010, isso, aí ele, ele, me falou olha só, eu vou subir, eu vou pro Rio, né?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Vou levar droga, né?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Ele deixou bem claro para mim, isso eu não posso dizer que não, mas ele falou assim, eu vou levar droga em outro carro se você quiser subir comigo, a gente vai e tipo assim, em outro carro não tem nada a ver, não vou te envolver com nada, mas só pra você, né pra você ir comigo né.

**Pesquisadora:** Huhum!

Cida 2: E, e foi assim, tipo assim, ele encontrou um, um motorista pra levar a droga pra ele no carro e tal e assim, e, e a gente vem em outro carro. Eu até, até convidei o meu irmão pra vir junto comigo né.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Nessa viagem, ai, ele, aí a gente veio.

**Pesquisadora:** Mas ele foi no outro carro ou no mesmo que o teu?

**Dinha:** Até certa altura ele veio junto comigo.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Ele veio dirigindo junto com a gente, depois a gente parou num posto de gasolina e tal, e ele pegou e falou assim é, ele falou com meu irmão se meu irmão poderia seguir viagem no carro que eu tava e ele ia ficar esperando o amigo dele lá no posto. Ai a gente veio.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** E meu irmão seguiu viagem e ele entrou, ele ficou lá, depois ele, eu acho que ele entrou em outro carro.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** E quando, e daí a gente vindo, ele falou pra mim assim, que é, quando chegasse em Três Rios, ele falou assim, é, ah! no trevo assim, assim, vai ter uma mulher te esperando você é, vou falar o nome dela pra você, vou te passar o número do seu telefone pra ela, você vai na casa dela fica lá, eu vou descer pro Rio, quando eu voltar, quando eu resolver minhas coisas lá eu volto pra te buscar, assim ele falou pra mim.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Aí eu fui na casa dessa mulher, eu e meu irmão, a gente foi ficou lá esperando né.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Né, isso era de manhã, já de manhã cedo e, aí ele, a partir daquele momento que ele foi em outro carro eu não tive mais o contato com ele.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Só veio eu e meu irmão mesmo, aí ele falou, vai, fica na casa dessa mulher eu não sei se ele conhecia a mulher, eu também nunca tinha visto ela, não conhecia ela, ele só falou pra

mim fica na casa dela, quando eu voltar, depois eu volto pra te buscar pra mim te levar pro Rio, né.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Aí, eu fui pra casa dessa mulher, aí, passou, aí chegamos na casa dela, ela tava fazendo café lá pra gente e tal, passou meia hora, meia hora certinha a polícia federal chegou.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** E chegou já chegou, com ela falou que era esposo dela, o esposo dela já preso, aí tipo assim, até então, a princípio eu não entendi nada, ué, não to entendendo o que tá acontecendo, aí que o marido dela tava preso é, é, tava sendo apreendido também a polícia federal já tava com ele dentro do carro aí, a polícia federal entrou, tipo mandou a gente ficar tudo é, na sala.

**Pesquisadora:** Peraí, você falou que ele já tava no carro da polícia?

**Dinha:** O marido dela.

**Pesquisadora:** Ah! o marido dela, tá

**Dinha:** Isso

**Dinha:** A polícia veio com o marido dela

**Pesquisadora:** Entendi.

**Dinha:** Aí a polícia veio e tal, aí perguntou pra mim e pro meu irmão: - “o que que vocês estão fazendo aqui no Rio?” A gente falou, a gente falou que veio conhecer o Rio e tal, não sei o quê, aí, eles falaram assim: - “você e seu irmão vão ter que acompanhar a gente, que a gente vai ter que colher o depoimento de vocês”.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Aí eu falei tá, tudo bem né, só que daí eu escutei um policial falando é ele tava com aqueles rádios.

**Pesquisadora:** Sei.

**Dinha:** Aí um policial falou pro outro que: - “a já to com a esposa dele” aí aquilo ficou na minha mente, ué, não to entendendo será que eles não sei, prenderam o meu ex companheiro não sei, aí eu fiquei com aquilo na cabeça aí eles mandaram a gente acompanhar eles, trouxeram a gente na viatura até o posto da polícia rodoviária, quando eu cheguei lá, na polícia rodoviária, já tava meu ex companheiro, é o motorista que tava trazendo a droga e esse outro cara que ele veio junto no carro, já tava tudo preso lá já. Já tinha sido tudo apreendido, ou seja, não sei se foi denúncia eu não sei.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Aí, nisso a gente veio pro Rio, pra Praça Mauá né.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Aí, é, o delegado é pegou nosso depoimento pegou o depoimento de todo mundo, de um por um né, e o delegado falou pra mim se eu colaborasse né, com as perguntas que ele ia fazer pra mim que eu seria liberada.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Mas tipo assim, eu não ia né, falava coisas que tipo assim, que eu não sabia, exatamente, eu não sabia, e ele queria que eu confirmasse que eu sabia, eu sei que, que a droga pra entregar não sei aonde, não sei o quê, que tipo assim, ele queria que eu confirmasse tudo que ele tava me falando já, eu falei não senhor, não sei, não sei de nada, não sei né, até porque sei lá, não sei como é que é né que funciona essas coisas ai, até porque eu não tinha envolvimento assim a fundo pra declarar coisas que eu não, não sabia de verdade.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Aí, quando foi é duas horas da manhã, três horas da manhã, o delegado foi e mandou e chegou numa sala onde estava cheio de polícia assim e falou: - “é pode levar eles lá pra salinha lá embaixo, numa cela lá embaixo”, aí um policial até perguntou assim: - “e eles dois vai fazer o quê?” que era eu e meu irmão, né?

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Que até então, a gente não tava com voz de prisão né.

**Pesquisadora:** Sim

**Dinha:** Aí o delegado falou nunca esqueço essa palavra, falou exatamente assim: - “dá voz de prisão pra eles porque ela não quis colaborar”.

**Pesquisadora:** Sei.

**Dinha:** Eu lembro exatamente dessas palavras e nisso, nisso a gente ficou preso.

**Pesquisadora:** O seu irmão sabia que o teu companheiro trabalhava no tráfico?

**Dinha:** Não, igual eu falei a, a princípio quando a gente começou o relacionamento eu não sabia.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Depois de um certo tempo já tava o que uns 4, 5 meses juntos ele me falou, só que ele sempre deixou claro pra mim, tipo assim, nunca vou te envolver no que eu faço.

**Pesquisadora:** Mas eu digo, o seu irmão sabia?

**Dinha:** Ah, não, meu irmão não sabia, não sabia.

**Pesquisadora:** Entendi.

**Dinha:** Ele não sabia.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Aí, eles foram tudo pra Água Santa e eu fui pra Bangu, só tinha eu de mulher.

**Pesquisadora:** Você foi pra qual Bangu, Bangu 8?

**Dinha:** Não, Bangu 7, a Bangu 8 não tinha nem sido ativada ainda.

**Pesquisadora:** Ah! foi 2010, isso.

**Dinha:** Isso, 2010, janeiro de 2010

**Pesquisadora:** O Dinha, você tinha falado no início da sua família né, me conta um pouquinho assim, você nasceu lá no Paraná, como é que é tua família, me fala um pouquinho, você estudou, enfim...

**Dinha:** Nasci no Paraná, em Foz do Iguaçu, sou natural de Foz do Iguaçu é, estudei fiz até o segundo ano do segundo ensino médio.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Faltou o último ano pra eu terminar e quando eu conheci ele eu trabalhava de carteira assinada e tudo.

**Pesquisadora:** Trabalhava em que área?

**Dinha:** Eu trabalhava numa panificadora.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** De atendente.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Inclusive, até eu sai de lá, porque ele que pediu pra mim sair, não sei o quê, aí falou que eu não precisava trabalhar aquela coisa.

**Pesquisadora 1:** Aham!

**Dinha:** Que faz a cabeça da gente né, aí saí do trabalho, trabalhava de carteira assinada saí do trabalho é, não sei ficar em casa só cuidando da casa tudo, é uma coisa assim que é uma ilusão que faz a tua cabeça que você não pensa em outra coisa, tipo assim, eu digo tipo assim, quando é, que quando eu conheci ele, eu e meu irmão a gente morava juntos.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** E a gente tava começando assim, não tinha nada dentro de casa tava começando a comprar as coisas e tudo até que ele chegou mobiliou a casa toda, então (risos) sinceramente, eu vou falar uma coisa pra senhora dinheiro é uma coisa que faz a sua cabeça (áudio um pouco inaudível) ...

**Pesquisadora:** Não precisa me chamar de senhora não (risos).

**Dinha:** Ah desculpa.

**Pesquisadora:** Nada.

**Dinha:** Seu nome, esqueci o seu nome.

**Pesquisadora:** Claudia.

**Dinha:** Pesquisadora, então é dinheiro é uma coisa que faz a sua cabeça.

**Pesquisadora:** Sim.

**Dinha:** Eu vou falar que eu me deixei levar por esta situação, entendeu

**Pesquisadora:** Entendi.

**Dinha:** Até porque eu também já tava envolvida com ele já tava apaixonada e tal e fui deixando levar. Ai ele já começou a morar com a gente e tudo.

**Pesquisadora:** Você e seu irmão foram criados pelos seus pais, só pela mãe como é que foi?

**Dinha:** Não, fomos criados pelos meus pais, meus pais moravam é próximo da gente e tudo, sempre foi, inclusive meu irmão sempre foi uma pessoa muito trabalhadora nunca se envolveu com nada, o único problema dele era que ele bebia um pouco, bebe um pouco muito né, além da conta.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Assim, mas nunca foi envolvido com nada com coisa errada, nunca, nunca, eu tenho uma certa né, uma coisa assim que até hoje ainda né, justamente por isso, ter envolvido ele nisso tudo, ele fala que não tem nada a ver que né, já passou, mas eu ainda sinto culpa né, com tudo isso.

**Pesquisadora:** Sim, entendo. E aí você estava falando que você foi pra Bangu 8 e seu irmão também tomou a voz...

**Dinha:** Não, foi Bangu 7.

**Pesquisadora:** Ah Bangu 7, desculpa, aí seu irmão também acabou preso?

**Dinha:** Isso.

**Pesquisadora:** E aí você ficou quanto tempo presa?

**Dinha:** Meu irmão foi pra Água Santa, foi tudo junto, aí depois de seis meses a gente teve uma audiência e tal e depois de um ano e dois meses é um ano e dois meses por aí, a gente recebeu a sentença, 18 anos, eu e meu irmão, o motorista.

**Pesquisadora:** Mas vocês foram enquadrados como o quê como traficantes?

**Dinha:** Tráfico e associação.

**Pesquisadora:** Ah tá, é verdade você falou no início.

**Dinha:** Aí ele, é, eu, meu irmão e o motorista no caso que trouxe a droga é, a gente pegou 18 anos.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Aí o meu ex companheiro, o motorista e o marido daquela mulher, da casa.

**Pesquisadora:** Aham! da casa, sim.

**Dinha:** Isso, eles pegaram 23 anos.

**Pesquisadora:** Tá ... (inaudível, as duas falam juntas).

**Dinha:** Tráfico e associação.

**Pesquisadora:** Tá.

**Dinha:** Mas depois que eu descobri que ele tinha outras passagens e tudo aí, e não sei

**Pesquisadora:** Que veio tudo à tona, né?

**Dinha:** É, o que mais ele pegou.

**Pesquisadora:** O Cida, esse teu relato quando a gente pega dados mesmo de pesquisa estatística né, das mulheres que são presas.

**Dinha:** Aham!

**Pesquisadora:** Muitas vezes é bastante comum né, as mulheres muitas vezes estão presas por conta de um namorado de um companheiro.

**Dinha:** É, exatamente mas é isso, faz a cabeça mesmo.

**Pesquisadora:** Essa.

**Dinha:** Quando a gente tá lá dentro que

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Que a gente tem vamos colocar assim, tem tempo pra pensar nas coisas na situação no grau de, de né, de, o, do tamanho das consequências do que você estava se envolvendo assim

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Da situação que você estava se envolvendo você começa a pensar meu Deus, que loucura que eu fiz na minha vida por causa de um homem, por causa de uma coisa né

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Aí tú, começa a, a, a né, vim tudo a sua realidade na sua cabeça, fica totalmente, nossa eu tenho um arrependimento muito grande.

**Pesquisadora:** E essa tua história eu queria falar que é tem uns, tem uns dados de governo mesmo, Ministério da Justiça estas coisas, Defensoria que mostra que tem muitas mulheres que estão presas porquê de alguma forma se envolveram é no crime por conta de marido, namorado as vezes até filho, é das pessoas que você conheceu das outras mulheres que estavam lá, você conheceu histórias parecidas com a sua que tinha envolvimento de ...

**Dinha:** Muitas, muitas por tráfico de drogas, muitas, muitas mesmo, inclusive tinha uma garota até que assim que eu entrei o caso dela era muito parecido com o meu, a única coisa, era que ela teve, ela tinha um namorado e tava brigada com o namorado, o namorado é falou pra ela: - “Ah, vamos fazer as pazes, eu vou te levar pro Rio de Janeiro (risos), pra você conhecer o Rio de Janeiro”.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Aí, é, tá ela veio pro Rio de Janeiro com ele, quando ela chegou exatamente no mesmo lugar onde eu fui presa em Três Rios, eles foram parados na polícia rodoviária e a polícia pegou o carro dele e o carro dele tava forrado de cocaína, forrado de cocaína e ela, ainda não sabia, ela não sabia de nada.

**Pesquisadora:** Caramba.

**Dinha:** Nossa aí, ela ficou muito a sorte acho que é Deus mesmo que vê né, a situação e ela foi embora com 4 meses, ela foi, ela foi pra audiência e foi liberada mesmo da audiência mesmo ela foi liberada.

**Pesquisadora:** Hum!

**Dinha:** Graças a Deus.

**Pesquisadora:** Entendi.

Cida: Mas tinha muito caso assim, muito caso e histórias de mulheres que vão levar droga para os maridos na prisão.

**Pesquisadora:** Sim.

**Dinha:** E são presas, nossa muita coisa, muito, muito, muito mesmo.

**Pesquisadora:** Tem um outro dado também que chama atenção porque assim meu foco do trabalho é bem na mulher que foi presa ou que tá no cárcere ainda, ou então em semiaberto, aberto, enfim, tem um dado também que me chama muita atenção que quando a mulher tá presa, é ela recebe muito menos visita dos familiares do seu namorado, do seu marido caso eles estejam soltos também né, do que o homem, o homem quando ele é preso ele continua recebendo carinho, atenção tudo mais.

**Dinha:** Ah!

**Pesquisadora:** Qual a tua, qual o teu, o que você acha disso, é isso mesmo?

**Dinha:** Bom, é exatamente assim, mas o meu ponto de vista né, o que eu acho sobre isso é que, as coisa continua, mesmo tendo acontecido já várias vezes e ainda continua acontecendo, muitos homens assim, recebem visitas porquê, porque eles muitas vezes oferecem ou dinheiro ou justamente isso, a você pras mulheres ou trazer alguma coisa né?

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Ou entre aspas ou é, aí elas levam ou então são é vamo colocar assim bancadas na rua.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Dinheiro, isso, isso, isso leva a todo fim de semana ela tá lá, justamente por isso. Muita coisa é o dinheiro.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Vamo colocar assim.

**Pesquisadora:** O Dinha.

**Dinha:** Não é nem porque e esse fato realmente é verdade, a mulher muito pouco, tem muita pouca visita, muita pouca mesmo.

**Pesquisadora:** O Dinha, aí você chegou lá em Bangu, enfim, quando você falou que caiu sua ficha que você fez, deu tempo de pensar, o local, a dinâmica de estar presa, é qual era o teu sentimento. Porque assim por exemplo, na legislação teoricamente, a presa e o preso também tem direito a estudar lá dentro, tem direito a trabalhar, como é que é na prática, assim como era tua dinâmica, você saía para tomar sol, você interagia com as outras presas, você buscou estudar, buscou trabalhar, como é que foi?

**Dinha:** Não, então a princípio a Bangu 7, você tem a única coisa que você tem é você pode estudar.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** É, trabalhar só se você for tiver uma sentença.

**Pesquisadora:** Sim.

**Dinha:** É, aí no começo eu comecei a estudar, mas depois aí logo eu fui sentenciada e já fui transferida pra outro presídio.

**Pesquisadora:** Aí você foi para qual?

**Dinha:** O Talavera Bruce e lá assim que eu cheguei eu já comecei a trabalhar.

**Pesquisadora:** E foi fácil conseguir vaga?

**Dinha:** Em relação a isso é muito bom, um lugar muito bom, pelo menos era né naquela época, agora já não sei como tá, porque eu cheguei lá em 2011, finalzinho de em outubro de 2011, por aí, em novembro eu já comecei a trabalhar.

**Pesquisadora:** Foi fácil conseguir trabalho?

**Dinha:** É, foi porque tipo assim é, é, mais indicação, que tem uma amiga que conhece que trabalha e aí vou dar seu nome lá e tal, aí eu fui, era pra fazer um teste numa fábrica de costura.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** que tem lá dentro ainda até hoje, que é muito bom um lugar, vou falar pra você, uma coisa muito boa que tem. Aí eu fui fiz um teste, passei no teste é.

**Pesquisadora:** Você já sabia mexer com costura?

**Dinha:** Eu passei porque tipo assim, minha mãe tinha uma máquina em casa e muito de vez em quando eu pegava a máquina lá pra tentar fazer alguma coisa e tentava fazer alguma coisa lá e é exatamente essa a oportunidade que eles dão, se você tem alguma noção daquilo ali, aí você já começa pra você pegar prática.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** E eu então, já tinha uma noção aí, eu passei no teste e ela falou, pronto você fica aqui pra poder aprender mais e foi aonde, vou falar pra senhora até hoje é o que eu ganho é o meu sustento.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Que eu comprei, quando eu saí eu comprei duas máquinas, ainda continuo trabalhando né, de costureira, pela Fundação, não sei se a senhora conhece a Fundação.

**Pesquisadora:** Sim do Cabrini.

**Dinha:** Isso.

**Pesquisadora:** Conheço, conheço.

**Dinha:** Ainda trabalho por ali, então é ainda sobrevivo disso aí, e aprendi agora eu pego até é, como fala produção de fora assim, pra mim poder fazer em casa.

**Pesquisadora:** Ah autônoma mesmo né?

**Dinha:** Isso, autônoma nas horas vagas sim, mas ainda trabalho pela Fundação na CEDAE, no caso que ali tem uma fábrica de costura.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Ali, a gente faz uniforme pra CEDAE e tudo.

**Pesquisadora:** Mas vamos só voltar, pra você me contar assim a sua trajetória, aí você essa tua amiga indicou, você tinha essa experiência assim com tua mãe um pouquinho, deu pra passar no teste, passou.

**Dinha:** Aham!

**Pesquisadora:** Aí você ficou presa quanto tempo, isso foi em 2011?

**Dinha:** No fechado?

**Pesquisadora:** Isso.

**Dinha:** Nove anos e um mês e alguns dias, 22 dias se não me engano.

**Pesquisadora:** E esses nove anos e 22 dias foi no Talavera Bruce.?

**Dinha:** Foi um ano e pouco no Bangu 7, e o resto foi.

**Pesquisadora:** Oito e pouco.

**Dinha:** no TB no Talavera Bruce.

**Pesquisadora:** E aí você o tempo todo trabalhou como costureira?

**Dinha:** Isso, trabalhei, é, o tempo todo.

**Pesquisadora:** E, aí quando você saiu, você saiu direto pro aberto ou você foi?

**Dinha:** Não, não, isso aí ainda teve algum foi alguns meses foi no Oscar Stevenson que era semiaberto já.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Isso.

**Pesquisadora:** E aí no semiaberto você continuou trabalhando como costureira, aí como é que fica essa questão do trabalho?

**Dinha:** Na semiaberto, é, ali pelo menos em Benfica, poxa, foi a pior experiência que eu tive porque ali pra mim é mais fechado do que aberto.

**Pesquisadora:** Porquê?

**Dinha:** Porque ali pra mim é mais fechado que o Tavalera Bruce.

**Pesquisadora:** Por quê?

**Dinha:** Muito fechado, porque ali você não tem, você, você fica trancado dentro da cela.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Quando elas abrem pra você é pra você ficar no corredor

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** No corredor que tem ali, uma vez por semana você tem um banho de sol e isso é semi-aberto que elas falam. E tipo assim, pelo que eu ouço falar no caso uma semiaberta vamo colocar assim, dos homens por exemplo.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** É aberto, pátio muito grande, eles ficam abertos andando e tal e ali é totalmente diferente. O TB foi um lugar mais é acessível as coisas que você tinha do que o Oscar Stevenson.

**Pesquisadora:** Entendi.

**Dinha:** Pelo menos foi a experiência que eu tive

**Pesquisadora:** É vou até procurar pesquisar porque assim, na minha ignorância pra mim o semiaberto era quando o preso ou a presa podia sair e voltava.

**Dinha:** Não, isso, não mas ai, ai é que tá você chega ali no semiaberto.

**Pesquisadora:** Ham!

**Dinha:** Tá, aí vamos supor não é uma coisa de imediato, que você chegou ali você já tem o direito de sair.

**Pesquisadora:** Tú fica na transição, é isso?

**Dinha:** É, não, aí vamos supor se você tem a família que te visita né uma visita frequente você tem que dar entrada no benefício de (VPF) que é Visita Periódica Família.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Aí o juiz aceita esse pedido e nas e nas datas comemorativas você sai.

**Pesquisadora:** Mas tua família é do Sul, não é?

**Dinha:** É do Paraná, no caso, eu não, não tinha visita.

**Pesquisadora:** Não tinha, né?

**Dinha:** Então, eu optei logo por um trabalho extra muro que você trabalha de dia e volta pra dormir de noite na cadeia.

**Pesquisadora:** E aí quando você estava em Benfica, você já conseguiu extra muro rápido ou a transição é longa?

**Dinha:** Não, foi, eu cheguei em agosto lá e em novembro eu ganhei o trabalho extra muro.

**Pesquisadora:** Pô, foram bons meses né, e nestes meses você fica nessa situação aí que você diz que é pior.

**Dinha:** Nossa, esses, esses, eu vou falar pra senhora, ah, desculpa (risos).

**Pesquisadora:** Senhora está no céu (risos).

**Dinha:** (risos), esses, esses poucos meses eu achei que foi a pior etapa que eu passei na cadeia, a pior etapa porque eu fiquei num lugar ali na semiaberta é um lugar onde, nossa até tipo assim, falar pra senhora é um lugar onde você vê muita droga, muitas coisas, assim muita é briga, muita nossa, foi um terror, eu tava igual a um zumbi, falar assim, eu emagreci muito, muito, muito muito e você não dorme de noite porque tem um povo que fica acordado a noite é usando drogas e fumando e não sei o quê, não sei o quê.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Não sei que, não sei que, e durante o dia você não dorme porque durante o dia os outros ficam acordados né, então era uma coisa eu fiquei igual a um zumbi emagreci muito, muito, muito, nesses poucos meses que teve né eu falei não, pelo amor de Deus eu preciso sair daqui, não estava aguentando mais.

**Pesquisadora:** O Dinha.

**Dinha:** Aí, foi onde eu pedi o trabalho extra muro, graças a Deus foi concedido.

**Pesquisadora:** O Cida e assim, quando aconteceu tudo isso com você, você não era nem envolvida com o tráfico né, nada é, é, esses direitos que né, que, que, que a gente tem se for preso né, saber de extra muro aprender todo, todo, a se virar né tem que se virar lá dentro, é como é que você aprendeu isso assim, eles passam pra vocês alguma orientação explicam que você tem direito e não tem ou você vai abrindo com as colegas e vai fazendo com as amigadas como é que é?

**Dinha:** Não, é com as colegas ali, tudo que eu aprendi é com as colegas, ah, não vai pra lá, vai pra semiaberta, que lá você ganha trabalho extra muro e tal, não sei o quê, e é tudo com as colegas, você não tem tipo assim, uma, vamos colocar assim, uma autoridade que te passa os seus direitos, benefícios tudo o que você aprende ali é com as colegas ali e uma que, que já venceu, que já passou pela cadeia já ganhou né, já voltou de novo, então tudo, você aprende ali com elas.

**Pesquisadora:** Entendi.

**Dinha:** É tudo dessa forma.

**Pesquisadora:** Entendi, como é que você, bem você tava lá em Bangu, quer dizer Bangu não, em Benfica, e aí você já pediu extra muro porque você não tinha essa condição da família né?

**Dinha:** Isso.

**Pesquisadora:** E aí o extra muro já foi com o programa da CEDAE não?

**Dinha:** Não é, é, é tipo assim, porque a CEDAE tem convênio com a Fundação.

**Pesquisadora:** Isso, é.

**Dinha:** Aí tipo assim, a princípio eu fiquei trabalhando na Fundação, fiquei.

**Pesquisadora:** Lá no Centro né?

**Dinha:** Isso, lá no Largo do Machado.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Eu fiquei ali 2 anos e pouco tipo como auxiliar geral né

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Fazia de tudo um pouco A princípio eu comecei até trabalhando ajudando administrativamente porque eu ia pra um setor é de costura só que não tinha vaga.

**Pesquisadora:** Entendi.

**Dinha:** Não tinha vaga aí a mulher falou, você fica aqui então é ajudando aqui, depois se quando surgir a vaga lá, você vai pra lá e ali eu aprendi muita coisa também, nossa, ajudando assim administrativamente foi tipo assim, uma coisa que pra mim fez muito bem, porque eu aprendi muito, muito ali mesmo.

**Pesquisadora:** Quando você...

**Dinha:** Você não tem noção do que aprendi.

**Pesquisadora:** Desculpa te interromper, quando você trabalhou nesses 8 anos nessa, dentro de Bangu ainda, você ganhava era tipo o que eles chamam de pecúlio não é isso?

**Dinha:** Isso, é não, é você tem você é uma parte que você recebe é, e a outra parte é o pecúlio, onde fica guardado é fica retido né, você não pega.

**Pesquisadora:** E como que é?

**Dinha:** Mas a gente recebia.

**Pesquisadora:** Mas tem um é um fixo tipo um salário, meio salário?

**Dinha:** Era, não era um valor, vou colocar que nem seria um salário era tipo 400, 500 reais que a gente recebia lá dentro.

**Pesquisadora:** E mais um.

**Dinha:** Mas, mesmo assim, a gente não podia ficar com esse dinheiro todo esse dinheiro ficava na custódia e você ia pegando de pouco em pouco né pra você poder se manter.

**Pesquisadora:** E aí?

**Dinha:** Durante o mês, né?

**Pesquisadora:** Mas, aí com esse dinheiro você podia comprar sei lá, item de higiene sei lá alguma coisa?

**Dinha:** Isso, comprava tinha uma amiga minha que é dava, dava pra família dela a família dela comprava as coisas pra mim na rua e botava na custódia pra mim.

**Pesquisadora:** Entendi e a outra parte ficava guardada do pecúlio?

**Dinha:** Isso, aí essa outra parte você só podia é, é dar entrada né, quando você tivesse vencesse um benefício.

**Pesquisadora:** E aí?

**Dinha:** Quando eu ganhei o trabalho extra muro eu dei entrada nesse valor.

**Pesquisadora:** Tá, e aí bem aí você ficou lá dentro da Fundação trabalhando e ai depois, você ficou 2 anos?

**Dinha:** Isso eu fiquei lá 2 anos e pouco aí depois.

**Pesquisadora:** Da Fundação você tinha carteira não?

**Dinha:** Carteira o quê?

**Pesquisadora:** Carteira de trabalho não, né?

**Dinha:** Não.

**Pesquisadora:** Hum! tá

**Dinha:** Não, não era carteira assinada não.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** É, aí depois é na, na CEDAE tem uma fábrica de costura ali tem muita menina que sai também que trabalha extra muro e fica ali trabalhando.

**Pesquisadora:** Já é ali no pé do Guandu?

**Dinha:** Isso.

**Pesquisadora:** Aham!

**Pesquisadora:** Eu tive lá com o Alcione.

**Dinha:** É eu trabalho ali naquela fábrica que tem ali.

**Pesquisadora:** Eu to louca pra voltar lá pra conversar com ele, mas a CEDAE está com tanta confusão que eu acho que ele não deve estar com tempo pra mim, não.

**Dinha:** (risos) Aí, eu trabalho, tem uma fábrica ali é Suzy Rangel alguma coisa assim.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Aí eu trabalho ali naquela fábrica.

**Pesquisadora:** legal.

**Dinha:** Faz uniforme, máscara, muita máscara que a gente tá fazendo.

**Pesquisadora:** Eu imagino agora com este negócio de COVID.

**Dinha:** É.

**Pesquisadora:** Não, mas desculpa te interromper (...) vai, fala.

**Dinha:** Quando começou este negócio de pandemia aí eu fiquei, a Fundação não tava abrindo.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Eles levaram o computador pra casa, material de trabalho tudo pra casa e a gente ficou em casa.

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** É, lá onde a gente trabalhava tinha uns cinco, seis internos trabalhando lá junto comigo e a gente ficou em casa todo esse tempo. Ai, nesse tempo todo eu tinha uma amiga que trabalhava na CEDAE e falou assim, Cida vem trabalhar aqui, aqui é muito bom e tal, aqui ganha até um pouquinho mais você sabe costurar tudo.

Pesquisadora 1: Que a CEDAE já paga um salário-mínimo né?

**Dinha:** É na CEDAE eles já trabalham é porque na Fundação eles são tipo como é que eu vou colocar pra senhora é, tem valores diferentes diferenciados.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** É tem primeiro 1 nível, primeiro nível, segundo nível, terceiro nível e monitoria esses são os valores que né os internos ganham. Primeiro nível é chega a ser 900 e poucos reais, segundo nível já é 1045 reais.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Terceiro nível já é 1200 e pouco né e assim vai até você ganhar monitoria, monitoria já é o valor mais alto que tem. E ali ela falou Cida depois de seis meses você passa a ganhar como monitora e tal vem pra cá, ai eu falei poxa, eu sei costurar, eu sei costurar, e, e, e ai eu falei ah não vou pra lá, vou pra lá, ai fui fiz uma entrevista na CEDAE, ai tinha um moço que trabalhava lá na Fundação ele falou se você quiser ir eu te dou a maior força falo até com seu Alcione lá que você sabe costurar e tal aí eu falei eu preciso eu quero, ai eu vim fiz uma entrevista foi até em agosto que eu fiz a entrevista passei na entrevista.

**Pesquisadora:** Ah! Agora de 2020 isso?

**Dinha:** Isso, aí comecei a costurar a mulher falou pra mim assim, vem na outra semana que ali costureira eles precisam muito ali eles não descartam costureira eles pedem muito, então eles não vão descartar os costureiros, eles não descartam costureiro se você sabe costurar eles ficam com você, né?

**Pesquisadora:** Essa fábrica então tem tipo uma parceria com a CEDAE é isso, e faz os uniformes da CEDAE?

**Pesquisadora:** Cida, ué caiu?

**Pesquisadora:** (Inaudível)

**Dinha:** Oi?

**Pesquisadora:** Oi ficou mudo aqui pra mim, eu tava te perguntando e eu não sei se você ouviu esta fábrica que você tá, ela tem uma parceria com a CEDAE, vocês fazem uniforme pra própria CEDAE é isso?

**Dinha:** É, não é, no caso essa fábrica ela é da CEDAE.

**Pesquisadora:** Ah tá, fica ali dentro mesmo daquelas casinhas brancas é ali?

**Dinha:** Isso, ela é própria da CEDAE.

**Pesquisadora:** Ah! Tá.

**Dinha:** Quando a senhora foi fazer entrevista a senhora deve ter ido na casa onde eles falam casa 7.

**Pesquisadora:** Eu fui onde fica a sala do Seu Alcione mesmo.

**Dinha:** Isso, então aí logo um pouco mais em frente assim, tem um balcão assim bem grande.

**Pesquisadora:** Ah! acho que eu vi.

**Dinha:** Então, ali é a fábrica.

**Pesquisadora:** Ah! legal, legal.

**Dinha:** Ali tem muitas máquinas tudo, depois se a senhora quiser eu mando até um videozinho.

**Pesquisadora:** Ah! me manda?

**Dinha:** Sobre é o trabalho que a gente faz lá dentro.

**Pesquisadora:** Aí, legal!

**Dinha:** Aí vamo marcar pra senhora ver o é que nesse vídeo, aparece eu fazendo também as máscaras.

**Pesquisadora:** Bacana.

**Dinha:** Aí vou mandar pra senhora, pra senhora ver como a gente faz.

**Pesquisadora:** Mas você chegou lá em 2020?

**Dinha:** Isso.

**Pesquisadora:** Você tá na, você tá então agora é, você tá com tornozeleira?

**Dinha:** Não, agora eu to de condicional já

**Pesquisadora:** Ah! tá e aí você veio pra cá pra passear né, pro Rio pra passear

**Dinha:** Isso.

**Pesquisadora:** E aí (risos) teve que ficar com voz de prisão?

**Dinha:** Isso, agora ainda to respondendo.

**Pesquisadora:** E como é que foi e como que você arrumou sua casa como é que foi essa vida pessoal que você saiu e foi pra onde você teve assim?

**Dinha:** Não logo que sai uma amiga minha ela é até estrangeira, mas lá dentro a gente né, ficou muito juntas assim e a gente ela, me ajudou muito né, em questão financeira tudo logo quando eu cheguei, né?

**Pesquisadora 1:** Aham!

**Dinha:** Eu cheguei sem nada, sem nada tudo aí ela me ajudou muito ela é até da Republica Dominicana.

**Pesquisadora:** Ah! Bacana.

**Dinha:** Então, a gente se apegou muito assim.

**Pesquisadora:** Vocês falavam em Portunhol?

**Dinha:** É, lá elas aprendem a falar Português (risos).

**Pesquisadora:** Aprende na marra (risos).

**Dinha:** É, ela falava direitinho e eu entendia também o que ele falava.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Quando eu saí trabalho extra muro ela já tava na rua.

**Pesquisadora:** Ah! Tá.

**Dinha:** No caso ela tava lá em Benfica como ela era de outro país ela tinha que esperar a cadeia dela terminar né, pra ela poder ir embora, né?

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Aí ela tava lá em Benfica ainda, eu saí do semiaberto e ela falou Cida vem pra cá fica aqui em casa, fica aqui em casa você pode ficar aqui, mas tipo assim, ficava ali só pra guardar as coisas, tomar banho e poder trabalhar e depois eu tinha que voltar pra cadeia pra dormir

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Aí voltava pra cadeia pra dormir.

**Pesquisadora:** Entendi.

**Dinha:** Aí depois que eu, quando eu ganhei a pulseira que eu aluguei uma casa para mim ai morava eu e uma outra amiga minha.

**Pesquisadora:** Desculpa a minha ignorância de novo, quando você fala pulseira você ganha uma pulseira de fato física, tipo tornoeleira?

**Dinha:** (Inaudível).

**Pesquisadora:** Ah tá, pulseira é o que uma gíria de vocês que vocês falam?

**Dinha:** É pulseira ela no caso é a (Inaudível) que eu falo.

**Pesquisadora:** Tá, não mas não existe uma pulseira física do pulso não, né?

**Dinha:** Não, é no pé, né?

**Pesquisadora:** Ah é só uma forma de falar.

**Dinha:** É do pé.

**Pesquisadora:** Ah tá (risos).

**Dinha:** É né (risos).

**Pesquisadora:** Tá.

**Dinha:** Aí, quando eu ganhei a pulseira em outro benefício que eu entrei aluga uma casa, aí morava eu e uma outra amiga junta.

**Pesquisadora:** Mas você já morava lá pra Nova Iguaçu, não?

**Dinha:** Não, eu morava no presídio ainda

**Pesquisadora:** Ah! tá

**Dinha:** Aí, eu fiquei ali até quando eu trabalhei na Santa Cabrini, quando eu saí de lá que vim pra cá.

**Pesquisadora:** Entendi.

**Dinha:** Quando eu comecei a trabalhar na CEDAE eu vim pra cá porque tem que ficar mais perto pra mim.

**Pesquisadora:** Cida, você se considera uma mulher branca ou parda?

**Dinha:** Não, branca.

**Pesquisadora:** É, to te perguntando isso pelo seguinte, você tá com quantos anos?

**Dinha:** Eu, 38.

**Pesquisadora:** Tá, quando a gente levanta estes dados que eu to tentando puxar tudo quanto é dado sobre a mulher que tá presa ou foi presa enfim, é, quase 70% das presas são negras ou pardas a minoria é branca é você tem esta percepção, teu ponto de vista concorda com esses números, o que você viu lá?

**Dinha:** No geral, no geral.

**Pesquisadora:** É, em questão de raça assim, mulher?

**Dinha:** No geral sim, realmente é verdade, isso mesmo.

**Pesquisadora:** Ih, você tem filho, não?

**Dinha:** Tenho um filho.

**Pesquisadora:** Quando você foi presa, é uma filha que você falou, desculpa?

**Dinha:** Filho, um filho.

**Pesquisadora:** Filho, ele já, você já tinha filho quando você foi presa?

**Dinha:** Tinha, ele tinha 5 aninhos.

**Pesquisadora:** E como é que foi?

**Dinha:** Inclusive.

**Pesquisadora:** Ham!

**Dinha:** Eu não falei pra senhora porque eu fiquei até meio com um pouco de vergonha (risos) mas.

**Pesquisadora:** Não, mas eu não to aqui pra julgar ninguém não (risos).

**Dinha:** Não porque quando eu fui presa.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** É, ele tava até junto comigo porque.

**Pesquisadora:** Caramba!

**Dinha:** Vamo colocar assim entre aspas conhecer o Rio de Janeiro, eu trouxe ele junto.

**Pesquisadora:** Pra conhecer também.

**Dinha:** (risos) exatamente (risos) aí ele veio comigo, veio meu sobrinho junto, ai tipo assim.

**Pesquisadora:** Que era criança também seu sobrinho?

**Dinha:** Meu sobrinho também.

**Pesquisadora:** Filho desse seu irmão?

**Dinha:** Não ele é filho de uma irmã minha até que faleceu já.

**Pesquisadora:** Ah! Tá!

**Dinha:** Aí ele veio junto.

**Pesquisadora:** E como é que ficaram as crianças quando você tomou voz de prisão?

**Dinha:** Eles ficaram na casa dessa mulher.

**Pesquisadora:** Ham! mas ficaram com quem?

**Dinha:** Na casa dela junto com ela.

**Pesquisadora:** Mas ela não foi presa também, ela não foi levada?

**Dinha:** Não, ela não foi presa, ela tipo assim tinha, ela tinha, ela tava com um bebê de colo.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Bebezinho mesmo, aí ela tipo assim, não levaram ela a princípio né?

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Mas depois eles voltaram na casa dela mas ela já tinha ido embora já.

**Pesquisadora:** Fugiu?

**Dinha:** É, vamo colocar assim, fugiu.

**Pesquisadora:** Ih!

**Dinha:** Aí meu filho ficou livre.

**Pesquisadora:** Ham!

**Dinha:** Meu filho e meu sobrinho é eu, fui presa na sexta feira quando foi na segunda feira o meu pai veio buscar eles.

**Pesquisadora:** Caramba

**Dinha:** Aí meu pai veio buscar eles e levou eles embora pra casa.

**Pesquisadora:** Ih!

**Dinha:** Agora ele tá com é...

**Pesquisadora:** Ele viu a cena então, teu filho e teu sobrinho?

**Dinha:** Sim, viu toda a cena, toda cena ele viu e...

**Pesquisadora:** E você ficou esse tempo inteiro sem vê-lo?

**Dinha:** Todo esse tempo eu ainda estou sem vê-lo, pois toda vez que acontece pra gente ir em engenheiro, ou ele vir aqui, no caso, final de semana era pra ele ter vindo aqui, mas infelizmente, ele pegou esta doença maldita ai.

**Pesquisadora:** Mas ele tá bem?

**Dinha:** Tá bem, graças a Deus, se recuperou rápido tomou os remédios ai se recuperou.

**Pesquisadora:** Hoje em dia ele tem quantos anos, tá um adolescente né?

**Dinha:** Agora ele tem 16 anos, mas graças a Deus é uma benção na minha vida

**Pesquisadora:** E como é que ele, ele chegou a te perguntar sobre, ele quis conversar?

**Dinha:** Nossa, ele me pergunta fala sobre o assunto, mas ele é uma pessoa é graças a Deus é uma pessoa muito é nítida das coisas pode ser que ele tenha tido algum problema sim que ele

teve logo que a gente, é mamãe sempre falou que ele tem um problema tipo assim ele, com 14, 15 anos ele ainda urinava na cama e não acharam o problema dele.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Não tinha problema nenhum. Minha mãe fez todos os exames e ele não tinha problema nenhum, então a psicóloga falou pode poderia ser de né psicólogo assim problema, né?

**Pesquisadora:** Sim, emocional, né?

**Dinha:** Isso, emocional.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Aí, isso foi a única coisa agora graças a Deus ele trabalha de jovem aprendiz e...

**Pesquisadora:** Ah! Bacana.

**Dinha:** E não dá trabalho nenhum tem uma cabeça assim muito centrada sabe

**Pesquisadora:** Ele tá no ensino médio, terminando?

**Dinha:** Graças a Deus é, terminando.

**Pesquisadora:** É bacana. O Dinha é, você está com tempinho ainda? Dá pra fazer mais pergunta? Qualquer coisa você me corta.

**Dinha:** Não, pode fazer.

**Pesquisadora:** Porque eu sou jornalista e se deixar a gente vai falando, vai falando.

**Dinha:** Pode fazer, fica à vontade.

**Pesquisadora:** A gente tava falando assim, você teve a maternidade interrompida, né? Das tuas colegas que você contou, você contou alguma dessa amiga por exemplo, que era gringa, que é gringa e tudo mais, o que você percebia da relação das tuas amigas que eram mães com os filhos, vocês conversavam sobre esta questão da maternidade, os filhos iam visitar, não iam?

**Dinha:** Não, tinha alguns sim, alguns muitos filhos iam visitar,mas eu não tinha tipo assim, a família em geral ia visitar, mas eu não sabia assim ao certo quem era da família porque eu não tinha visita, então, eu ficava até separada né, quem tinha visita e quem não tinha

**Pesquisadora:** Entendi.

**Dinha:** Então, eu não sei assim, essa gringa que eu falo ela também era da mesma situação que eu, ela também nunca teve visita, nunca teve ela foi ver os filhos dela depois de 10 anos que ela ficou lá presa 10 anos, quando eu cheguei, ela já tava.

**Pesquisadora:** Entendi, quando vocês também trabalham também é separado de cela né?

**Dinha:** É, é separada é outra galeria, todo mundo separado.

**Pesquisadora:** Entendi, O Dinha assim, das tuas colegas que também procuraram vaga pra trabalhar é, a CEDAE é um, pelo que eu to entendendo assim, tenho procurado as empresas poucas empresas contratam é, pessoas que tão presas no semiaberto alguma coisa assim, é, vocês tem esta preocupação, rola esse papo sobre emprego, ah! quando eu sair daqui o que é que eu vou fazer vou trabalhar, não vou, eu trabalhava com isso, rola essa conversa?

**Dinha:** Rola, rola, porque a partir do momento que você tem a sua cadeia paga vamo colocar assim né, não deve mais nada, você é desligado, você não né.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Não pode mais trabalhar e logicamente que rola essa preocupação.

**Pesquisadora:** E aí, que que vocês ficam imaginando assim de oportunidade, por exemplo, você agora já tá na condicional.

**Dinha:** É.

**Pesquisadora:** Quando acabar você pode ficar na CEDAE, não né?

**Dinha:** Não, não posso.

**Pesquisadora:** E aí você planeja o quê?

**Dinha:** Então, eu já to fazendo bicozinho né que eu fico ajudando na produção.

**Pesquisadora:** São essas duas máquinas que você já comprou?

**Dinha:** É, eu comprei já duas máquinas uma Overlock e uma reta que ela é essencial né

**Pesquisadora:** Huhum!

**Dinha:** Aí, eu já pego conserto pra fazer, pego roupa pra fazer de alguém aqui, já com as coisas que eu aprendi lá dentro.

**Pesquisadora:** Entendi.

**Dinha:** Eu vou fazendo se acaso acabar de vez, quando acabar de vez a minha sentença tudo, eu vou procurar um trabalho como costureira que é o que eu sei fazer.

**Pesquisadora:** E você acha que o mercado tem preconceito com quem já foi preso, pede nada consta, todo mundo pede nada consta?

**Dinha:** Ah pede, pede, pede sim.

**Pesquisadora:** Você tem medo disso?

**Dinha:** Com certeza, pede e eu já vi gente que é tipo assim, foi mandado embora justamente por isso, quando chegou não falou, né?

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Que tinha passagem alguma coisa assim e foi mandado embora porque descobriram.

**Pesquisadora:** Entendi, você tem medo disso?

**Dinha:** Ah! tenho com certeza, por isso, que eu já falo quando se, eu for procurar emprego alguma coisa, eu já vou falar tudo, olha só (risos) passei pelo sistema e né, já acabei, né, paguei tudo que eu devia e to aí pra trabalhar.

**Pesquisadora:** Hoje você.

**Dinha:** Aí é lançada a sorte né?

**Pesquisadora:** É, é sorte e o esforço que você tá fazendo também né?

**Dinha:** É.

**Pesquisadora:** Hoje, como é que tá a sua relação no momento lá, que você tomou a voz de prisão como é que ficou a tua relação com seus pais, eles não podiam vir aqui pela distância né?

**Dinha:** É.

**Pesquisadora:** Como é que tá sua relação?

**Dinha:** No caso.

**Pesquisadora:** Com eles, eles que tomaram conta do seu filho?

**Dinha:** Eles ficaram todo o tempo cuidando do meu filho e tipo assim, na verdade eles até quiseram vir me visitar, só que eu não sei eu tinha um pouco de receio porque é, pra vir pra cá pro Rio de Janeiro, era muito gasto e eles não tinham assim, estas condições assim, pra vir aqui e tinham que gastar com é, lugar pra dormir e comida esta coisas, tipo assim

**Pesquisadora:** Vocês se falavam por carta ou você conseguia ligar pra eles?

**Dinha:** Não era por cartas, sempre por cartas.

**Pesquisadora:** E demora né?

**Dinha:** Demora, demora, demorava no intervalo de 1 mês, vamo colocar assim.

**Pesquisadora:** E a carta chega aberta né?

**Dinha:** Não, quando chega passa pela custódia.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** E lá elas abrem a carta.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Até mesmo pra ver se tem algum número de telefone alguma coisa assim.

**Pesquisadora:** Sim, e aí eles acabaram (...) como que tá sua relação com eles hoje?

**Dinha:** Não, hoje está tipo assim, porque eu de vez em quando eu ligo pra eles, falo com eles por chamada de vídeo, converso, minha mãe ia até vim trazer meu filho junto com eles, só que lá em casa, todo mundo pegou né, essa doença aí.

**Pesquisadora:** Caramba.

**Dinha:** Graças a Deus, todo mundo se tratou e tá todo mundo bem porque eles moram ficam todo mundo junto em casa, então, foi um passando pro outro.

**Pesquisadora:** Ah! É.

**Dinha:** Mas graças a Deus tá todo mundo bem, ai agora eu vou esperar uma outra oportunidade pra eles virem.

**Pesquisadora:** Você ainda não pode sair do Estado né, enquanto não?

**Dinha:** Não, não posso, ainda não só pedindo uma autorização ao juiz.

**Pesquisadora:** Aham! Entendi.

**Dinha:** Mas aí como tava tudo parado não tinha nem como pedir nada.

**Pesquisadora:** Mas você pensa em pedir por agora não?

**Dinha:** Não, agora eu preciso esperar um espaço de algum feriado prolongado assim porque...

**Pesquisadora:** Por conta do trabalho?

**Dinha:** Por causa do trabalho né.

**Pesquisadora:** Aham!

**Dinha:** Isso.

**Pesquisadora:** Entendi, ah, tomara que vocês se reencontrem logo.

**Dinha:** É, não, to ansiosa por isso.

**Pesquisadora:** São 10 anos, né?

**Dinha:** 10 anos.

**Pesquisadora:** Você fala com teu filho pela internet, você conseguem se ver?

**Dinha:** É por chamada de vídeo, sim.

**Pesquisadora:** Dá uma salvada.

**Dinha:** Muito é, tá grandão ele nossa, muito grande.

**Pesquisadora:** Hum, eu conheço tua terra já fui lá, deve ter uns 3 anos, que eu fui conhecer lá, Foz do Iguaçu.

**Dinha:** É.

**Pesquisadora:** É.

**Dinha:** Nasci ali, fui criada ali, agora eles moram numa cidade um pouco Santa Terezinha meia hora de Foz mas é praticamente no mesmo lugar, vamo colocar assim.

**Pesquisadora 1:** Cida, eu acho que tudo que eu precisava assim, eu conversei com outras mulheres também que estão em situação parecidas é, aí como é que eu faço agora, eu vou botar toda essa nossa conversa no computador né, que aí eu junto com a pesquisa que eu to fazendo, que ai, eu apresento lá pra Universidade em março.

**Dinha:** Aham!

**Pesquisadora:** Se eu ficar com alguma dúvida eu posso voltar a te procurar?

**Dinha:** Pode, pode sim, pode ligar não tem problema.

**Pesquisadora:** Tá, é teve uma moça que eu entrevistei que ela perguntou quando é que eu ia mostrar pros professores e tudo mais, vai ser em março, ela falou que ficou curiosa pra assistir a apresentação.

**Dinha:** Ah! Tá.

**Pesquisadora:** Se por acaso você também tiver esta curiosidade eu te aviso vai ser final de março, eu te aviso e você já tá convidada, é pela internet mesmo.

**Dinha:** Tá, me avisa o dia antes assim, eu acompanho lá.

**Pesquisadora:** Sem obrigações mas tá convidada (risos) é e aí, qualquer coisa me procura de novo, se eu puder ajudar também de alguma forma, você tem meu contato também.

**Dinha:** Tá bom.

**Pesquisadora:** Tá, eu não sei costurar não, mas se eu puder ajudar em alguma coisa.

**Dinha:** (risos) Tá bom.

**Pesquisadora:** Tá bom (risos), brigada pelo seu tempo tá, Dinha!

**Dinha:** Nada.

**Pesquisadora:** Um beijo e boa sorte, tomara que você veja logo seu filho.

**Dinha:** Tá brigada, boa sorte pra senhora também.

**Pesquisadora:** Senhora tá no céu (risos).

**Dinha:** (risos) Tchau.

**Pesquisadora:** Um beijo tchau, tchau.

**ANEXO V – Entrevista com egressa do sistema carcerário aqui denominada de “Força”**

**Pesquisadora:** Oi, *Força*. Como vai? Obrigada por topa essa entrevista.

**Força:** Tudo bem. Só estou um pouco corrida. Então, se pudermos se objetivas.

**Pesquisadora:** O pessoal da Boitempo (editora que publicou o diário da *Força* escrito durante o cárcere) explicou o motivo do meu interesse em te entrevistar?

**Força:** Sim. Inclusive, nessa questão da empregabilidade, a gente tem até uma cooperativa chamada Teresa, que cuida dessas mulheres.

**Pesquisadora:** Ah! Se você puder me passar esses contatos. Eu confesso que eu tive muita dificuldade pra chegar em determinadas conversas. Procurei algumas ONGs, algumas empresas que contratam ex-presas, mulheres que estão com a liberdade privada, mas em regime semia-aberto ou aberto, por exemplo a CEDAE. aqui no Rio. Eu estou no Rio, né? A CEDAE, aqui no Rio, tem um programa, não sei se você conhece, é o Replantando Vida. Eles possuem esse programa e boa parte da mão de obra que eles usam para determinadas funções são de pessoas que estão privadas de liberdade. Eu consegui conversar com algumas mulheres mas, eu confesso que foi bem difícil. Então, depois, se você puder me passar esses contatos eu acho que dá tempo e me interessa sim em ouvir, até te agradeço.

**Força:** Tá bom, eu te mando depois os links, eu só queria que a gente começasse logo, pois eu tenho depois um outro compromisso, eu tenho dois compromissos ainda hoje.

**Pesquisadora:** No seu livro você fala muito como outras mulheres também passaram pelo cárcere, você fala muito da questão da desumanidade, né? Atrelando isso a questão de raça, você toca muito nesse ponto, e a gente sabe que 68% das mulheres que estão presas são negras, o que você pode falar especificamente fazendo uma ligação entre empregabilidade, raça e gênero?

**Força:** Bem, tem toda a ligação né, o racismo estrutural, a necropolítica tem tudo a ver com a empregabilidade e com a prisão, a gente vive num país que ainda é racista e que estão construindo prisões para pessoas pretas, então, essa história de que pessoas pretas tem o último emprego, tem o pior emprego, não é de agora é desde a época da falsa libertação da escravidão, que continua. A gente ainda vive num período escravocrata, a gente ainda vive na escravidão,

a escravidão ela ainda existe quando uma parcela da população tem seus direitos constitucionais negados pela sua cor de sua pele, então, a gente ainda vive na escravidão, esse período ainda existe e, ainda, nos persigue (creio que seria persegue). O fato é isso: que tira o dinheiro de educação para investir em presídios e quem é que vai parar na prisão? É o povo preto e isso não sou eu que to inventando, né? São as estatísticas do Brasil, isso são, é, os trabalhos acadêmicos, isso são as pessoas, os povos pretos, os povos indígenas que vivem isso né? Eu não to inventando. Teve uma juíza que condenou um rapaz porque a cor dele significava, caracterizava que ele era bandido né, então não sou eu que to falando isso é o próprio judiciário.

**Pesquisadora:** O *Força*, tem um trecho do seu livro que eu acho que é muito relevante. Você fala da questão da empregabilidade, você fala que tem desejo de montar uma ONG, bem focada nesta população que teve esta vivência né, que teve privação de liberdade, inclusive, buscando emprego e a gente sabe que na legislação, teoricamente, a educação e o emprego estariam garantidos né, no papel está garantido ainda que seja no cárcere e a gente sabe que na prática tá muito longe disso. O que você acha que falta, o que seria possível pra além do poder público, mas também para a iniciativa privada, que também é um ator social, e poderia colaborar neste sentido, o que, o que falta pra que haja essa combinação e essa população tenha acesso a emprego formal, tenha acesso real ao direito trabalhista?

**Força:** Bom, o que falta pra essa população ser realmente inserida na sociedade é oportunidade, né? Porque você não pode dizer que você vai reinserir alguém em sociedade que nunca foi inserido em sociedade, quando eu digo que alguém nunca foi inserido em sociedade é quando a pessoa tem que entrar na vida do crime para comprar comida. Essa pessoa não teve uma inserção pessoal, essa pessoa foi uma excluída social, então, o que falta é abrir mão de privilégio, falta boa vontade, faltam políticas públicas voltada para esse povo, falta mais conhecimento da população também, pois as pessoas acham que todo mundo que vai parar na cadeia é bandido, não, não é. Às vezes, pessoas que são inocentes estão sendo presas então, falta esclarecimento né, pra população, tanto pra população que tem aí uma amplitude na educação, tanto para a população de baixa renda que a gente sabe que a educação não chega nas periferias, falta sim, conhecimento. Agora, a periferia já conhece a prisão porque o irmão já foi preso, porque tem tráfico né, nas favelas a gente vê isso. Agora a classe média, os ricos conhecem a prisão do que a TV mostra, conhecem a manipulação e a informação que chega neles aqui, a informação do jeito e a informação que eles querem que faça chegar, eu acho que o livro, *Minha Carne*, ela também tem o poder de explicar para estas pessoas tanto pra base, tanto pras pessoas ricas o que que é a prisão de fato e como criar oportunidade para estas pessoas.

**Pesquisadora:** O *Força*, você estava falando de uma informação quando a mulher chega no cárcere, claro que você ficou na cela especial pelo seu nível educacional e tudo mais, mas você teve uma vivência mais curta no início de quando você foi presa, o que essas mulheres realmente conhecem. Você falou que a população pobre e preta conhece a prisão, pois tem algum parente ou algum amigo próximo já foi preso, mas do ponto de vista legal, da legislação elas aprendem na marra. Elas têm noção do que elas têm de direito?

**Força:** As pessoas às vezes acabam descobrindo, é, sobre direito, sobre direito penal, sobre o direito em si, dentro da prisão sobre o seu próprio caso né, porque é a única forma que ela tem de ter uma ligação com a justiça, de ter uma ligação com o judiciário, com o jurídico né, que essas pessoas como eu disse anteriormente, não tem acesso à educação, então, não tem como ela saber porque na escola ninguém passa essa informação, porque nas universidades não é interessante o pobre saber sobre direito, não é interessante o pobre saber sobre o código penal, porque ele vai querer sim falar com o policial que tá passando uma abordagem errada onde ele tá vendo que tá fora do código penal, e que ele tá errado cometendo crime, então, não é interessante educar a população para que a população entenda de código penal, interessante é educar a população para que ela entenda de código da hipotenusa que ela não usa né, é importante dar educação para maquiagem a história do Brasil, essa forma, são formas de tirar direitos e garantias de direitos da população, quando que se tem aí uma negação histórica do seu país, quando se tem uma negação histórica de direitos, quando se tem uma negação histórica de cultura, isso é tirar direitos, fica difícil esclarecer para estas pessoas, as pessoas vão entender uma prisão de direito quando se vê presa, eu não sabia o motivo de estar sendo presa, só me levaram. Meus advogados não tinham acesso ao processo, eu não sabia quais eram as acusações e as acusações apareceram depois né, isso é uma prática que eles já têm de fazer isso com nossos corpos, mas como não entendia de direitos, que não se entende né, então, posso fazer da forma que eu quiser. É pra isso que as pessoas ficam leigas, que eles deixam as pessoas leigas no âmbito jurídico.

**Pesquisadora:** Agora, pegando estatística até pra eu ter base para a pesquisa acadêmica, a gente tem vários dados que mostram que o crime da mulher, tá muito ligado ao marido, ao namorado, e muito ligado à questão do tráfico, né, que elas são usadas, eu faço até um paralelo com a questão da divisão sexual do trabalho, enfim. O que você percebeu com sua vivência, qual a tua percepção? Vai ao encontro desses dados?

**Força:** Com certeza, isso tá no livro né, eu falo sobre isso, que as mulheres estão nas prisões por causa dos homens, por causa do machismo e, principalmente, pelo tráfico de drogas, a mulher para você ter noção, a mulher ela nunca teve relação nenhuma com o presídio, mas ela conhece um cara a partir de outro, a partir de fulano e, aí passa a visitar esse cara e aí já começa a levar as drogas, e aí tipo, é sobre isso né, é o homem.

**Pesquisadora:** Você falou um dado no livro, onde você comenta sobre os crimes que as mulheres cometem contra os homens que ameaçam tirar seus filhos, que violentavam as mulheres. Há um momento que ela destempera e acaba até matando, enfim, cometendo violência e são presas. Esses dados eu achei curioso, pois na literatura a gente não acha muito isso. Isso me tocou.

**Força:** É. Mas, é importante colocar. É, é importante a gente falar sobre isso né, porque nos dados não vai aparecer sobre isso. A gente não vê isso né, esse livro é, uma história de reais, não são histórias inventadas, então, é isso quantos pedidos de socorro aquelas mulheres já não fizeram? Quantas Marias da Penha, quantos boletins de ocorrência essas mulheres não fizeram pra chegar no extremo de ter que matar o homem para não morrer? Qual a lei do Brasil que protege a mulher? Essa lei funciona? O feminicídio no Brasil diminuiu, vem diminuindo? As mulheres tem sua proteção garantida conforme Constituição? Não tem, não tem, se tivesse não existiria a Maria da Penha, se tivesse as mulheres não seriam cortadas né, por tirarem uma foto de biquíni e postar na rede social, se tivesse, uma criança de 10 anos não ia ser estuprada por um tio, então, a gente não tem lei que protegem estas mulheres, então, as mulheres estão se defendendo. A única forma delas se defenderem contra seus agressores é matar seu opressor, ou ela faz isso, ou ela morre, tem diversas histórias aí que eu estou contando do motivo da mulher que matou o cara, né, a gente precisa também se colocar no lugar das pessoas, procurar entender, ninguém nasceu assassino. Por que que aquela mulher se tornou uma presidiária? Existe uma história por trás daquela mulher. Então, a gente precisa dar lugar de escuta para saber qual é o lugar daquela mulher e como ela foi parar atrás das grades, então, o livro ele tem esse propósito também de mostrar porque que estas mulheres estão sendo presas.

**Pesquisadora:** O *Força*, também tem um momento que você fala das experiências (o som picota nesse momento).

**Pesquisadora:** Oi, picotou

**Força:** Oi. Esse número vai aumentar né, a gente tá aí vivendo uma pandemia e as mulheres ainda estão obrigadas a ficar em casa com seus opressores, com seus homens e não tem como defender estas mulheres porque a justiça no país só age quando a mulher é assassinada, então, o número de homens assassinados pelas mulheres vai aumentar, mas é por legítima defesa. Porque as mulheres já tão é, de saco cheio. Não tem mais quem para pedir ajuda, não tem mais pra onde correr, então, os números são crescentes infelizmente.

**Pesquisadora:** O *Força* e, falando de mulher a gente também acaba falando de maternidade. Você também apresenta esses relatos. Você conta das suas colegas, enfim, das relações que se estabeleceu ali e das suas relações com a sua família. Outras entrevistadas falam que muitas vezes elas preferem até que os filhos nem as visitem né, porque não querem eles ali naquele ambiente que elas consideram hostil, que não passe por humilhações. Você consegue me falar um pouquinho sobre isso?

**Força:** Sobre as humilhações?

**Pesquisadora:** Não, eu digo mais no sentido da maternidade, pois é muito atrelada a mulher, né? Carregamos esse peso.

**Força:** Bom, eu não consigo te falar sobre maternidade porque eu não sou mãe mana, a parte que eu posso te falar da maternidade é sobre mim. (a entrevistada foi rude nesse momento).

**Pesquisadora:** Sim.

**Força:** Eu e minha mãe, em relação eu e a minha mãe, eu não posso falar sobre outra mulher porque eu não sou mãe e eu também não tenho esse lugar de fala pra te falar né, eu não tenho, eu não vi isso acontecer. O meu livro não trata sobre isso, eu não posso te responder por uma mulher que prefere que o filho não vá visitá-la (um trecho ficou inaudível). Agora, ali não é um lugar pra uma criança. Não é um lugar para uma criança crescer vendo sua mãe, não é o lugar. E muitas vezes a criança já nasce na prisão e vai direto pro abrigo né, a gente vê aí direto isso acontecendo, tem no livro tem uma música que fala sobre isso, que a detenção é para o preto pobre que nasce pedindo alvará, trata-se de crianças que nascem na prisão com seis meses sai direto da mãe e vai direto para o abrigo, do abrigo, ela vai provavelmente para o orfanato, do orfanato ela não vai ser adotada com 18 anos, e ela vai pra outro abrigo, sei lá pra qual lugar que vai, quando sair com 18 anos do orfanato que já deu a idade, vai fazer o quê? Vai pra onde?

Se não tem família, se não tem ninguém? Vai roubar e vai voltar pra prisão. É simples é um ciclo.

**Pesquisadora:** Pra gente fechar, sei que você tá sem tempo, a gente tá falando sobre tudo de seletividade penal, né? Estamos falando de racismo, né?

**Força:** Sim.

**Pesquisadora:** Pra mudar este cenário, a gente já falou de educação, que alguns atores sociais não possuem interesse nessa mudança, mas o que, principalmente as pessoas pretas, não só a gente tem que ser antirracista, eu não sou uma mulher preta, mas sou antirracista o que a gente pode fazer é... Para quem tá de fora, mas tem empatia e quer equidade, o que se faz pra conseguir quebrar essa barreira, já que não tem este interesse maior, como é que se quebra a seletividade penal?

**Força:** Sim. Isso. (entrevistada dá uma pausa). Bom, eu acho que a seletividade penal não se quebra né, primeiro a gente tem que fazer aí uma reforma política, até mesmo no judiciário né, a gente tem que fazer aí uma reforma em tudo porque racismo existe no Brasil há 32 anos, e a gente não vê um abençoado que comete crime de racismo ser preso, mas a gente vê pessoas pretas indo pra cadeia a cada três minutos, então, eu acho que a lei, ela tem que parar de ser seletiva, é o começo de tudo, eu acho que pra...

**Pesquisadora:** Tá me ouvindo? Tá me vendo?

**Força:** Sim. Estou te vendo. Pronto, eu acho que pra gente poder ter equidade entre os povos ter igualdade né, o racista tem que começar a ser preso, a pagar pelo crime de racismo, eu acho também que a gente tem que... A branquitude, assim que está no poder, tem que começar a praticar o antirracismo, né? Porque não adianta você se dizer ser antirracista, mas você precisa cometer atos antirracistas, é necessário cometer o ato antirracista, por exemplo, é essa conversa que a gente teve hoje, vou te dar só um exemplo do que a gente viveu hoje, né? É um estereótipo você colocar uma imagem minha numa grade, você está me estereotipando, você tá cometendo um ato racista, sabia? *(na hora eu não entendi muito bem a colocação dela, mas como ela estava no embalo da fala, não quis interromper. Depois, ouvindo a conversa, fiquei me perguntando se tinha a ver com o título da dissertação).*

**Pesquisadora:** Huhum!

**Força:** Porque é... quando as pessoas olharem aquela imagem ela vai ver que eu sou ligada ao presídio e eu não sou ligada ao presídio, eu sou ligada a liberdade. Então, a gente comete atos infracionários né, tipo impensados, a todo instante. O brasileiro é racista, querendo ou não, não adianta você me dizer que você é antirracista, mas a gente tem esse lado que foi o lado mais branqueado, colonizado, então, a gente tem que se policiar a todos os instantes, eu acho que pra você ser antirracista, é, primeiro eu tenho que perguntar para o povo preto se, aquilo que eu acho é justiça, é. Então, a gente precisa praticar o antirracismo, então, a gente precisa fazer com que essa seletividade acabe, mas primeiro a gente precisa enxergar novas possibilidades, novas oportunidades em tudo, porque a nossa mente é muito limitada a ver somente de um jeito, a gente precisa ampliar porque a gente tem um leque de possibilidades. Eu acho que é, ser antirracista não é somente, é, ser antirracista não é somente você questionar uma pessoa que é racista eu acho que ser antirracista é isso que você tá fazendo agora, seu trabalho, eu acho que quebrar este paradigma de estereotipar a prisão, isso que você tá fazendo é quebrar este paradigma né, até porque quem vai ler é um doutor, até porque é quem avalia o mestre, então, essa informação pra chegar no mestre tem que partir de quem já viveu, então eu acho que isso que você tá fazendo já é um grande passo eu queria que outras pessoas também fizessem isso e espero que façam.

**Pesquisadora:** Estamos tentando né, eu tô tentando fazer um pouquinho, colaborar um pouquinho.

**Força:** É, mas é assim mesmo. É uma desconstrução lenta, né, a gente tá vendo sim, muita gente falando sobre isso, porque é importante falar né, é importante a gente engajar a luta das pessoas pretas porque a gente sabe que quem tem a ferramenta e quem tem dinheiro não vai fazer isso, então, cabe as pessoas brancas antirracistas impulsionar pessoas pretas, falar sobre essas lutas é, se tem alguém falando sobre a luta contra o encarceramento em massa, temos que colocar na mídia de massa pra que outras pessoas entendam, para que outras pessoas saibam, eu acho que cabe a nós que temos mais um pouco de lucidez, proliferar isso, né? Tentar explicar para outras pessoas. Porque se a gente depender do governo, as pessoas pretas vão continuar morrendo, vão continuar sendo presas e aí já sabe né, acabou tudo.

**Pesquisadora:** Pois é, eu te agradeço pela entrevista.

**Força:** Eu te agradeço muito também.

**Pesquisadora:** E como leitora também preciso dizer que sua escrita é gostosa demais.

(ela me interrompe)

**Força:** Ah! que bom que você gostou, que você achou gostosa.

**Pesquisadora:** Eu já tinha lido no PDF, pois as meninas me adiantaram. Aí, o livro chegou e eu li de novo. Praticamente em um dia.

**Força:** Eu não queria que fosse uma leitura maçante.

**Pesquisadora:** Não. Não foi e o tema é extremamente tenso, árido, triste, né?

**Força:** É.

**Pesquisadora:** Assim, quando eu acabei teu livro, eu estava comentando com a minha namorada que seria uma das entrevistas mais difíceis da minha vida. Sou jornalista de formação (eu pauso. me emociono). Desculpa, mas nessas horas. Com uma leitura dessa, a gente se sente quase um “merda”, né? Desculpa, só falando assim, de não se fazer mais né?

**Força:** É, amiga, mas um pouquinho que a gente faz Deus abençoa né?

**Pesquisadora:** Não. E a tua fé. (ela me interrompe).

**Força:** Você já está dando um grande passo, eu tô muito feliz com seu trabalho, parabéns. (ela se emociona).

**Pesquisadora:** Obrigada, “brigada”.

**Força:** Vou pedir para Deus te abençoar. Brasília precisa muito de pessoas como você, pra falar, pra entender, pra saber, pra tirar as dúvidas mesmo do que é racismo, se todo mundo fosse procurar entender o que é racismo estrutural, talvez acabaria. Parabéns.

**Pesquisadora:** Obrigada. Parabéns a você por ser a mulher que você é, parabéns para sua mãe, me deu vontade de conhecê-la.

**Força:** Você vai conhecer.

**Pesquisadora:** Você tem algum contato das ONGs que falou?

**Força:** Tá no Instagram, aí você já fala direto com elas. Humanitas 360 e cooperativa Teresa, tudo no Instagram, pode entrar em contato com elas, eu faço parte dessa cooperativa, eu sou uma das conciliadoras.

**Pesquisadora:** Tá.

**Força:** Com a Patrícia Marino, que é uma das investidoras do Itaú, então, ela faz um projeto muito massa com as mulheres encarceradas, eu acho que é interessante pra você.

**Pesquisadora:** Tá bom. Eu vou procurá-las, obrigada, Força.

**Força:** Tá bom.

**Pesquisadora:** Vou te avisar sobre o dia da defesa da dissertação. Vou pedir pro pessoal da assessoria de imprensa te avisar. Se você quiser assistir vai ser uma honra.

**Força:** Eu quero sim, eu quero sim.

**Pesquisadora:** Obrigada. Um beijo.

**Força:** Beijo tchau, tchau.

**ANEXO VI - Entrevista com a Juíza, aqui denominada como “Lei”**

**Pesquisadora:** Chamo de você, de doutora (risos)?

**Lei:** Não, pode chamar de você.

**Pesquisadora:** Tá bom, só vou pedir para você falar o seu nome e autorizar a gravação, já tá gravando.

**Lei:** Tá, é Roberta Barro Anjo, juíza da (VEP) do Tribunal do Rio de Janeiro, autorizo a gravação.

**Pesquisadora:** Brigada Roberta, então assim, a primeira questão é saber um pouquinho, é o papel do teu ponto de vista né, de, de, de uma figura pública, é do papel da VEP do que tange a ressocialização do apenado né, por meio do trabalho. Que assim, só pra eu te contextualizar um pouquinho eu não sei o que o doutor Rafael passou pra, pra você, é a minha tese do mestrado é justamente, ela tem um recorte no gênero feminino, tá e, é justamente a questão da relevância do trabalho, o quanto é difícil pra essas mulheres conseguirem sua inserção no mercado de trabalho e tudo que tá em torno dessas dificuldades, né, o que significa o trabalho pra elas, pra família, os estigmas que tem da sociedade, eu vou nessa linha, tá?

**Lei:** Tá, eu posso te dar um panorama geral, Pesquisadora porque com relação específica ao gênero, eu não tenho informação acerca da diferença da dificuldade.

**Pesquisadora:** Não tudo bem.

**Lei:** É

**Pesquisadora:** Pode ser geral.

**Lei:** Entendeu é aos olhos da gente a dificuldade é a mesma pelo estigma, né?

**Pesquisadora:** Tá.

**Lei:** Realmente de fato eles ficam estigmatizados é extremamente difícil, se é difícil a inserção já pras pessoas que não são né, egressas, imagina pro egresso.

**Pesquisadora:** Sim.

**Lei:** Nessa questão da economia ruim né, a dificuldade toda que a pandemia ainda trouxe e mais este estigma de ser egresso do sistema realmente torna a questão do trabalho muito difícil, ih ...

**Pesquisadora:** Nesse cenário a VEP, aí qual a leitura de vocês então, a VEP, tem qual papel que nessa ressocialização.

**Lei:** É, o que que acontece, é essa é uma questão do executivo né, é, fazer parcerias, pra que eles possam serem inseridos no mercado é, a gente faz a intermediação e autoriza os benefícios, esse é o papel da VEP, basicamente. A gente autoriza uma vez preenchidos os requisitos estabelecidos na lei, a gente autoriza que eles trabalhem uma vez no sistema, né. A LEP é quem estabelece a legislação penal, é quem estabelece as premissas pra o preenchimentos destes requisitos para que eles possam trabalhar. É tem três regimes né, não sei o quanto que você é familiarizada com a LEP e com a questão do cumprimento da pena do sistema progressivo de cumprimento da pena.

**Claudia:** To tentando me inserir mas se você quiser explicar.

**Lei:** É deixa eu te explicar.

**Claudia:** Vai me ajudar.

**Lei:** Deixa eu te explicar rapidamente.

**Claudia:** Tá.

**Lei:** A lei prevê, o código penal prevê, que o apenado pode ser inserido em 3 regimes quando à condenação, regime fechado que é o mais gravoso, o regime semiaberto que é o intermediário e o regime aberto né, que é a parte que ele já vai ser inserido na sociedade com maior liberdade. E aí, é, pra ele, para que ele seja progredido de regime ele precisa cumprir alguns requisitos que é um tempo da pena e ter bom comportamento carcerário, tá que isso, é aferido, é pela própria Secretária de Administração Penitenciária, através de uma ficha né, de comportamento.

**Claudia:** Huhum.

**Lei:** É, uma vez cumprindo os requisitos, ele vai progredindo de regime e vai tendo cada vez mais acesso a benefícios. O regime fechado, o trabalho é só interno.

**Claudia:** Huhum.

**Lei:** Tá ele, pode trabalhar só dentro das unidades penitenciárias e o trabalho é bem limitado como faxina, né, como auxiliar dentro da unidade.

**Claudia:** Huhum.

**Lei:** As vagas são poucas, são super disputadas e acaba que a escolha do diretor da unidade, não tem nenhum critério mais objetivo pra escolha de quem vai trabalhar, e aí?

**Claudia:** Tá.

**Lei:** E, aí, o artigo é, 36 da LEP, prevê que ele possa também trabalhar em obras públicas, com regime fechado.

**Claudia:** Huhum.

**Lei:** Tá, então seria uma autorização da gente né, uma vez preenchido os requisitos, o executivo solicitaria e a gente autorizaria o trabalho em obras públicas. É raríssimo quase não se vê, tá?

**Claudia:** Tá.

**Lei:** Porque aí, dependeria realmente é do executivo ter essa questão da seleção, selecionar eles e tal, quem já tem essa habilidade, quem já tem essa experiência de trabalhar em obra e isso é muito difícil de acontecer. O regime semiaberto, ele era pra ser cumprido em colônia agrícola industrial já prevendo o trabalho do preso nesse regime, entendeu?

**Claudia:** Huhum.

**Lei:** Então teriam que ter várias unidades penitenciárias de colônias agrícolas industriais para que ele aprendesse um ofício e trabalhasse lá dentro. Infelizmente, essas unidades penitenciárias não foram construídas pelo executivo e existe no Rio, eu acho que duas uma em Magé e outra no interior se não me engano na, é, em Magé, tem existe a coluna agrícola industrial eles trabalham lá mas são pouquíssimas vagas, então, também os presos são selecionados a dedo né, pelo comportamento, pela gravidade do delito e vão pra lá que é uma unidade penitenciária que tem uma liberdade maior né, ih, ai eles trabalham de fato é, em indústria mais agricultura até, mais

trabalham. E, por causa disso, é foi criado na, na, na jurisprudência pelas, pelas várias recepções, depois foi aceito pela jurisprudência o trabalho extramuros.

**Claudia:** Huhum.

**Lei:** E aí, ele tá inserido no inciso 3º do artigo 123 da LEP, que diz que qualquer medida é, que visa a promoção da ressocialização pode ser adotada pelos juízes e tal, então, a gente é, começou a prever o trabalho extra muro é, para que ele pudesse ter de fato algum tipo de trabalho no regime semiaberto, já que não existe estas unidades de colônia agrícola industrial. E aí a gente começou a autorizar o trabalho fora da unidade e ai precisa ser instruído essa proposta de trabalho, então eles instruem com a proposta do empregador, com o horário de trabalho, ih, ai tem um setor de fiscalização da VEP, e esse setor fiscaliza a proposta vai no local é, vê se a proposta de fato existe, vê se tem câmara, se tem ponto, quem vai fiscalizar e ai, agente autoriza o trabalho extra muros. Eles saem da unidade todo dia pra trabalhar, naquele horário pré-estabelecido pelo empregador e a gente dá um lapso de duas horas antes e duas horas depois para ele poder voltar a unidade, sair e voltar né pra ele não chegar atrasado. E aí, né, tem um órgão do executivo que é uma Fundação que foi criada justamente pra intermediar o trabalho com os setores públicos.

**Claudia:** Sim.

**Lei:** Que é a Fundação Santa Cabrini.

**Claudia:** Sim.

**Lei:** E aí, a Santa Cabrini é, coapta parceiros né, que possam oferecer vagas de trabalho pra eles e o maior parceira é a CEDAE.

**Claudia:** Huhum.

**Lei:** A CEDAE é a maior parceiro da Santa Cabrini.

**Claudia:** Lei, só aproveitando...

**Lei:** Ih ...

**Claudia:** Uma deixa sua é, você tava falando que vocês têm todo um critério de avaliação da empresa e também do perfil do apenado né?

**Lei:** Huhum.

**Claudia:** Daí vocês avaliam se liberam ou não esse trabalho extra muro?

**Lei:** Sim, o perfil do apenado na verdade é previsto na lei que ele precisa ter bom comportamento e ter cumprido a parcela do tempo de pena previsto pela lei tá, são requisitos objetivos, tá?

**Claudia:** Tá.

**Lei:** Ele tem que ter bom comportamento e isso tá atestado na ficha dele carcerária que vem da (Inaudível) e ele precisa ter cumprido o tempo de pena necessário, tá?

**Claudia:** Vocês?

**Lei:** que no artigo 126 da LEP, também está dizendo que é 1/6 da pena.

**Claudia:** Tá.

**Lei:** Ele tem que ter cumprido 1/6 da pena pra poder ter direito ao trabalho e a visita ao lar. É ...

**Claudia:** Vocês conseguem ter uma percepção do perfil das empresas que procuram vocês com estas propostas?

**Lei:** Não aí, olha só, olha só, as empresas não procuram a gente, o apenado que procura as empresas tá, e aí, alguém por intermédio geralmente da família consegue.

**Claudia:** Ah, tá.

**Lei:** uma proposta de trabalho em determinada empresa não tem perfil tem de tudo quanto é empresa que você possa imaginar.

**Claudia:** Tá.

**Lei:** entendeu, a gente só fiscaliza a proposta, vai na empresa ver se a empresa existe, né se foi aquela proposta mesmo, se é aquele horário de trabalho mesmo que consta na proposta, só isso que a gente faz, tá?

**Claudia:** Tá.

**Lei:** A gente não procura empresas. A Fundação Santa Cabrini, que é um órgão do executivo, é que coapta empresas geralmente ligadas ao governo né, públicas ou então, é, é mistas, que possam fazer parceria para poder empregar os apenados e ela que faz toda a triagem.

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** Ela que vai nas unidades, ela que tem os presos e aí a proposta já vem pra gente prontinha.

**Pesquisadora:** Tá.

**Lei:** Também pela Santa Cabrini, esta proposta pela Santa Cabrini a gente não fiscaliza porque ela já vem pronta e eles já fizeram este trabalho de fiscalização, tá?

**Pesquisadora:** Tá.

**Lei:** Junto a CEDAE geralmente é empresa pública, então, a gente não precisa fiscalizar.

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** Entendeu. E aí, essa é a maior empregadora é da Santa Cabrini, a maior parceira, a CEDAE.

**Pesquisadora:** Tá.

**Lei:** A proposta já vem prontinha. É, eu vou te dizer da minha experiência que eu vejo muito mais homem do que mulher até porque proporcionalmente tem muito mais homem.

**Pesquisadora:** Sim.

**Lei:** Do que mulher no sistema.

**Pesquisadora:** Sim.

**Lei:** Então, assim, é, não vejo muitas mulheres trabalhando, infelizmente. Nem na CEDAE, entendeu?

**Pesquisadora:** Mesmo com...

**Lei:** A maioria é homem.

**Pesquisadora:** Mesmo considerando essa proporcionalidade ao mesmo tempo também o universo do ... houve um aumento considerável das mulheres presas né, dos últimos anos pra cá, 2016...

**Lei:** Houve mas mesmo assim, perto dos homens ainda é muito menor, né?

**Pesquisadora:** Mas considerando...

**Lei:** Se você quiser eu posso até tentar esses dados estatísticos lá com o diretor da VEP, viu.

**Pesquisadora:** Tá.

**Lei:** É, mesmo assim, eu vejo muito pouca mulher trabalhando.

**Pesquisadora:** Mas você tem alguma percepção do porquê?

**Lei:** Eu vejo mais homem.

**Pesquisadora:** Mas você tem essa percepção do motivo de ter menos mulher trabalhando?

**Lei:** Não, aí eu não sei te dizer, não sei se é o tipo de trabalho principalmente na CEDAE, falando principalmente na CEDAE, eu não que tipo de trabalho eles fazem se existe uma coisa braçal maior e um esforço físico maior não sei te dizer, mas eu ainda vejo muito mais homem é pouquíssimas mulheres assim na minha percepção.

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** E nem trabalho sem ser, sem ser da CEADE, por conta própria né, também vejo muito mais homem do que mulher trabalhando.

**Pesquisadora:** No Tribunal vocês têm algum número assim sobre sucesso ou fracasso nestas experiências, sabe se tem estes números?

**Lei:** Eu acho que quem vai poder te explicar.

**Pesquisadora:** É a Fundação.

**Lei:** Da Fundação de (inaudível) isso.

**Pesquisadora:** Isso é.

**Lei:** Quem vai poder te explicar isso é a Santa Cabrini.

**Pesquisadora:** Não eu tenho entrevista com o...

**Lei:** Ai?

**Pesquisadora:** Eu tenho entrevista com o presidente, com o Darcy, semana que vem também.

**Lei:** Então, ele é que vai poder te falar melhor. Mas eu penso que é de sucesso a experiência.

Penso que a maioria já como eles são criados e tem um perfil lá né, é, da Santa Cabrini pra escolha eu imagino que poucos, é, é, poucos rescindem, poucos largam o trabalho, mas isso você vai poder saber melhor realmente com ele através dos dados estatísticos que ele tem em mãos.

**Pesquisadora:** Pra vocês da justiça do Rio, o que significa este programa replantando vida?

**Pesquisadora:** Alô, ih caiu.

**Pesquisadora:** Oi, caiu?

**Lei:** Oi, caiu Pesquisadora, vai gravar de novo?

**Pesquisadora:** Tá gravando pode falar?

**Lei:** Tá gravando, tá deixa eu te falar, eu já participei de eventos intermediados por ONGS, né?

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** É, que visam a empregabilidade dos egressos e tal junto com a Santa Cabirni, que a Santa Cabrini foi convidada e a gente convidou outros parceiros, quer dizer, outros possíveis parceiros né, só que é muito difícil, a gente convencer as pessoas a aderirem e a gente fez esses encontros para falar da vantagem de você empregar uma pessoa que tá presa no sistema porque não precisa ser celetista o contrato.

**Pesquisadora:** Sim.

**Lei:** Entendeu, então tem algumas vantagens de cunho financeiro e era isso que a gente queria passar eu acho que na época foi AMPLA, foi, é essas empresas de telefonia mas, eu acho que não aderiram, entendeu, então, o grande movimento seria esse entendeu, tentar conscientizar

estas pessoas é de que tem este perfil traçado, então, se procura pessoas que vão se adaptar, é aquele emprego, não vão frustrar as expectativas do empregador e por outro lado eles tem um benefício financeiro grande ao empregar estas pessoas, entendeu, e foi isso que a gente fez nesses encontros que eu já participei, mas mesmo assim, eu acho que ainda tem muita resistência que esses encontros não surtiram efeito. Mas continua sendo a CEDAE mesmo uma das únicas pelo que eu vejo.

**Pesquisadora:** Você acha que essa resistência é pelo estigma que você falou um pouco antes?

**Lei:** Claro, com certeza, com certeza, as pessoas tem medo de empregar, de empregar uma pessoa que tá presa né, mas como eu te disse, tem todo um perfil, é tem toda uma conscientização com essas pessoas que estão sendo empregadas que trabalha na Santa Cabrini que explica, que conversa, que conscientiza da importância, da, como é que eu vou te dizer, da oportunidade que eles estão tendo de trabalhar ali, então que eles não podem frustrar isso para os empregadores, é, como já são triados a chance de dar errado é bem menor né, e por outro lado para os empregadores é muito bom porque tem essas questão toda financeira, de não precisar estar na CLT, isso também tá na lei, tá na LEP, que ele não precisa ser celetista.

**Pesquisadora:** Sim.

**Lei:** O regime de empregabilidade, então, assim, é um trabalho árduo, mas eu acho que isso faria a grande diferença para as pessoas que estão lá, não tem jeito, as pessoas só se ressocializam através do trabalho ou do estudo.

**Pesquisadora:** O, Lei...

**Lei:** Essa é a grande, esse é o grande desafio, eu to na VEP, há 11 anos e desde que eu to lá, é quanto mais passa o tempo mais eu vejo isso, não tem outra solução, só tem ressocialização através de emprego e estudo. Então, é a questão é, conscientizar a sociedade, a importância dessas pessoas terem este emprego, terem o estudo enquanto elas estão lá dentro, já que o estigma quando sai é muito grande.

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** Se elas já saírem com o currículo de que trabalharam e de que estudaram facilita bastante.

**Pesquisadora:** O Lei, tem um dado do Instituto Igarapé, que fala justamente sobre isso, né, que um...

**Lei:** Ah foi, justamente o Igarapé que foi a organização que a gente tentou fazer intermediação com outros parceiros, possíveis parceiros da Fundação Santa Cabrini, eles são muito engraçados nessa questão de tentar é, ressocializar né, antes que eles saiam da unidade foi com eles mesmo os encontros que eu tive.

**Pesquisadora:** Eles têm sido uma fonte também interessante, tem um dado deles que eu fiquei, assim, que eu não tinha a menor noção, eles falam que em 2018, não sei se tem algum dado mais recente mas foi o que eu encontrei, que apenas 1.7 dos apenados aqui no Riotrabalham.

**Lei:** É bem pouco, bem pouco.

**Pesquisadora:** Esse patamar seria mais ou menos, você acha qual é o motivo de ter números tão baixos assim, o que você acha assim, falta iniciativa pública?

**Lei:** Não. Falta tudo, né, na iniciativa privada ele só consegue emprego realmente quando a família pede, quando a família tem algum conhecido que é o que a gente vê lá, entendeu? Se alguém quem recomendou, eles sempre falam, os empregadores, quem recomendou foi a tia, quem recomendou foi a amante, quem pediu essa oportunidade foi alguém da família, é, isso quando não é pela Fundação Santa Cabrini, né?

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** Pela Fundação Santa Cabrini há esta dificuldade de conseguir parceiros pelo estigma mesmo, pelo preconceito entendeu, então, teria que ter muitos mais parceiros, mas principalmente eu acho do poder público, principalmente das empresas públicas, né?

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** Que já tem uma, uma estrutura do governo, né, então falta esta parceria, é, é, praticamente por isso, pela falta de parceiros, pela falta de auxílio, pelo estigma, pelo preconceito, então, é precisa mesmo é isso de conscientizar a população, né foi o que eu te falei assim, quando a gente fez do Igarapé com esses possíveis parceiros, não deu em nada pelo que eu saiba, e foi um monte de gente foi Net, foi Ampla, né várias empresas, é e a gente não evoluiu. Então, é, é um estigma mesmo, é um preconceito.

**Pesquisadora:** Eu tava tentando fazer um recorte aqui pro universo feminino você me responde o que você souber ou puder, fazendo esse recorte pra mulher você acha que a realidade é diferente na busca da conquista desse emprego, você falou um pouquinho talvez você falou no caso da CEDAE, talvez do perfil do trabalho?

**Lei:** Sim, porque é, é, não sei se exige esforço físico, se exige entendeu uma aptidão física e aí eles acabam optando mais pelos homens, isso eu não sei, isso quem vai poder te falar melhor é o presidente da Santa Cabrini, qualquer coisa que eu fale aqui pra você é achismo.

**Pesquisadora:** Tá.

**Lei:** O que eu tenho de visão que eu posso te falar realmente é o que eu vejo nos processos dos meus despachos dia após dia, que eu vejo muito mais homens empregados do que mulher

**Pesquisadora:** E a realidade....

**Lei:** Não me lembro de ter visto este trabalho extra muro pra mulher na CEDAE.

**Pesquisadora:** Tá.

**Lei:** Não tenho recordação.

**Pesquisadora:** Tá, e a realidade agora de uma forma geral da mulher apenada aqui no Rio, né, no estado do Rio, se tivesse que falar assim rapidamente, qual é a realidade dessa mulher apenada aqui, ou da egressa que já pagou a pena no estado do Rio?

**Lei:** É da egressa eu acho que é o mesmo estigma, né?

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** Eu acho que eles sofrem o mesmo estigma por serem egressas do sistema prisional. Agora dentro do sistema eu posso te falar que cada vez mais tem uma visão mais particular para as mulheres, isso eu posso te falar com certeza, a gente tem a (UMI), né que é a Unidade Materna Infantil, para as apenadas grávidas que tem filho que é super, super arrumada, os olhares são todos voltados pra elas, para os bebês, elas ficam 6 meses com os bebês lá, é, eu já fui na UMI, realmente é diferenciado o próprio é, as unidades de cumprimentos de penas das mulheres é muito diferente, elas são muito diferentes das dos homens, são muito mais organizadas, são muito mais cuidadas e eu acho que tem sim, um olhar diferente para as necessidades da mulher.

É eu já fui no Talavera Bruce, todo o ano tem um evento que faz o miss Talavera Bruce, que é para incentivar a autoestima das mulheres, eu já participei do júri, então, elas ficam super empolgadas com esse evento, elas tem cabelo, maquiagem, reúne todo mundo lá, é muito mais pacífica né, a unidade de cumprimento de pena das mulheres, é muito mais pacífica do que a dos homens, né, muito mais humanizada.

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** É, uma realidade porque elas têm filho né, porque elas tem necessidades diferentes, agora saindo do sistema eu acho que o preconceito é sempre o mesmo porque são egressos do sistema, entendeu?

**Pesquisadora:** Ainda, falando do sistema, você acha que há diferença da apenada branca para parda e negra?

**Lei:** Não, não vejo, não sei te falar isso, mas em todas as minhas experiências nunca vi. O que acontece, que a gente vê muito que eu posso também te afirmar que eu vejo no sistema, é não tem muito crime violento né, de mulher, a maioria é tráfico, né?

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** E elas são envolvidas geralmente pelos seus parceiros, isso eu posso te afirmar porque eu vejo no processo né, ou ainda que não sejam envolvidas pelo parceiro é uma facilidade né, que elas veem no momento né, precisando de dinheiro é a mesma história né, o tráfico é dinheiro fácil e como não envolve violência, não tem aquela consciência do dano né, da mercancia da droga e mais assim, se vê, que os crimes não são violentos como, como, proporcionalmente né, quando se tem crimes violentos nas penitenciárias masculinas né, e quando também sai.

**Pesquisadora:** Quando você fala que elas estão no tráfico né, eu também já tinha lido esses dados que a boa parte do, das presas estão por conta do tráfico, do envolvimento, você até falou da questão da figura masculina né, muitas delas são envolvidas por conta dos seus pares.

**Lei:** Sim, sim.

**Pesquisadora:** Mas qual é o tipo de crime assim, mais especificamente dentro do tráfico que elas cometem?

**Lei:** Não, a maioria é o tráfico privilegiado mesmo que é o 33 parágrafo 4º né, que é causa de diminuição não, não deixa eu refazer.

**Pesquisadora:** Tá (risos).

**Lei:** A maioria é o tráfico mesmo, porque tem o tráfico privilegiado, mas tráfico privilegiado não entra por sistema tá, o que entra no sistema é o tráfico Caput, né que é o tráfico sem privilégios, então é, esse tráfico do Caput, elas entram no tráfico e o que que a gente vê muito assim, elas entrando pra dar a droga pra eles também tem muito isso, entrando pra levar drogas pra eles, elas são pegadas na entrada.

**Pesquisadora:** Ah! No próprio, elas visitando é isso?

**Lei:** Isso.

**Pesquisadora:** Entendi.

**Lei:** Isso, na revista, isso, tem muito, muito mesmo e aí, o que que acontece, eles não são condenados quase 100% das vezes e as elas são, isso é muito comum, e isso eu tenho certeza porque a gente vê os procedimentos disciplinares porque quando isso acontece vem procedimento disciplinar no processo dele, entendeu? Vem pra gente.

**Pesquisadora:** Mas aí, essa situação quer dizer algo?

**Lei:** Como se tivesse cometido uma falta.

**Pesquisadora:** Ele já tá preso aí ela foi lá visitar e levar droga é isso?

**Lei:** Isso, é isso.

**Pesquisadora:** Aí ela é pega, isso não entra mais como ponto negativo digamos assim, no seu termo jurídico certo por que não foi ele que fez a ação foi ela é isso?

**Lei:** É, na verdade é um crime né? Ela é processada e julgada pelo tráfico e ele, quase 100% das vezes, é absolvido, porque não foi ele que fez a mercancia.

**Pesquisadora:** Entendi.

**Lei:** Entendeu, isso acontece muito, muito mesmo.

**Pesquisadora:** Agora quando elas são presas...

**Lei:** Infelizmente. Elas são pegas na rua com grande quantidade de droga entendeu?

**Pesquisadora:** Entendi.

**Lei:** É, uma revista num ônibus, tem muito disso, aí suspeita, pois está com a bolsa grande. Aí vai fazer revista e tá com drogas, entendeu?

**Pesquisadora:** Tá.,

**Lei:** Basicamente, isso.

**Pesquisadora:** Eu tinha aqui uma pergunta, mas acho que você já respondeu, mas só porque a questão do trabalho é muito importante nessa dissertação é só para reforçar e ficar bem claro a tua visão. Na tua visão o que é que o trabalho representa pra essa população e eu queria saber se você acha que pra mulher você falou muito que elas têm família, que elas possuem filhos, né, você falou isso mais de uma vez, você acha que a questão do trabalho representa o quê e se paras essas mulheres há alguma coisa a mais de diferente?

**Lei:** Não, eu acho assim, é o trabalho dá dignidade de volta, a dignidade volta pra eles né, não tem outra maneira de eles recuperarem a dignidade, é alguém confiando neles, alguém acreditando neles de novo e é a maneira de eles se sustentarem, se auto sustentarem e sustentarem a família de novo, então, é a recuperação da dignidade, né, e com relação as mulheres especificamente, é, é, eu vejo que é o mesmo pra elas mas, elas tem ainda mais essa questão da família né, de ter que voltar pra família, de ter que cuidar dos filhos, isso é uma coisa que não passa muito pelos homens né, os homens não tem essa obrigação digamos.

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** E elas tem além, de ter que trabalhar de sustentar e sustentar a família, ela tem que cuidar de toda a família, e o que que a gente vê muito quando elas são presas, homem não visita mulher.

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** Agora, as mulheres não abandonam os homens.

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** Isso também é uma coisa assim que tá nítida nas execuções, é elas sempre tão lá, fiéis, aceitam recebê-los para todos os benefícios e elas não tem visita de homem, elas têm visita de mãe até, tem visita de alguém da família mas dos maridos, você não vê.

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** Assim é muito minoria da minoria.

**Pesquisadora:** É.

**Lei:** Então, realmente tem essa coisa do abandono.

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** Pelos homens, né? e elas ainda tem de trabalhar essa obrigação de cuidar da família, cuidar dos filhos, no final é, realmente, cai em cima das mulheres.

**Pesquisadora:** Pra gente fechar Roberta, pela tua formação, você falou que tá aí há 11 anos na VEP, você acha que o crime assim, socialmente falando, você acha que o crime masculino ele é mais perdoável do que o crime feminino, você acha que a mulher que é criminosa ela tem um peso diferente do homem, como se fosse mais permitido?

**Lei:** Eu posso te falar é o que a gente vê nos tribunais superiores acontecendo porque é uma realidade é, essa questão das mulheres se envolverem muito do tráfico por causa dos homens, e aí o que os tribunais superiores fizeram é, diminuíram a fração de cumprimento de pena quando a mulher tem filho e, também, em benefício da criança, pois sabe que é ela que no final cuida

**Pesquisadora:** Huhum

**Lei:** Então, é tudo em benefício da criança a fração de cumprimento de pena quando a mulher tem filho menos é menor é 1/8 para ela progredir de regime, isso é uma tendência do Brasil com certeza, eu acho que é uma tendência mundial você abrandar é os rigores da execução quando se trata de mulher, é que tem filho pequeno. O legislador é, é, o STF, estabeleceu a questão da prisão aberta e domiciliar quando ela tem filho menor, quando o crime não é praticado com violência e o legislador vem e introduziu essa fração diferenciada de 1/8 do cumprimento da pena quando ela também tem filho, então, tudo é para preservar o menor, entendeu?

**Pesquisadora:** Maravilha.

**Lei:** Essa é uma tendência.

**Pesquisadora:** Tá.

**Lei:** Tá.

**Pesquisadora:** Lei, tem alguma questão que eu não tenha falado e que entenda ser importante colocar?

**Lei:** Não, é questão de pena, eu acho que é uma questão social mesmo, de olhar pra criança, de olhar pra família, da importância de uma mãe pro filho entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** E pesar as coisas né, proporcionalidade e razoabilidade, pois pesa né, é uma criança que vai estar ali abandonada e é fato que ela tem que responder de alguma forma, mas será que ela não pode responder com menos rigor?

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** Eu acho que vai por aí, entendeu?

**Pesquisadora:** Sim, tem alguma questão que eu não abordei aqui na conversa que eu não botei mas que você acha relevante falar até da experiência da VEP, papel da VEP?

**Lei:** Não, eu acho que é isso, que, é, o olhar é diferenciado na mulher por causa da questão das crianças, dos filhos menores, que né, sempre pensando no bem maior que é uma criança cuidada, educada, né, então se pesa se, é, se analisa todos os pontos de vista se pesa e se decide que essa criança, né tem mais importância do que um rigor excessivo do cumprimento da pena. E é isso, eu acho que sem trabalho, sem estudo e sem gente que acredita, sem gente que confia e sem gente que invista, não tem dignidade, entendeu é isso que eu acho.

**Pesquisadora:** Tá, Lei

**Lei:** A execução ela é feita pra isso. Ele já foi punido, ela já foi castigado, a lei já estabeleceu quais são a punição e a gente tá ali pra isso, pra recuperar a dignidade dele e cumprir a lei. Entendeu, ele tem que ter trabalho pela lei, ele tem que trabalhar, até depois você dá uma lidinha

no artigo 31 da LEP, que fala que é obrigação dele trabalhar, que é um dever e um direito ao mesmo tempo e, infelizmente, o estado não proporciona né, infelizmente, ainda falta muito pra isso acontecer.

**Pesquisadora:** É verdade, (risos) Vamos tentar?

**Lei:** Mas, eu não perco a esperança.

**Pesquisadora:** Tentando, né?

**Lei:** To lá há 11 anos e to tentando.

**Pesquisadora:** É bom, é bom, saber que a gente tem gente assim, o Lei.

**Lei:** Sim.

**Pesquisadora:** Eu to com teu e-mail se você puder ver a questão que você falou que ia tentar, alguns dados se você tiver algum material pra me enviar eu te agradeço, eu também to buscando aqui.

**Lei:** Tá, me fala exatamente o que você precisa que depois eu tento te botar em contato com o diretor da LEP.

**Pesquisadora:** Na verdade como o meu recorte é de gênero, claro que eu falo tem uma introdução na dissertação genérica do sistema, de números, mas se vocês tiverem algum dado, específico do gênero feminino e algum dado também mais específico sobre o tipo de trabalho, as dificuldades dessa mulher, o que tiver do universo feminino me interessa muito.

**Lei:** Tá, deixa eu só te falar uma coisa que eu não sei se, só pra acabar eu não sei se te interessa, eles têm é, eu trabalho há anos desde, 2013, voluntariamente num grupo de trabalho, no Tribunal, na Corregedoria, capitaneada por uma juíza chamada Raquel Crispino, que é para dar documentação, é documentação básica para estas pessoas, pra estes presos, porque o que a gente via é que às vezes, eles entravam sem documentação no sistema e saiam sem documentação e isso, não ajuda em nada na empregabilidade.

**Pesquisadora:** Mas aí você tá falando de documento básico identidade, carteira de trabalho é isso?

**Lei:** Não, às vezes, às vezes.

**Pesquisadora:** CPF.

**Lei:** Às vezes certidão de nascimento.

**Pesquisadora:** Aham, aham.

**Lei:** A pessoa não tem, não foi registrada.

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** E aí a gente trabalha nesse grupo registrando tardiamente quem precisa e dando documentação pra quem precisa, só que, ainda tem muita gente dentro do sistema sem a documentação básica, são mais de 4.000 pessoas, é sem acesso à documentação, então, eu acho que isso também dificulta muito a questão da empregabilidade.

**Pesquisadora:** Ah, eu imagino.

**Lei:** Uma questão de ir fundo lá embaixo, que é a questão deles nem terem documentação pra poder ter um trabalho de carteira assinada.

**Pesquisadora:** Por que é o início da história deles, né?

**Lei:** Entendeu, pois é, exatamente, eles não foram nem registrados né, quando você vai registrar tardiamente, mas porque, como isso aconteceu, né, então...

**Pesquisadora:** Sim.

**Lei:** Então, isso vem lá de trás, é, é realmente, é um movimento social né, de abandono.

**Pesquisadora:** Sim.

**Lei:** De abandono total.

**Pesquisadora:** Ah, se você tiver algum contato pra me colocar acho interessante, é um ponto inclusive que você me levantou agora, a gente também consulta outras dissertações, né, artigos, essa questão da documentação, confesso que eu não vi alguém falando sobre.

**Lei:** Então.

**Pesquisadora:** De alguém levantar esse ponto.

**Lei:** Se você tiver interesse eu posso até te colocar em contato com a juíza responsável pela coordenação do projeto, eu auxílio ela no projeto.

**Pesquisadora:** Ah, eu tenho interesse sim eu te agradeço.

**Lei:** mas, ela pode te dar.

**Pesquisadora:** Se puder...

**Lei:** Todos os dados melhores, posso te colocar em contato, eu mando por e-mail, o e-mail dela, falo com ela, mando por e-mail o e-mail dela pra você e você entra em contato com ela, ela pode te explicar melhor.

**Pesquisadora:** Tá, se você puder fazer isso eu te agradeço porque assim, de fato, é o meu mestrado é em Administração e em Administração a gente quase não tem esse tipo de assunto, a gente tem muito na área do jurídico, na criminologia crítica, é, mas na Administração tem muito pouco, na psicologia tem, mas é muito a questão do indivíduo e essa questão da documentação pra administração é até muito interessante porque assim, as empresas não vão contratar se não tiver documento, né?

**Lei:** Não, não contratam, é realmente.

**Pesquisadora:** A pessoa não existe socialmente.

**Lei:** Obstáculo enorme, a pessoa não existe, ela não tem nem como ir pra um hospital, aí o que que a gente faz quando a gente vai registrar tardio, a gente pede um ofício já, pro sistema de saúde pra autorizar ele a ingressar em qualquer hospital e quando é criança né, criança mais velha que não teve o registro a gente manda pro sistema educacional, entendeu?

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** Antes de sair o registro se for demorar para sair o registro quando é adulto precisa de toda uma pesquisa nas folhas de antecedentes criminais, entendeu? O registro não é imediato.

**Pesquisadora:** Huhum.

**Lei:** A gente faz uma pesquisa antes de registrar pra saber se ela tá falando a verdade que esses dados declarados por ela, são verdadeiros, então, nesse meio tempo a gente tem que expedir e

ofício pra Secretária de Educação e de Saúde, pra dizer, ó, se ele passar mal tem que receber, mesmo ele não tendo documentação nenhuma, entendeu?

**Pesquisadora:** Sim.

**Lei:** E essa criança precisa estudar, então, vamos botar ela na escola mesmo sem documentação, então, realmente é uma questão profundíssima assim.

**Pesquisadora:** É, e bem simbólico se a gente for pensar socialmente.

**Lei:** Sim, com certeza.

**Pesquisadora:** Bem simbólica, mas se você puder fazer essa ponte.

**Lei:** É.

**Pesquisadora:** Eu agradeço.

**Lei:** Tá bom, pode deixar, faço sim.

**Pesquisadora:** Roberta, te agradeço pelo seu tempo e se eu tiver alguma dúvida eu faço contato.

**Lei:** Sim, tá ótimo.

**Pesquisadora:** E quando a dissertação estiver pronta eu aviso a vocês e se vocês tiverem curiosidade de ter acesso posso mandar depois enviar pra vocês.

**Lei:** Claro, com certeza, tá bom.

**Pesquisadora:** Tá.

**Lei:** Boa sorte.

**Pesquisadora:** Brigada Roberta, tchau, tchau.

**Lei:** Tchau.

**Pesquisadora:** Ah e parabéns pelo trabalho também, tchau, tchau.

**Lei:** Parabéns pra você também, tchau.

